

Os responsáveis pela governança da Banrisul Consórcios são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Consórcios.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Consórcios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Consórcios a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 1SP014428/F-7



Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Secretaria da Fazenda
BANRISUL S/A ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

DIRETORIA

Irany de Oliveira Sant'Anna Júnior
Diretor-Presidente

Artemino Raimundo Rosin
Fernando Postal
Diretores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Richiniti Hingel - **Presidente**
Erno Luiz Fleck - **Vice-Presidente**

José Luiz Castro Mendel - **Conselheiro**
Sergio Antônio Severo dos Santos - **Conselheiro**

Kathia Helena Iahnke de Oliveira
Contadora - CRC RS-061075/O-7



Porto Alegre, Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DIÁRIO **OFICIAL**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANO XLVI
Nº 38

Diário Oficial Eletrônico do Estado do Rio Grande do Sul

Em decorrência do Decreto nº 53.777/17, que regulamenta a Lei 14.644/2014, a partir do dia 6 de Novembro de 2017 o formato impresso do Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul foi totalmente substituído pela versão digital. O acesso ao conteúdo e a validação da autenticidade serão feitos exclusivamente através do site do Diário Oficial Eletrônico.

Acesse:

<http://www.diariooficial.rs.gov.br>

GOVERNO DO ESTADO

EDUARDO LEITE
Governador do Estado

RANOLFO VIEIRA JÚNIOR
Vice-Governador do Estado

SUMÁRIO

BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.....	4
BME - CASA DE PEDRA ENERGIA S/A.....	10
BME ENERGIA S/A.....	10
BOCA DO MONTE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S/A.....	10
CG CONTADORES ASSOCIADOS S S EPP.....	10
FLORESTA EMPREENDIMENTOS EM ENERGIA S/A.....	11
GRANO ALIMENTOS S.A.....	11
LUZ PUBLICIDADE LTDA.....	11
NAVEGAÇÃO TAQUARA S/A.....	12
PREDIAL BIER ULLMANN S.A.....	12
BALDO S/A COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO - BALANÇO.....	14
BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS - BALANÇO.....	21
PS PUBLICIDADE E SERVIÇOS LTDA - BALANÇO.....	29
REAL VENEZA PARTICIPAÇÕES S.A. - BALANÇO.....	32
SERAFINI ADVOGADOS - BALANÇO.....	32
TODESCREDI S.A. - CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - BALANÇO.....	35

Parque Industrial Matriz - Encantado	Travelers Seg.	Incêndio, raio e explosão	100.18.00012783	08/08/2019	148.000	88.800
Parque Industrial Canoinhas/SC	HDI Global Seg.	Incêndio, raio e explosão	03.001.118.000164	12/11/2019	43.212	43.212
Parque Industrial Prudentópolis/PR	HDI Global Seg.	Incêndio, raio e explosão	03.001.118.000164	12/11/2019	13.418	13.418
Parque Industrial São Mateus Sul/PR	HDI Global Seg.	Incêndio, raio e explosão	03.001.118.000164	12/11/2019	73.504	73.504
Total					278.134	224.934

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Arlindo Placido Baldo	Ernesto Orestes Toni	Leandro Beninho Gheno	Ricardo Alves de Moraes	Paulo Davit Baldo	Leonardo Rolim da Silva Figueiro
Diretor Presidente CPF: 076.799.200-87	Diretor Administrativo CPF: 082.189.780-20	Diretor Comercial CPF: 503.539.420-49	Diretor Industrial CPF: 359.304.540-00	Diretor Adjunto CPF: 199.997.390-91	Contador CRCRS 077204/O-7 CPF: 003.239.140-47

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Baldo S.A. - Comércio, Indústria e Exportação - Encantado-RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Baldo S.A. - Comércio, Indústria e Exportação ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Baldo S.A. - Comércio, Indústria e Exportação em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 12 de março de 2018, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2019. **ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. CRC - ZSP 015199/O-6. Arthur Ramos Arruda** - Contador CRC-RS 096102/O-0

BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

Protocolo: 2019000240944

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92692979/0001-24
Rua Caldas Júnior, 108 - 4º andar - Porto Alegre - RS

Relatório da Administração - Senhores Clientes: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação as Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício encerrado em 31.12.2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios tem como objetivo administrar grupos de consórcios, principalmente de imóveis e automóveis, oportunizando a clientes e não clientes do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. a aquisição de bens e até mesmo a construção ou reforma de seu imóvel residencial ou comercial. Em 31.12.2018 a empresa administrava 160 grupos de consórcios (161 grupos em 2017) com uma base de clientes ativos de 59.096 consorciados (53.667 consorciados ativos em 2017), sendo que, no ano de 2018, ocorreram 9.053 contemplações (8.411 contemplações em 2017). No período, apresentou lucro líquido de R\$ 37.857 mil (R\$ 35.017 mil em 2017). A Banrisul Consórcios tem como política a distribuição de resultados, assegurando aos acionistas, a título de

dividendos, uma quota do lucro líquido, em percentual a ser definido anualmente nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, ajustado nos termos da Lei. A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter em carteira os títulos classificados como mantidos até o vencimento, conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN. Agradecimentos: Agradecemos aos nossos consorciados, fornecedores e conselheiros pela confiança e credibilidade; ao nosso controlador, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., pelo apoio recebido; aos nossos colaboradores, pela dedicação e profissionalismo com que conduziram suas atividades. A Administração.

Balancos Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (valores em Milhares de Reais)

Ativo	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	189.206	164.434
Disponibilidades	44	46
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	179.235	156.625
Carteira própria	179.235	156.625
Outros créditos - diversos (Nota 6)	9.927	7.763
Realizável a longo prazo	123.759	125.681
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	120.811	120.863
Carteira própria	120.811	120.863
Outros créditos - diversos (Nota 6)	2.948	4.818
Permanente	343	416
Imobilizado de uso	343	416
Outras imobilizações de uso	677	738
Depreciações acumuladas	(334)	(322)
Total do ativo	313.308	290.531
Passivo e patrimônio líquido	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	57.365	45.693
Outras obrigações	57.365	45.693
Sociais e estatutárias (Nota 7)	27.017	24.975
Fiscais e previdenciárias (Nota 8)	8.429	6.287
Diversas	21.919	14.431
Exigível a longo prazo	405	233
Outras obrigações	405	233
Passivos Contingentes (Nota 9)	405	233
Patrimônio líquido	255.538	244.605
Capital social (Nota 10)	200.000	200.000
Reservas de lucros	55.128	44.243
Ajuste de avaliação patrimonial	410	362
Total do passivo e patrimônio líquido	313.308	290.531

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018 (valores expressos em Milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação apresentado em Reais)

	2º Semestre 2018	2018	2017
Receitas da intermediação financeira			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8.943	17.988	25.260
Resultado bruto da intermediação financeira	8.943	17.988	25.260
Outras receitas (despesas) operacionais	22.993	38.996	27.481
Receitas de prestação de serviços (Nota 11)	41.798	75.044	58.302
Outras despesas administrativas (Nota 12)	(13.108)	(25.359)	(22.066)
Despesas tributárias	(6.552)	(11.802)	(9.687)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	855	1.113	932
Resultado operacional	31.936	56.984	52.741
Imposto de renda e contribuição social (Nota 13)	(10.653)	(19.127)	(17.724)
Valores correntes	(10.698)	(19.194)	(18.064)
Valores diferidos	45	67	340
Lucro Líquido do semestre/exercício	21.283	37.857	35.017
Lucro líquido por ação do capital social em circulação no fim do semestre/exercício - R\$	0,24	0,42	0,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018 (valores expressos em Milhares de Reais, exceto dividendos propostos por ação)

	Reservas de Lucros				Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva Especial			
Saldos em 1º de janeiro de 2017	192.100	10.111	8.917	23.049	248	-	234.425
Capital integralizado	7.900	-	-	(7.900)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	35.017	35.017
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	114	-	114
Destinação do lucro							
Constituição de reservas (Nota 10)	-	1.750	1.750	6.566	-	(10.066)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,28 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	(24.951)	(24.951)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	200.000	11.861	10.667	21.715	362	-	244.605

Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	37.857	37.857
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	48	-	48
Destinação do lucro							
Constituição de reservas (Nota 10)	-	1.893	1.893	7.099	-	(10.885)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,30 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	(26.972)	(26.972)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	200.000	13.754	12.560	28.814	410	-	255.538
Mutações do Exercício	-	1.893	1.893	7.099	48	-	10.933
Saldos em 1º de julho de 2018	200.000	12.690	11.496	24.822	264	-	249.272
Lucro Líquido do semestre	-	-	-	-	-	21.283	21.283
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	146	-	146
Destinação do lucro							
Constituição de reservas (Nota 10)	-	1.064	1.064	3.992	-	(6.120)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,17 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	(15.163)	(15.163)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	200.000	13.754	12.560	28.814	410	-	255.538
Mutações do Semestre	-	1.064	1.064	3.992	146	-	6.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Fluxo de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018 (valores expressos em Milhares de Reais)

	2º Semestre 2018	2018	2017
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercícios	21.283	37.857	35.017
Ajustes ao lucro líquido			
Provisão para contingências	109	172	161
Créditos tributários	(45)	90	(457)
Depreciação	39	77	71
Variações de ativos e obrigações			
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(30.481)	(22.510)	(30.327)
(Aumento) redução em outros créditos	15.379	13.658	9.862
(Aumento) redução em outras obrigações	(1.608)	9.632	1.907
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(5.339)	(14.043)	(7.971)
Caixa líquido proveniente das aplicações nas atividades operacionais	(663)	24.933	8.263
Atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	-	(4)	(98)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	(4)	(98)
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	-	(24.931)	(8.256)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(24.931)	(8.256)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(663)	(2)	(91)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	707	46	137
Disponibilidades	707	46	137
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	44	44	46
Disponibilidades	44	44	46
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(663)	(2)	(91)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcio – Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (valores expressos em Milhares de Reais)

Ativo	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	896.634	778.266
Disponibilidades	520	344
Aplicações financeiras (Nota 16)	416.433	391.609
Disponibilidade do grupo	50.809	50.028
Vinculadas a contemplações	365.624	341.390
Recursos grupos em formação	-	191
Outros créditos	479.681	386.313
Bens apreendidos ou retomados	1.009	1.149
Direitos junto a consorciados contemplados (Nota 15)	478.672	385.164
Compensação Consórcio	4.206.255	3.404.866
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	30.653	27.063
Contribuições devidas ao grupo	2.179.724	1.765.991
Valores e bens ou serviços a contemplar	1.995.878	1.611.812
Total do Ativo	5.102.889	4.183.132
Passivo	31/12/2018	31/12/2017
Circulante/Exigível a Longo Prazo	896.634	778.266
Outras obrigações	896.634	778.266
Obrigações com consorciados	359.018	282.236
Grupos em formação	-	191
Valores a repassar	2.539	3.772
Contemplações a entregar	365.624	341.390
Recursos a devolver a consorciados	114.949	100.585
Recursos dos grupos	54.504	50.092
Compensação Consórcio	4.206.255	3.404.866
Recursos mensais a receber de consorciados	30.653	27.063
Obrigações do grupo por contribuições	2.179.724	1.765.991
Bens ou serviços a contemplar	1.995.878	1.611.812

Total do Passivo

5.102.889

4.183.132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018 (valores expressos em Milhares de Reais)

	2º Semestre 2018	2018	2017
Disponibilidades no início do período	412.168	391.953	332.681
(+) Recursos coletados	317.585	597.614	518.023
Contribuições para aquisições de bens	250.205	471.798	405.765
Taxa de administração	40.092	71.452	56.503
Contribuição ao fundo de reserva	8.559	15.957	13.171
Renda de aplicação financeira	9.960	19.733	27.827
Prêmios de seguros	4.809	9.011	7.259
Outros	3.960	9.663	7.498
(-) Recursos utilizados	312.800	572.614	458.751
Aquisição de bens	235.531	437.226	362.402
Taxa de administração	40.998	73.397	57.197
Prêmios de seguros	4.839	9.042	7.258
Devolução a consorciados desligados	11.956	21.665	17.612
Outros	19.476	31.284	14.282
Disponibilidades no final do período	416.953	416.953	391.953
Depósitos bancários	520	520	344
Aplicações financeiras	416.433	416.433	391.609

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional: A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora" ou "Banrisul Consórcios") tem por objeto a constituição e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis, conforme definido na legislação em vigor, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul") seu principal parceiro na comercialização de seus produtos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, controladas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, específicas para empresas administradoras de consórcio e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e com as alterações estabelecidas pela carta circular BACEN nº 3.624/13. As cartas circulares nº 3.147/04 e nº 3.192/05, do Banco Central do Brasil, alteram e consolidam as diretrizes contábeis a serem utilizadas pelos grupos de consórcio, que incluem a preparação das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio. A diretoria da Administradora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em **01/02/2019**.

3. Principais práticas contábeis da administradora e grupos de consórcios:

a) Da administradora:

(i) Apuração do resultado - A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas conforme art. 8º, § 2º da Circular nº 2.381/93 do Banco Central do Brasil. As comissões de vendas das cotas de consórcio são pagas e registradas no resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

(iii) Títulos e valores mobiliários - Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil. São classificados nas seguintes categorias: Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado. Títulos disponíveis para venda – Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido. Títulos mantidos até o vencimento – Títulos e valores mobiliários sobre os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iv) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes) - Demonstrado pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e rendas a apropriar.

(v) Imobilizado de uso - É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. As depreciações são calculadas linearmente, utilizando-se as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

(vi) Redução ao valor recuperável - O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

(vii) Demais passivos circulantes - Demonstrado pelos valores

conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, até a data do balanço. **(viii) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) obedecendo aos seguintes critérios: **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos. **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação. **Obrigações legais - fiscais e previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. **(ix) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 ao ano (R\$ 120 no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação. O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados no grupo não circulante na rubrica "Outros créditos diversos" e refletidos no resultado do período. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. **(x) Estimativas contábeis** - As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem imposto de renda diferido ativo e provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a subjetividades inerentes ao processo de sua determinação. A Administradora revisa as estimativas e premissas semestralmente. **b) Dos grupos de consórcio** - Ativos e passivos circulantes, que incluem valores a vencer acima de 360 dias, estão representados principalmente pelas seguintes contas: **(i) Disponibilidades e aplicações financeiras** - Representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações e classificados de acordo com as Circulares nºs 2.454/94 e 3.524/11 do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estes, taxa de administração. As aplicações financeiras são efetuadas em fundos de investimentos, e foram avaliadas, respectivamente, com base no valor das quotas divulgados pelo administrador do fundo na data do balanço. **(ii) Direitos junto a consorciados contemplados** - Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços. **(iii) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados** - Demonstrem a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e de prêmio de seguro. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil. **(iv) Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições** - Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas de assembleias de contemplações. **(v) Valores de bens ou serviços a contemplar** - Corresponde ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço dos bens nas datas de assembleias de contemplações. **(vi) Obrigações com consorciados** - Referem-se aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum, para a aquisição de bens ou serviços, os quais são atualizados com base no preço dos bens nas datas dos balanços. **(vii) Valores a repassar** - Registra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros. **(viii) Obrigações por contemplações a entregar** - Registra os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescido da respectiva remuneração. **(ix) Recursos a devolver a consorciados** - Registra o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições, deduzidos de multas, quando aplicável. **(x) Recursos dos grupos** - Registra os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos. **(xi) Risco de crédito** - Os Grupos de Consórcio possuem Seguro de Quebra de Garantia, que visa garantir ao grupo o recebimento de recursos da seguradora em caso de inadimplemento do consorciado contemplado. Para tanto, o consorciado contemplado passa por uma análise de crédito com critérios definidos na apólice da seguradora antes de retirar o bem.

4. Resumo das operações de consórcios - As operações de grupos de consórcio em andamento, conforme Circular nº 2.381/93, art. 13, parágrafo 2º do Banco Central do Brasil, apresentam as seguintes posições em:

	Quantidade	
	2018	2017
Grupos administrados	160	161
Consortiados ativos	59.096	53.667
Bens entregues - no ano	9.203	7.829
Bens entregues - total	28.665	27.266
Bens pendentes de entrega	5.606	5.849
Desistentes/excluídos - no ano	2.450	2.384
Desistentes/excluídos - total	23.944	21.494
Assembleias a realizar	9.260	7.540

A taxa de inadimplência é de 2,53% (2017 – 3,00%).

5. Títulos e valores mobiliários (Administradora) - A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	2018	2017
Circulante		
Para negociação	49.083	41.562
Disponível para venda	2.269	2.195
Mantidos até o vencimento	127.883	112.868
Realizável a longo prazo		
Mantidos até o vencimento	120.811	120.863
Total	300.046	277.488

a. Títulos e valores mobiliários - Para negociação

	2018	2017
	Valor de Custo/Curva	Valor de Mercado/Contábil
Fundo Premium FI RF LP	32.425	32.425
Banrisul Master FI Refer. DI LP ⁽¹⁾	16.658	16.658
Total	49.083	49.083

(1) Recursos dos Grupos Encerrados Contabilmente.

b. Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para venda

	2018	2017
	Valor de Custo/Curva	Valor de Mercado/Contábil
Fundo de Investimento Imobiliário	1.648	2.269
Total	1.648	2.269

Em 31 de dezembro de 2018, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram um ganho de R\$ 621 (2017 - R\$ 548), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial, deduzidos dos efeitos tributários de R\$ 211 (2017- R\$ 186). Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

c. Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o vencimento

	2018	2017
	Valor Curva/Contábil	Valor de Mercado
CDB DI	-	-
Letras Financeiras	248.694	248.942
Total	248.694	248.942

As aplicações em Letras Financeiras foram realizadas com prazos de 730, 731 e 1.096 dias (taxa DI de 106,5%, 106,5%, e 108%, respectivamente), aplicadas junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Para o cálculo da marcação a mercado são utilizadas as curvas de contratos futuros divulgadas pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

6. Outros créditos - diversos (Administradora)

	2018	2017
Circulante		
Cotas de consórcio adquiridas pela própria administradora	6.771	4.763
Valores pendentes de cobrança judicial (cotas inadimplentes) (b)	835	523
IRRF a compensar	1.391	1.651
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social (a)	597	608
Outros	333	218
Total	9.927	7.763

	2018	2017
Realizável a longo prazo		
Depósitos vinculados a processos judiciais (c)	2.695	4.477
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social (a)	110	189
Impostos e contribuições a compensar	143	152
Total	2.948	4.818

(a) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social referem-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias oriundas da provisão para passivos contingentes (ações cíveis), remuneração variável sobre a performance comercial e campanha de vendas. A expectativa de realização desses créditos é até 2023 (Nota 13) e o valor presente, calculado com base nessa expectativa e pelo custo de captação, é de R\$ 653 (2017 - R\$ 722). (b) Os valores dos consorciados inadimplentes (cotas ajuizadas) são compostos por R\$ 835 (2017 - R\$ 523). (c) O valor de R\$ 2.695 (2017 - R\$ 4.477) está relacionado a depósitos judiciais referentes a processos cíveis e a processos judiciais movidos por diversos municípios requerendo o recolhimento de ISS sobre operações de arrendamento mercantil realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios.

7. Sociais e estatutárias (Administradora)

Os saldos de obrigações sociais e estatutárias estão assim representados:

	2018	2017
Dividendos a pagar (Nota 10b)	26.972	24.951
Outras	45	24
Total	27.017	24.975

8. Fiscais e previdenciárias (Administradora)

	2018	2017
Impostos e contribuições sobre o lucro	7.042	5.105
Outras	1.387	1.182

Total	8.429	6.287
--------------	--------------	--------------

9. Provisão para contingências			
(a) Provisão para contingências - Prováveis			
	2018	2017	
Provisão para passivos contingentes cíveis	405	233	
Total	405	233	

As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	2018	2017	
Saldo Inicial	233	72	
Constituição e atualização monetária	268	259	
Reversão da provisão	(84)	(98)	
Baixas por pagamento	(12)	-	
Saldo Final	405	233	

(b) Provisão para contingências - Possíveis			
--	--	--	--

A Banrisul Consórcios possui contingências tributárias e cíveis decorrentes de processos judiciais e autos de infração, principalmente processos relativos a cobrança de ISS movidos por diversos municípios sobre operações de arrendamento mercantil, realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e a processos movidos por consorciados, cuja perda foi avaliada pelos assessores jurídicos como possível, no valor de R\$ 31.795 (2017 - R\$ 28.579) e R\$ 2.611 (2017 - R\$ 2.276) respectivamente, para as quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi constituída provisão.

10. Patrimônio líquido (Administradora): a) Capital Social - O Capital Social no valor de R\$ 200.000 é composto por 89.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b) Distribuição de Resultados** - O lucro líquido do semestre, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: **(i)** 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, **(ii)** 5% para constituição de reserva estatutária e **(iii)** os lucros remanescentes, conforme disposições estatutárias, terão o destino que for deliberado pela Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras. A distribuição das Reservas de Lucros é estabelecida conforme determinação da Lei das S/Ae estatuto social da empresa. Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo anual de 75% do lucro líquido ajustado nos termos da Legislação Societária e do Estatuto Social. Os dividendos de 2017 foram pagos em 25/06/2018. Os dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2018 serão pagos no primeiro semestre de 2019 e podem ser demonstrados como segue:

	2018	2017	
Lucro líquido do exercício	37.857	35.017	
Reserva legal (5%)	(1.893)	(1.750)	
Base de cálculo dos dividendos	35.964	33.267	
Dividendos propostos	26.972	24.951	
Dividendos por ações em circulação - R\$	0,30	0,28	

11. Receita de Prestação de Serviços			
	2º Semestre 2018	2018	2017
Receita de prestação de serviços	41.798	75.044	58.302
Total	41.798	75.044	58.302

A receita da prestação de serviços refere-se à taxa de administração recebida pela gestão e administração dos grupos de consórcios.

12. Outras despesas administrativas			
	2º Semestre 2018	2018	2017
Convênio de prestação de serviços (Nota 14)	(11.181)	(22.459)	(18.429)
Despesas de serviços de terceiros	(32)	(65)	(122)
Despesas com administração e conselhos	(479)	(818)	(663)
Aluguéis	-	(2)	(2)
Manutenção	(3)	(5)	(1)
Outras despesas administrativas	(1.413)	(2.010)	(2.849)
Total	(13.108)	(25.359)	(22.066)

13. Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL (Administradora)			
Conciliação do resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social:			
	2º Semestre 2018	2018	2017
Resultado do exercício antes da tributação sobre o lucro	25.048	56.984	52.741
Adições (Exclusões) permanentes/temporárias – IRPJ	522	501	1.974
Adições (Exclusões) permanentes/temporárias – CSLL	510	484	1.974
(=) Base do IRPJ	25.570	57.485	54.715
(=) Base da CSLL	25.558	57.468	54.715
Imposto de Renda	(8.102)	(14.347)	(13.655)
Contribuição Social	(2.921)	(5.173)	(4.925)
Deduções doações e patrocínios	325	325	516
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(10.653)	(19.127)	(17.724)
IRPJ e CSLL Corrente	(10.698)	(19.194)	(18.064)
IRPJ e CSLL Diferidos	45	67	340

Imposto de renda e contribuição social diferidos			
	Saldo Inicial	Constituição (Realização)	
Outras provisões temporárias	797	(90)	707
Total do ativo fiscal diferido	797	(90)	707

Expectativa de realização dos créditos tributários			
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
2019	159	440	599
2020	7	20	27
2021	7	20	27
2022	7	20	27
2023	7	20	27
Total 31.12.2018	187	520	707
Total 31.12.2017	210	587	797

14. Transações com partes relacionadas (Administradora)			
--	--	--	--

As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos e aplicações financeiras no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banrisul e a Banrisul Administradora de Consórcios. Além disso, são recebidos da Banrisul Cartões S.A. dividendos conforme Estatuto Social da mesma, podendo ser assim demonstradas:

	2018		2017	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.				
Disponibilidades	44	-	46	-
Títulos e valores mobiliários	297.777	17.807	275.293	25.189
Outras obrigações - sociais e estatutárias	(26.888)	-	(24.871)	-
Convênio prestação de serviços	-	(22.459)	-	(18.429)
Banrisul Cartões S.A.				
Clientes	-	(21)	-	(20)
Dividendos	-	114	-	105

A Administradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Os Administradores possuem uma cota de consórcio de nossa administradora. As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Circular BACEN nº 3.901/18, e ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1). Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

15. Direitos junto a consorciados contemplados (Grupos de Consórcios)

Direitos junto a consorciados estão assim representados:

	2018	2017
Curso normal	477.336	382.859
Em atraso	1.156	1.448
Em cobrança judicial	180	857
Total	478.672	385.164

16. Aplicações financeiras (Grupos de Consórcios) - As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) correspondem ao valor de R\$ 416.433 (2017 - R\$ 391.609) e estão compostas em cotas de fundos referenciados DI administrados pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. **17. Instrumentos financeiros (Administradora)** - O principal risco que a Administradora possui relacionado aos seus instrumentos financeiros é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, sob a sua administração. A Administradora, através do seu controlador, efetua o gerenciamento do risco de crédito monitorando por meio do comportamento de sua carteira, a concentração em clientes e o nível de inadimplência. **18. Gerenciamento de Risco** - A Banrisul Consórcios aderiu a estrutura de gerenciamento de risco operacional e de mercado em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.557/17, e utiliza a estrutura implementada pelo Banrisul, líder do conglomerado financeiro.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao segundo semestre de 2018 e ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas. Porto Alegre, 5 de fevereiro de 2019.

Ronei Xavier Janovik
Presidente

Arnildo Dutra de Miranda
Vicente Jorge Soares Rodrigues
Conselheiros

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios. Porto Alegre – RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Banrisul S.A. Administradora de Consórcios** ("Banrisul Consórcios"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2018 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercícios findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Consórcios em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2018 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Banrisul Consórcios, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** - A Administração da Banrisul Consórcios é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da

Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Banrisul Consórcios continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Banrisul Consórcios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Banrisul Consórcios são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Consórcios. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Consórcios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Consórcios a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 5 de fevereiro de 2019. **KPMG Auditores Independentes** - CRC SP-014428/F-7. **Fernando Antonio Rodrigues Alfredo** - Contador CRC 1SP252419/O-0.

Irany de Oliveira Sant'Anna Júnior
Diretor-Presidente

Artemino Raimundo Rosin
Fernando Postal
Diretores

Conselho de Administração
Ricardo Richiniti Hingel - Presidente
Emo Luiz Fleck - Vice-Presidente
José Luiz Castro Mendel - Conselheiro
Sergio Antônio Severo dos Santos - Conselheiro

Kathia Helena Iahnke de Oliveira
Contadora - CRC RS-061075/O-7

PS PUBLICIDADE E SERVICOS LTDA

Protocolo: 2019000240960

DCG Soluções para Venda Digital S.A

CNPJ/MF nº 09.006.929/0001-00 – NIRE 43.300.058.921

Carta da Administração – Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. Estamos publicando as notas explicativas de forma condensada. As demonstrações completas estão disponíveis na sede da empresa. **A Administração**

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	2018	2017	Passivo e Patrimônio Líquido	2018	2017
Circulante	2.826	2.557	Circulante	2.971	2.027
Caixa e equivalentes de caixa	957	1.634	Fornecedores	550	311
Contas a receber	1.784	827	Empréstimos e financiamentos	277	280

Banrisul Cartões S.A.

DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS

2018

 **Banrisul**
CARTÕES S.A.

Sumário

PRESS RELEASE	5
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	7
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	17
BALANÇOS PATRIMONIAIS	19
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	20
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	20
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	22
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS	23
NOTAS EXPLICATIVAS	25
NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL	26
NOTA 02 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	26
NOTA 03 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	32
NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	32
NOTA 05 - CLIENTES	33
NOTA 06 - ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS	33
NOTA 07 - IMOBILIZADO	34
NOTA 08 - CARTÕES EM CIRCULAÇÃO	35
NOTA 09 - CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS	35
NOTA 10 - OBRIGAÇÕES FISCAIS	35
NOTA 11 - OUTROS PASSIVOS	35
NOTA 12 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	36
NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	36
NOTA 14 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	38
NOTA 15 - RECEITA LÍQUIDA	38
NOTA 16 - CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	38
NOTA 17 - DESPESAS GERAIS, ADMINISTRATIVAS E DE PESSOAL	39
NOTA 18 - OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)	39
NOTA 19 - RESULTADO FINANCEIRO	39
NOTA 20 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS	40
NOTA 21 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS	41
NOTA 22 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS	42
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	51
PARECER DO CONSELHO FISCAL	54



Rede de Adquirência

- O volume financeiro transacionado alcançou R\$7.634,9 milhões no 4T18, com crescimento de 20,8% quando comparado ao 4T17. No acumulado de 2018, foi de R\$26,7 bilhões, com incremento de 18,9% quando comparado ao ano de 2017.
- A quantidade de transações capturadas foi de 87,1 milhões no 4T18, com evolução de 18,3% em relação ao 4T17. O total de transações capturadas em 2018 foi de 308,5 milhões, com elevação de 15,0% em relação a 2017.
- A antecipação do recebimento de vendas alcançou R\$956,6 milhões no 4T18, cujo volume é 70,3% superior ao computado no 4T17. O volume total antecipado no ano de 2018 alcançou o montante de R\$ 3.186,3 milhões, valor 59,1% superior ao antecipado no ano anterior.
- Divulgação de campanhas de mídia em múltiplos veículos de comunicação para lançamento do Plano Free com oferta da solução POS Vero Max sem mensalidade, mediante faturamento mínimo; e da solução mobile Vero Up 3G + Wi-Fi.
- O lançamento do canal de vendas digital com o novo *hotsite* da Vero que também permite o recebimento das vendas no cartão pré-pago Banrisul Visa – Vero.
- O lançamento do APP Vero Banrisul para gestão das vendas e a contratação da antecipação de recebíveis, dentre outras funcionalidades.
- A celebração de Contrato de Associação para a criação de joint venture com o Banrisul S.A., a OPnGO Brasil Tecnologia S.A. e a OPnGO Group BV para constituição de parceria estratégica que explora solução que integra o sistema de aquisição da Vero com o serviço de conveniência de acesso e pagamento de estacionamentos da OPnGO, voltada a centros de compras do território nacional.



Cartões de Benefícios e Empresariais

- O faturamento dos cartões de benefícios e empresariais somou R\$392,1 milhões no 4T18, com incremento de 4,0% em comparação com o 4T17. O total faturado no ano de 2018 registrou R\$1.452,7 milhões, com elevação de 4,5% em relação a 2017.
- A implantação da nova processadora das transações com cartões de benefícios e empresariais BanriCard, que permite ampliar a eficiência das operações e modernizar a plataforma operacional.

Resultados Financeiros da Banrisul Cartões S.A.

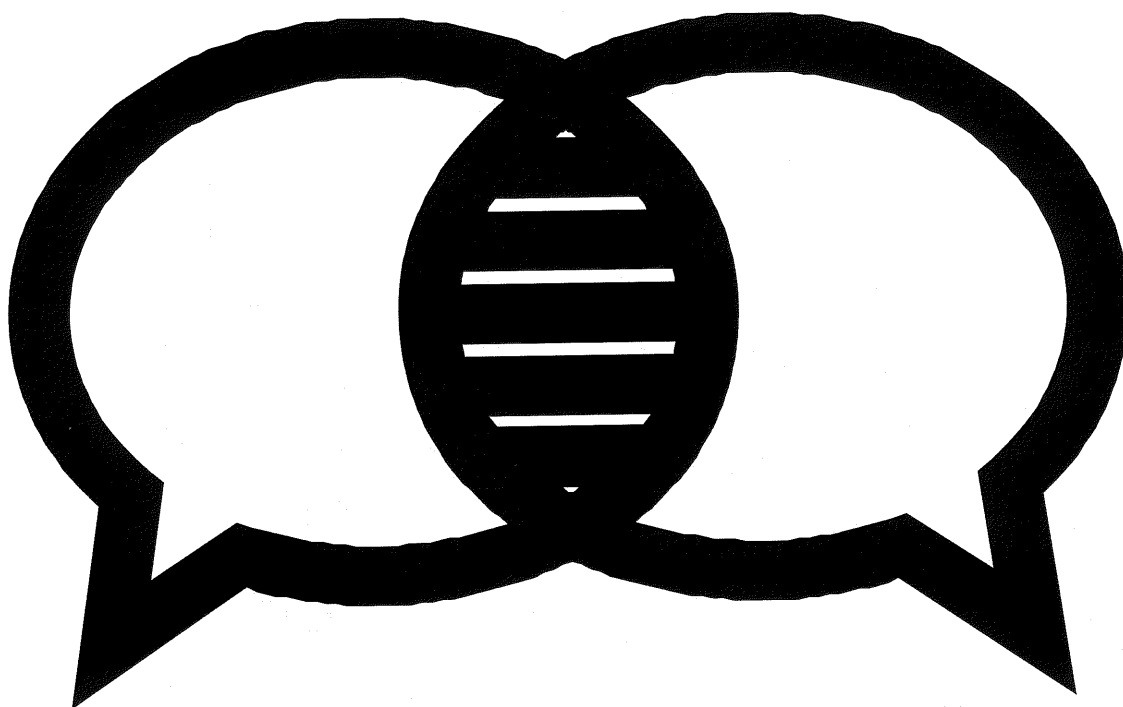
- A Receita Líquida alcançou R\$128,9 milhões no 4T18, com redução de 11,2% em relação ao 4T17. No acumulado do ano, a Receita Líquida registrada foi de R\$514,9 milhões, valor 1,4% inferior ao apurado no ano de 2017 (vide página 11).
- O EBITDA foi de R\$64,4 milhões no 4T18, 10,9% superior ao 4T17, com margem EBITDA de 50,0%, em comparação ao 4T17. No ano de 2018, o EBITDA foi de R\$251,0 milhões, 20,3% acima do apurado no ano de 2017, com margem EBITDA de 48,7%.
- O Lucro Líquido totalizou R\$258,9 milhões, com elevação de 16,6% em comparação ao ano anterior.
- O Patrimônio Líquido registrou R\$903,8 milhões ao final de dezembro de 2018.
- A Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (ROE) foi de 28,6%.

Destaques Operacionais e Financeiros		4T18	4T17	Var. %	3T18	Var. %	2018	2017	Var. %
Volume Financeiro Transacionado (R\$ milhões)	VERO	7.634,9	6.317,7	20,8%	6.647,2	14,9%	26.717,5	22.468,0	18,9%
		87,1	73,6	18,3%	76,3	14,1%	308,5	268,4	15,0%
Faturamento (R\$ milhões)	BANRICARD	392,1	377,2	4,0%	366,5	7,0%	1.452,7	1.390,1	4,5%
Quantidade de Transações (milhões)		5,6	5,4	2,3%	5,4	3,6%	21,5	21,2	1,1%
EBITDA (R\$ milhões)		64,4	58,1	10,9%	62,6	3,0%	251,0	208,6	20,3%
% Margem EBITDA		50,0%	40,0%	+10,0p.p.	53,2%	-3,2p.p.	48,7%	39,9%	+8,8p.p.
Lucro Líquido (R\$ milhões)		68,6	60,5	13,3%	65,0	5,5%	258,9	222,1	16,6%

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Banrisul Cartões S.A., referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").



LINHA DE PRODUTOS

A Banrisul Cartões atua em duas linhas de produtos:

Rede de Adquirência com a marca Vero: envolve a realização de atividades de credenciamento, captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito, débito, pré e pós-pagos.

Cartões de Benefícios e Empresariais com a marca BanriCard: envolve a emissão dos cartões pré e pós-pagos, administrados por meio de convênios.

A seguir é detalhado o desempenho operacional por linha de produto.

Rede de Adquirência Vero

No ano de 2018, a Vero destaca como principais novidades:

- lançamento do Plano Free, possibilitando o acesso à solução POS Vero Max sem o pagamento de mensalidade, mediante faturamento mínimo; e da solução Vero Up 3G + Wi-Fi. Os novos planos foram divulgados por campanhas de mídia em múltiplos veículos de comunicação;
- lançamento do novo *hotsite* da Vero como canal de vendas e de comunicação mais ágil, simplificando o credenciamento;
- possibilidade de recebimento das vendas no cartão pré-pago Banrisul Visa – Vero;
- captura das novas bandeiras Sodexo e Cabal;
- lançamento do APP Vero Banrisul para gestão das vendas e a contratação da antecipação de recebíveis, dentre outras funcionalidades;
- habilitação dos *softwares* de mais de 90% do parque de POS na tecnologia NFC (comunicação por proximidade), que permite pagamentos por aproximação com cartão; e
- lançamento do Vero RePay, que viabiliza a cobrança recorrente, semelhante ao débito automático, porém no cartão de crédito e sem comprometer o limite do cliente.

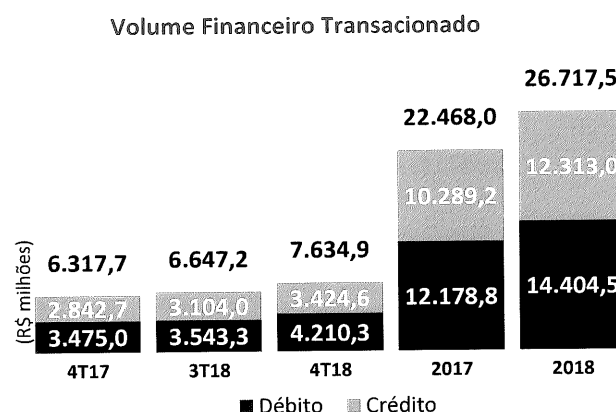
O volume financeiro transacionado totalizou R\$7.634,9 milhões no 4T18, montante 20,8% ou R\$1.317,2 milhões superior ao valor apurado no 4T17 e 14,9% ou R\$987,6 milhões acima do 3T18.

No ano de 2018, o volume financeiro transacionado totalizou R\$26.717,5 milhões, montante 18,9% ou R\$4.249,4 milhões superior ao apurado no ano de 2017. O aumento é decorrente, especialmente, da captura da bandeira Elo e de faturamento oriundo das parcerias com subcredenciadores.

Especificamente com cartões de débito foram transacionados R\$4.210,3 milhões no 4T18, refletindo incremento de 21,2% ou R\$735,3 milhões em comparação com o 4T17 e aumento de 18,8% ou R\$667,1 milhões em relação ao 3T18. No ano de 2018, foram transacionados R\$14.404,5 milhões com cartões de débito, refletindo incremento de 18,3% ou R\$2.225,7 milhões em comparação com o ano de 2017.

Com cartões de crédito, o volume financeiro transacionado totalizou R\$3.424,6 milhões no 4T18, valor 20,5% ou R\$581,9 milhões acima do realizado no 4T17 e 10,3% ou R\$320,6 milhões superior ao apurado no 3T18. No ano de 2018, o volume financeiro transacionado com cartões de crédito totalizou R\$12.313,0 milhões, valor 19,7% ou R\$2.023,8 milhões acima do realizado em 2017.

O volume de transações alcançou 87,1 milhões no 4T18, resultado 18,3% ou 13,5 milhões de transações acima do apurado no 4T17 e 14,1% ou 10,8 milhões de transações superior ao contabilizado no 3T18.



No ano de 2018, o volume de transações alcançou 308,5 milhões, resultado 15,0% ou 40,2 milhões de transações acima do apurado em 2017.

Antecipação do Recebimento de Vendas

A Banrisul Cartões oferece antecipação do recebimento de vendas aos clientes credenciados. No quarto trimestre de 2018, o volume financeiro das antecipações totalizou R\$956,6 milhões, atingindo 26,1% do volume passível de antecipação, representado pelas transações de crédito, montante 70,3% ou R\$394,8 milhões acima do registrado no 4T17 e 14,9% ou R\$124,2 milhões superior ao 3T18.

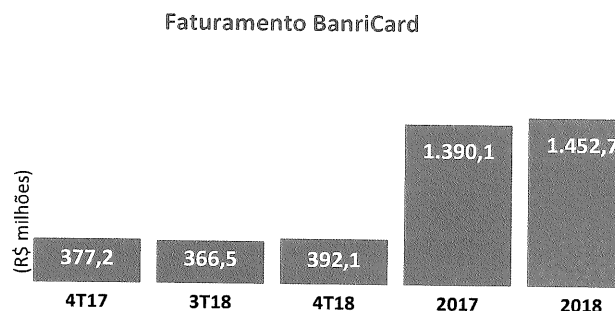
No ano de 2018, o volume financeiro das antecipações totalizou R\$3.186,3 milhões, atingindo 24,4% do volume passível de antecipação, representado pelas transações de crédito, montante 59,1% ou R\$1.183,4 milhões acima do registrado no ano de 2017. O saldo da carteira de antecipação do recebimento de vendas alcançou R\$735,4 milhões em dezembro de 2018, cujo aumento foi de 110,4% ou R\$386,0 milhões, quando confrontado com o ano de 2017.

O crescimento identificado é relativo ao aumento do volume antecipado pelo canal de vendas agências do Banrisul, com antecipação automática, e principalmente pelo segmento de subcredenciadoras.

Cartões de Benefícios e Empresariais BanriCard

No decorrer do ano de 2018, destaca-se a implantação da nova processadora das transações com cartões de benefícios e empresariais BanriCard, que permite ampliar a eficiência das operações e modernizar a plataforma operacional. Ao final de dezembro de 2018, a linha de produtos BanriCard alcançou 6.931 convênios ativos, com redução de 23,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. A redução advém, especialmente, da alteração do modelo de cadastro dos condomínios, que deixaram de ser registrados individualmente passando a estar vinculados a único convênio de suas administradoras. Os cartões BanriCard alcançaram 446.242 cartões ativos em dezembro de 2018.

O faturamento dos cartões BanriCard totalizou R\$392,1 milhões no 4T18, com aumento de 4,0% ou R\$14,9 milhões em relação ao 4T17 e com crescimento de 7,0% ou R\$25,7 milhões em relação ao 3T18. No ano de 2018, o faturamento dos cartões BanriCard totalizou R\$1.452,7 milhões, com aumento de 4,5% ou R\$62,6 milhões na comparação com o ano anterior.



No 4T18, os cartões BanriCard alcançaram o volume de 5,6 milhões de transações de compra na rede credenciada, refletindo aumento de 2,3% ou 126,1 mil em comparação com o 4T17 e apresentando crescimento de 3,6% ou 190,6 mil em relação ao 3T18 dada a sazonalidade do período. No ano de 2018, os cartões BanriCard alcançaram o volume de 21,5 milhões de transações de compra na rede credenciada, refletindo aumento de 1,1% ou 227,2 mil em comparação com o ano de 2017.

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Em 2018, a Banrisul Cartões atingiu o Lucro Líquido de R\$258,9 milhões, o que representa crescimento de 16,6% ou R\$36,8 milhões frente ao resultado do mesmo período do ano anterior. Esse resultado é decorrente do crescimento dos negócios, sobretudo da rede de aquisição Vero, devido às novas parcerias com subcredenciadores, ao maior faturamento da bandeira Elo e ao aumento das receitas com antecipação de recebíveis.

A Receita Operacional Bruta da Banrisul Cartões somou R\$600,5 milhões, com redução de 1,3% em relação ao ano de 2017, impactada pela adequação contratual quanto à definição de MDR, receita que passou a ser reconhecida pelo seu valor descontado da taxa de intercâmbio retida pelos emissores dos cartões capturados pela Vero. Consequência também desta adequação contratual, o custo dos serviços prestados auferiu R\$211,9 milhões nos doze meses de 2018, com redução de 23,0%.

Receita Líquida

A Receita Líquida da Banrisul Cartões totalizou R\$128,9 milhões no 4T18, refletindo decréscimo de 11,2% ou R\$16,3 milhões em relação ao 4T17 e elevação de 9,5% ou R\$11,2 milhões quando comparado com o 3T18.

No ano de 2018, a Receita Líquida da Banrisul Cartões totalizou R\$514,9 milhões, refletindo decréscimo de 1,4% ou R\$7,2 milhões em relação ao ano de 2017. A redução é decorrente da alteração nas cláusulas contratuais vigentes relativo à definição de MDR que tem consequente redução na Receita Líquida, pois a taxa de intercâmbio deixa de compor a receita de MDR.

Custo dos Serviços Prestados

O Custo dos Serviços Prestados atingiu R\$38,0 milhões no 4T18, com redução de 48,7% ou R\$36,1 milhões na comparação com o 4T17 e decréscimo de 12,7% ou R\$5,5 milhões em relação ao 3T18.

No ano de 2018, o Custo dos Serviços Prestados alcançou R\$211,9 milhões, com redução de 23,0% ou R\$63,3 milhões na comparação com o ano de 2017. A redução é decorrente da alteração nas cláusulas contratuais vigentes relativo à definição de MDR que tem consequente redução no Custo dos Serviços Prestados, pois a taxa de intercâmbio deixa de compor a receita de MDR.

Receitas (Despesas) Operacionais

As Despesas Operacionais Líquidas totalizaram R\$26,8 milhões no 4T18, com aumento de 103,0% ou R\$13,6 milhões frente ao verificado no 4T17 e alta de 127,2% ou R\$15,0 milhões quando comparado com o 3T18.

No ano de 2018, as Despesas Operacionais Líquidas totalizaram R\$53,3 milhões, com aumento de 34,8% ou R\$13,8 milhões frente ao verificado em 2017. A elevação provém, especialmente, da rubrica despesas com serviços, refletindo aumento de 97,7% ou R\$17,3 milhões decorrentes, principalmente, da contratação de consultoria estratégica, objetivando auxiliar na reorganização e ampliação dos negócios da Companhia.

EBITDA

O EBITDA¹ totalizou R\$64,4 milhões no 4T18, representando crescimento de 10,9% em relação ao 4T17, e elevação de 3,0% quando comparado ao 3T18. No ano de 2018, o EBITDA totalizou R\$251,0 milhões, refletindo aumento de 20,3% em relação ao ano anterior, conforme demonstrado a seguir (em R\$milhões):

EBITDA	4T18	4T17	Var.%	3T18	Var.%	2018	2017	Var.%
Lucro Líquido	68,6	60,5	13,3%	65,0	5,5%	258,9	222,1	16,6%
Resultado Financeiro	-37,9	-30,7	23,6%	-35,8	5,9%	-139,8	-126,2	10,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	33,4	28,0	19,3%	33,1	1,0%	130,6	111,5	17,1%
Depreciação e Amortização	0,4	0,2	64,9%	0,3	32,6%	1,2	1,2	3,7%
EBITDA	64,4	58,1	10,9%	62,6	3,0%	251,0	208,6	20,3%
Receita Líquida	128,9	145,2	-11,2%	117,6	9,5%	514,9	522,1	-1,4%
% Margem EBITDA	50,0%	40,0%	+10,0p.p.	53,2%	-3,2p.p.	48,7%	39,9%	+8,8p.p.

¹A administração acredita que o EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é um parâmetro importante, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e de rentabilidade. No entanto, o EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez.

O incremento de 10,0p.p. na Margem EBITDA no 4T18 comparado com o 4T17 e elevação de 8,8p.p. na Margem EBITDA na comparação anual, reflete o efeito gerado pela alteração nas cláusulas contratuais vigentes relativo à definição de MDR que, embora não sensibilize o lucro líquido da Companhia, tem consequente redução na Receita Líquida, pois a taxa de intercâmbio deixa de compor a receita de MDR. Com relação ao 3T18, a Margem EBITDA reduziu 3,2 p.p.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Banrisul Cartões totalizou R\$37,9 milhões no 4T18, refletindo crescimento de 23,6% ou R\$7,2 milhões na comparação com o mesmo período de 2017 e aumento de 5,9% ou R\$2,1 milhões em relação ao 3T18. No ano de 2018, o Resultado Financeiro da Banrisul Cartões totalizou R\$139,8 milhões, refletindo crescimento de 10,8% ou R\$13,6 milhões na comparação com o mesmo período de 2017.

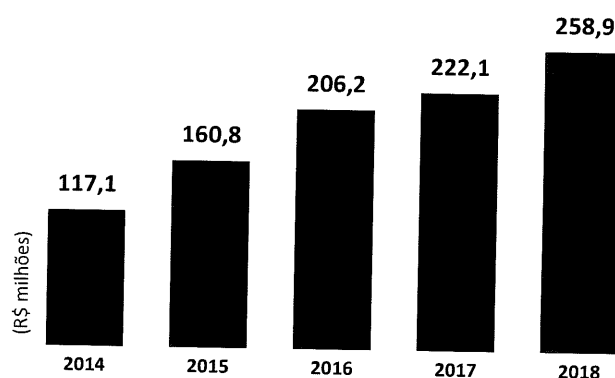
As Receitas Financeiras somaram R\$37,1 milhões no 4T18, resultado 20,4% ou R\$6,3 milhões superior ao apurado no 4T17 e 2,5% ou R\$907,0 mil acima do obtido no 3T18. No ano de 2018, as Receitas Financeiras somaram R\$140,2 milhões, resultado 10,2% ou R\$13,0 milhões superior ao apurado em 2017. Tais receitas são oriundas, principalmente, da Antecipação do Recebimento de Vendas e das Aplicações Financeiras.

As Antecipações do Recebimento de Vendas, cujo montante representa 78,5% do total das Receitas Financeiras apuradas no ano de 2018, somaram R\$110,0 milhões, com crescimento de 40,4% ou R\$31,6 milhões ante ao obtido em 2017. O crescimento identificado é relativo ao aumento do volume antecipado pelo canal de vendas agências do Banrisul, com antecipação automática, e especialmente pelo segmento de subcredenciadoras.

Já as Aplicações Financeiras somaram R\$28,3 milhões, resultado 38,4% ou R\$17,7 milhões abaixo do registrado no ano de 2017. A menor remuneração das aplicações da Companhia é explicada, em parte, pelo cenário macroeconômico de redução das taxas de juros que afeta a rentabilidade da carteira, mas, principalmente, pelo maior direcionamento dos recursos livres para financiar as antecipações do recebimento de vendas.

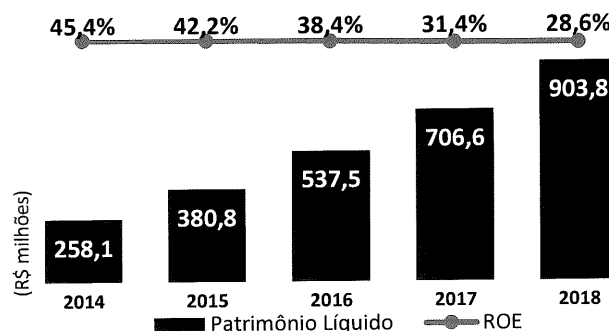
Lucro Líquido

A Banrisul Cartões alcançou Lucro Líquido de R\$258,9 milhões no exercício de 2018, superando em 16,6% ou R\$36,8 milhões o resultado do ano anterior. O crescimento do Lucro líquido da Companhia é explicado, principalmente, pelo desempenho da rede de adquirência Vero, pelo início da captura de novas bandeiras e pelo acréscimo de operações de Antecipação do Recebimento de Vendas, bem como pela redução nos custos dos serviços prestados.



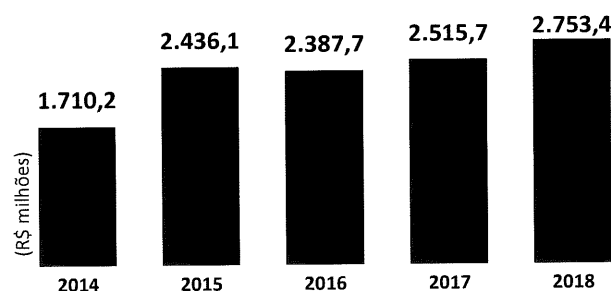
Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido da Banrisul Cartões atingiu R\$903,8 milhões ao final do ano de 2018, com elevação de 27,9% ou R\$ 197,2 milhões em comparação com o ano de 2017. A Rentabilidade calculada sobre o Patrimônio Líquido (ROE) foi de 28,6%.



Ativos

Os Ativos Totais alcançaram R\$2.753,4 milhões ao final de 2018, valor 9,5% ou R\$237,7 milhões superior ao contabilizado no mesmo período de 2017.



AUDITORIA, CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

Em consonância com a Lei nº 12.865/13 e as normas do BACEN, a Banrisul Cartões aderiu ao sistema de controles internos e de conformidade do Grupo Banrisul, um conjunto de políticas e procedimentos, instituídos pela alta administração, para assegurar que os riscos inerentes às atividades da organização sejam identificados e administrados adequadamente, assegurando o alcance dos seus objetivos nos seguintes aspectos:

- Conformidade às leis, regulamentos e demais normas aplicáveis, bem como às políticas internas.
- Eficiência e eficácia das operações.
- Proteção dos recursos contra perdas decorrentes de desperdícios, erros e fraudes.
- Preparação e manutenção de dados financeiros fidedignos, divulgando-os em relatórios tempestivos e nos canais de comunicação competentes.
- Promoção do combate à corrupção, terrorismo e lavagem de dinheiro.

Para obter sinergia e eficiência, o processo de gestão de riscos da Banrisul Cartões é realizado de forma integrada com o seu controlador, o Banrisul, permitindo assim visão individual e global dos riscos aos quais a empresa e o grupo estão expostos, bem como a mitigação dos mesmos.

A descrição das estruturas institucionais de gestão de capital e de riscos corporativos do Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul, do qual a Banrisul Cartões é integrante, está disponível no site de Relações com Investidores do Banrisul, no caminho: Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos. Nesse ambiente, também está publicado o Relatório de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul.

A Banrisul Cartões adota práticas e políticas que possibilitam realizar suas atividades de gerenciamento dos riscos operacional, de liquidez e de crédito em níveis adequados ao seu capital, à sua capacidade operacional, à natureza das atividades e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, com vistas à manutenção da solidez, da eficiência, do regular funcionamento dos negócios e da preservação do valor e da liquidez.

Para a Banrisul Cartões, o gerenciamento dos riscos é fundamental para fortalecer o perfil corporativo da Companhia e imprescindível para atingir o nível de crescimento desejado.

Adicionalmente, a Banrisul Cartões submete-se à Auditoria Interna do controlador, objetivando estar em conformidade com a Regulamentação vigente e, de maneira orientada, agregar valor e melhorar suas operações. A Auditoria Interna auxilia a organização a alcançar seus objetivos, trazendo abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança, mantendo a sinergia em todo o conglomerado.

REGULAMENTAÇÃO

Com a promulgação da Lei nº 12.865/13, a Banrisul Cartões passou a estar sujeita ao cumprimento da regulação do BACEN, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em novembro de 2014, a Banrisul Cartões protocolou o pedido para autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento (emissora e credenciadora) e como Instituidora do Arranjo de Pagamento BanriCard. Desde então, a Companhia aguarda a deliberação das autorizações e implanta procedimentos a fim de estar em total conformidade com a regulamentação.

No que tange ao processo de aprovação e autorização do Arranjo de Pagamento BanriCard (Pré-pago), com a publicação da Circular nº 3.886 de 2018, que altera as regras para apuração da volumetria (volume financeiro transacionado e quantidade de transações) que estabelecem os limites para integrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), a Banrisul Cartões teve arquivado o seu processo de autorização como Instituidor de Arranjo de Pagamento. Ademais, a Banrisul Cartões cumpriu a obrigação de prestar as informações e estatísticas exigidas anualmente em relação aos Arranjos de Pagamento BanriCard (Pré e Pós-pago). Com relação ao pedido de autorização para atuar como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissora e credenciadora, a Banrisul Cartões encaminhou a volumetria solicitada por meio de ofício ao BACEN, no mês de abril de 2018, e aguarda deliberação desde então.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Visando estar em conformidade com as boas práticas de governança, a Companhia adota as seguintes políticas e procedimentos:

- a) Política de Distribuição de Dividendos: aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 21/12/2017.
- b) Política de Divulgação de Informações: aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 24/05/2018.
- c) Código de Conduta e Integridade: a Companhia segue o Código de Conduta e Integridade do seu acionista controlador, o Banrisul, o qual abrange todas as controladas, inclusive a Companhia.
- d) Política de Gestão de Pessoas: a Companhia adota a Política de Gestão de Pessoas do seu acionista controlador, o Banrisul, a qual abrange todas as controladas, inclusive a Companhia.
- e) Comitê de Elegibilidade e Remuneração: de acordo com o Estatuto Social, a Companhia adota o Comitê de Elegibilidade e Remuneração do seu acionista controlador, o Banrisul, o qual abrange todas as controladas, inclusive a Companhia. O referido comitê possui práticas alinhadas com a exigência da Lei das Estatais no que diz respeito a política que regule o processo de indicação e de avaliação de membros para o conselho de administração e o conselho fiscal.

Em setembro, a Banrisul Cartões obteve o registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), tornando-se Companhia de capital aberto.

No mês de novembro de 2018, a Banrisul Cartões, em conjunto com o controlador Banrisul, celebrou Contrato de Associação com a OPnGO Brasil Tecnologia S.A. e a OPnGO Group BV para constituição de parceria estratégica que objetiva oferecer solução integrada de pagamento ("Solução VeroGo"), voltada a centros de compras do território nacional, que permitirá o pagamento de compras realizadas junto aos lojistas credenciados e de tarifas de estacionamento. As participações societárias da nova sociedade,

denominada VeroGo, que representa passo importante na expansão nacional da rede de aquisição Vero da Banrisul Cartões, serão distribuídas em: 44,01% para a OPnGO e 6% para a OPnGO Group, em conjunto, detendo 50,01%; e 43,99% para a Banrisul Cartões e 6% para o Banrisul, detendo, em conjunto, 49,99%.

A Vero atingiu a 16ª posição no *ranking The Nilson Report* dos maiores adquirentes da América Latina em 2017. No *ranking* mundial, da mesma instituição, alcançou a 98ª posição.

Pelo segundo ano consecutivo, a Banrisul Cartões figurou entre as 1.000 maiores empresas do País, classificada na 961ª posição do *ranking Melhores e Maiores 2018* da Revista Exame, e na posição 753ª posição no *ranking* Empresas Mais do Jornal Estadão, com base no valor de receita líquida auferida em 2017.

PATROCÍNIOS E DOAÇÕES

Visando incentivar o esporte e cultura no Estado do Rio Grande do Sul, a Banrisul Cartões contribui com patrocínio à Associação Carlos Barbosa de Futsal (ACBF), à Casa de Música da Ospa, bem como com incentivos a projetos contemplados pela Lei Roaunet.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, a Banrisul Cartões não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, conforme os seguintes padrões internacionais aceitos: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses do seu cliente.

AGRADECIMENTOS

A Banrisul Cartões agradece ao seu controlador, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., pelo apoio irrestrito na concretização dos projetos estratégicos que fortaleceram a Companhia. Aos empregados, pelo comprometimento e competência, essenciais para o alcance das conquistas e resultados. Aos fornecedores e parceiros comerciais, pelo auxílio na prestação de serviços com excelência e, em especial, aos clientes, pela escolha, fidelidade e incentivo à busca incessante pela qualidade. A todos, nossos sinceros agradecimentos em mais este ano.



DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS

2018

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	529.754	524.157
Clientes	5	2.206.109	1.968.285
Outros ativos		2.966	12.371
Total do ativo circulante		2.738.829	2.504.813
Ativo não circulante			
Ativos fiscais diferidos	6	3.049	3.029
Depósitos judiciais	12	3.317	4.310
Títulos Mantidos em Garantia		4.264	
Outros ativos		1.058	1.400
Imobilizado	7	2.891	2.121
Total do ativo não circulante		14.579	10.860
Total dos ativos		2.753.408	2.515.673
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Cartões em circulação	8	67.007	66.913
Contas a pagar a estabelecimentos	9	1.636.726	1.624.459
Dividendos a pagar	13 b	61.483	52.738
Obrigações fiscais	10	40.574	24.063
Outros passivos	11	36.496	31.804
Total do passivo circulante		1.842.286	1.799.977
Passivo não circulante			
Provisão para contingências	12	4.575	7.122
Outros passivos	11	2.774	2.012
Total do passivo não circulante		7.349	9.134
Patrimônio líquido			
Capital social	13 a	610.000	450.000
Reserva de lucros		294.702	257.308
Ajustes de avaliação patrimonial		(929)	(746)
Total do patrimônio líquido		903.773	706.562
Total do passivo e patrimônio líquido		2.753.408	2.515.673

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado do Exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2018	2017
Receita líquida	15	514.872	522.127
Custo dos serviços prestados	16	(211.852)	(275.248)
Lucro bruto		303.020	246.879
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	17	(47.631)	(30.609)
Pessoal	17	(5.484)	(3.988)
Outras receitas/(despesas)	18	(187)	(4.886)
Lucro antes do resultado financeiro		249.718	207.396
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	140.172	127.190
Despesas financeiras	19	(409)	(1.031)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		389.481	333.555
Imposto corrente	14	(130.406)	(112.075)
Imposto diferido	14	(198)	574
Lucro líquido do exercício		258.877	222.054
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$		0,63	0,54

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	258.877	222.054
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefício pós-emprego	(277)	(345)
Efeito tributário sobre o ajuste	94	117
Total dos resultados abrangentes do exercício	258.694	221.826

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros					Total
	Capital social	Reserva de expansão	Reserva legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	300.000	211.729	26.263	(518)	-	537.474
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	222.054	222.054
Aumento de capital social	150.000	(150.000)	-	-	-	-
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefício pós-emprego	-	-	-	(228)	-	(228)
Reserva legal	-	-	11.103	-	(11.103)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(52.738)	(52.738)
Reserva de expansão	-	158.213	-	-	(158.213)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	450.000	219.942	37.366	(746)	-	706.562
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	258.877	258.877
Aumento de capital social (Nota 13 a)	160.000	(160.000)	-	-	-	-
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefício pós-emprego	-	-	-	(183)	-	(183)
Reserva legal	-	-	12.944	-	(12.944)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(61.483)	(61.483)
Reserva de expansão	-	184.450	-	-	(184.450)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	610.000	244.392	50.310	(929)	-	903.773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	258.877	222.054
Ajuste lucro líquido		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.224	3.380
Depreciações (Nota 7)	1.234	1.191
Provisão para contingências	275	2.274
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução de clientes	(240.048)	(30.739)
(Aumento) redução de outros ativos	102.623	85.328
(Aumento) redução dos depósitos judiciais	993	(1.395)
Aumento (redução) de cartões em circulação	94	3.713
Aumento (redução) de contas a pagar a estabelecimentos	12.266	(51.562)
Aumento (redução) de obrigações fiscais	30.047	14.349
Aumento (redução) de outros passivos	1.871	(4.361)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(110.117)	(97.638)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades operacionais	60.339	146.594
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado (Nota 7)	(2.004)	(1.862)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades de investimento	(2.004)	(1.862)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(52.738)	(48.978)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades de financiamento	(52.738)	(48.978)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.597	95.754
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	524.157	428.403
No fim do exercício	529.754	524.157
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	5.597	95.754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Valores Adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

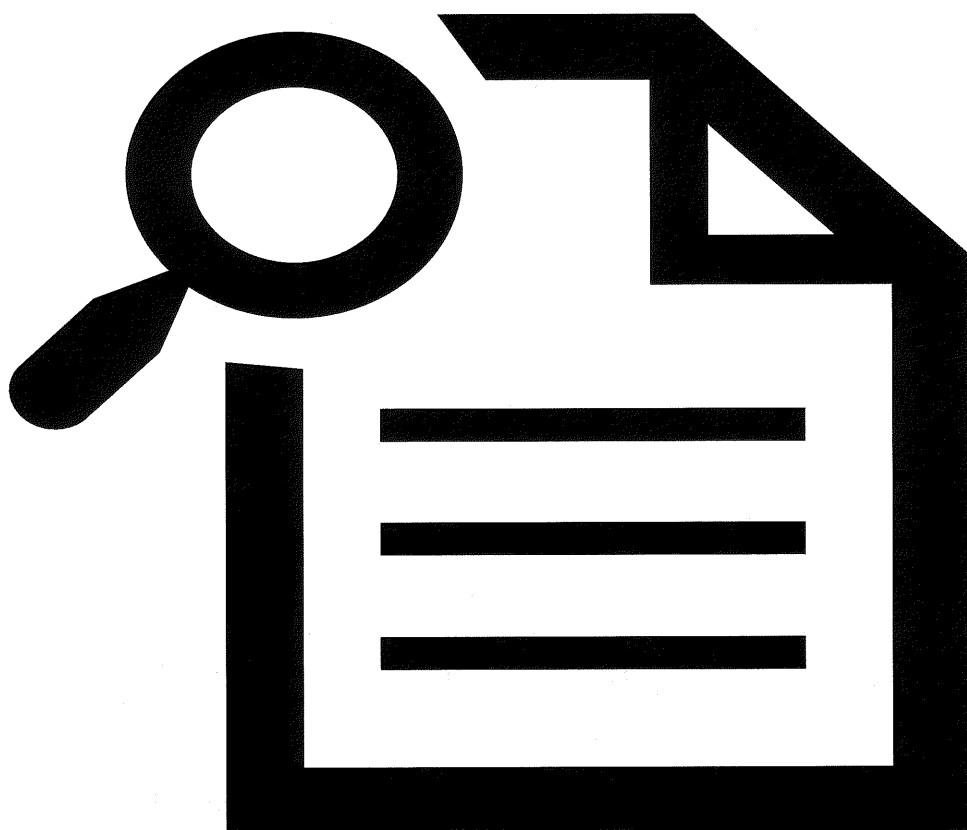
	2018	2017
Receitas		
Receita da prestação de serviços	599.311	605.654
Outras receitas	3.258	3.228
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(210.653)	(274.057)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(36.789)	(18.029)
Outros	(12.444)	(15.999)
Valor adicionado bruto	342.683	300.797
Depreciação e amortização	(1.235)	(1.191)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	341.448	299.606
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	140.172	127.190
Valor adicionado total a distribuir	481.620	426.796
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	5.484	3.988
Remuneração direta	3.826	2.592
Benefícios	546	580
FGTS	245	184
INSS	867	632
Impostos, taxas e contribuições	216.392	199.569
Federais	186.368	169.152
Municipais	30.024	30.417
Remuneração de capitais de terceiros	867	1.185
Despesas financeiras	409	1.031
Aluguéis e outros	458	154
Remuneração de capitais próprios	258.877	222.054
Dividendos	61.483	52.738
Lucros retidos	197.394	169.316
Valor adicionado distribuído	481.620	426.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS

EXPLICATIVAS

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Banrisul Cartões S.A., com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma).



NOTA 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Banrisul Cartões S.A. (“Banrisul Cartões” ou “Companhia”) é uma empresa de capital aberto estabelecida no Brasil, que opera na região Sul do País, controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul” ou “Banco”), com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Suas operações são conduzidas de acordo com os regramentos e normas do Banco Central do Brasil e demais entidades reguladoras que norteiam o mercado, de forma integrada com seu controlador, cujos benefícios dos serviços prestados entre Controlador e Controlada e os custos da estrutura operacional e administrativa compartilhada são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade dos serviços utilizados.

A Banrisul Cartões atua em duas linhas de produtos: (i) Rede de Adquirência com a marca Vero, que envolve a realização de atividades de credenciamento, captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito, débito, pré e pós-pagos; e (ii) Cartões de Benefícios e Empresariais com a marca BanriCard, que abrange a emissão dos cartões Pré e Pós-pagos, administrados por meio de convênios.

A principal fonte de receita da Banrisul Cartões é decorrente da taxa de “*Merchant Discount Rate (MDR)*” descontada dos estabelecimentos comerciais sobre o volume transacionado na rede de adquirência Vero, que é composta pela Taxa da Credenciadora e Taxa da Bandeira. Também oriundas da rede de adquirência Vero, destacam-se as receitas de mensalidade, aluguel de equipamentos e conectividade. Em relação aos Cartões de Benefícios e Empresariais BanriCard, as principais receitas são provenientes da Taxa de Reembolso cobrada dos estabelecimentos comerciais sobre o volume transacionado e da Taxa de Administração cobrada das empresas conveniadas.

A Companhia promoveu ajustes no contrato de credenciamento ao Sistema Vero, com o devido enquadramento jurídico, esclarecendo que a prestação de serviços pela Banrisul Cartões não inclui o valor relativo à Taxa do Emissor, pois o MDR descontado do estabelecimento comercial é objeto de divisão entre o Emissor, a Credenciadora e também a Bandeira. Em razão disso, considerando a viabilidade do Sistema Vero, garantida a partir da internalização do processamento das transações capturadas, a partir de maio de 2018, a Companhia refletiu a alteração contratual na contabilização relativo a parcela do MDR (intercâmbio) retida pelos emissores dos cartões de débito e crédito capturados pela rede de adquirência Vero.

No que tange a esta parcela do MDR, a Companhia funciona como agente e sua receita corresponde tão somente aos serviços prestados pela rede de adquirência aos estabelecimentos credenciados. Neste contexto, a receita de MDR da Companhia é reconhecida pelo valor efetivo dos serviços prestados, desconsiderando o valor retido pelos emissores; e o intercâmbio não compõe o custo dos serviços prestados.

Desta forma, o Ativo referente ao contas a receber dos emissores é contabilizado pelo valor líquido do desconto da parcela do MDR (intercâmbio), retida pelos emissores. E, o Passivo, referente ao Contas a Pagar aos estabelecimentos credenciados, é registrado pelo valor líquido a pagar, isto é, já descontado do MDR da transação.

O MDR descontado dos estabelecimentos comerciais sobre as transações capturadas pela rede de adquirência Vero remunera: (i) o serviço prestado pela Companhia; (ii) o intercâmbio descontado pelos emissores dos cartões transacionados na rede de adquirência Vero; e (iii) a taxa cobrada pelas bandeiras.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2019.

NOTA 02 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a norma internacional IAS 1 e com as demais normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo IASB - “*International Accounting Standards Board*”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A preparação das informações requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia é cotista de fundo de investimento em renda fixa administrado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., no qual é a única cotista. A Banrisul Cartões cumpre os requisitos elencados no CPC 36 que a dispensam da divulgação de demonstrações contábeis consolidadas, tais como: (i) os acionistas não fazem objeção a não apresentação de demonstrações consolidadas; (ii) não possui instrumentos de dívida ou patrimoniais negociados no mercado; (iii) não possui processos de arquivamento das demonstrações contábeis junto a Comissão de Valores Mobiliários; (iv) ela própria é uma controlada integral cuja controladora divulga suas demonstrações contábeis de forma consolidada no Brasil e em IFRS.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de apresentação.

2.3. Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

A Companhia adotou inicialmente a IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes e a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, sem efeito relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros:

Introduziu novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros e substituiu o modelo de “perda incorrida” do IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de “*impairment*” aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações).

No quadro abaixo, demonstramos os impactos para a Companhia quanto à classificação de seus ativos e passivos financeiros, a partir dos requisitos da IFRS 9/CPC 48:

Ativo / Passivo Financeiro	Classificação anterior	Classificação IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber Emissores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber com partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a pagar a estabelecimentos	Outros passivos financeiros	Custo amortizado

IFRS 15 / CPC 47 - Receita de contratos com clientes:

Introduziu novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços, sendo que a receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços adquiridos. A IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida, substituindo o IAS 18 - Receitas e interpretações relacionadas.

Após as análises realizadas, a Companhia não identificou efeitos significativos da adoção desta norma nas demonstrações financeiras, uma vez que, os ativos provenientes de contratos com clientes estão registrados pelo valor dos fluxos de caixa contratuais a receber. Adicionalmente, não foram identificados impactos decorrentes de possível alteração do momento de reconhecimento da receita, dado que o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da prestação dos serviços.

2.4. Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento da receita auferida na prestação do serviço.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de emissores e conveniados.

Os principais passivos financeiros são contas a pagar a estabelecimentos e cartões em circulação, e são classificados pelo custo amortizado.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

b) Contas a receber de emissores

Contas a receber de emissores são ativos financeiros, classificados como custo amortizado, com recebimentos fixos ou determináveis. Referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras. O saldo de contas a receber de emissores está registrado no ativo circulante pelo valor das transações capturadas pela Rede de Adquirência Vero líquido do valor descontado pelos emissores a título de intercâmbio.

c) Contas a receber de conveniados

Contas a receber de conveniados correspondem às faturas em aberto emitidas aos conveniados pela liberação da carga ou utilização dos cartões de benefícios e serviços, acrescido da taxa do convênio, conforme negociação comercial. São ativos financeiros, classificados como custo amortizado, com recebimentos fixos ou determináveis, com prazo de vencimento inferior a 12 meses da data base do balanço.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas decorrentes da gestão dos produtos relacionados aos cartões de benefícios e empresariais. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas conforme previsto nas regras gerais e políticas da Companhia. A provisão é constituída de acordo com a probabilidade de perda ou não recuperabilidade dos ativos financeiros, e de acordo com a avaliação do aumento no Risco de crédito dos clientes da Companhia bem como dos Bancos emissores dos cartões de crédito e débito cujas transações são capturadas pela rede de aquisição da Companhia.

e) Cartões em circulação

Cartões em circulação são classificados como custo amortizado. Registram as obrigações referentes aos valores de cargas dos cartões de benefícios e empresariais, pré pagos, que ainda não foram utilizados pelos portadores definidos nos convênios firmados com as empresas conveniadas.

f) Contas a pagar a estabelecimentos

Contas a pagar a estabelecimentos são passivos financeiros, classificados como custo amortizado, com pagamentos fixos ou determináveis. Referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores dos cartões de débito, crédito, benefícios e empresariais nos estabelecimentos credenciados à Rede de Adquirência Vero.

O saldo de contas a pagar a estabelecimentos está registrado no passivo circulante pelo valor das transações, deduzidos das antecipações do recebimento de vendas efetuadas aos credenciados e dos valores referentes a taxas de intermediação e MDR descontados dos estabelecimentos credenciados.

2.5. Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e entre os períodos de dezembro de 2018 e 2017 não transacionou operações de longo prazo que se qualificassem a serem ajustadas. Também, analisou os realizáveis e exigíveis de curto prazo, avaliando os possíveis efeitos de um ajuste a valor presente. A análise apontou efeito não relevante, considerando que grande parte da operação possui ciclo financeiro inferior a 90 dias e há equilíbrio entre os prazos de vencimento dos direitos e das obrigações.

2.6. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada período, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável, e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.7. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos, conforme demonstrado na Nota 14.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 ao ano. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas e mensuradas pelas alíquotas aplicáveis no período o qual se espera que o ativo seja realizado.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período de reporte e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

2.8. Distribuição dos dividendos

A distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo circulante nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Quando houver dividendos adicionais propostos, declarados pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão destas, serão registrados no patrimônio líquido e divulgados em nota explicativa.

2.9. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida, a receber ou pelo abatimento de valores a pagar, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidos ao cliente e outras deduções

similares. O reconhecimento da receita é efetuado no momento em que o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pela Companhia, são transferidas para o cliente.

Na linha de produtos de Adquirência, as receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data da captura/processamento das transações. As demais receitas de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais são reconhecidas no resultado quando da efetiva prestação do serviço.

A receita decorrente da taxa de desconto comercial obtida nas operações de antecipação do recebimento de vendas é reconhecida de uma única vez na data da operação, e classificada como receita financeira.

Na linha de produtos de Cartões de Benefícios e Empresariais Banricard, o reconhecimento da receita sobre o credenciado dá-se no momento da utilização dos cartões ou da contratação dos serviços. A receita sobre o conveniado é contabilizada no momento da emissão da fatura, a qual coincide com a liberação da carga dos cartões ou, se pós-pagos, na data de corte das compras.

2.10. Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados pela Companhia é constituído pelos valores de custo com os serviços técnicos e especializados, comunicação, processamento de dados, manutenção e atualização de softwares para garantir a qualidade e segurança das informações, insumos relativos a equipamentos e materiais necessários para a efetivação da captura das transações; pelo repasse de MDR aos bancos emissores dos cartões de débito e crédito, bem como ao MDR relativo a prestação de serviços de subadquirente; e, dos valores referente a taxas das Bandeiras.

2.11. Benefício a empregados

A Banrisul Cartões é patrocinadora da FBSS - Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

(i) Planos de previdência - a Banrisul Cartões é patrocinadora de planos dos tipos “benefício definido” e de “contribuição variável”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a Companhia, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido, como ajustes de avaliação patrimonial, quando ocorrerem.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral, além de benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

(ii) Planos de saúde - são benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs), que oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão.

A Companhia oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Os ativos do plano são mantidos pela Entidade Fechada de Previdência Complementar e de Plano de Saúde - Cabergs. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente a eles. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

(iii) Prêmio aposentadoria - para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria, proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário, vigente na época da aposentadoria.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado pela Instituição somente quando:

- (1) ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- (2) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Instituição e serviço prestado pelo funcionário); e
- (3) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Instituição na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Instituição, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados anualmente por atuários independentes e qualificados.

2.12. Informação por segmento

O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da linha operacional é a administração da Companhia que se utiliza, para tomada de decisão, da margem bruta gerada pela linha de produtos de adquirência sendo que outras linhas de produtos marginais representam menos de 10% do negócio da Companhia.

2.13. Regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN)

Com a promulgação da Lei nº 12.865/13, a Banrisul Cartões passou a estar sujeita ao cumprimento da regulação do BACEN, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em novembro de 2014, a Banrisul Cartões protocolou o pedido para autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento (emissora e credenciadora) e como Instituidora do Arranjo de Pagamento BanriCard. Desde então, a Companhia aguarda a deliberação das autorizações e implanta procedimentos a fim de estar em total conformidade com a regulamentação.

No que tange ao processo de aprovação e autorização do Arranjo de Pagamento BanriCard (Pré-pago, com a publicação da Circular BACEN nº 3.886/18, que altera as regras para apuração da volumetria (volume financeiro transacionado e quantidade de transações) que estabelecem os limites para integrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), a Banrisul Cartões teve arquivado o seu processo de autorização como Instituidor de Arranjo de Pagamento. Ademais, a Banrisul Cartões cumpriu a obrigação de prestar as informações e estatísticas exigidas anualmente em relação aos Arranjos de Pagamento BanriCard (Pré e Pós-pago). Com relação ao pedido de autorização para atuar como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissora e credenciadora, a Banrisul Cartões encaminhou a volumetria solicitada por meio de ofício ao BACEN, no mês de abril de 2018, e aguarda deliberação desde então.

NOTA 03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Administração estabelece estimativas e premissas que afetam os valores de ativos e passivos reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e estão baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

a) Provisões para contingências

A Banrisul Cartões revisa periodicamente suas provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa.

b) Redução ao valor recuperável de ativos

A Banrisul Cartões revisa periodicamente seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado, com o intuito de verificar se houve aumento significativo no risco de não recuperabilidade dos mesmos. O aumento no risco pode ser ocasionado pelo não pagamento ou atraso por parte do devedor, por indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida à Demonstração do Resultado.

NOTA 04 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA ¹

	2018	2017
Disponibilidades	9.793	11.944
Cotas de fundos de investimento (b)	286.399	377.971
Aplicações em operações compromissadas (a) (b)	233.562	134.242
Total	529.754	524.157

(a) Aplicações em Fundo de investimento Banrisul Giro, cuja composição é 100% em operações compromissadas.

(b) Os saldos aplicados possuem opção de resgate imediato.

1) Este ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado.

NOTA 05 CLIENTES ²

	2018	2017
Valores a faturar (a)	853	9.180
Contas a receber de conveniados (b)	77.833	69.659
Contas a receber de emissores (c)	1.262.497	1.093.800
Contas a receber de emissores - Banrisul (d)	864.322	749.538
Contas a receber credenciados e tarifas (e)	11.736	55.016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (f)	(11.132)	(8.908)
Total	2.206.109	1.968.285

(a) O saldo corresponde aos valores contratados referente cargas nos cartões de benefícios pré-pagos e serviços por meio do sistema de manutenção de frotas que estão aguardando o fechamento da agenda financeira, conforme os prazos definidos nos convênios.

(b) Saldo composto pelos valores faturados a partir do fechamento da agenda financeira que ainda não foram liquidados pelos conveniados.

(c) O saldo corresponde ao valor líquido das transações realizadas pelos portadores de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras, capturadas pela rede de adquirência Vero, a vencer. Do saldo em 31 de dezembro de 2017, R\$ 9.719 refere-se ao valor de intercâmbio retido pelos emissores. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo já está líquido do intercâmbio.

(d) O saldo corresponde aos valores a receber do Banrisul em decorrência das transações de Banricompras e dos cartões visa e mastercard emitidos pelo Banrisul, capturadas pela rede de adquirência Vero.

(e) O saldo corresponde ao montante de valores a receber da rede credenciada referente as tarifas cobradas pelo serviço da rede de adquirência e demais valores a receber dos credenciados. Do saldo em 31 de dezembro de 2017, R\$44.335 refere-se ao valor do MDR a receber. Em 31 de dezembro de 2018 o valor relativo ao MDR foi descontado do valor a pagar aos estabelecimentos credenciados (Nota 9).

(f) Montante provisionado relativo ao risco de perda sobre valores a receber dos conveniados e credenciados conforme avaliação e políticas adotadas pela Companhia. (Nota 2.4 letra d)

A composição da carteira de clientes por vencimento está apresentada a seguir:

	2018	2017
Valores a vencer		
Até 90 dias	1.835.466	1.733.636
Acima de 90 dias	358.267	224.704
Vencidos:		
Até 90 dias	10.431	7.866
Entre 91 e 180 dias	1.514	626
Entre 181 e 360 dias	832	853
Acima de 360 dias	10.731	9.508
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - "PCLD"	(11.132)	(8.908)
Total	2.206.109	1.968.285

2) Este ativo financeiro é classificado pelo custo amortizado.

Constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2018
Saldo em 31/12/2017	(8.908)
Créditos recuperados no exercício	978
Créditos provisionados no exercício	(3.202)
Saldo em 31/12/2018	(11.132)
	2017
Saldo em 31/12/2016	(6.320)
Créditos recuperados no exercício	298
Créditos provisionados no exercício	(2.886)
Saldo em 31/12/2017	(8.908)

NOTA 06 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas por provisões temporariamente indedutíveis, tais como provisões para contingências (Nota 12) e benefícios pós-emprego (Nota 22), e estão classificados no ativo. Sobre esse valor é aplicada alíquota de 34% de imposto de renda e contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	2018			
	Ativo	Passivo	PL	Líquido
Saldo em 31/12/2017	3.029	(223)	(384)	2.422
Constituição	1.099	(123)	(218)	758
Reversão	(1.079)	-	123	(956)
Saldo em 31/12/2018	3.049	(346)	(479)	2.224

	2017			
	Ativo	Passivo	PL	Líquido
Saldo em 31/12/2016	2.290	(175)	(267)	1.848
Constituição	940	(48)	(165)	727
Reversão	(201)	-	48	(153)
Saldo em 31/12/2017	3.029	(223)	(384)	2.422

O saldo passivo está contabilizado no não circulante, no grupo outros passivos.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

A projeção da Administração para realização dos ativos fiscais diferidos é a seguinte:

	2018
2019	445
2020	445
2021	445
2022	445
Após 2023	1.269
Total	3.049

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 2.466.

NOTA 07 IMOBILIZADO

	Taxa %	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido 2018	Saldo Líquido 2017
Móveis e utensílios	10,0	7	-	7	-
Sistemas de transporte - veículos	20,0	106	(13)	93	-
Sistemas de comunicação	10,0	145	(53)	92	95
Equipamentos de informática	20,0	81	(50)	31	40
Equipamentos de captura	33,3	8.407	(5.739)	2.668	1.986
Total		8.746	(5.855)	2.891	2.121

	2017	Adições	Baixas	Depreciação	2018
Móveis e utensílios	-	7	-	-	7
Sistemas de transporte - veículos	-	106	-	(13)	93
Sistemas de comunicação	95	11	-	(14)	92
Equipamentos de informática	40	-	-	(9)	31
Equipamentos de captura	1.986	1.880	-	(1.198)	2.668
Total	2.121	2.004	-	(1.234)	2.891

NOTA 08 CARTÕES EM CIRCULAÇÃO ³

	2018	2017
Alimentação e refeição	59.229	57.938
Salário	5.270	6.185
Cultura	770	1.090
Demais cartões	1.738	1.700
Total	67.007	66.913

Saldo existente na data de fechamento das demonstrações, relativo aos valores contratados pelos conveniados que ainda não foram utilizados pelos portadores dos Cartões de Benefícios Banricard na rede credenciada. Nestas contas existem movimento constantes de aumento relativo a carga e diminuição pela utilização.

3) Este passivo financeiro é classificado pelo custo amortizado.

NOTA 09 CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS ⁴

	2018	2017
Contas a pagar transações rede de adquirência Vero (a)	1.553.141	1.529.122
Contas a pagar transações Banricard (b)	81.716	76.765
Demais contas a pagar credenciados (c)	1.869	18.572
Total	1.636.726	1.624.459

a) Saldo composto por contas a pagar aos estabelecimentos pelo valor líquido das transações capturadas, já deduzidas dos valores de MDR e das antecipações dos recebimentos de vendas solicitadas pelos lojistas junto à rede de adquirência Vero. Do saldo em 31 de dezembro de 2017, R\$44.335 refere-se ao valor do MDR a descontar dos credenciados. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo já está líquido do MDR descontado dos estabelecimentos credenciados. O MDR refere-se ao percentual descontado dos estabelecimentos credenciados sobre as transações capturadas pela rede de adquirência Vero para remunerar o serviço prestado, o repasse aos bancos emissores dos cartões transacionados na rede Vero (taxa de intercâmbio) e a taxa cobrada pelas bandeiras.

b) Saldo a pagar relativo aos valores transacionados pelos portadores dos cartões benefício e empresariais já deduzidos da taxa contratada e das antecipações dos recebimentos de vendas solicitados pelos credenciados.

c) Saldo correspondente às demais obrigações com os estabelecimentos comerciais credenciados.

A composição do contas a pagar por vencimento está apresentada a seguir:

	2018	2017
Valores a vencer		
Até 90 dias	1.463.509	1.408.375
Acima de 90 dias	173.217	216.084
Total	1.636.726	1.624.459

4) Este passivo financeiro é classificado pelo custo amortizado.

NOTA 10 OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2018	2017
Imposto de renda	19.854	9.973
Contribuição social	7.854	4.407
Imposto sobre serviços	7.436	3.306
PIS/COFINS	5.109	6.065
Retenções a recolher	321	312
Total	40.574	24.063

NOTA 11 OUTROS PASSIVOS

	2018	2017
Repasse a emissores (a)	-	9.719
Provisões operacionais (b)	27.661	16.023
Provisões e encargos folha de pagamento	353	672
Serviços a pagar (c)	6.224	3.868
Demais Passivos	2.258	1.522
Total outros passivos circulantes	36.496	31.804
Obrigações líquidas Benefício Pós-Emprego (d)	2.774	2.012
Total outros passivos	39.270	33.816

(a) Composto dos valores de MDR a repassar aos bancos emissores. A partir de maio/2018 os valores a receber dos emissores já contempla o repasse, isto é, está apresentado no Ativo pelo valor líquido e, portanto, não existem valores passivos a liquidar.

(b) Saldo relativo ao contas a pagar da Companhia do qual o montante de R\$ 9.995 (R\$ 8.338 em 31 de dezembro/17) refere-se ao ressarcimento do acordo operacional Banrisul.

(c) Saldo referente serviço de manutenção e software a pagar.

(d) Composto por valores relativos a provisão para Benefício Pós-Emprego, débitos tributários e outros.

NOTA 12 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Banrisul Cartões, na execução de suas atividades normais, é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e fiscal. As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

(a) Causas prováveis

A Banrisul Cartões provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação de perda é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

Movimentação das provisões:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Total
Saldo em 31/12/2017	4.993	580	1.549	7.122
Adições	270	206	-	476
Atualizações	19	112	388	519
Reversões	(479)	(241)	-	(720)
Pagamentos	(873)	(12)	(1.937)	(2.822)
Saldo em 31/12/2018	3.930	645	-	4.575
Depósitos Judiciais	3.314	3	-	3.317

Do montante depositado judicialmente até 31 de dezembro de 2018, R\$ 3.202 referem-se a Depósitos Judiciais - MCP (Mandato de citação e penhora) e R\$ 115 Depósito Recursal.

(b) Causas possíveis

De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para riscos sobre as causas de perdas possíveis.

	2018	2017
Trabalhistas	8.153	5.650
Cíveis	927	3.387
Fiscais	-	104
Saldo final	9.080	9.141

Contingências trabalhistas

Existem contingências trabalhistas que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 8.153 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 5.650 em 31 de dezembro de 2017).

Contingências cíveis

As ações cíveis referem-se principalmente a ações revisionais de débitos de cartão de crédito quando este produto era administrado pela Companhia, anterior ao ano de 2007.

Contingências fiscais

Em outubro de 2018 a Companhia efetuou o pagamento relativo ao processo fiscal no valor de R\$ 1.937. Em 31 de dezembro de 2018 não existem contingências fiscais a apresentar e o saldo de provisão encontra-se zerado.

NOTA 13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2018, foi aprovado o aumento do Capital Social da Companhia no valor de R\$ 160.000, mediante aproveitamento de Reserva de Lucros e sem emissão de novas ações. O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 610.000 (R\$ 450.000 em 31 de dezembro de 2017), dividido em 408.974.477 ações.

b) Distribuição de resultado

O lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 258.877, terá as seguintes destinações: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social; (ii) dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

A Composição dos valores relativo a dividendos a distribuir em 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

	%	2018	2017
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	99,78	61.348	52.624
Banrisul S.A Administradora de Consórcios	0,22	135	114
Total	100%	61.483	52.738

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e não poderá exceder a 20% do capital social da Companhia. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui em seu Patrimônio Líquido o valor de R\$ 50.310 relativo a reserva legal (R\$ 37.366 em 31 de dezembro de 2017).

d) Reservas de lucro

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, após as retenções legais e distribuição de dividendos, o saldo remanescente de lucros é transferido para a constituição de reserva de expansão, a qual terá a sua destinação pela Assembleia Geral Ordinária. O Saldo referente Reserva de Expansão em 31 de dezembro de 2018 é de R\$244.392 (R\$ 219.942 em 31 de dezembro de 2017).

e) Lucro por ação

O Lucro por Ação (LPA) pode ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída. Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos, ao passo que, no cálculo do lucro por ação diluído são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos. No Brasil, o LPA é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo líquido do exercício pelo número de ações que compõem o capital social da entidade ao final do período.

A Banrisul Cartões não dispõe de instrumentos que deveriam ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído, em razão disso o lucro por ação básico e o diluído é semelhante. Desta forma, o lucro diluído por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período pela quantidade de ações da Companhia. Os Acionistas, em 10 de abril de 2018, aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária o desdobramento das ações da Companhia em 408.974.477 Ações sendo 204.487.239 (duzentas e quatro milhões, quatrocentas e oitenta e sete mil, duzentas e trinta e nove) Ordinárias (ON) e 204.487.238 (duzentas e quatro milhões, quatrocentas e oitenta e sete mil, duzentas e trinta e oito) Preferenciais (PN).

Considerando o desdobramento no número de ações da Companhia conforme AGE de 10 de abril de 2018, o cálculo de lucro básico por ação, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, é o seguinte:

Antes do desdobramento das ações		2017
Número total de ações		2.785.801
Lucro líquido do período		222,054
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$		79,70
Após desdobramento das ações		2017
Número total de ações	408.974.477	408.974.477
Lucro líquido do período	258.877	222.054
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	0,63	0,54

NOTA 14 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	389.481	333.555
Adições (exclusões) - IRPJ		
Provisão para passivos contingentes	(2.547)	1.722
Patrocínios, doações, gratificações e incentivos	2.484	3.315
PCLD	1.210	-
Outras adições (exclusões)	315	862
Adições (exclusões) - CSLL		
Provisão para passivos contingentes	(2.547)	1.722
Patrocínios, doações, gratificações e incentivos	2.484	3.315
Provisão sobre faturas a receber	1.210	-
Outras adições (exclusões)	253	862
(=) Base do IRPJ corrente	390.943	339.454
(=) Base do CSLL corrente	390.881	339.454
Imposto de renda	(95.227)	(81.524)
Contribuição social	(35.179)	(30.551)
IRPJ e CSLL correntes	(130.406)	(112.075)
IRPJ e CSLL diferidos	(198)	574
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(130.604)	(111.501)
Alíquota efetiva	33,53%	33,40%

NOTA 15 RECEITA LÍQUIDA

	2018	2017
Receita bruta	600.503	608.340
Impostos e descontos incidentes sobre serviços	(85.631)	(86.213)
Receita líquida	514.872	522.127

A receita bruta é proveniente dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações realizadas com cartões de crédito e débito, mensalidade dos equipamentos de captura, da prestação de serviços da utilização de rede e dos serviços de administração dos cartões de benefícios e empresariais. Os impostos incidentes sobre os serviços prestados são Imposto sobre Serviços - ISS (alíquota 5%), PIS (alíquota 1,65%) e COFINS (alíquota 7,60%).

NOTA 16 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2018	2017
Serviço técnico e especializado (a)	(28.892)	(31.209)
Processamento de dados e comunicação (b)	(33.895)	(33.976)
Repasse a emissores, bandeiras e parceiras (c)	(123.939)	(201.372)
Repasse a adquirentes (d)	(16.135)	-
Outros custos (e)	(8.991)	(8.691)
Total	(211.852)	(275.248)

(a) Custos com os serviços técnicos e especializados fundamentais para a entrega dos serviços prestados.

(b) Representados pelos custos de captura e processamento dos cartões de débito, crédito e de benefícios.

(c) Taxas descontadas pelos bancos emissores sobre as transações realizadas com os cartões de crédito e débito; valor repassado às companhias parceiras pelo fornecimento de software cobrado sobre o volume transacionado com cartões de débito e crédito, e pela manutenção dos equipamentos e, valor devido às bandeiras pela efetivação das transações realizadas com os cartões de crédito e débito.

(d) Composto pelo custo de MDR descontado pelas credenciadoras dos arranjos de pagamento em que a Vero atua como facilitadora.

(e) Composto pelo custo de bobinas e de insumos utilizados no processamento das transações com cartões de crédito e débito.

NOTA 17 DESPESAS GERAIS, ADMINISTRATIVAS E DE PESSOAL

	2018	2017
Serviços técnicos e especializados	(14.813)	(3.592)
Serviços de terceiros	(20.105)	(14.016)
Patrocínios, publicidade e propaganda	(9.548)	(10.349)
Aluguéis	(458)	(153)
Outros	(2.707)	(2.499)
Total despesas gerais e administrativas	(47.631)	(30.609)
Remuneração a empregados	(1.826)	(1.786)
Encargos e benefícios	(903)	(977)
Diretoria e conselhos	(2.755)	(1.225)
Total despesas de pessoal	(5.484)	(3.988)
Total	(53.115)	(34.597)

NOTA 18 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	2018	2017
Despesas com contingências	(476)	(2.330)
Despesa de serviços - Bandeiras	-	(1.304)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.355)	(2.686)
Outras despesas	(614)	(1.794)
Total de outras despesas operacionais	(3.445)	(8.114)
Recuperação de encargos e salários	2.587	2.414
Recuperações diversas	641	813
Outras Receitas	30	1
Total de outras receitas operacionais	3.258	3.228
Total	(187)	(4.886)

NOTA 19 RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017
Rendimentos aplicações financeiras	28.302	45.967
Rendas com antecipação do recebimento de vendas (a)	109.974	78.326
Outros	1.896	2.897
Total receitas financeiras	140.172	127.190
Despesas financeiras (b)	(409)	(1.031)
Resultado financeiro	139.763	126.159

(a) Receita referente a taxa de desconto comercial obtida nas operações de antecipação do recebimento de vendas, quando da solicitação pelos estabelecimentos, para recebimento antecipado das transações com cartões efetivamente realizadas na Rede de Adquirência Vero.

(b) Despesas com tarifas bancárias, variação cambial e IOF (Imposto sobre Operações Financeiras).

NOTA 20 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Operações realizadas entre as partes relacionadas

	2018		2017	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (a)				
Caixa e equivalentes de caixa (1)	523.392	23.302	524.157	45.967
Cientes	766.389	2	765.784	5
Outros	169	4.337	160	2.275
Dividendos	(61.348)	-	(52.624)	-
Custos e despesas com a prestação dos serviços				
Reembolso custo/despesa de pessoal	(7.535)	(47.007)	(3.385)	(41.763)
Reembolso custo/despesa de comunicação e processamento	(2.153)	(34.673)	(2.533)	(33.729)
Reembolso despesas gerais	(307)	(958)	(2.420)	(1.990)
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	-	(5)	-	(7)
Empresas coligadas grupo Banrisul				
Cientes	122	-	113	-
Dividendos	(135)	-	(114)	-
Outros	73	-	58	668
Estado do Rio Grande do Sul				
Cientes	1.179	45	3.629	60

(1) Saldo composto por aplicações em Fundos de Investimento Premiun e Giro, os quais tiveram uma taxa média de rendimento de 6,32% e 5,83% em dezembro/2018 (9,99% e 9,38% em dezembro/2017), respectivamente.

Existe acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) - Controlador e a Companhia, cujos custos são ressarcidos mensalmente pelas partes.

(a) A Companhia possui contrato com o Banrisul, abrangendo também as subsidiárias (coligadas do grupo Banrisul: Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e Banrisul Armazéns Gerais S.A.), para fornecimento de serviço de cartões alimentação e refeição e para cedência mútua de empregados mensalmente pelas partes. Estas transações foram contratadas a condições compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes na data das operações.

A Companhia é patrocinadora de Plano de benefício definido junto a Fundação Banrisul de Seguridade Social relativo ao seu quadro de funcionários.

b) Remuneração da administração

	2018	2017
Benefícios de Curto Prazo a Administradores		
Remuneração e benefícios	2.209	1.470
Encargos Sociais	546	249
Total	2.755	1.719

A Companhia informa que não existem contratos relevantes com seus administradores que necessitem de divulgação. Adicionalmente, a Banrisul Cartões não possui política de remuneração através de plano baseado em ações. Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados o montante global da remuneração dos Administradores e remuneração dos Conselheiros, conforme o Estatuto Social da Companhia.

NOTA 21 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Banrisul Cartões não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos ou outro ativo de risco.

a) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são substancialmente o caixa e equivalentes de caixa, clientes, cartões em circulação e contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

		2018	
	Categoria	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	529.754	529.754
Clientes	Custo amortizado	2.206.109	2.206.109
Cartões em circulação	Custo amortizado	67.007	67.007
Contas a pagar a estabelecimentos	Custo amortizado	1.636.726	1.636.726

		2017	
	Categoria	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e equivalentes de Caixa	Valor justo por meio do resultado	524.157	524.157
Clientes	Empréstimos e recebíveis	1.968.285	1.968.285
Cartões em circulação	Outros passivos financeiros	66.913	66.913
Contas a pagar a estabelecimentos	Outros passivos financeiros	1.624.459	1.624.459

b) Risco de liquidez

A Banrisul Cartões atende à Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez do Banrisul, seu controlador. Para a efetividade da gestão e atendimento às normativas do BACEN (Resolução CMN nº 4.282/13 e Circular BACEN nº 3.681/13), a Companhia estabelece políticas e procedimentos específicos que visam evitar possível escassez de caixa, descasamento no fluxo de caixa, incapacidade em honrar as obrigações e incapacidade em converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural.

A Companhia mitiga o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Além disso, a Banrisul Cartões mantém adequadas reservas de recursos e linhas de crédito para captação de possíveis empréstimos que julgue necessário.

c) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia, associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Para atenuar esse risco e estar em consonância com as normativas do BACEN (Resolução CMN nº 4.282/13 e Circular BACEN nº 3.681/13), a Banrisul Cartões atende à Política de Gerenciamento do Risco de Crédito do Banrisul e estabelece políticas e procedimentos específicos para identificar, mensurar, monitorar e mitigar os riscos de crédito aos quais está exposta.

A Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia concentra suas aplicações financeiras no Banrisul, seu controlador.

d) Risco de mercado

A Banrisul Cartões possui aplicações em fundos de investimentos de renda fixa, atrelados à taxa Selic. A Companhia não possui instrumentos financeiros atrelados a taxas de câmbio, contratos de instrumentos derivativos de swap ou de quaisquer outros produtos. A Companhia considerou como aceitável e não relevante a sua exposição ao risco mencionado acima.

e) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - aplicações financeiras

Buscando aprimorar a gestão de riscos, estar em conformidade com as práticas de governança corporativa e atendendo as exigências da Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Banrisul Cartões realizou a análise de

sensibilidade das suas posições classificadas como passíveis de Risco de Taxas de Juros. Foram aplicados choques para menos nos seguintes cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3).

Para a elaboração dos cenários que compõem o quadro de análise de sensibilidade foram levadas em consideração as situações propostas pela Instrução Normativa CVM nº 475. A taxa CDI acumulada trimestral, aplicada aos cenários abaixo, foi de 1,51% (6,40% taxa CDI anual).

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2018, ou seja, uma taxa CDI acumulada trimestral de 1,49%.

Cenário 2: Situação possível. Foi considerada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2018, ou seja, uma taxa CDI acumulada trimestral de 1,13%.

Cenário 3: Situação remota. Foi considerada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2018, ou seja, uma taxa CDI acumulada trimestral de 0,75%.

O quadro abaixo apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para menos. As análises de sensibilidade, abaixo identificadas, não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Cenário	31/12/2018		
	1	2	3
Taxa de juros	76	1.885	3.758
Total	76	1.885	3.758

Definições:

- Taxa de juros - Exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas e cupons de taxas de juros; e
- Em 31 de dezembro de 2018, o saldo exposto à variação do DI era de R\$ 520 milhões.

Premissas:

Fundos

A taxa utilizada para o teste de sensibilidade dos Fundos é resultante da comparação de rentabilidade acumulada proporcional entre Fundos x CDI, encontrado nas informações comerciais do Banrisul Premium Fundo de Investimento Renda Fixa.

NOTA 22 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS

A Banrisul Cartões é patrocinadora da Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

A Fundação Banrisul de Seguridade Social é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política Previdencial da Banrisul Cartões executada pela Fundação Banrisul de Seguridade Social, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nº 108 e 109 de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda (anteriormente Ministério do Trabalho e da Previdência Social - MTPS), como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, também em concordância com a Resolução de nº 4.661/18 do CMN, que revogou as Resoluções: 3.792/09, 3.846/10, 4.275/13, 4.611/17, 4.626/18 e o art. 2º da Resolução nº 4.449/15 do CMN. No art. 8º, da Resolução nº 4.661/18 do CMN em que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos - AETQ, como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Os Planos de Benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar da Banrisul Cartões se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e, das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) Patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Instrução Previc nº 10/2018, que revogou a Instrução Previc nº 23/2015, foi designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Banrisul o Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios - ARPB.

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação Banrisul, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de “benefício definido”) e dos Planos FBPREV e FBPREV II (modalidade de “contribuição variável”), conforme determina a Resolução CNPC nº 30/2018 que revogou a Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, e as suas alterações posteriores conforme Resolução MPS/CNPC nº 9/2012, Resolução MPS/CNPC nº 15/2014 e Resolução MPS/CNPC nº 22/2015.

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram calculadas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017, sendo revisadas anualmente.

Hipóteses Econômicas - 31/12/2018	Plano PBI	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Taxa de Desconto Nominal	9,15% a.a.	9,15% a.a.	9,15% a.a.	9,15% a.a.	9,15% a.a.	9,15% a.a.
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4% a.a.	4% a.a.	4% a.a.	4% a.a.	4% a.a.	4% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial	7,16% a.a.	n/a	8,45% a.a.	10,72% a.a.	n/a	10,72% a.a.
Crescimento dos Benefícios Concedidos	4% a.a.	4% a.a.	4% a.a.	4% a.a.	n/a	4% a.a.
Crescimento dos Benefícios Diferidos	4% a.a.	4% a.a.	4% a.a.	4% a.a.	n/a	4% a.a.
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	n/a	n/a	n/a	n/a	5% a.a.	n/a

Hipóteses Econômicas - 31/12/2017	Plano PBI	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Taxa de Desconto Nominal	9,84% a.a.	9,84% a.a.	9,84% a.a.	9,84% a.a.	9,84% a.a.	9,84% a.a.
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,25% a.a.	4,25% a.a.	4,25% a.a.	4,25% a.a.	4,25% a.a.	4,25% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial	7,42% a.a.	n/a	8,71% a.a.	10,97% a.a.	n/a	10,98% a.a.
Crescimento dos Benefícios Concedidos	4,25% a.a.	4,25% a.a.	4,25% a.a.	4,25% a.a.	n/a	4,25% a.a.
Crescimento dos Benefícios Diferidos	4,25% a.a.	4,25% a.a.	4,25% a.a.	4,25% a.a.	n/a	4,25% a.a.
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	n/a	n/a	n/a	n/a	5,25% a.a.	n/a

Hipóteses Demográficas em 31/12/2018	Tábua de Mortalidade de Válidos	Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábua de Entrada em Invalidez	Tábua de Rotatividade
Plano PBI	AT-2000, específica por sexo.	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Forte, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras modificada +0,10.
Plano Saldado	AT-2000, específica por sexo.	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%
Plano FBPREV II	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic desagravada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial
Plano FBPREV	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic desagravada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial modificada
Plano Saúde	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV
Prêmio Aposentadoria	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic desagravada em 10%	Não aplicável	Light Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,01)

Hipóteses Demográficas em 31/12/2017	Tábua de Mortalidade de Válidos	Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábua de Entrada em Invalidez	Tábua de Rotatividade
Plano PBI	AT-2000 Basic, segregada por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Forte, específica por sexo, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras modificada (+0,10)
Plano Saldado	AT-2000 Basic, segregada por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%
Plano FBPREV II	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial
Plano FBPREV	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,10)
Plano Saúde	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV
Prêmio Aposentadoria	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%	Não aplicável	Light Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,01)

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados da Banrisul Cartões.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Banrisul Cartões determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos pela Deliberação nº 695/12 da CVM e Resolução nº 4.424/15 do CMN, à qual é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banrisul considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, denominados em reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Em conformidade com a Instrução MPS/Previc nº 12/2014, alterada pelas Instruções Previc nº 22/2015, nº 24/2015 e nº 10/2017 (alterada pela Instrução Previc nº 8/2018 e Instrução Previc nº 12/2017) combinadas com a Instrução Previc nº 10/2018 (revogou a Instrução Previc nº 23/2015), com a Resolução MTPS/CNPC nº 22/2015 e Portaria Previc nº 363/2018, a Fundação Banrisul de Seguridade Social elabora estudos visando ao estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do duration e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a recolhimento de percentuais do salário de participação.

O Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano Saldado (PBS) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao plano de benefício saldado e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano FBPREV II - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio-funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% a 10% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Cartões contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio-funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 1,0% a 3% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 1% a 7,5% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Cartões contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano Saúde, Odontológico e Auxílio Medicamento - a Banrisul Cartões oferece planos de saúde e odontológico e auxílio-medicamento, por meio da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego) - a Banrisul Cartões concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

A Banrisul Cartões e a Fundação Banrisul de Seguridade Social juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros, visando à redução ou eliminação dos riscos atuariais dos Planos.

Através de seus planos de benefícios definidos, a Banrisul Cartões está exposta a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos - as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil e dos Estados Unidos mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na Rentabilidade dos Títulos - uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação - algumas obrigações dos planos de pensão da Banrisul Cartões são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros pré-fixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida - a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Gestão dos Ativos dos Planos

A alocação dos ativos dos planos são as seguintes:

Categorias	Plano PB I – % Alocação		Plano Saldado – % Alocação		Plano FBPREV II - % Alocação		Plano FBPREV – % Alocação	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Renda Fixa	82,30	82,23	83,96	83,64	88,98	88,07	91,24	91,03
Renda Variável	8,75	8,78	7,77	7,88	4,34	4,60	1,28	2,00
Imóveis	3,76	3,45	3,06	2,85	1,64	1,66	0,55	-
Outros	5,19	5,54	5,21	5,63	5,04	5,67	6,93	6,97
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do (ativo)/passivo atuarial líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, preparados com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2018 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrado a seguir:

Obrigações (Ativo) Registradas no Balanço Patrimonial com Benefícios de:	31/12/2018	31/12/2017
Planos de Previdência:		
Plano de Benefícios I (PBI)	1.306	1.012
Plano de Benefícios Saldado (PBS)	579	355
Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II)	(8)	-
Plano de Benefícios FBPREV (FBPREV)	(1)	-
Planos de Saúde, Odontológico e Medicamento	(1.020)	(658)
Prêmio Aposentadoria	551	421
Total	1.407	1.130

Em 31 de dezembro de 2018, o reconhecimento contábil registrado no Patrimônio Líquido como Ajustes de Avaliação Patrimonial, decorrente de ganhos e perdas atuariais apurados no remensuramento do laudo atuarial, totalizou o montante de R\$(183) (em 31 de dezembro de 2017 – R\$(228)).

A composição do ativo/(passivo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2018 e 2017 de acordo com o IAS 19 / CPC 33 (R1) é demonstrada a seguir:

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2018	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais - VPO	(7.741)	(12.267)	(210)	(7)	(434)	(551)
Valor Justo dos Ativos - VJA	6.435	11.688	379	25	1.454	-
Superávit/ (Déficit)	(1.306)	(579)	169	18	1.020	(551)
Teto do Ativo	-	-	(161)	(17)	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	(1.306)	(579)	8	1	1.020	(551)

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2017	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais - VPO	(7.840)	(12.922)	(197)	(7)	(617)	(421)
Valor Justo dos Ativos - VJA	6.828	12.567	347	27	1.275	-
Superávit/ (Déficit)	(1.012)	(355)	150	20	658	(421)
Teto do Ativo	-	-	(150)	(20)	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	(1.012)	(355)	-	-	658	(421)

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2018	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Em 1º de Janeiro	7.840	12.922	197	7	617	421
Custo de Serviço Corrente	-	-	-	-	1	12
Custo de Juros sobre o Valor Presente das Obrigações	733	1.221	18	1	59	41
Contribuições dos Participantes do Plano	164	58	-	-	-	-
(Ganhos) /Perdas Atuariais – Experiência	(509)	(1.369)	9	(1)	(226)	64
(Ganhos) /Perdas Atuariais – Premissas Demográficas	-	-	-	-	-	-
(Ganhos) /Perdas Atuariais – Premissas Financeiras	283	480	7	-	16	13
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(770)	(1.045)	(21)	-	(19)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	(14)	-
No Final do Período	7.741	12.267	210	7	434	551

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2017	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Em 1º de Janeiro	6.776	11.981	237	12	582	307
Custo de Serviço Corrente	-	-	-	-	1	9
Custo de Juros sobre o Valor Presente das Obrigações	714	1.279	26	1	62	34
Contribuições dos Participantes do Plano	185	89	-	-	-	-
(Ganhos) /Perdas Atuariais – Experiência	536	67	(55)	(3)	(18)	(12)
(Ganhos) /Perdas Atuariais – Premissas Demográficas	(146)	(271)	(2)	(3)	(16)	(1)
(Ganhos) /Perdas Atuariais – Premissas Financeiras	552	794	11	-	37	84
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(777)	(1.017)	(20)	-	(18)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	(13)	-
No Final do Período	7.840	12.922	197	7	617	421

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2018	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Em 1º de Janeiro	6.828	12.567	347	27	1.275	-
Receitas de Juros sobre os Ativos do Plano	641	1.191	33	3	96	-
Rendimento de Ativos Maior / (Menor) que a Taxa de Desconto	(428)	(1.143)	20	(5)	83	-
Contribuições Pagas pela Empresa	-	60	-	-	-	-
Contribuições de Participantes	164	58	-	-	-	-
Benefícios Pagos	(770)	(1.045)	(21)	-	-	-
No Final do Período	6.435	11.688	379	25	1.454	-

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2017	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Em 1º de Janeiro	5.990	11.772	299	26	1.099	-
Receitas de Juros sobre os Ativos do Plano	639	1.266	33	3	103	-
Rendimento de Ativos Maior / (Menor) que a Taxa de Desconto	791	370	35	(2)	73	-
Contribuições Pagas pela Empresa	-	87	-	-	-	-
Contribuições de Participantes	185	89	-	-	-	-
Benefícios Pagos	(777)	(1.017)	(20)	-	-	-
No Final do Período	6.828	12.567	347	27	1.275	-

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2018	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	(1.012)	(355)	-	-	658	(421)
Custo do Serviço	-	-	-	-	(1)	(12)
Juros sobre o Ativo/(Passivo) do Benefício Líquido	(92)	(30)	-	-	37	(41)
Efeitos de Reavaliação Reconhecidos no Resultado Abrangente	(202)	(254)	8	1	293	(77)
Contribuições Pagas pela Empresa	-	-	-	-	19	-
Benefícios Pago Diretamente pela Companhia	-	60	-	-	14	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	(1.306)	(579)	8	1	1.020	(551)

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2017	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	(786)	(209)	-	-	517	(307)
Custo do Serviço	-	-	-	-	(1)	(9)
Juros sobre o Ativo/(Passivo) do Benefício Líquido	(75)	(13)	-	-	41	(34)
Efeitos da Reavaliação Reconhecidos no Resultado Abrangente	(151)	(220)	-	-	70	(71)
Contribuições pagas pela Empresa	-	-	-	-	13	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	87	-	-	18	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	(1.012)	(355)	-	-	658	(421)

Custo Estimado do Benefício Definido para o Exercício de 2019	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo dos Serviços Correntes	-	-	-	-	-	15
Juros Líquido sobre o Passivo/(Ativo) Atuarial	109	50	(1)	1	18	50
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	109	50	(1)	1	18	65

Contribuição Esperada para o Exercício de 2019	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Empresa	-	51	-	-	-	-

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Período do Pagamento Estimado	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
2019	787	916	21	-	13	3
2020	807	940	21	-	18	3
2021	827	962	21	-	14	4
2022	846	984	21	-	14	5
2023	864	1.066	21	-	14	7
2024 a 2028	4.543	6.455	102	-	75	1.055

A duração média ponderada do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir:

Duração Média Ponderada do Valor da Obrigação (em anos)	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
31/12/2018	9,38	10,51	10,30	11,32	-	8,41
31/12/2017	9,84	10,93	10,43	11,87	-	9,43

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes em 31/12/2018	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	-	2	3	2	5	5
Assistidos	35	27	3	-	21	-
Total	35	29	6	2	26	5

Quantidade de Participantes em 31/12/2017	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	-	2	3	2	5	5
Assistidos	38	29	3	-	23	-
Total	38	31	6	2	28	5

(f) Análise de sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir o impacto no cálculo dos benefícios, considerando a alteração das premissas assumidas.

Plano de Benefícios I (PBI) - 31/12/2018		Impacto em R\$ mil
31/12/2018	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	9,65%	(388)
Taxa de Desconto	8,65%	420
Tábua de Mortalidade	10% aumento	(162)
Tábua de Mortalidade	10% redução	177

Plano de Benefícios Saldado (PBS) - 31/12/2018		Impacto em R\$ mil
31/12/2018	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	9,65%	(588)
Taxa de Desconto	8,65%	605
Tábua de Mortalidade	10% aumento	(258)
Tábua de Mortalidade	10% redução	285

Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II) - 31/12/2018		Impacto em R\$ mil
31/12/2018	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	9,65%	(15)
Taxa de Desconto	8,65%	(1)
Tábua de Mortalidade	10% aumento	(15)
Tábua de Mortalidade	10% redução	(2)

Plano de Benefícios FBPREV (FBPREV) - 31/12/2018		Impacto em R\$ mil
31/12/2018	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	9,65%	(1)
Taxa de Desconto	8,65%	-
Tábua de Mortalidade	10% aumento	-
Tábua de Mortalidade	10% redução	(1)

Plano de Saúde - 31/12/2018			Impacto em R\$ mil
31/12/2018	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	9,15%	0,5% aumento	(5)
Taxa de Desconto	9,15%	0,5% redução	6
Tábua de Mortalidade	AT – 2000 ⁽¹⁾	10% aumento	(3)
Tábua de Mortalidade	AT – 2000 ⁽¹⁾	10% redução	4

Auxílio Medicamento - 31/12/2018			Impacto em R\$ mil
31/12/2018	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	9,15%	0,5% aumento	(13)
Taxa de Desconto	9,15%	0,5% redução	15
Tábua de Mortalidade	AT – 2000 ⁽¹⁾	10% aumento	(10)
Tábua de Mortalidade	AT – 2000 ⁽¹⁾	10% redução	12

Prêmio Aposentadoria - 31/12/2018		Impacto em R\$ mil
31/12/2018	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	9,65%	(15)
Taxa de Desconto	8,65%	15
Tábua de Mortalidade	10% aumento	(3)
Tábua de Mortalidade	10% redução	2

(1) AT – 2000 Basic

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Banrisul Cartões S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Cartões S.A. (Banrisul Cartões), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Cartões em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Banrisul Cartões, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Reconhecimento de receita - Processo de captura, processamento e liquidação das transações

A Banrisul Cartões se utiliza de uma estrutura de tecnologia da informação provida pelo seu Controlador, Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., para seu processo de negócios, desenvolvimento de suas operações e consequentemente elaboração das demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Banrisul Cartões tem implementado um processo de monitoramento do registro e liquidação das transações, que inclui conciliações, confronto de informações com relatórios de terceiros, entre outros controles internos, que suporta a integridade e precisão no registro das transações e o reconhecimento automático das receitas operacionais e outras informações apresentadas nas demonstrações financeiras, principalmente relacionadas às rubricas de saldos a pagar a estabelecimentos comerciais e saldos a receber de bancos emissores. Em função da complexidade inerente ao processo automático de captura, processamento e liquidação das transações, que entre outros é a base para o reconhecimento de receitas operacionais e que pode impactar o valor registrado nas demonstrações financeiras e da relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com o suporte técnico de nossos especialistas em tecnologia, efetuamos a avaliação do desenho, implementação e efetividade operacional dos controles gerais chave de tecnologia da informação associados com a captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito e contas relacionadas. Tal avaliação considera os aspectos de acesso lógico e físico, mudanças e desenvolvimento de sistemas em programas e infraestrutura, cópia e armazenamento de informações (*backup*), além dos controles chave automatizados relacionados aos processos de negócio definidos como relevantes, executando mapeamento e avaliação de interfaces contábeis, de controles de acesso, configurações de regras de negócio e cálculos automatizados. Aplicamos ainda, testes por amostragem sobre os controles chave relacionados ao processo de registro e monitoramento dos saldos das contas patrimoniais relacionados às transações realizadas (captura, processamento e liquidação das operações) e do registro da respectiva receita operacional, bem como, efetuamos, por meio de amostragem, testes sobre as conciliações contábeis dos principais saldos, avaliando a documentação suporte e a integridade dos registros efetuados. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Banrisul Cartões nas demonstrações financeiras descritas nas notas explicativas nº 2.4.b, 2.4.c, 2.4.e, 5 e 8.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento de receita e as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Banrisul Cartões, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, está sendo efetuada de forma espontânea pela Banrisul Cartões e foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Banrisul Cartões. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Banrisul Cartões é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Banrisul Cartões continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Banrisul Cartões ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Banrisul Cartões são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Cartões.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Cartões. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Cartões a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 05 de Fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul Cartões S.A., e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2019.

Fernando Antonio Viana Imenes
Mario Luis Wunderlich dos Santos
Vicente Jorge Soares Rodrigues
Conselheiros

DIRETORIA

Luiz Gonzaga Veras Mota

Presidente

Carlos Aluisio Vaz Malafaia

Elizabeth Rejane Sodré Tavares

Antonio Carlos Antunes

João Emilio Gazzana

Diretores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Irany de Oliveira Sant'Anna Junior

Presidente

Arnaldo Bonoldi Dutra

Giuseppe Lo Russo

João Gabbardo dos Reis

Sergio Augusto Simon

Suzana Flores Cogo

Matteo Rota Chiarelli

Vice-Presidente

Conselheiros

Ana Roselaine Leindeker da Silva

Contadora CRC RS 056194.0-7

PARECER

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul Cartões S.A., e no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Com base em nossos exames, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

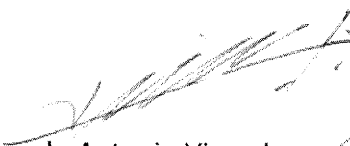
Porto Alegre, 31 de janeiro de 2019.


Irany de Oliveira Sant'Anna Junior
Matteo Rota Chiarelli
Arnaldo Bonoldi Dutra
Giuseppe Lo Russo
João Gabbardo dos Reis
Sérgio Augusto Simon

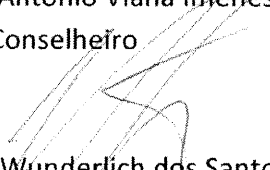
PARECER

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul Cartões S.A., e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

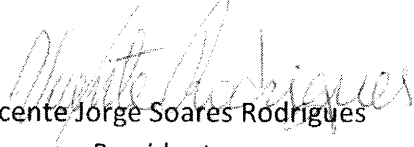
Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2019.



Fernando Antonio Viana Imenes
Conselheiro



Mario Luis Wunderlich dos Santos
Conselheiro



Vicente Jorge Soares Rodrigues
Presidente

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ANA ROSELAINE LEINDEKER DA SILVA
REGISTRO.....	: RS-056194/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 595.805.770-72

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 08.03.2019 as 09:17:03.

Válido até: 06.06.2019.

Código de Controle: 305738.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Banrisul - Armazéns Gerais
BAGERGS

DIÁRIO OFICIAL



Estado do Rio Grande do Sul

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

BALANÇOS

BALANÇO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA FAZENDA

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S/A

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.721.232/0001-57

Avenida Getúlio Vargas, 8201- Canoas - RS

Relatório da Administração - Senhores Acionistas e Clientes: Tem este a finalidade de apresentar o relatório do exercício de 2018 da BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S. A. - BAGERGS. Fundada em 12.11.1953, atualmente está constituída sob a forma de Sociedade Anônima, tendo seu capital aberto no exercício de 1996. Seu controle acionário é exercido pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., que detém 99,50% das ações. A Companhia está situada no município de Canoas - RS, onde atua no ramo de Armazéns Gerais, na locação de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias, como Porto Seco, através de Contrato de Permissão com a Receita Federal, na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e as destinadas à exportação. Também desenvolve atividades de Armazenamento, Digitalização e Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED. A estrutura da Companhia conta com área total de 113.600m², sendo 34.000m² de área coberta, distribuída em 10 (dez) armazéns, amplo pátio de manobra para tráfego de caminhões de cargas e armazenagem de contêineres, área climatizada, pórtico e reach stacker para movimentação de contêineres, balança eletrônica rodoviária, aparelho de raio X (scanner) e sistema de contingenciamento de energia. A Companhia obteve Lucro Líquido de R\$ 9.150 mil em 2018, este resultado foi impulsionado por operações especiais, de grande porte, em regime de DAC- Depósito Alfandegado Certificado. Em 2018, os investimentos totalizaram R\$3.635 mil, todos com recursos próprios. Entre os principais está o valor de R\$ 2.200 mil, referente a aquisição de frações de área lindeira, ao Porto Seco, a fim de ampliar o pátio de manobra, R\$ 1.277 mil, foram destinados à colocação de 20.000m² de sobre telhado, nos armazéns de área alfandegada, como forma de melhoria nas instalações do Porto Seco e R\$120 mil, em máquinas e equipamentos, onde parte deste valor está relacionado a aquisição de hardware, em razão da consolidação dos serviços de GED - Gerenciamento Eletrônico de Documentos. Para 2019, a Companhia realizará investimentos em softwares, equipamentos, além da contratação de mão de obra terceirizada, na área de Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED, com o objetivo de atender contrato firmado com o Controlador, para guarda de documentos e digitalização. Atualmente a força de trabalho é composta por 148 colaboradores, sendo 85 do quadro efetivo da Companhia e os outros 63, composto por estagiários, jovens aprendizes e empregados terceirizados na prestação de serviços de manutenção predial e vigilância. Os empregados da Companhia possuem como principais benefícios: vale refeição, vale rancho, auxílio creche/babá, auxílio escola, além do plano de saúde/odontológico. A Companhia, em parceria com seu Controlador, investiu em capacitação profissional e desenvolvimento de seus empregados, com cursos voltados à área de negócios, motivacional, atendimento e operacional. Como reconhecimento ao comprometimento de seus empregados, a empresa distribuirá até 2% do resultado líquido de 2018, a título de PLR- Participação nos Lucros e Resultados, conforme Acordo Coletivo de Trabalho. Tendo em vista a importância e a necessidade de desenvolver atividades sustentáveis, a Companhia mantém diversos controles a fim de minimizar impactos ambientais, dentre eles está o programa de destinação adequada de resíduos sólidos, como papel, papelão, madeira e plástico. Através de convênio com a Prefeitura de Canoas, todo resíduo sólido reciclável e reutilizável é destinado à cooperativa dos recicladores. Essa atitude além de contribuir na geração de trabalho e promoção de cidadania, assegurou a Companhia, pelo terceiro ano consecutivo, o Selo Amigo do Reciclador, do Município de Canoas.

Expressamos nossos agradecimentos ao Governo do Estado, ao Controlador -Banco do Estado do Rio Grande do Sul, bem como às partes envolvidas pelo apoio, colaboração e confiança recebida. Canoas, 31 de dezembro de 2018.

João Simioni
Diretor Presidente

Zilmirino Jacedir Tartari
Diretor Superintendente

Balanços Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	4	206	170
Aplicações financeiras	5	21.781	25.962
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	16.202	1.657
Outros créditos	7	1.290	1.256
Total do ativo circulante		39.479	29.045
Ativo fiscal diferido	13.b	586	548
Depósitos judiciais	7	1.323	1.268
Outros créditos	7	147	171
Investimentos		-	18
Imobilizado	8	18.022	15.756
Intangível		63	242
Total do ativo não circulante		20.141	18.003
Total do ativo		59.620	47.048

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Passivo			
Fornecedores e outras contas a pagar		625	748
Empréstimos e financiamentos	9	520	717
Passivo fiscal corrente		4.616	248
Outras obrigações	11	6.774	4.933
Total do passivo circulante		12.535	6.646
Empréstimos e financiamentos	9	88	605
Provisão para contingências	10	1.552	1.330
Total do passivo não circulante		1.640	1.935
Patrimônio líquido	14		
Capital social		37.700	37.700
Reserva de capital		231	231
Reservas de lucros		7.514	536
Total do patrimônio líquido		45.445	38.467
Total do passivo e do patrimônio líquido		59.620	47.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais).

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita	15	28.909	12.475
Custo dos serviços prestados	16	(6.325)	(7.497)
Lucro bruto		22.584	4.978
Outras receitas	17	1.057	2.342

Despesas com vendas		(385)	(256)
Despesas administrativas	16	(6.416)	(6.673)
Despesas tributárias		(1.956)	-
Outras despesas operacionais	18	(2.489)	(2.498)
Outras despesas		(133)	(5)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		12.262	(2.112)
Receitas financeiras	5	1.674	2.518
Despesas financeiras		(135)	(121)
Resultado financeiro		1.539	2.397
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		13.801	285
Imposto de renda e contribuição social	13.a	(4.651)	(113)
Lucro líquido do exercício		9.150	172
Número de ações ordinárias		700	700
Lucro líquido por ação básico e diluído (em R\$)		13,07143	0,24565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais).

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	9.150	172
Total do resultado abrangente do exercício	9.150	172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais).

	Nota	Capital social	Reserva de Capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016		34.100	231	4.005	-	38.336
Aumento de capital	14	3.600	-	(3.600)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	172	172
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	14	-	-	9	(9)	-
Reserva de retenção de lucros	14	-	-	122	(122)	-
Dividendos	14	-	-	-	(41)	(41)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		37.700	231	536	-	38.467
Aumento de capital	14	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.150	9.150

Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	14	-	-	458	(458)	-
Reserva de retenção de lucros	14	-	-	6.520	(6.520)	-
Dividendos	14	-	-	-	(2.172)	(2.172)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	37.700	231	7.514	-	45.445	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais).

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	13.801	285
Depreciação	1.520	1.571
Amortização	61	69
Resultado da venda de imobilizado	-	(56)
Provisão para contingências	222	(67)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18)	(224)
Juros sobre empréstimos	41	77
Caixa gerado nas operações	15.627	1.655
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(14.527)	114
Depósitos judiciais	(55)	(260)
Partes relacionadas	66	(847)
Despesas antecipadas	(54)	(361)
Tributos diferidos	(38)	-
Outros ativos	62	192
Fornecedores e outras contas a pagar	(123)	(181)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	286	(59)
Impostos correntes a pagar	63	(34)
Pagamento de IR e CS	(345)	-
Outras obrigações	58	(125)
Outras Provisões	-	(169)
Variações nos Ativos e Passivos	(14.607)	(1.730)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.020	(75)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compra de ativo imobilizado	(3.875)	(369)
Compra de ativos intangíveis	118	-
Recebimento pela venda de imobilizado	89	56
Aumento de aplicações financeiras	(3.245)	(8.998)
Resgate de aplicações financeiras	7.426	9.914
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	513	603
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos	(755)	(711)
Pagamentos de dividendos	(742)	-

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(1.497)	(711)
--	----------------	--------------

Caixa e equivalentes de caixa

Saldo inicial do exercício	170	353
Saldo final do exercício	206	170
Aumento (redução) caixa e equivalentes	36	(183)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Receitas (1)		32.928	17.074
Receita da prestação de serviços	15	31.871	14.762
Outras receitas		1.039	2.088
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		18	224
Insumos adquiridos de terceiros (2)		(10.437)	(7.004)
Custos dos serviços prestados		(6.325)	(3.338)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(4.112)	(3.666)
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		22.491	10.070
Depreciação e amortização (4)		(623)	(1.640)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3) - (4) = (5)		21.868	8.430
Valor adicionado recebido em transferência (6)		1.674	2.518
Receitas financeiras		1.674	2.518
Valor adicionado total a distribuir (5+6)		23.542	10.948
Distribuição do valor adicionado		23.542	10.948
Pessoal		4.555	6.792
Remuneração direta		2.916	4.681
Benefícios		-	1.702
FGTS		-	409
Remuneração Administração		1.639	-
Impostos, taxas e contribuições		9.415	3.782
Federais		7.106	3.319
Estaduais		1.563	29
Municipais		746	434
Remuneração de capitais de terceiros		422	202
Despesas financeiras		422	202
Remuneração de capitais próprios		9.150	172
Dividendos		2.172	41
Lucros retidos		6.978	131

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional - A Banrisul Armazéns Gerais S.A., ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil e controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"). Sua sede localiza-se na

Avenida Getúlio Vargas, 8201, Bairro São Luis, Canoas, Rio Grande do Sul. Atua no ramo de Armazéns Gerais na locação de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias, como Porto Seco, por meio de Contrato de Permissão, com a Receita Federal, firmado em 22/10/2004, com prazo de vinte e cinco anos, renovável por mais dez anos, na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e as destinadas à exportação, submetidas aos seguintes regimes aduaneiros: comum e suspensivo (entrepósito aduaneiro, admissão temporária, trânsito aduaneiro, drawback, exportação temporária, depósito alfandegado certificado e depósito especial alfandegado) e no Armazenamento, Digitalização e Gerenciamento de Documentos - GED.

2. Apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas estabelecidas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As práticas contábeis utilizadas foram apresentadas de forma consistente para todos os períodos divulgados. As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). A emissão, destas demonstrações financeiras, foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 05 de fevereiro de 2019. As normas internacionais de contabilidade (IFRS), a partir do exercício de 2018, sofreram mudanças relativas ao reconhecimento e mensuração de receitas (IFRS 15/CPC 47) e de instrumentos financeiros (IFRS 9/CPC 48), para as quais a Companhia identificou os seguintes efeitos: **2.1. Reconhecimento de Receita de Contrato com Cliente - CPC 47/IFRS 15:** O CPC 47, com vigência a partir de janeiro de 2018, revogou o CPC 30 e estabeleceu os princípios de receita para todas as empresas, em todas as atividades e deveriam ser aplicados em qualquer contrato com clientes, com algumas exceções. O novo modelo tem como princípio fundamental reconhecer a receita para retratar a transferência de bens ou de serviços aos clientes por um valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca dos referidos bens ou serviços. Não foram identificados impactos decorrentes de possível alteração do momento de reconhecimento da receita, dado que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação dos serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da prestação dos serviços, e não foram identificados efeitos significativos da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras da Companhia. **2.2. Reconhecimento, mensuração e divulgação de Instrumentos Financeiros - CPC 48/IFRS 9:** O CPC 48, pronunciamento contábil que introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros e substitui o modelo de "perda incorrida" do IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada para mensuração de perda ao valor recuperável. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer princípios para o relatório financeiro de ativos financeiros e passivos financeiros que devem apresentar informações pertinentes e úteis aos usuários de demonstrações contábeis para a sua avaliação dos valores, época e incerteza dos fluxos de caixa futuros da entidade. Quanto ao reconhecimento e mensuração dos Instrumentos Financeiros da Companhia, os impactos relacionados a classificação dos mesmos estão demonstrados no quadro abaixo e não trazem efeitos significativos na mensuração dos mesmos:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação anterior	Classificação IFRS 9
Aplicações Financeiras CDB	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Aplicações Financeiras SIAC	Disponível para venda	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber com partes relacionadas	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Passivo Empréstimos	Custo Amortizado	Custo Amortizado

3. Principais políticas contábeis - As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue: a) Reconhecimento das receitas: O reconhecimento da receita é efetuado no momento em que o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pela Companhia, são transferidas para o cliente. A receita de prestação de serviços é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares, sendo que valores a receber ainda não faturados são calculados com base em estimativas do valor das receitas de prestações de serviço de armazenagem das mercadorias a serem desembaraçadas. Os valores referentes a serviços de armazenagem prestados cujo os montantes não são praticáveis de serem estimados, considerando as características específicas desses direitos e serviços, são reconhecidos a medida que esses valores são acordados entres as partes envolvidas. A receita de aluguel é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do contrato. A Companhia não incorreu em custos diretos iniciais na negociação que devam ser adicionados ao valor contábil dos espaços locados.

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo

método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

Areceita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa efetiva de juros. **b) Lucro por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

c) Tributação: Impostos sobre serviços: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	3,00%
FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização	
- Importação	9,51%
- Exportação	6,03%

Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados deduzindo o custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. **Fundaf:** Areceita de prestação de serviços de movimentação e armazenagem das mercadorias importadas e das destinadas à exportação, no Porto Seco, estão sujeitas à tributação do FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização nas alíquotas de 9,51% e 6,03%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado. **Imposto de renda e contribuição social:** Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não teve impostos registrados diretamente às rubricas do patrimônio líquido. **d) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada após identificação de atrasos superiores a noventa dias e os clientes que se encontram nessa situação são provisionados integralmente, exceto em situações que a administração renegociou os valores em atraso. **e) Imobilizado:** A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo:

	Vida útil média ponderada
Edificações e benfeitorias	43 anos
Máquinas e equipamentos	9 anos
Móveis e utensílios	7 anos
Veículos	6 anos
Equipamentos de informática	3 anos
Instalações	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **f) Intangível:** Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas

acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis que possuem vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo prazo de 5 anos e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram identificados eventos que indicassem que os ativos não financeiros não são realizáveis, desta forma, não há nesta data provisão para recuperação de ativos. h) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. i) Instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Aplicação Financeira - SIAC, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Letra Financeira - Mensal, e contas a receber de clientes classificados como custo amortizado. A Companhia avalia, formalmente, a recuperabilidade do valor aplicado junto ao SIAC tomando por base o histórico de recebimentos, a capacidade de pagamento do devedor e outros mecanismos de recebimento que poderiam ser utilizados no âmbito do programa. Os principais passivos financeiros são contas a pagar, fornecedores e empréstimos, os quais são avaliados ao custo amortizado. j) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. k) Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de método de taxa efetiva de juros. l) Empréstimos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. m) Capital Social: As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. n) Provisões: Geral - Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas - A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os processos judiciais classificados como perda possível são divulgados em nota explicativa e os de perda remota não são divulgados, conforme CPC 25. o) Locação de espaços operacionais: A locação de espaços operacionais destina-se a prestação de serviço de armazenagem para guarda, conservação, depósito de mercadorias ou de documentos, distribuídos conforme especificidade e disponibilidade em recinto alfandegado ou áreas não alfandegadas. Os contratos de locação são estabelecidos de acordo com o serviço que está sendo prestado. p) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2018 e 2017 não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas. q) Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstração do Valor Adicionado: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A demonstração do valor adicionado (DVA) foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	6	28

Bancos conta corrente	200	142
	206	170

5. Aplicações financeiras - Composição das aplicações financeiras:

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Mantido para negociação		
- Aplicação Siac (a)	8.160	15.336
- CDB	13.621	10.316
- Fundos	-	310
	21.781	25.962

(a) Os valores aplicados no SIAC - Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado do Rio Grande do Sul instituído pelo Decreto Estadual nº. 33.959, de 31 de maio de 1991, são remunerados com base na variação de 100% da taxa SELIC e o resgate desses valores depende de solicitação por parte da Banrisul Armazéns Gerais S.A. e a disponibilidade da liberação desses recursos por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Os rendimentos auferidos com a aplicação destes recursos foram registrados na rubrica receitas financeiras e totalizaram R\$ 739 (R\$ 2.042 em 2017).

6. Contas a receber de clientes - Composição das contas a receber de clientes:

Curto Prazo	31/12/2018	31/12/2017
Clientes	15.960	3.244
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(113)	(1.946)
Créditos com Controlador	355	359
	16.202	1.657

Longo Prazo	31/12/2018	31/12/2017
Clientes	1.815	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.815)	-
	-	-

Em setembro de 2018, os ativos exigiram sua respectiva reclassificação do curto para o longo prazo em razão da operação encontrar-se arrolada em processo judicial.

O saldo atual em 31 de dezembro de 2018 a receber de clientes por vencimento são os seguintes:

Contas a Receber	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	11.789	1.233
Vencidos:		
Até 30 dias	3.251	77
De 31 a 60 dias	13	43
De 61 a 90 dias	65	14
De 91 a 360 dias	842	58
Mais de 360 dias	-	1.819
	15.960	3.244

Composição PCLD	31/12/2018	31/12/2017
Saldo anterior	(1.946)	(2.174)

Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(119)	(163)
Reversão PCLD	137	391
Reclassificação CP x LP	1.815	-
	(113)	(1.946)

7. Outros créditos - Este agrupamento é composto de demais títulos, valores e outras contas a receber, normalmente não originadas do objeto principal da Companhia e Despesas antecipadas:

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Tributos a recuperar	61	112
Adiantamento a funcionários	67	71
Outros valores realizáveis	342	307
Despesas antecipadas	820	766
	1.290	1.256
Não circulante		
Depósitos judiciais	1.323	1.268
Cauções	59	59
Outros valores e bens BNU	88	112
	1.470	1.439

8. Imobilizado - A Companhia considera o valor de custo de seus ativos imobilizados compatível com o potencial de geração de benefícios econômicos de suas operações atuais.

Custo	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2018
Terrenos	5.261	2.274	-	-	7.535
Edificações e Benfeitorias	9.267	1.278	-	-	10.545
Móveis e Utensílios	784	-	(45)	-	739
Máquinas e Equipamentos	2.123	121	(8)	-	2.236
Equipamentos - Empilhadeira	2.485	-	(130)	-	2.355
Veículos	2.402	-	(359)	-	2.043
Instalações	5.330	26	-	-	5.356
Obras em Andamento	23	1.442	-	(1.296)	169
Equipamentos de Informática	452	10	-	-	462
Outras Imobilizações	1	-	-	-	1
Total	28.128	5.151	(1.838)	-	31.441

Depreciação acumulada	31/12/2017	Depreciações	Baixas	Transferências	31/12/2018
Edificações e Benfeitorias	(4.525)	(205)	-	-	(4.730)
Móveis e Utensílios	(601)	(42)	53	-	(590)
Máquinas e Equipamentos	(1.256)	(158)	8	-	(1.406)
Equipamentos - Empilhadeira	(1.640)	(271)	130	-	(1.781)
Veículos	(1.506)	(473)	359	-	(1.620)
Instalações	(2.449)	(424)	-	-	(2.873)
Equipamentos de Informática	(395)	(24)	-	-	(419)

Total	(12.372)	(1.597)	550	-	(13.419)
Valor contábil	15.756	3.554	(1.288)	-	18.022

9. Empréstimos e financiamentos

	Juros	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				
FINAME	3,00% a.a.	15/04/2020	520	717
			520	717
Não Circulante				
FINAME	3,00% a.a.	15/04/2020	88	605
			88	605
			608	1.322

As parcelas de curto e longo prazo em 31 de dezembro de 2018 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Vencimento	Valor nominal
2019	520
2020	88
Total	608

Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados e não possuem cláusulas restritivas em seus contratos. O valor referente aos juros pagos com empréstimos até 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$ 41, sendo R\$ 70 em 31 de dezembro de 2017.

10. Provisão para contingências - A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cível e trabalhista. As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. Os valores das ações avaliadas como sendo de perda provável foram integralmente provisionados. A Administração entende que os valores provisionados são suficientes para atendimento de eventuais perdas nos processos judiciais. Demonstramos a seguir a composição e movimentação das provisões para contingências da Companhia:

	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	574	756	1.330
Adições	-	20	20
Atualizações	89	324	413
Reversões	-	(66)	(66)
Baixa por pagamento	-	(145)	(145)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	663	889	1.552

Provisões cíveis: Ações de caráter indenizatório referente a indenização material e/ou moral, referentes à relação advinda da prestação de serviços de armazenagem e movimentação de cargas em Porto Seco, bem como no regime de armazém geral e da locação da área. Registram a provisão constituída, no momento do recebimento da citação inicial, e são ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial. Existem ainda processos cíveis que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 657 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.187 em 31 de dezembro de 2017), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas. **Provisões trabalhistas:** São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas-extras, equiparação salarial e desvio de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia, na ocasião da notificação judicial, cujo risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$ 1.323 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.268 em 31 de dezembro de 2017). Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 5.770 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 6.446 em 31 de dezembro de 2017), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

11. Outras obrigações - Este subgrupo engloba as obrigações com empregados e respectivos encargos sociais, além de outras obrigações definidas com terceiros não incluídas em outros subgrupos.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Débitos - controlador (nota 12)	5.210	3.782
Débitos - outras partes relacionadas	175	111
Dividendos e JCP a pagar	30	20
Retenções contratuais	381	328
Obrigações sociais e trabalhistas	978	692
	6.774	4.933

12. Transações com partes relacionadas - As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos bancários à vista e aluguéis de instalações com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e aplicações financeiras no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, mantida no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., efetuadas a taxas e condições de mercado. A Companhia também contrata serviço de cartão vale alimentação e refeição da Banrisul Cartões S.A. As principais transações e saldos com partes relacionadas são indicados a seguir:

	Banco do Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Estado do Rio Grande do Sul	Banrisul Cartões S.A. (Outras partes relacionadas)	<u>31/12/2018</u>
	(controlador direto)	(controlador indireto)		
Ativo				
<u>Circulante</u>				
Depósitos Bancários	171	-	-	171
Aplicações Banrisul CDB/ LF	12.397	-	-	12.397
Aplicação SIAC	-	8.160	-	8.160
Crédito com partes relacionadas	355	-	-	355
	12.923	8.160	-	21.083
Passivo				
<u>Circulante</u>				
Dividendos a pagar	(4.495)	-	-	(4.495)
Contas a pagar	(715)	-	(175)	(890)
	(5.210)	-	(175)	(5.385)
Resultado				
<u>Receitas</u>	<u>3.981</u>	<u>739</u>	<u>=</u>	<u>4.720</u>
Aluguel	2.172	-	-	2.172
Financeira	673	739	-	1.412
Outras	1.136	-	-	1.136
<u>Despesas</u>	<u>(105)</u>	<u>=</u>	<u>(736)</u>	<u>(841)</u>
Comunicação	(79)	-	-	(79)
Outras	(26)	-	(736)	(762)
<u>Recuperação de despesas</u>	<u>734</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>734</u>

	Banco do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (controlador direto)	Estado do Rio Grande do Sul (controlador indireto)	Banrisul Cartões S.A. (Outras partes relacionadas)	31/12/2017
Ativo				
Circulante				
Depósitos Bancários	134	-	-	134
Aplicações Banrisul CDB / LF	9.152	-	-	9.152
Aplicação SIAC	-	15.336	-	15.336
Crédito com partes relacionadas	359	-	-	359
	9.645	15.336	-	24.981
Passivo				
Circulante				
Dividendos a pagar	(3.075)	-	-	(3.075)
Contas a pagar	(707)	-	(111)	(818)
	(3.782)	-	(111)	(3.893)
Resultado				
Receitas	2.327	2.042	=	4.369
Aluguel	2.130	-	-	2.130
Financeira	197	2.042	-	2.239
Despesas	(146)	=	(609)	(755)
Comunicação	(123)	-	-	(123)
Outras	(23)	-	(609)	(632)
Recuperação de despesas	1.610	=	=	1.610

Remuneração do pessoal chave da Administração Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal conforme determina o Estatuto Social. No período findo em 31 de dezembro de 2018 foi pago o montante de R\$ 1.638 (R\$ 1.200 em 31 de dezembro de 2017) a título de remuneração dos Administradores (honorários e verbas de representação), incluindo os honorários para os Conselhos de Administração e Fiscal. A Companhia não oferece a suas pessoas chave benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

13. Imposto de renda e contribuição social -

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do exercício:

	31/12/2018		31/12/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	13.801	13.801	285	285
(+) Adições	520	520	487	487
(-) Exclusões	(407)	(407)	(843)	(843)
Compensação Prejuízo Fiscal (limitado a 30%)	(102)	(102)	-	-
Base de cálculo	13.812	13.812	(71)	(71)
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	3.430	1.243	(11)	(6)
(-) Incentivos fiscais e outros	(7)	-	(7)	-
IRPJ e CSLL Correntes	3.423	1.243	(18)	(6)

IRPJ e CSLL Exercícios Anteriores	25	9		
IRPJ e CSLL diferidos	36	13	(83)	(30)
TOTAL IRPJ e CSLL	3.484	1.265	(101)	(36)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.928	1.946
Provisão para passivo cíveis e trabalhistas	1.552	1.330
	3.480	3.276
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	1.183	1.114
Passivo		
Depreciação CPC 27	(1.755)	(1.665)
	(1.755)	(1.665)
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	(597)	(566)
Total líquido	586	548

14. Patrimônio Líquido - a) Capital social: O Capital Social, em 31 de dezembro de 2018 é de R\$37.700 (R\$ 37.000 em 2017), representado por 700.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, sendo 696.486 ações pertencentes ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A, seu controlador. **b) Distribuição de resultados:** O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 25% para distribuição como dividendo obrigatório e (iii) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	9.150	172
Reserva Legal (5%)	(458)	(9)
Base de cálculo dos dividendos	8.692	163
Dividendos (25%)	2.172	41

c) Reserva de retenção de lucros: A Administração irá propor aos acionistas a capitalização da reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 6.520.

15. Receita - A receita líquida é composta como segue:

	2018	2017
Receita bruta:		
Serviços de armazenagem (a)	31.871	14.762
Deduções:		
Impostos sobre receita de serviços (b)	(2.816)	(2.208)
Descontos e cancelamentos	(146)	(79)
Receita operacional líquida	28.909	12.475

(a) Os Serviços de armazenagem apresentaram uma variação positiva no ano de 2018, em comparação aos resultados do ano de 2017, sendo que atividades operacionais foram realizadas no entreposto aduaneiro e a respectiva movimentação concentra-se no último trimestre de 2018. (b) Os tributos incidentes sobre a receita de serviços são: PIS, COFINS, FUNDAP e ISSQN

16. Natureza dos custos dos serviços prestados e das despesas administrativas

a) Custos dos serviços prestados

	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
Pessoal	3.247	3.192
Terceirizados	405	354
Depreciação e amortização	958	967
Energia elétrica	344	372
Combustível	215	-
Gastos com veículos	140	251
Despacho aduaneiro	86	71
Conservação e manutenção	197	214
Viagens e estadias	132	155
Seguro	475	626
Material de expediente	10	23
Armazenagem p/ clientes	106	1.126
Outras	10	146
Total	6.325	7.497

b) Despesas Administrativas

	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
Pessoal	2.531	3.872
Honorários da administração	1.639	734
Depreciação e amortização	623	673
Comunicação	146	155
Energia elétrica	186	186
Combustível	8	-
Gastos com veículos	14	73
Reclamações trabalhistas	198	103
Contingências Cíveis	89	48
Conservação e manutenção	39	72
Viagens e estadias	17	11
Seguro	6	13
Informática	70	48
Material de expediente	91	80
Crédito de liquidação duvidosa	-	24
Débitos incobráveis	47	155
Outras	712	426
Total	6.416	6.673

17. Outras receitas

	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação de despesas (a)	734	1.610
Recuperação de créditos - Lei 9.430/96	18	176
Ganho de capital	222	56
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	18	247
Reversão de provisão de contingência trabalhista	65	207
Outras	-	46
Total	1.057	2.342

(a) Os valores registrados em Recuperação de Despesas referem-se a reembolso de despesas com condomínio, vigilância, portaria, água luz e demais taxas, conforme estabelecido em contrato de locação comercial.

18. Outras despesas operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Terceirizados	2.489	2.498
	2.489	2.498

Os valores registrados em outras despesas operacionais referem-se a contratação de serviços terceirizados de suporte a operação da Companhia.

19. Instrumentos financeiros - Gestão de riscos: A Banrisul Armazéns Gerais S.A. é uma empresa pública, de capital aberto e de controle acionário privado, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. detentor de 99,48% das ações. A Companhia não faz parte do conglomerado prudencial do Banrisul, apenas do conglomerado econômico.

A gestão de capital e de riscos corporativos é ferramenta estratégica e fundamental para esta Companhia. Dentre os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, pode-se destacar o risco de crédito, mercado, liquidez e operacional. A gestão de riscos é realizada de forma integrada, o que permite agilidade no processo de análise e tomada de decisão. O principal risco identificado relacionado nas operações da Companhia é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia associadas ao não cumprimento pelo cliente de suas obrigações nos termos pactuados, sobre as contas a receber de clientes, caixa e equivalente de caixa. A Companhia considerou como aceitável a sua exposição ao risco mencionado acima e não contratou operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos. Por não possuir instrumentos financeiros significativamente sujeitos a alterações de valor em função de risco de mercado, a Companhia não elaborou e não está apresentando a análise de sensibilidade, conforme requerido pela Instrução CVM 475/08. Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 reconhecidos pela Companhia são: Aplicações financeiras e contas a receber de clientes, além dos saldos de caixa e equivalentes de caixa. Esses ativos foram classificados como custo amortizado, mantidos para negociação e/ou empréstimos e recebíveis, respectivamente. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações Financeiras	21.781	25.962
Clientes	15.960	3.244
Total	37.741	29.206

Gestão de capital: A Companhia possui estrutura de capital, formada basicamente por capital próprio, ideal para reduzir seus custos e maximizar o retorno aos acionistas, além de viabilizar a estratégia de crescimento e riscos controlados. Condizente com as melhores práticas do setor, a Companhia monitora o retorno sobre o capital investido. **Risco de crédito:** O risco de crédito na Companhia está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo cliente, de suas obrigações previamente acordadas. Para gerir este risco são realizadas análises de documentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e a Secretaria da Fazenda Estadual, monitorados relatórios de clientes inadimplentes, além de, em caso de inadimplência, retidas mercadorias. **Risco de mercado:** Risco de mercado é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos nos preços de mercado dos instrumentos financeiros, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juros e taxas de câmbio. A estrutura do balanço patrimonial apresenta baixo risco de mercado. Grande parte do ativo financeiro é o SIAC com referencial pós fixado. Por outro lado, nas operações passivas o Patrimônio Líquido (riqueza efetiva) da Companhia representa 76% do total do passivo em 31 de dezembro de 2018. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento. Pode ser classificado em: **Risco de liquidez de fluxo de caixa:** é a possibilidade da ocorrência de descasamento entre os pagamentos e os recebimentos, o que afeta o fluxo normal das obrigações da Companhia. **Risco de liquidez de mercado:** é a possibilidade de perda na liquidação de uma posição de participação relativamente significativa no mercado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Para gestão do risco de liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. institui princípios, procedimentos e padrões adequados ao seu gerenciamento. Desta forma, é possível que seja feito o acompanhamento dos níveis de descasamento de liquidez, para os diversos prazos e os parâmetros de reserva mínima de liquidez diária, inclusive para momentos de crise. É feito o monitoramento dos ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis, de modo a satisfazer todos os compromissos, bem como cumprir as exigências normativas quanto à liquidez e monitorar o consumo de recursos. Para assegurar as melhores práticas na gestão de risco de liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. adota medidas de aperfeiçoamento e continuidade dos processos. A estrutura de seu balanço patrimonial apresenta baixo risco de liquidez com grande parte de seus ativos aplicada em Operações Compromissadas de um dia lastreadas com títulos públicos federais. Por outro lado, nas operações passivas, o Patrimônio Líquido (riqueza efetiva) da Companhia representa 76% do total do passivo em 31 de dezembro de 2018. **Risco Operacional:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela mesma. **20. Plano de benefícios de aposentadoria** - A Companhia não possui planos de benefícios de aposentadoria para seus empregados. **21. Cobertura de seguros** - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos

operacionais era composta por R\$ 90.000 mil para danos materiais e R\$ 100 mil para responsabilidade civil. **22. Segmentos operacionais** - A Companhia atua como prestadora de serviços de armazém, efetuando a movimentação, guarda e conservação de mercadorias, produtos e documentos, dispostos no entreposto aduaneiro em depósito alfandegário ou em espaços disponíveis na área de sua propriedade, que poderão ser locados para terceiros conforme atividades descritas na Nota 1. As atividades realizadas são complementares, em ambos segmentos, sendo controladas e gerenciadas pela Companhia, e seus resultados são acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

João Simioni	Zilmino Jacedir Tartari	Susie Ane de Freitas Pacheco
Diretor Presidente	Diretor Superintendente	Contadora - CRC RS 083297/O-1

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul Armazéns Gerais S.A., e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado e demais demonstrativos e notas explicativas, documentos esses relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Com base nesse exame, somos de opinião que as mencionadas peças merecem a aprovação deste Conselho. Porto Alegre, 21 de janeiro de 2019.

Júlio Francisco Gregory Brunet	João Simioni
Presidente do Conselho de Administração	Vice Presidente
Carlos Renato Vargas de Abreu	Manoel André da Rocha
Conselheiro	Conselheiro
Hermeto Antônio Araújo e Silva	Jorge Fernando Krug Santos
Conselheiro	Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Banrisul Armazéns Gerais S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, relativos ao exercício de 2018. Baseado no exame procedido e no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, sem modificação, entendemos que as contas refletem com exatidão a posição econômica, financeira e patrimonial da Banrisul Armazéns Gerais S.A., por isso "somos de parecer favorável à sua aprovação". Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2019.

Jorge Irani da Silva	Ronei Xavier Janovik	Robson Luis Zin
Diretor Presidente	Conselheiro	Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Armazéns Gerais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades

dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.1, 3 (a) e 15, a Companhia possui diferentes fontes de receita provenientes da prestação de serviços de logística, transporte e armazenagem, bem como locação de armazéns, cujo momento de reconhecimento varia conforme características específicas dos respectivos contratos. A principal fonte de receita é a armazenagem de mercadorias provenientes do serviço de porto seco e é reconhecida mensalmente pelo prazo do armazenamento e considerando as características contratuais, tais como peso, valor monetário ou espaço ocupado. Devido à relevância dessas operações no contexto das demonstrações financeiras, consideramos o reconhecimento de receitas como assunto significativo em nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Efetuamos entendimento do processo que envolve o reconhecimento das receitas, com base em amostragem, testamos a precisão dos valores faturados e incorridos e não faturados, seus respectivos registros contábeis e liquidação financeira. Avaliamos os critérios adotados no reconhecimento contábil das receitas incorridas e não faturadas. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos sobre os saldos relacionados, considerando as expectativas sobre esses saldos obtidas com base em nosso conhecimento histórico da Companhia. Avaliamos também as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o reconhecimento de receita no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ? Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ? Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. ? Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração. ? Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas

evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. ? Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Porto Alegre, 5 de fevereiro de 2019.

KPMG Auditores Independentes

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo

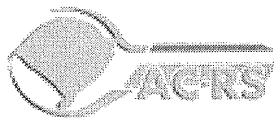
CRC 1SP014428/F-7

Contador CRC 1SP252419/O-0

Publicado no Diário da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul
Em 22 de Março de 2019

Protocolo: **2019000251022**

Publicado a partir da página: **18**



Nome do arquivo: Materia_503931a3-6056-4660-a46f-2a54cc42dda9.pdf

Autenticidade: Documento íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
PROCERGS CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO Responsável: ANTONIO RAMOS GOMES	26/03/2019 11:21:13 GMT-03:00	87124582000104 14833379015	Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: SUSIE ANE DE FREITAS PACHECO
REGISTRO.....	: RS-083297/O-1
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 803.269.940-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 26.03.2019 as 13:37:00.

Válido até: 31.03.2019.

Código de Controle: 306435.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Companhia de Abastecimento do RS
CEASA

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

BALANÇO PATRIMONIAL		
ATIVO		
	31/12/2018 RS	31/12/2017 RS
CIRCULANTE	9.927.735,07	11.274.382,94
DISPONIBILIDADES	4.829.115,01	6.369.328,78
Caixa	17.658,65	22.663,07
Bancos	1.418.376,63	835.128,57
Aplicações de Liquidez Imediata	3.393.079,73	5.511.537,14
DIREITOS REALIZÁVEIS	5.022.591,03	4.829.818,10
Permissionários	4.361.054,12	4.339.070,55
(-) Provisão Perdas Recebimento Créditos	0,00	0,00
Estoques	186.132,33	186.970,54
Impostos a Recuperar	158.623,11	97.862,13
Outros Direitos	316.781,47	205.914,88
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	76.029,03	75.236,06
Prêmios de Seguros	9.200,56	10.422,80
Despesas Administrativas	66.828,47	64.813,26
NÃO CIRCULANTE	13.797.645,17	12.577.342,45
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.202.705,40	2.009.465,06
Permissionários	908.564,07	820.443,97
(-) Provisão Perdas Recebimento Créditos	(908.564,07)	(820.443,97)
Depósitos Judiciais	2.202.705,40	2.009.465,06
INVESTIMENTOS	23.543,15	23.543,15
Participações	23.543,15	23.543,15
IMOBILIZADO	11.571.396,62	10.544.334,24
Custo Histórico Corrigido	30.684.421,31	28.964.595,79
(-) Depreciações Acumuladas	(19.113.024,69)	(18.420.261,55)
TOTAL ATIVO	23.725.380,24	23.851.725,39

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

BALANÇO PATRIMONIAL		
PASSIVO		
	31/12/2018 RS	31/12/2017 RS
CIRCULANTE	4.803.896,99	4.007.543,60
Fornecedores	2.841.325,01	2.127.060,51
Ordenados e Salários a Pagar	169.645,29	164.887,87
Obrigações Sociais	705.693,94	732.830,03
Obrigações Tributárias	245.160,43	226.279,23
Provisões Constituídas	505.701,88	504.100,68
Outras Exigibilidades	336.370,44	252.385,28
NÃO CIRCULANTE	2.759.006,84	1.727.780,42
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.759.006,84	1.727.780,42
Obrigações Sociais e Fiscais	1.238.825,87	1.459.965,10
Provisões Constituídas	1.520.180,97	267.815,32
RESULTADO EXERCÍCIO FUTURO	0,00	0,00
PATRIMONIO LÍQUIDO	16.162.476,41	18.116.401,37
CAPITAL SOCIAL	21.877.617,98	21.877.617,98
Capital Subscrito	21.877.617,98	21.877.617,98
RESERVAS DE CAPITAL	3.369.174,48	3.369.174,48
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(9.084.316,05)	(7.130.391,09)
TOTAL PASSIVO	23.725.380,24	23.851.725,39

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
	31/12/2018	31/12/2017
	RS	RS
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	14.447.648,12	14.048.200,48
Serviços Prestados	14.447.648,12	14.048.200,48
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(977.749,53)	(1.053.036,95)
Impostos Incidentes s/ receitas	977.749,53	1.053.036,95
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	13.469.898,59	12.995.163,53
LUCRO BRUTO	13.469.898,59	12.995.163,53
(+) RECEITAS OPERACIONAIS	995.100,38	3.023.135,54
Financeiras	499.282,44	868.353,27
Créditos Recuperados	0,00	920.911,03
Outras Receitas	495.817,94	1.233.871,24
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(16.435.488,00)	(15.844.737,19)
Pessoal	5.918.140,63	5.756.206,23
Gastos Gerais e Administrativos	1.822.994,72	2.086.328,44
Serviços e Seguros	25.195.064,67	22.909.500,82
Encargos, Impostos e Taxas	17.420,57	63.176,06
Depreciações e Amortizações	728.206,21	716.901,20
Financeiras	140.926,41	226.108,01
Provisões	1.340.485,75	289.628,28
Convênios	539.727,29	665.239,26
Indenizações Processos Judiciais Trabalhistas	1.093.553,40	1.288.028,92
Indenizações Processos Judiciais Cíveis	173.866,81	1.478.062,99
Outras Despesas	5.616,26	2.969,69
(-) Recuperação de Gastos	(20.540.514,72)	(19.637.412,71)
RESULTADO OPERACIONAL	(1.970.489,03)	173.561,88
(+/-) RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	16.564,07	0,00
Seguro Baixa Bens Imobilizado	17.951,00	0,00
Baixa Bens Imobilizado	(1.386,93)	0,00
RESULTADO ANTES DA CSLL E DO IRPJ	(1.953.924,96)	173.561,88
(-) Provisão para Imposto de Renda	0,00	43.176,16
(-) Provisão para Contribuição Social	0,00	24.778,09
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.953.924,96)	105.607,63
LUCRO (PREJ.) LIQUIDO POR AÇÃO	(0,089311595)	0,004827200

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE CAPITAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31.12.16	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	(7.235.998,72)	18.010.793,74
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL					0,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO				105.607,63	105.607,63
SALDO EM 31.12.17	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	(7.130.391,09)	18.116.401,37
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL					0,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO				(1.953.924,96)	(1.953.924,96)
SALDO EM 31.12.18	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	(9.084.316,05)	16.162.476,41

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
	31/12/2018	31/12/2017
	RS	RS
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.953.924,96)	105.607,63
AJUSTES AO LUCRO LIQUIDO	2.068.691,96	(517.274,65)
Depreciações e Amortizações	728.206,21	716.901,20
Provisão Contingências Trabalhistas	632.184,68	178.815,32
Provisão Contingências Cíveis	620.180,97	0,00
Provisão Perdas Recebimento Créditos - Curto Prazo	0,00	-1.523.804,13
Provisão Perdas Recebimento Créditos - Longo Prazo	88.120,10	110.812,96
VARIAÇÕES ATIVO E PASSIVO		
Ativo Realizável a Curto Prazo	(47.140,50)	344.301,81
Permissionários	21.983,57	(90.838,86)
Estoques	(838,21)	4.209,33
Impostos a Recuperar	60.760,98	19.964,71
Outros Direitos	110.866,59	11.286,79
Despesas pagas antecipadamente	792,97	8.237,53
Ativo Realizável a Longo Prazo	54.435,84	761.280,72
Permissionários	88.120,10	102.199,97
Depósitos Judiciais	193.240,34	(47.764,13)
Passivo Circulante a Curto Prazo	271.683,80	(656.300,79)
Fornecedores	714.264,50	240.356,63
Ordenados e Salários a Pagar	4.757,42	24.834,77
Obrigações Sociais	(27.136,09)	132.252,09
Obrigações Tributárias	18.881,20	(225.917,15)
Provisões Constituídas	1.601,20	89.444,94
Adiantamento de Clientes	88.961,98	2.144,91
Outras Exigibilidades	(4.976,82)	8.567,61
Passivo Circulante a Longo Prazo	18.272,75	(91.064,03)
Credores por Caução	0,00	(6.384,08)
Obrigações Sociais e Fiscais	(221.139,23)	18.272,75
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(129.005,81)	(408.785,48)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições Ativo Imobilizado	(1.756.655,52)	(111.081,90)
Baixas Ativo Imobilizado	1.386,93	175.600,00
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	64.518,10	(69.948,50)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital Social	0,00	0,00
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA	(64.487,71)	(478.733,98)
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	6.433.816,49	6.912.550,47
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	6.369.328,78	6.433.816,49

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS é uma sociedade por ações de economia mista, cuja gestão compete ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul através de sua Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo. A CEASA/RS foi constituída através da Lei Estadual nº 5993/70 e da Lei Municipal nº 3413/70. Posteriormente, através do Decreto nº 70.502/72 que regulamenta o SINAC (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento) a União Federal ficou com a gestão das Centrais de Abastecimento, e através da Lei nº 8819/89 foi dada ao Estado do Rio Grande do Sul autorização para receber as ações da União Federal, o que deixou o Estado na condição de acionista majoritário da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul. Suas atividades de comercialização iniciaram em 25 de setembro de 1973, com a transferência dos usuários do Mercado da Praia de Belas para as dependências da CEASA/RS, a Avenida Fernando Ferrari nº 1001 no Bairro Anchieta em Porto Alegre.

A Sociedade tem por objeto principal: construir, instalar e administrar Centrais de Abastecimento e Mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre seus objetivos está o aspecto social de sua atividade, com orientação e fiscalização do mercado hortifrutigranjeiro, representando um centro polarizador entre produtores, comerciantes e consumidores. A CEASA/RS propicia um equilíbrio de preços, em razão da maior oferta, ocasionando o controle da elevação abusiva de preços e combate à formação de monopólios na distribuição de alimentos.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei 6.404/76, conjugadas as demais práticas emanadas da legislação societária brasileira e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais diretrizes contábeis adotadas para o registro das operações foram as seguintes:

a) Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas segundo o regime de competência.

b) Provisão perdas no recebimento de créditos

As perdas no recebimento de créditos foram deduzidas como despesas conforme observado pelos artigos 9º ao 14º da Lei 9430/96 e Medida Provisória 656/2014.

c) Estoques

Os estoques foram avaliados pelo Preço Médio de Estoque, consistindo de material de reposição em almoxarifado.

d) Provisão p/ Contingências Trabalhistas e Cíveis

A provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis foi constituída neste exercício com base no parecer da Assessoria Jurídica da Empresa. Os valores registrados correspondem aos processos em que a Ceasa/RS é parte e que estão classificados como "provável ou praticamente certo" de perda de acordo com NBC TG 25(R1).

NOTA 4 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

Permissionários Realizável a Longo Prazo

Esta conta é constituída com saldos de usuários permanentes com processo judicial de cobrança.

NOTA 5 - IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado está assim constituído:

CONTAS	Taxa depreciação %	2018	2017
		RS	RS
Terrenos	302 0	369.060,98	369.060,98
Prédios e Urbanizações	4	26.095.366,22	24.897.590,62

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A**SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO****CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67****CEASA/RS****DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018****NOTAS EXPLICATIVAS**

Instalações	10	1.206.736,27	1.206.736,27
Veículos e Acessórios	20	309.678,39	344.978,39
Máq.Equipam.e Ferramentas	10	464.123,17	455.181,81
Móveis e Utensílios	10	450.848,25	419.477,04
Equipamentos de Comunicação	10	35.035,20	33.696,16
Outras Imobilizações	10	7.879,99	7.879,99
Obras em Andamento	0	1.296.933,15	787.913,44
Direito Uso Software	5	116.116,41	116.116,41
Equipamentos de Informática	20	332.643,28	325.964,68
SOMA:		30.684.421,31	28.964.595,79
DEPRECIACÃO ACUMULADA:		(19.113.024,69)	(18.420.261,55)
VALOR RESIDUAL:		11.571.396,62	10.544.334,24

As depreciações foram calculadas pelo método linear, sobre o custo histórico corrigido dos bens, mediante a aplicação das taxas normais que levam em conta o tempo de vida útil e econômica dos bens.

NOTA 6 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Obrigações Fiscais e Sociais Exigível a Longo Prazo

O saldo existente nesta conta refere-se:

Contribuição e tributos parcelados com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no qual a Empresa requereu adesão em novembro de 2009. Os valores da dívida foram atualizados com as reduções de multa e juros previstas na Lei 11941/09 totalizando na consolidação R\$ 1.615.867,35.

ISSQN parcelado com a Secretaria da Fazenda Municipal no qual a Empresa requereu adesão em maio de 2017. Os valores da dívida foram atualizados totalizando na consolidação R\$ 220.700,17.

NOTA 7 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social Autorizado conforme estatuto é de R\$ 40.000.000,00. O Capital Social Integralizado está representado por 21.877.617 Ações Ordinárias Nominativas, com o valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. É a seguinte composição do Capital Social:

ACIONISTAS	R\$	%
Estado do Rio Grande do Sul	20.617.565,92	94,2405
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	1.153.636,10	5,2731
Outros	106.415,96	0,4864
TOTAL	21.877.617,98	100,00

NOTA 8 - DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO

1 - A CEASA/RS efetua o pagamento de todas as despesas advindas das instalações dos permissionários do complexo, ou seja, decorrentes de rateio das despesas com energia, água, vigilância, limpeza, entre outras responsabilidades, com posterior ressarcimento considerado como recuperação de gastos, que são contabilizados em conta redutora das despesas operacionais.

2 - No exercício de 2017 foi efetuado estorno Provisão Perdas Recebimento Créditos no valor de R\$ 920.911,03 (créditos recuperados, baseado na instrução normativa RFB nº 1700 de 14 de março de 2017), da Empresa CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento (Figorífico Ceasa/RS), em função da Cessão, Transferência e Doação entre Conab e Estado RGS (Ceasa de Interviente-Anuente), sendo que em Assembleia Geral Acionistas foi decidido transformar a Doação em Pagamento, em 28/12/2017 houve Publicação Diário Oficial no qual o Governador Ratifica Cessão, Transferência e Doação entre Conab e Estado RS. No exercício de 2018 foi efetuada a transferência do saldo da dívida para Ativo Imobilizado como edificações, em conformidade com Manifestação da Assessoria Jurídica, exarada junto ao PROA nº 16/3100-0002136-2:

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

NOTAS EXPLICATIVAS

"Reiteramos que a doação efetivada pela CONAB ao ESTADO, referente a "edificação e benfeitorias", mais especificamente, o Armazém Frigorífico, edificado pela CONAB, em áreas cedidas via COMODATO pela CEASA, apresentam incongruência, visto que o imóvel no qual o referido armazém restou edificado, em verdade pertence aos acionários da CEASA, e não a CONAB, e por esta razão não poderia ter sido objeto da Doação proposta, visto que inexistente previsão legal no direito pátrio para doação de imóvel por acessão, conforme preceitua o art. 1255 do Código de Processo Civil Brasileiro. Ou seja, aquele que edifica em terreno alheio, perde em direito do proprietário, salvo se procedeu de boa-fé, caso em que terá direito a indenização. Assim, nos parece que a CONAB, agiu de boa-fé, quando da edificação do Armazém Frigorífico em área cedida pela CEASA, todavia, agiu equivocadamente ao doar o referido edifício ao Estado, visto que o imóvel está incorporado ao terreno, não podendo dele ser desmembrado, e por essa razão, pertence à propriedade da CEASA e seus acionistas, não podendo ser incorporada ao patrimônio do Estado."

Em 30/11/2018 ocorreu Processo Licitatório 001/2018 para ocupação do Prédio Frigorífico, sendo vencedor a Empresa Focatto Distribuidora de Alimentos, tendo o valor de lance de concorrência de R\$ 501.000,00.

NOTA 9 - CONTINGÊNCIAS

Diversos processos judiciais envolvendo causas trabalhistas e cíveis estão sendo movidos contra a CEASA/RS. A Administração da Sociedade, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, procederam na avaliação daquelas consideradas de risco de perda possível e que, portanto, não foram provisionadas. Com base nessas avaliações é dado o seguinte tratamento contábil:

- Perda Provável: efetuada a provisão e mencionada em Nota Explicativa;
- Perda Possível: não provisionada, mas mencionada em Nota Explicativa;
- Perda Remota: não provisionada e nem se mencionada em Nota Explicativa.

Na presente Nota Explicativa, iremos discorrer sobre o quantitativo de ações movidas contra a CEASA/RS e o valor atualizado da perda possível, considerando a procedência das demandas e a base atual de processos:

a) **Ações Trabalhistas:** Atualmente, o passivo trabalhista da CEASA/RS é composto de 330 ações. Dentre estas ações, a esmagadora maioria (mais de 99%) referem-se ao inadimplemento de verbas rescisórias ou diferenças pleiteadas pelos prestadores de serviço terceirizados. Nestes casos, apoiado na Súmula 331 do TST, o Judiciário vem condenando a CEASA/RS, subsidiariamente, ao pagamento das diferenças supramencionadas. Quando a empregadora dos autores tem sua falência decretada (caso das empresas Proservi Serviços de Vigilância Ltda, Terra e Mar Prestadora de Serviços Ltda, Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda, Gussil Prestação de Serviços Eireli Epp), ou em manifesto estado de insolvência (caso da empresa Laboral Serviços Terceirizados Eireli), o cenário se agrava, haja vista que a CEASA/RS arca sozinha com todo o crédito pleiteado pelos terceirizados. São estas as ações que apresentam o maior risco e que podem implicar no desembolso de até R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), caso a CEASA/RS seja efetivamente responsabilizada e as empresas terceirizadas não efetuem o pagamento das condenações.

Há ainda uma 02 (duas) ações em trâmite que são movidas por funcionários do quadro efetivo da CEASA/RS e que podem representar algum risco futuro, tendo em vista que, nas duas ações, o objetivo é a reintegração ao emprego. Estas ações envolvem vultuosas quantias, até mesmo pelos longos períodos que os funcionários já estão afastados da CEASA/RS e o tempo necessário para uma decisão definitiva nas referidas ações. Nestas ações poderá haver um desembolso estimado de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) caso todos os pedidos dos autores sejam procedentes.

Em suma, considerando o pior cenário possível e o atual passivo, as ações trabalhistas movidas contra a CEASA/RS poderão implicar num desembolso de até R\$ 3.850.000,00 (três milhões, oitocentos e cinquenta mil reais) nos próximos anos.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

NOTAS EXPLICATIVAS

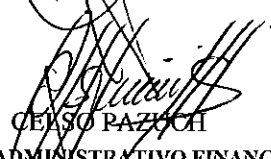
b) **Ações Cíveis e Tributárias:** Atualmente, a base que envolve questões atinentes ao Direito Civil, Administrativo e Tributário, é composta de 105 ações. A maioria das ações cíveis em que a CEASA/RS figura no polo passivo, são demandas que envolvem questões de responsabilidade civil, decorrentes de abaloamentos entre veículos no estacionamento, furtos e até mesmo desavenças entre trabalhadores ou usuários e vigilantes contratados pela CEASA/RS. Há ainda um pequeno passivo, decorrente dos mandados de segurança movidos por licitantes dos processos licitatórios lançados pela CEASA/RS, questionando cláusulas editalícias, critérios de julgamento das propostas, dentre outras irresignações.

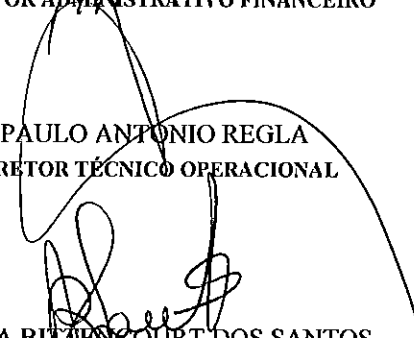
No mais, a base de processos cíveis é composta de ações de cobrança, execuções de título executivo judicial e ações monitórias, todas movidas pela própria CEASA/RS e que não farão parte deste levantamento de valores, já que é relevante a necessidade de apontamento apenas de possível prejuízo. Sendo assim, utilizando o mesmo critério das ações trabalhistas, qual seja, atualizar o valor estimado para a condenação nos processos, considerando a base atual, encaminhada pela sociedade de advogados Escosteguy Advogados Associados S/S, e o pior cenário possível, as ações cíveis movidas contra a CEASA/RS poderão implicar num possível desembolso de até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) nos próximos anos.

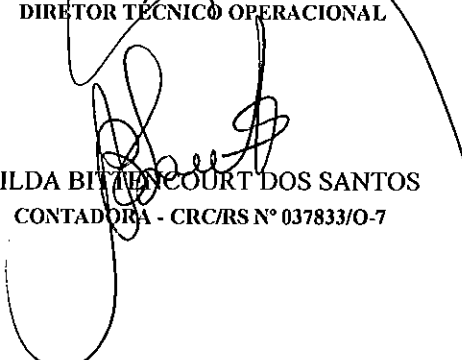
Por fim, informamos que os valores aqui lançados tratam-se de mera estimativa, dependendo de uma série de fatores para que se concretizem (tempo de duração das demandas, (im)procedência dos pedidos, falência das empresas terceirizadas, etc.).

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2018.


ERNESTO DA CRUZ TEIXEIRA
PRESIDENTE


CELSONO PAZICH
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO


PAULO ANTONIO REGLA
DIRETOR TÉCNICO OPERACIONAL

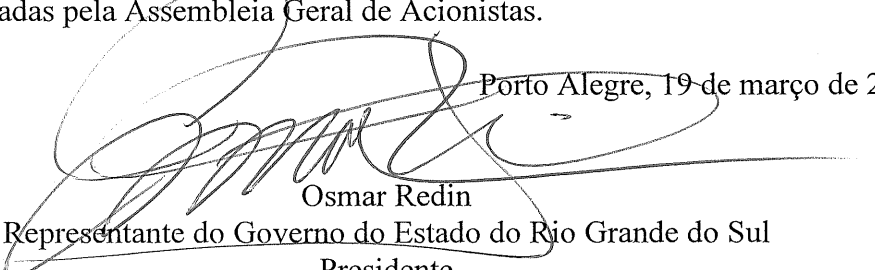

NILDA BITTENCOURT DOS SANTOS
CONTADORA - CRC/RS Nº 037833/O-7

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS**

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Membros do Conselho de Administração da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, tendo examinado as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas de Notas Explicativas e Parecer do Conselho Fiscal, após análise dos referidos documentos e de esclarecimentos prestados pela Diretoria aprovam por unanimidade as Demonstrações Contábeis, considerando que as mesmas estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 19 de março de 2019.



Osmar Redin
Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Presidente



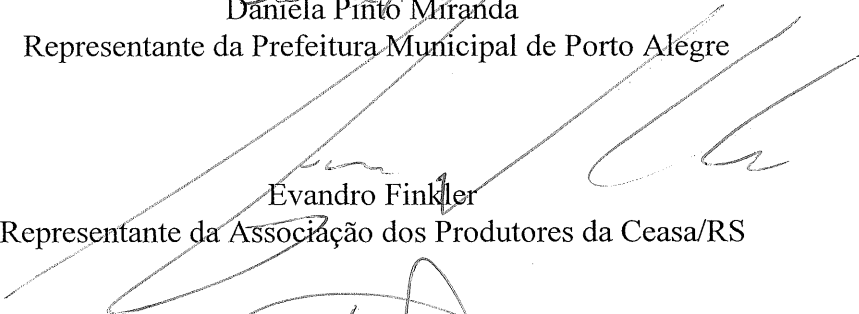
Silvana Dalmás
Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul



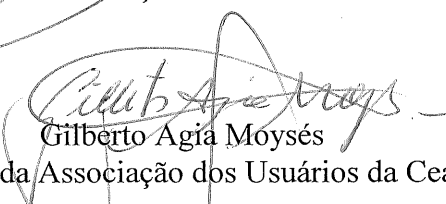
Jocimar Rabaioli
Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul



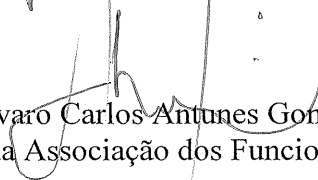
Daniela Pinto Miranda
Representante da Prefeitura Municipal de Porto Alegre



Evandro Finkler
Representante da Associação dos Produtores da Ceasa/RS



Gilberto Agia Moysés
Representante da Associação dos Usuários da Ceasa/RS



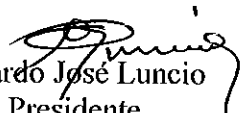
Álvaro Carlos Antunes Gonçalves
Representante da Associação dos Funcionários da Ceasa/RS

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, reunidos em cumprimento ao disposto no item VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, conjugadas com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), examinaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das notas explicativas da Diretoria. Considerando a avaliação do Demonstrativo do Resultado do Exercício e do acompanhamento efetuado pelo Conselho Fiscal, durante o Exercício de 2018, somos de opinião que as Demonstrações Contábeis representam a situação atual da Empresa, estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração e posteriormente serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 12 de março de 2019.


Ricardo José Luncio
Presidente

Representante do Governo do Estado do RGS


Leandro Tittmaier Balardin
Representante Prefeitura Municipal de Porto Alegre


Lino Bernardo Dutra
Representante do Governo do Estado do RGS



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: NILDA BITTENCOURT DOS SANTOS
REGISTRO.....	: RS-037833/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 204.550.030-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 18.03.2019 as 16:22:05.

Válido até: 16.06.2019.

Código de Controle: 306100.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia de Processamento de
Dados do Estado do RS
PROCERGS**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2018	01/01/2018 **	2017 **
<u>CIRCULANTE</u>		<u>101.338.744,28</u>	<u>93.961.354,10</u>	<u>93.961.354,10</u>
<u>DISPONIBILIDADES</u>	4.a	<u>11.902.623,14</u>	<u>13.282.804,50</u>	<u>13.282.804,50</u>
BANCOS E APLICAÇÃO FINANCEIRA		11.902.623,14	13.282.804,50	13.282.804,50
<u>CRÉDITOS</u>		<u>79.631.298,03</u>	<u>74.377.891,61</u>	<u>74.377.891,61</u>
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	4.b	75.447.609,31	68.623.795,90	68.623.795,90
(-) PROVISÃO P/CRÉDITO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	4.c	(319.391,32)	(266.035,42)	(266.035,42)
CRÉDITOS DE PESSOAL	4.d	2.118.314,36	2.192.793,69	2.192.793,69
OUTROS CRÉDITOS	4.e	2.384.765,68	3.827.337,44	3.827.337,44
<u>ESTOQUES</u>		<u>8.320.191,00</u>	<u>5.433.187,05</u>	<u>5.433.187,05</u>
MATERIAIS DE PROCESSAMENTO E IMPRESSÃO	4.f	110.721,26	26.559,97	26.559,97
MATERIAIS INDIRETOS	4.f	676.645,14	556.562,07	556.562,07
SERVIÇOS EM ANDAMENTO	4.g	7.532.824,60	4.850.065,01	4.850.065,01
<u>DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE</u>		<u>1.484.632,11</u>	<u>867.470,94</u>	<u>867.470,94</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>98.512.491,16</u>	<u>75.647.416,50</u>	<u>75.647.416,50</u>
<u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u>		<u>31.057.179,13</u>	<u>19.786.067,14</u>	<u>19.786.067,14</u>
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS/JUDICIAIS	4.h	31.057.179,13	19.786.067,14	19.786.067,14
<u>INVESTIMENTOS</u>	4.i	<u>151.388,40</u>	<u>151.388,40</u>	<u>151.388,40</u>
<u>IMOBILIZADO</u>	4.j e 5	<u>16.108.482,77</u>	<u>12.710.308,10</u>	<u>12.710.308,10</u>
<u>INTANGÍVEL</u>	4.k e 6	<u>5.931.323,78</u>	<u>8.105.885,92</u>	<u>8.105.885,92</u>
<u>BENS DE TERCEIROS</u>	4.l	<u>45.264.117,08</u>	<u>34.893.766,94</u>	<u>34.893.766,94</u>
<u>TOTAL DO ATIVO</u>		<u>199.851.235,44</u>	<u>169.608.770,60</u>	<u>169.608.770,60</u>

** Não auditados pela Auditoria Independente

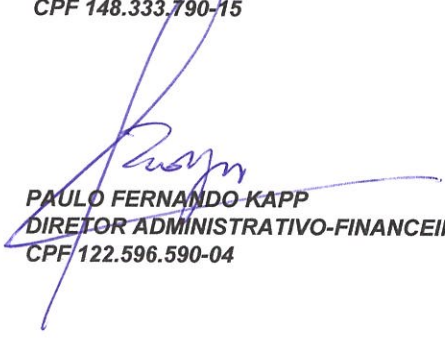
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

<u>PASSIVO</u>	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2018</u>	<u>01/01/2018 **</u>	<u>2017 **</u>
<u>CIRCULANTE</u>		<u>73.183.526,64</u>	<u>59.704.817,20</u>	<u>64.036.655,01</u>
FORNECEDORES		19.312.443,71	16.140.596,85	16.140.596,85
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		22.124.587,85	16.448.528,30	16.448.528,30
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS		11.439.347,65	8.858.866,04	8.858.866,04
PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS		18.667.596,20	16.787.729,25	16.787.729,25
OBRIGAÇÕES COM CLIENTES		3.943,41	54.907,57	54.907,57
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	10.b	0,00	0,00	4.331.837,81
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.o	1.635.607,82	1.414.189,19	1.414.189,19
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>110.158.279,81</u>	<u>86.643.317,74</u>	<u>60.733.691,80</u>
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	8.b e 10.b	64.894.162,73	51.749.550,80	25.839.924,86
BENS DE TERCEIROS	4.l	45.264.117,08	34.893.766,94	34.893.766,94
<u>TOTAL DO PASSIVO</u>		<u>183.341.806,45</u>	<u>146.348.134,94</u>	<u>124.770.346,81</u>
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				
<u>CAPITAL SOCIAL</u>		<u>115.319.287,84</u>	<u>115.319.287,84</u>	<u>115.319.287,84</u>
CAPITAL SUBSCRITO	7.a	115.319.287,84	115.319.287,84	115.319.287,84
<u>RESERVAS DE CAPITAL</u>		<u>7.863,68</u>	<u>7.863,68</u>	<u>7.863,68</u>
C.M. DO CAPITAL REALIZADO		7.863,68	7.863,68	7.863,68
<u>PREJUÍZO ACUMULADO</u>	7.b e 10.c	<u>(98.817.722,53)</u>	<u>(92.066.515,86)</u>	<u>(70.488.727,73)</u>
<u>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		<u>16.509.428,99</u>	<u>23.260.635,66</u>	<u>44.838.423,79</u>
<u>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		<u>199.851.235,44</u>	<u>169.608.770,60</u>	<u>169.608.770,60</u>

** Não auditados pela Auditoria Independente

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


ANTONIO RAMOS GOMES
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 148.333.790-15


PAULO FERNANDO KAPP
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 122.596.590-04


SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHOL
DIRETOR TÉCNICO
CPF 344.564.570-15


ANDRÉA ALVES RIBEIRO
CONTADORA CRC-RS 76.011
CPF 658.564.810-20

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**
(Valores expressos em reais)

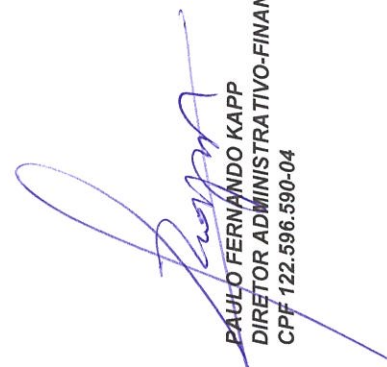
PATRIMÔNIO LÍQUIDO MUTAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL		NOTA EXPLICATIVA	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		RESERVA	CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL			
SALDO EM 31.12.2016	105.319.287,84		7.863,68		(58.199.153,22)	47.127.998,30
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (RECONHECIDOS EM 2018)				10.d	(16.907.203,98)	(16.907.203,98)
SALDO EM 01.01.2017 **	105.319.287,84		7.863,68		(75.106.357,20)	30.220.794,32
AUMENTO DE CAPITAL	10.000.000,00	-	-		-	10.000.000,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (DEMONSTRAÇÃO ORIGINAL)	-	-	-		(6.705.457,13)	(6.705.457,13)
PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	-		(5.584.117,38)	(5.584.117,38)
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (RECONHECIDOS EM 2018)	-	-	-	10.d	(4.670.584,15)	(4.670.584,15)
SALDO EM 01/01/2018**	115.319.287,84		7.863,68		(92.066.515,86)	23.260.635,66
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-		(1.550.652,49)	(1.550.652,49)
PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	-		(5.200.554,18)	(5.200.554,18)
SALDO EM 31.12.2018	115.319.287,84		7.863,68		(98.817.722,53)	16.509.428,99

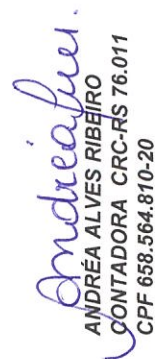
** Não auditados pela Auditoria Independente

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


ANTONIO RAMOS GOMES
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 148.333.790-15


SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHOL
DIRETOR TÉCNICO
CPF 344.564.570-15


PAULO FERNANDO KAPP
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 122.596.590-04


ANDRÉA ALVES RIBEIRO
CONTADORA CRC-RS 76.011
CPF 658.564.810-20

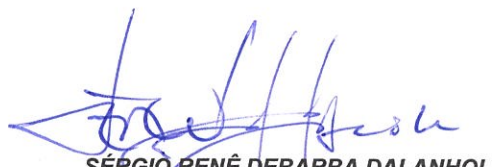
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

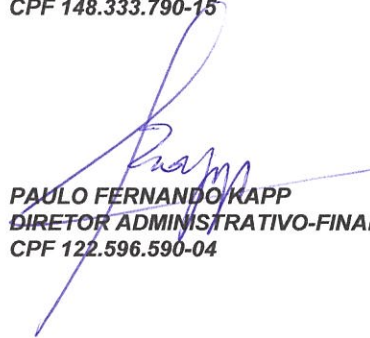
	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u> **
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	4.p	335.650.805,95	301.563.638,06
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(44.233.084,00)	(38.352.147,83)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		291.417.721,95	263.211.490,23
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(219.246.551,36)	(209.607.523,09)
LUCRO BRUTO		72.171.170,59	53.603.967,14
<u>DESPESAS OPERACIONAIS</u>		<u>(78.801.049,92)</u>	<u>(60.304.317,85)</u>
DESPESAS COM VENDAS		(6.637.476,76)	(6.189.497,33)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		(74.331.823,92)	(61.911.528,54)
DESPESAS FINANCEIRAS		(1.294.255,34)	(443.952,80)
RECEITAS FINANCEIRAS		3.462.506,10	8.240.660,82
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		1.467.503,08	1.132.664,32
RESULTADO OPERACIONAL		(5.162.376,25)	(5.567.686,39)
OUTRAS RECEITAS		6.337,07	10.908,95
OUTRAS DESPESAS		(44.515,00)	(27.339,94)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO			
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(5.200.554,18)	(5.584.117,38)
IMPOSTO DE RENDA		-	-
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.p	(5.200.554,18)	(5.584.117,38)
Lucro/Prejuízo por lote de mil ações		9,92	10,65

** Não auditados pela Auditoria Independente

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


ANTONIO RAMOS GOMES
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 148.333.790-15


SÉRGIO RENÊ DEBARBA DALANHOL
DIRETOR TÉCNICO
CPF 344.564.570-15


PAULO FERNANDO KAPP
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 122.596.590-04


ANDRÉA ALVES RIBEIRO
CONTADORA CRC/RS 76.011
CPF 658.564.810-20

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Valores expressos em reais)

1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS	2018	01/01/2018 **	2017 **
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(5.200.554,18)	(5.584.117,38)	(5.584.117,38)
AJUSTES PARA RECONCILIAÇÃO:			
DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO	9.983.694,94	10.116.441,59	10.116.441,59
AJUSTE PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS AÇÕES TRABALHISTAS	15.904.863,89	26.077.788,13	4.500.000,00
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS AÇÕES CÍVEIS	36.868,07	(217.064,40)	(217.064,40)
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	150.789,62	133.781,24	133.781,24
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(1.550.652,49)	(28.283.245,26)	(6.705.457,13)
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO	19.325.009,85	2.243.583,92	2.243.583,92
VARIAÇÕES DO ATIVO			
AUMENTO DEPÓSITOS JUDICIAIS	(11.271.111,99)	(11.367.394,65)	(11.367.394,65)
AUMENTO DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	(617.161,17)	249.033,00	249.033,00
AUMENTO CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(6.921.247,13)	6.694.601,62	6.694.601,62
AUMENTO DOS ESTOQUES	(2.887.003,95)	4.169.485,99	4.169.485,99
REDUÇÃO DE OUTRAS CONTAS A RECEBER	1.517.051,09	2.233.161,35	2.233.161,35
VARIAÇÕES DO PASSIVO			
AUMENTO SALÁRIOS E ENCARGOS	4.233.333,09	1.067.225,27	1.067.225,27
AUMENTO DE IMPOSTOS RETIDOS NA FONTE	2.251.558,42	256.016,41	256.016,41
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A PAGAR	448.434,10	65.752,10	65.752,10
AUMENTO DE IMPOSTOS S/SERVIÇOS	3.424.501,13	720.020,65	720.020,65
AUMENTO DE FORNECEDORES	3.171.846,86	(2.992.039,20)	(2.992.039,20)
REDUÇÃO OBRIGAÇÕES COM CLIENTES	(50.964,16)	54.907,57	54.907,57
REDUÇÃO CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	(2.797.120,03)	(395.311,85)	(395.311,85)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.827.126,11	2.999.042,18	2.999.042,18
2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
BAIXAS DE ATIVOS IMOBILIZADOS	44.515,00	27.339,94	27.339,94
COMPRA DE ATIVOS IMOBILIZADOS	(9.888.009,14)	(4.223.317,12)	(4.223.317,12)
COMPRA DE ATIVOS INTANGÍVEIS	(1.363.813,33)	(2.763.658,76)	(2.763.658,76)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(11.207.307,47)	(6.959.635,94)	(6.959.635,94)
3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	0,00	10.000.000,00	10.000.000,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00	10.000.000,00	10.000.000,00
VARIAÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(1.380.181,36)	6.039.406,24	6.039.406,24
SALDO INÍCIO PERÍODO	13.282.804,50	7.243.398,26	7.243.398,26
BANCOS	3.779.203,35	6.540.834,24	6.540.834,24
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	8.123.419,79	6.741.970,26	6.741.970,26
SALDO FINAL PERÍODO	11.902.623,14	13.282.804,50	13.282.804,50
VARIAÇÃO	(1.380.181,36)	6.039.406,24	6.039.406,24

** Não auditados pela Auditoria Independente

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ANTONIO RAMOS GOMES
DIRETOR-PRÉSIDENTE
CPF 148.333.790-15

PAULO FERNANDO KAPP
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 122.596.590-04

SÉRGIO RENÊ DEBARBA DALANHOL
DIRETOR TÉCNICO
CPF 344.564.570-15

ANDRÉA ALVES RIBEIRO
CONTADORA CRC-RS 76.011
CPF 658.564.810-20

PROCERGS - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90.010-340 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre/RS - Brasil
 PABX + 55 51 3210.3100 - Fax + 55 51 3227.5177 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores em Reais)

1. Contexto Operacional

A PROCERGS – Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, criada pela Lei Estadual n.º 6.318 de 30 de novembro de 1971, é uma Sociedade de Economia Mista com sede em Porto Alegre, Coordenadorias Regionais nas cidades de Alegrete, Caxias do Sul, Pelotas, Passo Fundo, Santo Ângelo e Santa Maria. Suas atividades concentram-se, basicamente, na execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e telecomunicações para os órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secundariamente, atua ainda na prestação de serviços de informática, assessoramento técnico e publicações eletrônicas no Diário Oficial do Estado a órgãos da administração pública, outras esferas de governo e entidades privadas, serviços estes, que representam aproximadamente 7% da receita total da Companhia.

2. Regime Tributário

A Companhia é tributada pelo Lucro Real e sua escrituração é mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos do Art. 177, Lei n.º 6.404 de 15/12/1976 e aos princípios de contabilidade. Observa critérios contábeis uniformes, registra as mutações patrimoniais segundo o regime de competência. Os direitos e obrigações estão em conformidade com seus efetivos valores reais.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis e as notas explicativas estão apresentadas em Reais e são elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária (Art. 176 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, alterado pela Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007, pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009).

4. Resumo das Principais Práticas e Políticas Contábeis

(a) Disponibilidades

São compostas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera disponibilidades de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como disponibilidade quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Abaixo quadro por segmento.

Grupo	2018	2017
Depósitos Bancários a Vista	3.779.203,35	6.540.834,24
Títulos de Aplicações Financeiras	8.123.419,79	6.741.970,26
TOTAL	11.902.623,14	13.282.804,50

(b) Contas a Receber de Clientes

Inclui os serviços faturados, ainda não recebidos, contabilizados pelo regime de competência. O saldo a receber no encerramento do exercício tem a seguinte composição:

	2018		2017	
Créditos em Aberto	Por Tipo de Mercado	Soma	Por Tipo de Mercado	Soma
Vencidos até 2015		1.298.918,85		1.575.444,99
- Administração Indireta	1.131.279,11		1.372.220,58	
- Outros Mercados	110.991,16		119.195,88	
- Outros Poderes	56.648,58		84.028,53	
Vencidos em 2016		512.642,79		1.953.603,56
- Administração Direta - Vencidos a partir de 09/2016	352.196,67		1.613.401,67	
- Administração Indireta	97.138,48		178.051,09	
- Outros Mercados	43.393,64		142.236,80	
- Outros Poderes	19.914,00		19.914,00	
Vencidos em 2017		4.601.879,56		14.096.099,65
- Administração Direta	3.647.368,21		10.805.624,60	
- Administração Indireta	860.403,42		2.835.843,97	
- Outros Mercados	85.069,21		309.444,35	
- Outros Poderes	9.038,72		145.186,73	
Vencidos em 2018		37.509.803,11	Vincendos	27.969.821,92
- Administração Direta	32.141.131,11		13.458.144,83	
- Administração Indireta	4.231.340,68		12.338.321,65	
- Outros Mercados	1.040.041,75		1.107.044,78	
- Outros Poderes	97.289,57		1.066.310,66	
Vincendos		31.524.365,00	Termo de Acordo de Dívida	23.028.825,78
- Administração Direta	15.029.911,91			
- Administração Indireta	14.166.131,69			
- Outros Mercados	805.906,56			
- Outros Poderes	1.522.414,84			
TOTAL		75.447.609,31		68.623.795,90

(c) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas, foi constituída a provisão dos valores devidos pelos clientes da iniciativa privada e das empresas públicas que a PROCERGS não seja controladora, controlada, coligada ou interligada. O valor provisionado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos.

(d) Créditos de Pessoal

Nesta rubrica estão lançados os adiantamentos de diárias e viagens a funcionários aguardando a efetiva prestação de contas e as antecipações de férias pagas quando da solicitação das mesmas e descontadas quando incluídas em folha de pagamento.

PROCERGS - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90.010-340 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - Fax + 55 51 3227.5177 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

(e) Outros Créditos

São contabilizadas as antecipações e contribuições a recuperar, impostos a compensar e outros créditos, tais como: bloqueio judicial, reembolso de funcionários cedidos e plano de saúde de responsabilidade dos funcionários descontado em folha de pagamento.

Grupo	2018	2017
Antecipações, Contribuições e Impostos a Recuperar	1.363.436,49	1.127.280,42
Bloqueio Judicial	109.376,48	1.844.205,03
Reembolso Funcionários Cedidos	867.437,26	523.863,58
Outros Créditos	44.515,45	331.988,41
TOTAL	2.384.765,68	3.827.337,44

(f) Estoques de Materiais

Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção dos serviços prestados pela Companhia encontram-se classificados no Ativo Circulante. A avaliação foi realizada pelo custo médio de aquisição de cada item, inferior, portanto aos valores do mercado.

(g) Estoques - Serviços em Andamento - Diferimento do Custo

Os custos diferidos não necessariamente referem-se aos apropriados dentro de uma determinada competência, podendo estar compostos por valores já reconhecidos em outros exercícios. Nos exercícios de 2016 e 2017 ficaram diferidos os valores de R\$9.002.236,81 e R\$4.850.065,01 respectivamente, referentes aos custos que não haviam receitas reconhecidas no momento. Em 2018 o valor do custo diferido para exercícios seguintes foi de R\$7.532.824,60, que serão levados a resultado na proporcionalidade do reconhecimento da receita.

Na Demonstração do Resultado do Exercício de 2018, o valor total do Custo dos Serviços Prestados é de R\$219.246.551,36 que se referem a todas as despesas incorridas para a elaboração dos serviços. Objetivando atender o princípio da competência, em 2018 foi acrescentado ao diferimento o valor de R\$11.633.110,28, referente a antigos e novos projetos, e levado a resultado, pela realização da receita, o valor de R\$8.950.350,69, devidamente apropriado ao Custo dos Serviços Prestados no exercício. Restou o valor de R\$7.532.824,60 a ser levado a resultado em exercícios futuros, quando ocorrerem os respectivos faturamentos.

Estoque Serviços Prestados Diferidos em Exercícios Anteriores		4.850.065,01
Valor Diferido em 2018 (Projetos Novos)	2.644.199,82	
Valor Diferido em 2018 (Projetos Antigos)	8.988.910,46	
Total dos Valores Diferidos em 2018		11.633.110,28
Apropriação como Custo (Exercícios Anteriores – Projetos Antigos)	(5.259.200,73)	
Apropriação como Custo (Exercício Atual – Projetos Novos)	(3.691.149,96)	
Total Apropriado como Custo		(8.950.350,69)
Valor Diferido para Exercícios Futuros		7.532.824,60

(h) Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais referem-se a ações trabalhistas e são apresentados pelo valor atualizado monetariamente, utilizando-se os índices de poupança (TR + juros de 0,5% a.m.) da data do depósito até o encerramento do exercício. Para estas ações, existem provisões no Passivo Circulante e Não Circulante, na rubrica de Provisões para Contingências.

(i) Investimentos

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, entre elas, OI S.A., Telebras – Telecomunicações Brasileiras S/A, CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica, CTMR – Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência, demonstrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995.

(j) Imobilizado

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. Para os equipamentos de produção, utilizou-se a depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação.

A Companhia avaliou a possibilidade de um ativo estar com seu valor contábil superior ao seu valor recuperável. Para isso, a administração preparou projeções do orçamento dos próximos 5 anos, baseado em premissas razoáveis e fundamentadas que representam a melhor estimativa e as condições econômicas que existirão ao longo da vida útil remanescente do seu ativo imobilizado. A conclusão foi que o valor do ativo imobilizado é totalmente recuperável, não havendo a necessidade de reconhecer perdas por desvalorização neste exercício. A partir do exercício de 2019, a Companhia visa licitar empresa independente para avaliar seus ativos e para os devidos testes do *Impairment*, conforme determina a norma contábil NBC TG 01 (R4).

(k) Intangível

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. Os bens registrados na conta de Software estão devidamente amortizados, calculados pelo método das quotas constantes, com base em taxa determinada em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária.

A Companhia avaliou a possibilidade de um ativo estar com seu valor contábil superior ao seu valor recuperável. Para isso, a administração preparou projeções do orçamento dos próximos 5 anos, baseado em premissas razoáveis e fundamentadas que representam a melhor estimativa e as condições econômicas que existirão ao longo da vida útil remanescente do seu ativo intangível. A conclusão foi que o valor do ativo imobilizado é totalmente recuperável, não havendo a necessidade de reconhecer perdas por desvalorização neste exercício. A partir do exercício de 2019, a Companhia visa licitar empresa independente para avaliar seus ativos e para os devidos testes do *Impairment*, conforme determina a norma contábil NBC TG 01 (R4).

(l) Bens de Terceiros

São bens recebidos de terceiros, que integram o patrimônio da Companhia para uso em suas atividades, mas que deverão ser devolvidos aos seus respectivos proprietários, conforme contratos. Os bens incorporados nesta conta foram enviados, principalmente, pela Secretaria da Fazenda do Estado do RS, para compor o novo Data Center da Companhia. Para efeito de controle, utilizou-se o custo original de aquisição para contabilização no Ativo e Passivo Não Circulante, não sofrendo depreciação.

(m) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

Não foram constituídas provisões referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social, em decorrência do prejuízo fiscal apresentado quando da apuração do Lucro Real.

(n) Passivo Circulante e Não Circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

Neste grupo estão registrados os bens de terceiros, que deverão ser devolvidos aos seus respectivos proprietários, conforme contratos.

(o) Outras Obrigações

Neste item registramos as cauções de contratos recebidos pela Companhia, os valores gastos por funcionários em consignação com entidades financeiras (Banrisul e Caixa Econômica Federal), além de outros valores repassados a terceiros.

(p) Resultado do Exercício

O resultado do exercício é apurado obedecendo ao princípio da competência.

A Receita Operacional Bruta foi de R\$335.650.805,95 apresentando um crescimento nominal de R\$34.087.167,89 (11,3%) em relação ao exercício de 2017.

O Prejuízo do Exercício foi de R\$5.200.554,18 demonstrando um decréscimo em seu prejuízo nominal de R\$383.563,20, representando 6,87% em relação ao prejuízo apurado no exercício de 2017. Entre os fatores que levaram ao resultado apresentado no exercício estão, o incremento da receita operacional em decorrência do serviço assumido pela Companhia da “Publicação no Diário Oficial do Estado” no final de 2017, tendo uma receita naquele exercício de R\$1.478.470,39, mas que em 2018 totalizou o valor de R\$24.936.425,54 e pela obrigatoriedade de diferimento do custo de serviços prestados e que não foram faturados no exercício.

(q) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 e a Resolução CFC n.º 1.296/2010.

5. Imobilizado

Discriminação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Depreciação Anual
Terrenos	1.769.907,19	-- x --	1.769.907,19	-- x --
Prédios	11.537.354,10	8.286.224,21	3.251.129,89	4%
Equip. De Produção	92.995.814,29	85.321.429,37	7.674.384,92	40%
Equip. de Apoio	3.586.239,12	3.233.925,83	352.313,29	20%
Instalações/Outros	10.984.426,29	9.153.829,28	1.830.597,01	17% * (1)
Benf. Prédios Terc.	2.170.337,95	1.148.979,16	1.021.358,79	20%
Imob. em andamento	208.791,68	-- x --	208.791,68	-- x --
TOTAL	123.252.870,62	107.144.387,85	16.108.482,77	

* (1) Taxa Média

6. Intangível

Discriminação	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Amortização Anual
Programas de Computador	40.429.732,51	34.507.065,46	5.922.667,05	20%
Direito Uso Telefone	2.911,08	--x--	2.911,08	-- x --
Marcas	5.745,65	--x--	5.745,65	-- x --
TOTAL	40.438.389,24	34.507.065,46	5.931.323,78	

7. Patrimônio Líquido**(a) Capital Social**

O capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$115.319.287,84, representado por 524.178.240 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

Acionistas	Tipo	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	ON	522.007.303	99,59
OI S.A.	ON	1.366.594	0,26
CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento	ON	431.557	0,08
IPERGS – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	ON	372.786	0,07
TOTAL DAS AÇÕES		524.178.240	100,00

O valor patrimonial da ação em 31/12/2018 é de R\$0,03.

(b) Prejuízo Acumulado

O prejuízo apresentado no Patrimônio Líquido tem a seguinte composição:

	2018	01/01/2018	2017
Resultado do Exercício na Demonstração do Resultado	(5.200.554,18)	(5.584.117,38)	(5.584.117,38)
Ajustes de Exercícios anteriores:			
Ajustes Positivos (N.E. 9)	26.814,57	312.675,38	312.675,38
Ajustes Negativos (N.E. 9)	(23.155.255,19)	(28.595.920,64)	(7.018.132,51)
Resultado Líquido após Ajustes Exercícios Anteriores	(28.328.994,80)	(33.867.362,64)	(12.289.574,51)
Prejuízo Acumulado até Exercício Anterior	(70.488.727,73)	(58.199.153,22)	(58.199.153,22)
Prejuízos Acumulados no Exercício	(98.817.722,53)	(92.066.515,86)	(70.488.727,73)

8. Outras informações**(a) Coberturas de Seguros**

A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos.

Destaca-se, a seguir, a posição dos seguros mantidos na data de encerramento do exercício social:

Objeto	Modalidade	Valor Segurado
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios (contrato 5296-00)	Incêndio	218.554.900,00
Veículos (contrato 5261-00)	Colisão, incêndio e roubo	*335.000,00
Seguro de Vida em Grupo (Apólices Asprocergs)	Morte e invalidez	17.374.731,41

*O valor segurado corresponde aos 25 veículos que compõe a frota da Companhia tendo como base o valor de mercado referenciado pela tabela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), utilizando-se o fator de ajuste de 110% (cento e dez por cento) sobre o valor de cotação do veículo na data da liquidação do sinistro. (Cláusula 2.3 do contrato).

b) Provisões para Contingências

A Companhia discute questões trabalhistas nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir da análise da Administração, em conjunto com a Assessoria Jurídica. O valor provisionado nessa rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda provável para a Companhia.

A análise foi feita em dados reais das 599 ações trabalhistas existentes contra a Companhia, até 31/12/2018, totalizando um valor de R\$72.993.206,77 de ações movidas por empregados, ex-empregados e terceiros, onde figuram principalmente:

- **Promoções por Antiguidade:** Pedidos de diferenças salariais, com reflexos, decorrente da não implementação das promoções por antiguidade. O fato gerador originou-se após a Resolução de Diretoria 001 do ano de 1995, que suspendeu as promoções por antiguidade na Companhia. No exercício de 2015 foram retomadas tais promoções, visando cumprir o estabelecido no novo plano de cargos e salários de junho/2014. Este conjunto de ações possui, na sua maioria, sentenças procedentes, sendo que, parte delas, com trânsito em julgado e já em fase de execução. Ressalte-se que, em que pese sejam concedidas nas sentenças um número expressivo de avanço de níveis salariais, na prática, os mesmos não são efetivados, integralmente, em decorrência de trancamentos no Plano de Cargos e Salários da época (último nível da classe ou final de carreira) e/ou por falta de requisito.
- **Desproporcionalidade da Tabela Salarial:** Nulidade da alteração de carga horária, cujo fato gerador das ações originou-se no exercício de 1986, quando a carga horária dos funcionários de 44 horas semanais passou para 40 horas e dos funcionários de 36 horas semanais passou para 30 horas. Tal alteração gerou uma desproporcionalidade na tabela salarial, que foi alterada quando da implantação do novo plano de cargos e salários em junho/2014. Este conjunto de ações possui decisões transitadas em julgado em ambos os sentidos, ou seja, tanto favoráveis aos empregados, como improcedentes.
- **Desvio de função:** ações por desvio de função, decorrentes do reaproveitamento do pessoal oriundo do antigo setor de entradas de dados (digitação), atividade extinta na empresa e do mercado de informática há mais de 20 anos, cujos trabalhadores foram direcionados para outras atividades dentro da área operacional da Companhia. A empresa já está procedendo a gestões interna e externa visando à regularização de tais situações e mitigação do passivo trabalhista.

Quadro totalizador das ações trabalhistas:

Nº de Ações	Distribuição Quanto à Origem	2018	01/01/2018	2017
433	Promoções Antiguidade	48.442.206,73	44.623.374,20	75.961.760,96
40	Desproporcionalidade da tabela salarial / Alteração da carga horária	10.874.935,30	7.474.959,58	9.490.484,52
30	Desvio de Função	468.324,57	3.349.540,10	2.117.560,36
06	SINDPPD/RS (Devolução de Imposto de Renda s/férias, dirigente sindical, diferença de horas extras)	3.653.931,12	1.739.967,20	6.146.490,21
32	Empresas terceirizadas (conservação e limpeza, transporte, vigilância)	1.085.918,57	915.616,39	563.253,05
08	Reintegração de funcionários desligados	2.271.251,49	1.794.721,76	2.335.183,47
50	Outros (vários reclamantes e pedidos)	6.196.638,99	3.089.106,62	2.119.812,40
599	Total	72.993.206,77	62.987.285,85	98.734.544,97

*Em "Outros" figuram principalmente pedidos referentes à: pensão por redução de capacidade laborativa, danos morais, danos materiais, redução de carga horária, incorporação de função gratificada, reconhecimento de acidente de trabalho, incorporação de horas extras, manutenção de plano de saúde para aposentado por invalidez, inclusão de dependente incapaz em plano de saúde.

Quadro desmembrando as ações em Prováveis, Possíveis e Remotas:

Possibilidades	2018	01/01/2018
Prováveis	64.857.294,66	51.749.550,80
Possíveis	6.285.934,44	6.061.067,93
Remotas	1.849.977,67	5.176.667,12
Total	72.993.206,77	62.987.285,85

A Companhia lançou os valores prováveis de expectativa de perdas na sua totalidade, para atender à Norma Contábil - NBC TG 25 (R2) – "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" no reconhecimento da provisão, que destaca:

*“(a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
(b) seja provável que faça-se necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação;
(c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.
Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.”*

Percebe-se que houve significativa redução nos valores estimados no montante das ações, se comparados com os valores de 2017. Isso se deve, em parte, pelos processos já liquidados, mas, principalmente, pelo transcurso do tempo, que permitiu à empresa monitorar o desfecho de determinados tipos de ações, que até então não apresentavam histórico de enfrentamento, como é o caso das “promoções por antiguidade” e dos processos que envolvem pedidos de “desvio de função”. A partir do monitoramento dessas ações (que começaram a ser ajuizadas em 2015) é possível rever a repercussão financeira de tais decisões (reenquadramentos, em relação às promoções concedidas) e constatar uma total reversão de tendência no que se refere às ações de desvio de função.

Como os valores revistos influenciaram períodos anteriores, a Companhia lançou em Ajustes de Exercícios Anteriores o valor de R\$21.577.788,13. Seguindo a norma contábil que determina retroagir ao máximo de tempo possível, quando da correção de um erro, decidiu-se também por reapresentar as demonstrações de 2017 (Nota Explicativa 10), período diretamente impactado pelo novo cálculo e proceder o ajuste de exercício anterior em 2016, que foi o período máximo possível a retroagir. Assim, o saldo da provisão para contingências trabalhistas ficou conforme o quadro abaixo:

Ações	Saldo Exercício Anterior	Baixas	Lançamento Ajuste Exercícios Anteriores	Lançamento (DRE)	Saldo Provisão (Longo Prazo)
Trabalhistas	30.171.762,67	(2.797.120,03)	21.577.788,13	15.904.863,89	64.857.294,66

O valor de R\$36.868,07 foi provisionado, decorrente de condenação judicial no processo nº 001/1.17.0070167-4 que tramita na 17ª vara cível do Foro Central, conforme abaixo:

Ações	Saldo Exercício Anterior	Baixas	Lançamento (DRE)	Ajuste Provisão	Saldo Provisão (Longo Prazo)
Cíveis	0,00	0,00	36.868,07	0,00	36.868,07

(c) Plano Complementar de Pecúlio

A Companhia, na qualidade de mantenedora, contribui anualmente com um percentual sobre a folha de pagamento, suficiente para, em conjunto com a contribuição dos beneficiários, assegurar a cobertura do plano de custeio de pecúlio.

9. Ajustes de Exercícios Anteriores

Foram registrados em Lucros ou Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido, os ajustes em que se consideraram como incorreções de períodos anteriores, conforme a NBC TG 23. Para os ajustes valores de Contingências Trabalhistas, foi procedida a reapresentação das Demonstrações Contábeis, por sua relevância no aspecto econômico da Companhia, demonstradas a seguir na Nota 10. Para os demais valores lançados em ajustes, não houve tratamento contábil pela impossibilidade de se retroagir até a época do erro para proceder uma retificação nas contas envolvidas, pelo efeito imaterial dos valores e pela irrelevância da informação no aspecto econômico da Companhia.

AJUSTES POSITIVOS:	
• Recebimento fatura 265201 Secretaria da Saúde Baixada pelo acordo dezembro/2017.....	26.814,57
Soma	26.814,57
AJUSTES NEGATIVOS:	
• Cancelamento faturas de clientes emissão exercícios anteriores	(1.271.240,71)
• Devolução multa contratual Vitor Diogo Wendling processo 18/1489-000987-9.....	(15.419,40)
• Pagamento OI S/A Canais dados em caráter indenizatório período 19/04 a 24/04/2017.....	(104.606,65)
• Notas fiscais 93757/93758 Associação Software Livre despesa exercício de 2017.....	(97.433,72)
• Valor baixa parte Bloqueio Judicial e Depósito Judicial Processo Leda Halina Kowalski liberado à autora outubro/2012.....	(88.766,58)
• Ajuste Provisão Contingências Trabalhista até exercício de 2016	(16.907.203,98)
• Ajuste Provisão Contingências Trabalhista exercício de 2017	(4.670.584,15)
Soma	(23.155.255,19)
VALOR RESIDUAL	(23.128.440,62)

10. Reapresentação das Demonstrações Contábeis Exercício Anterior

Conforme já descrito na nota 8.b, a companhia reavaliou os valores estimados como Contingências Trabalhistas pelo transcurso do tempo, que permitiu à empresa monitorar o desfecho de determinados tipos de ações, que até então não apresentavam histórico de enfrentamento.

A mudança na base de avaliação, representa uma mudança de política contábil, em que a forma de avaliação foi alterada em virtude de alteração em princípios base, convenções, regras e práticas específicas aplicadas. Assim, para atender a NBC TG 23 que trata das “Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas, e Retificação de Erros” e para possibilitar a comparabilidade, a Companhia entendeu que os valores referentes a exercícios anteriores deveriam ser devidamente revistos em função dessa nova realidade e, reapresentar os saldos ajustados de 2017, juntamente com as demonstrações de 2018, através de coluna específica para este fim, a qual denominou-se como **01/01/2018**.

Abaixo, descrevemos as alterações, que foram necessárias nas demonstrações contábeis do exercício de 2017, para ajustar o valor da contingência trabalhista e atender a norma contábil de provisionar os 100% dos valores prováveis de perdas em ações:

a) Balanço Patrimonial – ATIVO

No item ATIVO não ocorreu qualquer alteração.

b) Balanço Patrimonial – PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A alteração ocorreu na conta de “Provisão para Contingência” no PASSIVO CIRCULANTE onde existia um valor de R\$4.331.837,81 que foi transferido para o PASSIVO NÃO CIRCULANTE, de mesma denominação, por se tratar de valor com incerteza da data de realização. Houve, também, o lançamento de acréscimo de R\$21.577.788,13 nesta mesma conta do PASSIVO NÃO CIRCULANTE, para apresentar no saldo final, o valor de 100% da expectativa de perdas prováveis das ações trabalhistas até 2017, que era de R\$51.749.550,80, conforme relatório da assessoria jurídica:

Exercícios	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	01/01/2018	2017	01/01/2018	2017
Provisão para Contingências	0,00	4.331.837,81	51.749.550,80	25.839.924,86

c) Balanço Patrimonial – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A alteração no PATRIMÔNIO LÍQUIDO ocorreu na conta de “Prejuízos Acumulados”, que em 01/01/2018 recebeu os valores de R\$16.907.203,98 e R\$4.670.584,15, registrado como “Ajustes Negativos de Exercícios Anteriores”, referente às Contingências Trabalhistas até 2016 e no exercício de 2017, respectivamente, sensibilizando seu saldo acumulado final, que ficou em R\$92.066.515,86:

Exercícios	Prejuízo Acumulado		Saldo Acumulado em 01.01.2018
	01/01/2018	2017	
Prejuízo Acumulado		(70.488.727,73)	(70.488.727,73)
Contingências Trabalhistas até 2016	(16.907.203,98)	0,00	(87.395.931,71)
Contingências Trabalhistas de 2017	(4.670.584,15)	0,00	(92.066.515,86)
Prejuízo Acumulado em 01/01/2018			(92.066.515,86)

d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Nesta Demonstração, houve alteração em “Ajustes de Exercícios Anteriores”.

Exercícios	01/01/2018	2017	Ajustes
Saldo Exercício de 2016	(58.199.153,22)	(58.199.153,22)	0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	(6.705.457,13)	(6.705.457,13)	0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores 2016	(16.907.203,98)	0,00	(16.907.203,98)
Ajustes de Exercícios Anteriores 2017	(4.670.584,15)	0,00	(4.670.584,15)
Prejuízo Líquido do Exercício	(5.584.117,38)	(5.584.117,38)	0,00
Saldo Final	(92.066.515,86)	(70.488.727,73)	(21.577.788,13)

e) Demonstração dos Fluxos de Caixa

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, ocorreram os ajustes abaixo nos valores de 2017, mas não houve variação na “Redução Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa”. As alterações ocorreram nos itens “Ajuste Provisão Para Contingências Trabalhistas” e em “Ajustes de Exercícios Anteriores”.

Exercícios	01/01/2018	2017	Ajustes
Prejuízo Líquido do Exercício	(5.584.117,38)	(5.584.117,38)	0,00
Ajuste Provisão Para Contingências Ações Trabalhistas	26.077.788,13	4.500.000,00	21.577.788,13
Ajustes de Exercícios Anteriores	(28.283.245,26)	(6.705.457,13)	(21.577.788,13)
Variação Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa			0,00



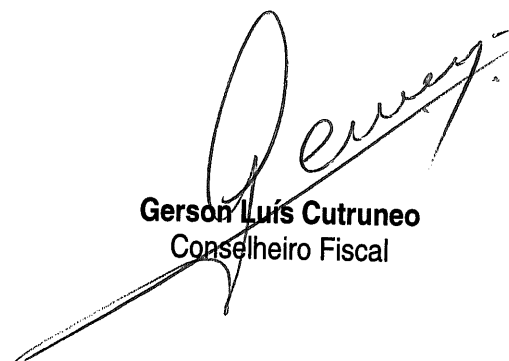
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL N.º 2019/03

No vigésimo segundo dia do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às 13:30 horas, em continuidade à pauta da reunião ocorrida no sétimo dia do mês de março do ano de dois mil e dezenove, na sede da PROCERGS – Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, situada na Praça dos Açorianos, s/ n.º, Nesta Capital, reuniu-se o Conselho Fiscal, com a presença dos conselheiros firmados abaixo, a fim de apreciar a seguinte pauta: 1) Apresentação do Encerramento do Exercício de 2018, do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis. 2) Assuntos Gerais. **DELIBERAÇÕES:** A reunião foi aberta pelo Sr. Paulo Roberto Zborowsky, gerente da Divisão de Gestão Contábil-Financeira e Orçamentária (DCF), que saudou os conselheiros presentes. Em seguida ele apresentou a agenda de trabalho. 1.1) A Sra. Andréa Alves Ribeiro, contadora da Empresa, apresentou o Encerramento do Exercício de 2018, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis. 1.2) Quanto aos questionamentos anteriores ao valor provisionado em Contingências Trabalhistas, a Sra. Andréa explanou que a Coordenadoria Jurídica da Companhia juntamente com a empresa de assessoria jurídica contratada, analisaram todas as ações trabalhistas e reavaliando os valores estimados até o exercício de 2017 e emitiram um documento, que foi submetido a auditoria externa, com valores de expectativas de perda das ações, segregadas em Prováveis, Possíveis e Remotas, conforme determina a Norma Contábil para determinação do valor a ser provisionado em seu Passivo. A partir deste documento, a gestão entendeu que os valores referentes aos exercícios anteriores deveriam ser devidamente revistos em função dessa nova estimativa, pois em exercícios anteriores a provisão era constituída em trinta por cento do valor global das ações. Para possibilitar a comparabilidade, verificou-se, também, a necessidade de republicar o Balanço Patrimonial de 2017, juntamente com as Demonstrações de 2018. Através de uma coluna específica para este fim, denominada como 01/01/2018, demonstrando que os resultados foram alterados através do lançamento do ajuste. Neste contexto, o resultado de 2018 apresentou um Prejuízo Contábil de R\$5.200.554,18 (Cinco milhões, duzentos mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e dezoito centavos). Com os ajustes, a conta de Provisão para Contingências Trabalhistas, no Passivo, ficou com saldo de R\$ 64.857.294,66 (Sessenta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, duzentos e noventa e quatro reais e sessenta e seis centavos) o que representa, exatamente, o valor da expectativa das perdas prováveis apresentadas pela coordenadoria jurídica da Companhia, e que o procedimento está em Nota Explicativa específica. 1.3) A seguir, apresentou aos conselheiros o Relatório da Auditoria Independente, emitido pela empresa Maciel Auditores S/S com a opinião sobre as Demonstrações Contábeis de 2018. O referido relatório apresenta a ressalva técnica da “Limitação dos Saldos Iniciais”. A contadora, explicou então, que a Companhia, até 2017, não estava sujeita à obrigatoriedade de submeter as demonstrações contábeis à revisão de uma auditoria externa. A obrigatoriedade surgiu a partir de 31/12/2017, quando o faturamento apurado no exercício, ultrapassou trezentos milhões, conforme dita a Lei 6.404/76. Somando-se à isso, com a edição da Lei 13.303/2016, as empresas de economia mista passaram à obrigatoriedade de submeter suas demonstrações à auditoria externa. Assim, o primeiro exercício auditado da Companhia foi o de 2018 e, conforme determina a Norma Contábil, a empresa de auditoria externa não deve emitir julgamentos sobre os saldos anteriores e de como eles influenciaram o patrimônio apresentado 1.4) Após o exame das referidas Demonstrações e do Parecer da Auditoria Independente, foi emitido o

seguinte parecer que foi assinado por todos os conselheiros presentes: ***“Cumprindo determinações legais, Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, art. 163, itens II e VII, estatutárias, Estatuto Social, art. 42º, tendo acompanhado, através da análise econômica, financeira e fiscal, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e com base nos exames efetuados pelos Auditores Independentes da empresa Maciel Auditores, que em sua opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto tratado no Parecer como ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul em 31 de dezembro de 2018, o Conselho Fiscal entende que os documentos estão aptos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária.”*** 1.5) No final, foi definida que a próxima reunião será em 26/03/2019, às 14 horas. 2) Assuntos Gerais: Nada foi tratado, sendo lavrada a presente ata que, após lida e conferida, foi considerada aprovada, por unanimidade, sendo assinada pelos conselheiros presentes.



Eugenio Carlos dos Santos Ribeiro
Conselheiro Fiscal



Gerson Luis Cutruneo
Conselheiro Fiscal

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL N.º 2019/02

No sétimo dia do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas, na sede da PROCERGS – Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, situada na Praça dos Açorianos, s/ n.º, Nesta Capital, reuniu-se o Conselho Fiscal, com a presença dos conselheiros firmados abaixo, a fim de apreciar a seguinte pauta: 1) Apresentação da Execução da Receita de Janeiro de 2019. 2) Apresentação do Encerramento do Exercício de 2018, do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis. 3) Assuntos Gerais. **DELIBERAÇÕES:** A reunião foi aberta pelo Sr. Paulo Afonso Duarte de Quadro, gerente substituto da Divisão de Gestão Contábil-Financeira e Orçamentária (DCF), que saudou os conselheiros presentes. Em seguida ele apresentou a agenda de trabalho. 1.1) O Sr. Stefano José Caetano da Silveira, chefe substituto da Setor de Controle Financeiro (SCF) explanou aos presentes a execução da receita de janeiro de 2019, bem como o fluxo de caixa da Companhia. Foram respondidas 2.1) Logo, a Sra. Andréa Alves Ribeiro, contadora da Empresa, apresentou o Encerramento do Exercício de 2018, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis e os Relatórios Preliminares da Auditoria Independente. 2.2) Após o exame das referidas demonstrações e dos relatórios da Auditoria Independente, os conselheiros pediram algumas explicações sobre os lançamentos contábeis e, principalmente, dos critérios utilizados em suas provisões. Assim, para dirimir todos os questionamentos, ficou estabelecido que nova reunião seria marcada, para dar continuidade à análise das demonstrações e para após, emitirem seu parecer, em cumprimento das determinações legais, conforme a Lei 6.404/76, art.163, itens II e VII e estatutárias conforme Estatuto Social da Companhia, art.42º. 2.3) No final, foi definida que a próxima reunião será em 22/03/2019, às 13:30 horas. 3) Assuntos Gerais: Nada foi tratado, sendo lavrada a presente ata que, após lida e conferida, foi considerada aprovada, por unanimidade, sendo assinada pelos conselheiros presentes.



Eugenio Carlos dos Santos Ribeiro
Conselheiro Fiscal



Gerson Luís Cutruneo
Conselheiro Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cumprindo determinações legais, Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, art. 163, itens II e VII, estatutárias, Estatuto Social, art. 42º, tendo acompanhado, através da análise econômica, financeira e fiscal, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e com base nos exames efetuados pelos Auditores Independentes da empresa Maciel Auditores, que em sua opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto tratado no Parecer com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul em 31 de dezembro de 2018, o Conselho Fiscal entende que os documentos estão aptos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 22 de março de 2019.



Eugenio Carlos dos Santos Ribeiro



Gerson Luís Cutruneo

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 2019/03

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala de Reunião do Conselho da PROCERGS - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, localizada na Praça dos Açorianos, s/n.º, nesta Capital, reuniu-se o Conselho de Administração, com a presença dos Conselheiros firmados abaixo, a fim de apreciar e aprovar a seguinte pauta: 1) Relato do Comitê de Auditoria; 2) Apreciação do Balanço do Exercício de 2018; 3) Execução do Orçamento – Acumulado até Fevereiro de 2019; 3) Revisão da Carta Anual de Governança Corporativa; 5) Assuntos Gerais. DELIBERAÇÕES: 1) O Presidente do Conselho, Sr. Flávio Pompermayer, cumprimentou os Conselheiros, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e os demais presentes na reunião. Após, o Sr. Helidomar, Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário, relatou os trabalhos realizados pelo Comitê. 2) O Sr. Paulo Roberto Zborowsky, Gerente da Divisão Contábil-Financeira, apresentou aos Conselheiros o Balanço do Exercício 2018. Após apreciação, o Conselho aprovou as contas da Diretoria e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que apresentou um Prejuízo contábil no valor de R\$ 5.200.554,18 (Cinco milhões, duzentos mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e dezoito centavos). No Patrimônio Líquido, o prejuízo acumulado apresentado foi de R\$ 98.817.722.53 (Noventa e oito milhões, oitocentos e dezessete mil, setecentos e vinte e dois reais e cinquenta e três centavos), impossibilitando qualquer destinação. Não foi constituído provisão para imposto de renda e para contribuição social sobre o lucro, em função do prejuízo fiscal apresentado quando da apuração do lucro real. 3) Prosseguindo, o Sr. Paulo Roberto Zborowsky apresentou a Execução do Orçamento – Fevereiro de 2019; destacando os seguintes valores: Execução Receita Acumulado até Fevereiro de 2019: Previsto, R\$ 60.394.309; Faturado, R\$ 59.269.638. Execução de Despesa Acumulado até Janeiro de 2019: Previsto, R\$ 59.979.310; Comprometido, R\$ 64.255.689. Execução Financeira acumulada até Fevereiro de 2019: Receita: R\$ 68.008.423, Despesa: R\$ 66.237.423. Saldo em caixa: R\$ 1.771.000. O Sr. Zborowsky, também informou sobre a situação de atraso com alguns fornecedores da Companhia, de R\$ 6.421.000, até 28 de Fevereiro de 2019. Ainda, sobre a inadimplência dos clientes, até Fevereiro de 2019, referente ao ano de 2019, está pendente o valor total de R\$ 5.695.299, composto da seguinte forma: Administração Direta, R\$ 4.666.850; Indireta Pública, R\$ 168.768; Indireta Próprios, R\$ 859.681. E, referente a 2018, valor total de R\$ 21.150.858, composto assim: Administração Direta, R\$ 15.624.642; Indireta Pública, R\$ 906.097; Indireta

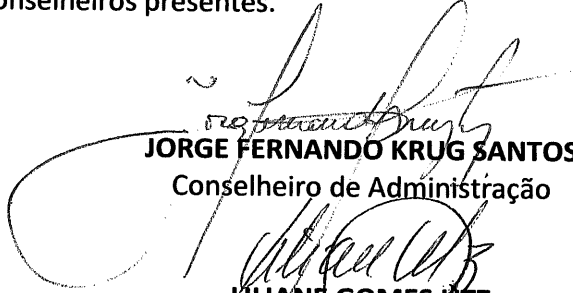
PROCERGS - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SULPraça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90.010-340 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - Fax + 55 51 3227.5177 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

Próprios, R\$ 4.620.119. Contabilizando os valores dos dois anos, 2018 e 2019, o está pendente um total geral de R\$ 27.298.702. 4) Os Conselheiros receberam a Carta Anual de Governança Corporativa, prevista pela Lei 13.303, e sugeriram algumas alterações quanto à adequação da escrita, principalmente no item 04 – Comentário dos Administradores sobre o Desempenho. Ainda, referente ao item 04, a Conselheira Liliane Utz divergiu em relação ao tópico de ações de pessoal da Companhia, por entender que deveria constar na carta a observação de que as vagas do concurso público autorizadas pelo Acionista Majoritário (SEFAZ) foram insuficientes para a reposição de pessoal nas áreas críticas da Companhia, sendo que foram autorizados apenas 17 (dezessete vagas), diante de aproximadamente 120 (cento e vinte) recursos humanos perdidos ao longo desta gestão. 5) Em Assuntos Gerais, os Conselheiros analisaram o processo administrativo eletrônico (PROA) de n.º 19/0489-0000583-0, instruído de parecer técnico e jurídico, referente à baixa de bens patrimoniais inservíveis, que estão depositados no Setor de Patrimônio, Arquivo e Almoxarifado da Companhia, considerados sucata devido a sua obsolescência tecnológica, elevado custo de manutenção e baixa eficiência. Os Conselheiros aprovaram a doação dos referidos bens, por unanimidade, ao Lar Santo Antônio, conforme solicitação deste. Nada mais a ser tratado, o Presidente do Conselho agradeceu aos senhores Conselheiros pelo apoio e participação dos mesmos. Assim, foi lavrada a presente ata que, após lida e conferida, foi considerada aprovada, por unanimidade, sendo assinada por mim e pelos Conselheiros presentes.

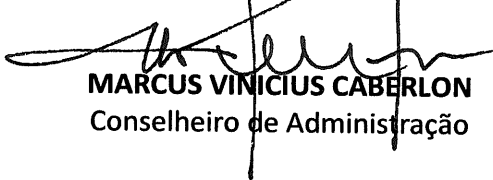

FLÁVIO POMPERMAYER
Presidente do Conselho de Administração


LETÍCIA BALEN ZEREU BATISTELA
Conselheira de Administração


ANTÔNIO RAMOS GOMES
Vice-Presidente do Conselho de Administração


JORGE FERNANDO KRUG SANTOS
Conselheiro de Administração


LILIANE GOMES UTZ
Conselheira de Administração


MARCUS VINÍCIUS CABERLON
Conselheiro de Administração

Visto:


PEDRO RUTHSCHILLING
OAB/RS 11.906

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos
Administradores e aos Acionistas da
PROCERGS - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Porto Alegre - RS**

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da PROCERGS - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto tratado na seção abaixo intitulada "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

- Limitação dos Saldos Iniciais

A PROCERGS, antes da edição da Lei 13.303/2016 não estava sujeita à obrigatoriedade de submeter as demonstrações contábeis à revisão da auditoria externa. Portanto, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins comparativos, não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes, e consequentemente não emitimos opinião sobre elas. Além disso, as análises adicionais desenvolvidas, decorrentes de uma primeira auditoria, conforme determina a NBC TA 510 – Trabalhos iniciais, saldos iniciais, não foram suficientes para assegurar que tais saldos não tenham efeitos relevantes sobre o resultado do exercício e patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

U
8A

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

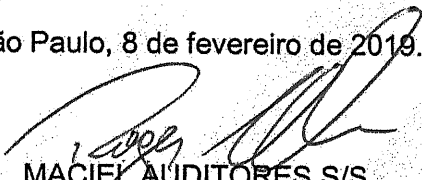
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; e

4
A 8

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2019.


MACIEL AUDITORES S/S
2 CRC RS – 5.460/O-O "T" SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
Contador 1 CRC RS – 71.505/O-3
Sócio Responsável Técnico


LUCIANO GOMES DOS SANTOS
Contador 1 CRC RS – 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ANDREA ALVES RIBEIRO
REGISTRO.....	: RS-076011/O-6
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 658.564.810-20

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO GRANDE DO SUL, 20/03/2019 as 14:42:16.

Válido até: 31/03/2019.

Código de Controle: 690037.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia Riograndense
de Mineração
CRM**



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

**Relatório da Diretoria e
Demonstrações Contábeis em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

1. RELATÓRIO DA DIRETORIA	4
1.1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA.....	5
1.2. CONJUNTURA ECONÔMICA	6
1.3. DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL.....	7
1.3.1. Produção e Comercialização.....	7
1.3.2. Produtividade.....	7
1.4. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	8
1.5. INVESTIMENTOS.....	9
1.6. UNIDADES.....	9
1.6.1. Mina de Candiota	9
1.6.2. Mina do Leão I	10
1.6.3. Mina do Leão II	10
1.6.4. Mina do Iruí.....	10
1.7. NOVOS EMPREENDIMENTOS	10
1.8. MEIO AMBIENTE	11
1.9. GESTÃO ADMINISTRATIVA	12
1.10. PERSPECTIVAS PARA A EMPRESA	13
2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.....	14
2.1. BALANÇO PATRIMONIAL	15
2.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	17
2.3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO.....	18
2.3.1. Demonstração do Fluxos de Caixa	19
2.4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 2018.....	20
2.5. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	20
2.5.1. Contexto Operacional.....	20
2.5.1.1 Eventos Subsequentes.....	21
2.5.1.2 Ajustes de Exercícios Anteriores – Material.....	21
2.5.1.2.1 Balanço Patrimonial Reapresentado.....	22
2.5.1.2.2 Demonstração de Resultado Reapresentado	23
2.5.1.2.3 – Demonstração do Fluxo de Caixa Reapresentado	23
2.5.1.2.4 Ajuste de Exercícios Anteriores - Imateriais.....	24
2.5.1.3 Moeda Funcional	24
2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis.....	24
2.5.2.1. Apuração do Resultado	24
2.5.3. Créditos Tributários: R\$ 43.214 mil (R\$ 48.447 mil em 2017), compondo-se de:	25
2.5.4. Contas a Receber.....	25
2.5.4.1 Contas a Receber de Clientes:	25
2.5.4.1.1 - 8º Termo Aditivo Contratual – CGTEE.....	26
2.5.4.2 Demais Contas a Receber: R\$ 826 mil (R\$ 665 mil em 2017), compondo-se de:	26
2.5.5. Estoques.....	26
2.5.6. Despesas do Exercício Seguinte	27
2.5.7. Empréstimos e Depósitos compulsórios: R\$ 3.667 mil (R\$ 1.755 mil em 2017), tendo como valores mais relevantes:	27
2.5.8. Investimentos	27
2.5.9. Imobilizado e Intangível.....	28
2.5.10. Demais Contas a Pagar: R\$ 22.498 mil (R\$ 26.342 mil em 2017), compondo-se basicamente de:	30
2.5.11. Empréstimos e Financiamentos	30
2.5.12. Provisão para Contingências	30
2.5.13. Tributos Federais a Recolher: R\$ 2.131 mil (R\$ 13.888 mil em 2017 reapres.).....	31

2.5.13.1 Reconhecimento Despesas com Seguros	32
2.5.13.2 Estorno juros parcelamento da SRF	32
2.5.14. Patrimônio Líquido	33
2.5.14.1. Capital Social	33
2.5.14.2. Remuneração do Capital Próprio	33
2.5.14.3. Reserva de Reavaliação	33
2.5.15. Demonstração do Resultado	34
2.5.16. Contribuição Social e o Imposto de Renda	34
2.5.17. Provisão para Impostos Diferido	35
2.5.18. Cobertura de Seguros	35
2.5.19. Plano de Previdência - Contribuição Definida	35
2.5.20. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	36
2.5.21. Estrutura da Demonstração do Resultado	36
2.5.22. Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)	36
2.5.23. Reserva de Capital	36
2.5.24. Apuração de Prejuízos	37



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Garando Energia e Desenvolvimento Social

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHOS

Aldo Meneguzzi Junior (1)
André Felipe Rodrigues (2)
Caio Flavio Quadros dos Santos (1)

Diretor Presidente
Diretor Técnico
Diretor Administrativo

Conselho de Administração

• Membros Titulares

Carlos Eduardo de Souza Aranha (3) Presidente
Hermes Ghidini (3)
Tiago Alves Pinto de Lemos (3)
Vanderlan Frank Carvalho (3)
João Jacob Bettoni (3)
Sergio de Medeiros Ilha Moreira (4)

- (1) Eleição e posse em 29.06.2018
- (2) Eleição e posse em 25.07.2018
- (3) Eleição em 06.07.2018 e posse em 25.07.2018
- (4) Eleição em 05.10.2018 e posse em 31.10.2018

Conselho Fiscal

• Membros Titulares

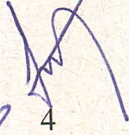
José Itagoré Pogli (5) Presidente do Conselho
Gildo Antonio Feijó da Silva (5)
Ademir Baretta (5)
Vicente Paulo Mattos de Britto Pereira (5)
Antonio Guido Classmann (5)

- (5) Eleição e posse em 06/07/18



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

1. RELATÓRIO DA DIRETORIA

  
4

1. Relatório da Diretoria

A Diretoria da Companhia Riograndense de Mineração – CRM apresenta a seguir as demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2018, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho de Administração, bem como destaca os aspectos e eventos operacionais e administrativos mais significativos da gestão no mesmo período.

1.1. Apresentação da Empresa

A Companhia Riograndense de Mineração – CRM é uma sociedade de economia mista estadual, criada pela Lei nº. 5.835/69, inscrita no CNPJ sob o nº 92.724.145/0001-53, registrada no Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM - Processo nº. 802.767/70, localizada na Rua Botafogo, nº 610, em Porto Alegre/RS, com Unidade Mineira em operação durante 2018 no Município de Candiota/RS, tendo como objeto, basicamente, a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização de carvão mineral e outros bens minerais.

Missão

Pesquisar, produzir e comercializar carvão e outros minerais, com sustentabilidade e responsabilidade social, preservando o ambiente e contribuindo para o desenvolvimento do Estado.

Visão

Ser líder na indústria de extração, beneficiamento e comercialização de carvão mineral do Brasil, preservando o ambiente e se destacando como modelo de empresa pública.

Valores

Mais do que uma simples declaração de princípios, os valores listados se revelam pelas atitudes e comportamentos que a CRM adota diante dos desafios que enfrenta ao longo de sua existência.

Os princípios que guiam a CRM são:

- Ética
- Honestidade
- Preservação Ambiental
- Solidariedade
- Transparência
- Qualidade

1.2. Conjuntura Econômica

O ano de 2018 foi marcado pela maior paralisação do país. Chamada de “Greve dos Caminhoneiros”, foi gerada pela nova política de preços da Petrobrás com reajustes frequentes e sem previsibilidade nos preços dos combustíveis, principalmente do óleo diesel. Economicamente, o resultado da paralisação foi de interrupção do crescimento da economia brasileira e queda nas ações da Petrobrás.

Com isso, em 2018 o Brasil apresentou 1,1 % de crescimento no Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, um tímido crescimento econômico em relação ao potencial do país, e abaixo da projeção inicial para o período apresentada pelo Banco Central do Brasil, que era de crescimento de 2,7%. Assim como os economistas do mercado financeiro brasileiro, que estimam o aumento do PIB em 2,55% no próximo ano, o relatório do Fundo Monetário Internacional – FMI vê expectativa de melhora gradual no crescimento do PIB brasileiro passando para 2,5% para 2019, recuperando a recessão de 2015/2016. O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

No ano a taxa média de desocupação foi de 12,3%, registrada pelo IBGE¹, ante a média de 12,7% em 2017. O pequeno recuo foi puxado pelo crescimento do trabalho informal, ou seja, sem carteira, e do trabalho por conta própria.

A inflação medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulada em 2018, atingiu 3,75%, ficando abaixo da expectativa do Banco Central do Brasil que era de 3,96%, para o período. Além disso, o IPCA em 2018 ficou dentro do intervalo da meta da inflação de 4,50%, definido pela Resolução nº 4.499 do Banco Central do Brasil para 2018. A inflação teve um “pico” durante a Greve dos Caminhoneiros em razão da falta de oferta de produtos, chegando a 1,26% em junho de 2018. Para 2019 a inflação deve subir para 4,01% segundo Relatório Focus.

A expectativa para o dólar em 2018 era de R\$ 3,34 (três reais e quatro e um centavos), e o câmbio acabou fechando o ano em R\$ 3,87 (três reais e oitenta e sete centavos). O aumento do câmbio ao longo do ano se deu devido às incertezas da eleição presidencial e também ao fraco Governo Temer. Já a projeção para 2019 é de fechamento em R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos).

Em relação ao setor de mineração, o Presidente Michel Temer assinou em junho de 2018 os decretos que modernizam o Código de Mineração e trazem novas regras para a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Os decretos trazem exigências ambientais mais rígidas e regras para melhorar

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

o ambiente de negócios do setor, além de destinar recursos de compensação a municípios que são impactados pela atividade mineradora, embora não sejam produtores.

As perspectivas para 2019 no país são de incertezas devido às principais e mais polêmicas questões que possivelmente serão tratadas pelo novo Governo (reforma da previdência, privatizações, novas faixas do Imposto de Renda, etc.). Possíveis decisões políticas e a pluralidade da sociedade, comprovada na última eleição, reduzem a probabilidade de cenário de pacificação social. No Estado, a pretensão de privatização de estatais do novo Governo inclui a CRM.

1.3. Desenvolvimento Operacional

1.3.1. Produção e Comercialização

Durante 2018 a CRM operou com a produção da Mina de Candiota programada para a quantidade mínima contratual de 100.000,00 toneladas por mês ou 1.200.000,00 toneladas por ano de carvão CE 3.300 no abastecimento do Complexo Termelétrico de Candiota, de propriedade da CGTEE, quantidade muito abaixo da capacidade instalada da mina. Além da quantidade mínima contratada pela CGTEE, a CRM deve entregar até 860.000 toneladas ao ano para liquidação de estoques.

O quadro abaixo mostra a evolução da produção no último quinquênio:

CARVÃO VENDÁVEL (t)

TIPO	2014	2015	2016	2017	2018	VARIAÇÃO % 2018/2017
CE 6300	0	0	0	0	0	0,00%
CE 5500	0	0	0	0	0	0,00%
CE 5200	34.279	16.892	1.251	0	0	-100,00%
CE 4700	31.256	57.255	24.153	0	0	-100,00%
CE 4500	12.538	14.188	9.711	0	0	-100,00%
CE 4200	21.257	14.739	4.661	0	0	-100,00%
CE 3300	3.137.128	3.279.566	2.553.496	1.546.025	1.392.409	-9,94%
CE 3100	0	0	0	0	0	100,00%
CE 4200*	5.863	0	0	0	0	100,00%
CE 5500*	8.951	7.877	3.838	0	0	-100,00%
ROM	3.431	23.445	0	0	0	0,00%
TOTAL	3.254.703	3.413.962	2.597.110	1.546.025	1.392.409	-9,94%

* Finos

1.3.2. Produtividade

A produtividade do exercício de 2018 foi determinada pela cota mensal e pelas encomendas efetuadas pela CGTEE para liquidação de estoque. O cálculo do Índice de Produtividade do Carvão Vendável – PCV do exercício de 2018 manteve os mesmos critérios adotados anteriormente, e associa a quantidade de carvão vendável a todos os colaboradores da Companhia, próprios e terceiros. A drástica redução observada em 2017 de deu devido à redução na quantidade de produção em 2017 (de 2,5 milhões t/ano para 1,2 milhões t/ano), mas a manutenção do número de colaboradores. Em 2018, com a diminuição do número de funcionários proporcionada pelo Plano de Demissão Incentivada, é possível observar o aumento do indicador.

DESCRIÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018
Carvão Vendável (t/ano)	3.254.703	3.413.962	2.597.110	1.546.025	1.392.409
Total Homem/dia	122.123	127.584	116.724	100.934	80.762
PCV* (t/H/d)	26,65	26,76	22,25	15,32	17,24

* Índice de Produtividade do Carvão Vendável

1.4. Desempenho Operacional

Os dados comparativos da Companhia de maior relevância para avaliação de seu desempenho operacional, registrados nas demonstrações financeiras dos últimos cinco exercícios fiscais, são os apresentados nos quadros abaixo:

DADOS COMPARATIVOS DA CRM

Valores históricos em reais

DESCRIÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018	Variação % 2018/2017
Receita Bruta Anual	185.169.567	190.461.891	169.914.601	126.699.417	105.584.377	-16,67%
Receita Líquida Anual	168.291.438	178.796.752	160.317.609	101.064.184	100.904.108	-0,16%
Custos dos Prod. Vendidos	114.788.343	123.758.394	111.107.722	87.356.904	78.632.831	-9,99%
Resultado Bruto	53.503.096	55.038.358	49.209.888	13.707.280	22.271.277	62,48%
Despesas Operacionais	30.233.440	56.495.517	66.210.864	45.533.380	60.596.881	33,08%
Res. Oper. antes Res. Financ.	23.269.656	-1.457.159	-17.000.976	-12.502.539	-38.325.604	-206,54%
Resultado Financeiro	-8.037.025	-16.709.796	-20.741.778	-19.323.561	-13.031.679	32,56%
Resultado Operacional	15.232.631	-18.166.955	-37.742.754	-31.826.100	-38.325.605	-20,42%
Investimentos	7.780.208	4.140.137	377.954	287.757	422.163	46,71%

Valores em reais de 31/12/2018, com base na variação do IGP-DI/FGV.

DESCRIÇÃO	2014	2014	2016	2017	2018	Variação % 2018/2017
Receita Bruta Anual	234.320.980	217.719.698	181.215.808	135.694.259	105.584.377	-22,19%
Receita Líquida Anual	212.962.721	204.385.111	170.980.510	108.239.090	100.904.108	-6,78%
Custos dos Prod. Vendidos	145.257.762	141.469.981	118.497.618	93.558.682	78.632.831	-15,95%
Resultado Bruto	67.704.959	62.915.130	52.482.891	14.680.408	22.271.277	51,71%
Despesas Operacionais	38.258.605	64.580.829	70.614.621	48.765.956	60.596.881	24,26%
Res. Oper. antes Res. Financ.	29.446.354	-1.665.699	-18.131.730	-13.390.139	-38.325.604	-186,22%
Resultado Financeiro	-10.170.373	-19.101.206	-22.121.336	-20.695.410	-13.031.679	37,03%
Resultado Operacional	19.275.981	-20.766.905	-40.253.066	-34.085.548	-38.325.605	-12,44%
Investimentos	9.845.387	4.732.650	403.092	308.186	422.163	-36,98%
Produção carvão ROM (t)	3.430.900	3.223.098	2.677.632	1.582.599	1.497.000	-5,41%
Pessoal Próprio	480	468	429	407	319	-21,62%
IGP-DI	551,15	610,13	653,95	651,21	697,45	7,10%

1.5. Investimentos

Ao longo do ano de 2018 os investimentos em novos equipamentos e em melhorias na infraestrutura das Unidades Mineiras, principalmente na Mina de Candiota, totalizaram quase R\$ 422 mil. Os recursos necessários para esses investimentos foram oriundos da própria geração de caixa da CRM.

1.6. Unidades

1.6.1. Mina de Candiota

A Mina de Candiota atualmente é a única unidade mineira em atividade da CRM e é vinculada ao abastecimento do Complexo Termelétrico de Candiota, de propriedade da CGTEE, com capacidade instalada de 796 MW e localizado no município de Candiota (RS). Atualmente, apenas a fase C está em operação para geração de energia, sendo que as fases A e B tiveram suas outorgas revogadas pelo MME. Além da entrega de 1.200.000 toneladas anuais de carvão CE 3.300, a CRM tem o compromisso de entregar mais 860.000

toneladas anuais à CGTEE, referentes à liquidação de estoques. Em Candiota a CRM também fornece carvão industrial eventualmente a outros pequenos consumidores.

1.6.2. Mina do Leão I

A Mina do Leão I teve sua operação iniciada em 1963 e suspensa em 2016. Atualmente possui um quadro de 29 empregados remanescentes e se encontra com as atividades suspensas devido aos históricos prejuízos financeiros registrados na Mina do Leão. Além disso, sua situação é agravada pelo fato da jazida ter uma relação estéril/minério muito elevada, com altos custos e com pouca rentabilidade.

1.6.3. Mina do Leão II

A Mina do Leão II ficou arrendada durante o período de 2002 a 2016, e hoje está novamente aos cuidados da CRM. Esta unidade está com sua implantação incompleta, podendo atingir uma capacidade instalada superior a 2 milhões de toneladas de carvão anualmente. Esta unidade tem vocação para atender um grande empreendimento de geração elétrica ou de gaseificação.

1.6.4. Mina do Iruí

Já a jazida do Iruí abrange os municípios de Cachoeira do Sul, Rio Pardo e Encruzilhada do Sul. A CRM explorou parte desta jazida na década de 80. De lá para cá foram firmados protocolos de intenção e estão sendo desenvolvidos projetos no intuito de avaliar a viabilidade financeira de retomar a mineração na área.

1.7. Novos Empreendimentos

Ouro Negro

Embora a empresa Ouro Negro não tenha participado do último Leilão de Energia, estão mantidas tratativas e ações de apoio e colaboração ao desenvolvimento de novos projetos termelétricos em solo gaúcho, principalmente na jazida de Candiota. Estas tratativas deverão ter seguimento em 2019 visando aumentar a participação do carvão mineral na matriz de geração de energia elétrica nacional.

Vamtec

A CRM mantém negociações com a empresa Vamtec para iniciar estudos e projeto de implantação de mina para fornecimento de carvão pelo período de 20 anos para gaseificação e transformação em metanol.


10

1.8. Meio Ambiente

Em junho de 2018, realizou-se o pedido de renovação da Licença de Operação (LO Nº 03175/2016-DL) das Malhas IV e VII, atual mina em operação em Candiota. A CRM está no aguardo do órgão fiscalizador.

As Licenças de Recuperação Ambiental das Malhas I e II foram indeferidas pela FEPAM que, conseqüentemente, exigiu a realização dos PRADs – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas das respectivas Malhas, a fim de evitar drenagens de águas ácidas das antigas áreas de mineração e atualizar o processo às novas legislações. Em 2017, foram elaboradas as especificações técnicas para contratação de empresa especializada na realização dos PRADs e obtidos os orçamentos para cumprimentos dos mesmos. Devido às dificuldades financeiras da empresa, em 2018 houve uma mudança no edital para contratação de empresa especializada na realização de PRADs e foi adicionada às exigências do edital a contratação pelo menor e também melhor técnica. Porém, em virtude do advento da Lei 13.303/2016 e sua aplicação à CRM, definiu-se que a contratação dos PRADs se encaixa em obra e serviços de engenharia. O novo modelo de edital está no aguardo de apreciação e aprovação do Conselho de Administração da CRM.

Em 2016, foi necessário adequar o processo administrativo para obtenção do licenciamento ambiental da Jazida de Candiota junto à FEPAM. Em 2017, o processo administrativo foi arquivado e o EIA-RIMA realizado pela empresa PROFILL não foi aceito pela FEPAM. Em 2018, apesar de indeferido, a Mina de Candiota (Malhas IV e VII) ainda necessita da conclusão do EIA-RIMA.

Na Mina São Vicente Norte, em Minas do Leão, não houve mineração em 2017, contudo foi solicitada a renovação da Licença de Operação por mais 4 anos e mantidos os monitoramentos de qualidade das águas de toda região.

A Unidade Mineira Mina do Leão P1, em Minas do Leão, teve sua licença de operação renovada em fevereiro de 2018 – LO nº 0253/2018 – DL para a atividade de beneficiamento (britagem) de recursos minerais. As atividades, durante o ano de 2018, foi basicamente a relavagem de rejeitos contidos na área citada, devendo seguir o mesmo processo em 2019.

No quadro a seguir podemos acompanhar a evolução dos serviços ambientais nos últimos cinco anos nas unidades mineiras da CRM em atividade, em valores acumulados:



HECTARES (ha)		2014	2015	2016	2017	2018
MALHAS IV e VII (Candiota)	ÁREA IMPACTADA	623	652	684	702,3	719,1
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	501	521	547	560,3	564,8
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	514	565	590	614,4	634,1
SÃO VICENTE NORTE (Leão)	ÁREA IMPACTADA	45	51	54	54	0
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	16	18	26	27	0
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	15	15	15	15	0
Minas do Leão (P1)	ÁREA IMPACTADA	x	x	x	x	10,4
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	x	x	x	x	0,5
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	x	x	x	x	0,5

1.9. Gestão Administrativa

Para a CRM o ano de 2018 foi marcado pela entrada do aporte de capital realizado pelo Governo do Estado (Lei 15.099/2018), no valor de R\$ 38 milhões, que foi utilizado para pagamento de fornecedores em atraso e, principalmente, redução do quadro de pessoal através do Plano de Demissão incentivada – PDI, possibilitando melhora no fluxo de caixa da Companhia.

Apesar da troca de Diretoria no meio do ano, a gestão permanece focada na redução de custos e despesas da CRM e a recuperação da situação financeira da empresa, através de diversas ações realizadas nos últimos anos como renegociações e rescisões de contratos, redução do quadro, reavaliação do organograma e do Plano de Cargos e Salários, contratação de estudo sobre pagamento de periculosidade, suspensão das atividades mineiras na Mina do Leão, unidade que historicamente apresenta prejuízo, etc.

Apesar de todas ações da gestão da empresa e do Governo do Estado, a CRM encerra o exercício de 2018 com um resultado operacional negativo 20,4% pior do que 2017, devido ao aumento das despesas operacionais. Este aumento se deu pelo alto valor desembolsado para o PDI, porém a redução da folha é observada lentamente ao longo dos meses. Além disso, a receita oriunda do aporte do Governo do Estado não impacta no resultado da empresa.



1.10. Perspectivas para a empresa

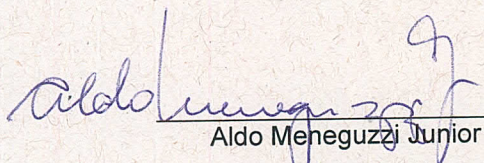
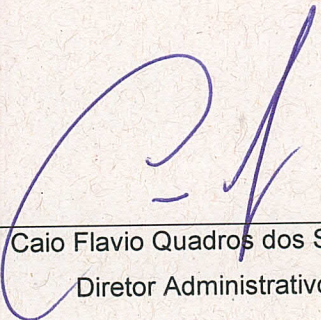
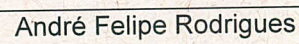
A Companhia iniciou processo de arbitragem junto à CGTEE para discutir e realizar todos os ajustes necessários ao contrato de fornecimento de carvão, de maneira que haja um equilíbrio para as duas companhias. O resultado deste processo poderá ajudar na recuperação financeira da CRM.

A Companhia também vem se dedicando a projetos que propiciarão o retorno do seu crescimento, principalmente da unidade de Candiota, tais como:

- Fornecimento de carvão para geração de energia elétrica para usina termelétrica da empresa Ouro Negro por 25 anos;
- Fornecimento de carvão para conversão em produtos carboquímicos pela empresa Vamtec por 20 anos;

Por fim, na Mina do Leão I há a perspectiva de viabilização de implantação de aterro sanitário de resíduos sólidos na Mina São Vicente Norte, e na Mina do Leão II, atrair, juntamente com o Estado, projeto termelétrico ou de gaseificação de carvão que viabilize a conclusão da implantação da unidade mineira.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2018


Aldo Meneguzzi Junior
Diretor Presidente
Caio Flavio Quadros dos Santos
Diretor Administrativo
André Felipe Rodrigues
Diretor Técnico



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

2. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

2.1. Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2018	2017	2017
		Reapresentado	01/01/2017
	<u>138.850</u>	<u>141.259</u>	<u>151.579</u>
Circulante			
Disponibilidades nota 2.3.1)	3.534	1.939	6.484
Contas a receber de clientes (nota 2.5.4.1)	18.755	20.489	29.785
Créditos tributários (nota 2.5.3)	43.214	48.447	42.267
Demais contas a receber (nota 2.5.4.2)	826	665	5.133
Estoques (nota 2.5.5)	14.929	11.307	12.194
Despesas do exercício seguinte (2.5.6)	57.592	58.412	55.716
	<u>261.210</u>	<u>265.716</u>	<u>270.426</u>
Não Circulante			
Realizável a longo prazo	<u>24.971</u>	<u>23.059</u>	<u>20.413</u>
Devedores por aquisição de imóveis	20	20	20
Empréstimos, depós.compulsórios (nota 2.5.7)	3.667	1.755	1.474
Outros valores (nota 2.5.4.1.1)	21.284	21.284	18.919
Investimentos (nota 2.5.8)	<u>105</u>	<u>104</u>	<u>102</u>
Custo	105	104	102
Imobilizado (nota 2.5.9)	<u>235.198</u>	<u>241.461</u>	<u>248.664</u>
Custo	408.657	412.699	412.413
(-) Depreciação e exaustão acumulada	(132.076)	(129.656)	(121.914)
(-) Provisão para perda	(38.876)	(38.876)	(38.876)
(-) Provisão perda por Impairment	(2.507)	(2.706)	(2.959)
Intangível (nota 2.5.9)	<u>936</u>	<u>1.092</u>	<u>1.247</u>
Total	<u>400.060</u>	<u>406.975</u>	<u>422.005</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Passivo	<u>2018</u>	<u>2017</u> Reapresentado	<u>2017</u> 01/01/2017
Circulante	<u>55.472</u>	<u>127.497</u>	<u>109.941</u>
Fornecedores	4.169	10.913	6.574
Salários e encargos sociais	976	1.308	1.267
Tributos federais (nota 2.5.13)	1.328	733	3.836
Tributos estaduais e municipais	121	131	111
Demais contas a pagar (nota 2.5.10)	22.498	26.342	29.126
Juros sobre o capital próprio	25.583	87.340	68.381
Dívida com controlada	40	40	40
Acordos Judiciais a pagar	757	690	606
Não Circulante	<u>25.353</u>	<u>34.945</u>	<u>39.641</u>
Tributos federais (nota 2.5.13)	803	13.155	15.766
Provisão para contingências (nota 2.5.12)	16.441	13.040	14.028
Provisão p/impostos diferidos (nota 2.5.17)	5.121	5.278	5.434
Outros créditos	2.988	2.987	2.988
Acordos judiciais a pagar	0	485	1.425
Patrimônio líquido	<u>319.235</u>	<u>244.533</u>	<u>272.423</u>
Capital social (nota 2.5.14.1)	251.465	251.465	251.465
Reserva de reavaliação (nota 2.5.14.3)	10.012	10.316	10.619
Reserva de Lucros	0	0	10.339
Reserva de Capital (2.5.23)	112.989	0	0
Prejuízos Acumulados (2.5.24)	(55.231)	(17.248)	0
Total	<u>400.060</u>	<u>406.975</u>	<u>422.005</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.2. Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u> Reapresentado
Receita líquida de vendas (nota 2.5.15.a)	<u>100.904</u>	<u>101.064</u>
(-) Custo dos produtos vendidos	(78.633)	(87.357)
Lucro bruto	<u>22.271</u>	<u>13.707</u>
Despesas / Receitas operacionais	<u>(25.407)</u>	<u>(24.688)</u>
Comerciais	(878)	(793)
Gerais e administrativas	(21.257)	(23.242)
Outras despesas	(364)	(957)
Despesas Indedutíveis	(7.232)	(6.212)
Outras receitas	4.324	6.516
Resultado das operações antes das despesas e receitas financeiras	<u>(3.136)</u>	<u>(10.981)</u>
Resultado financeiro líquido (nota 2.5.15 b)	<u>(35.190)</u>	<u>(17.735)</u>
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	<u>(38.326)</u>	<u>(28.716)</u>
Contribuição social (nota 2.5.16)	-	-
Imposto de renda (nota 2.5.16)	-	-
Lucro/prejuízo antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	<u>(38.326)</u>	<u>(28.716)</u>
Reversão dos juros s/capital próprio (nota 2.5.14.2)	12.455	12.455
Participação dos empregados no resultado das operações (nota 2.5.22)		
Prejuízo líquido do exercício	<u>(25.871)</u>	<u>(16.261)</u>
Prejuízo por ação do capital social	<u>(2,37)</u>	<u>(1,49)</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2018	2017
	Reapresentado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo Líquido do Exercício	(38.326)	(28.716)
Ajustes:		
Depreciações/Exaustões/Amortizações	6.766	7.897
Custo das baixas do ativo imobilizado	270	-
Juros e Variações Monetárias ativas (nota 2.5.1.2.)	(821)	(1.380)
Juros e Variações Monetárias passivas	1.494	4.848
Provisão Reversão para contingências Cíveis/trabalhistas	3.401	272
Provisão Reversões tributárias e outras	3.149	825
Provisão Juros s/Capital Próprio	12.455	12.455
Reversão Provisão Impairment	(198)	(253)
Prejuízo líquido ajustado	(11.810)	(4.052)
Variações no ativo:		
Aumento contas a receber de clientes	1.735	9.295
Aumento estoques	(3.622)	887
Aumento/redução outras contas	3.294	(7.452)
Aumento/Redução créditos tributários	665	1.778
Variações no passivo:		
Aumento/Redução fornecedores	(7.078)	4.296
Aumento/Redução impostos e contribuições (nota 2.5.1.2.)	(2.627)	(1.001)
Redução /aumento contribuições sociais a recolher	(363)	89
Aumento outras contas a pagar	(78.935)	(2.860)
Transf. de Financiamentos de Longo Prazo para o Circulante	(12.411)	(2.702)
Outras Adições ao exigível a longo prazo	(663)	(2.536)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(111.815)	(4.258)



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Cervão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

Fluxo de caixa das atividades de financiamento		-
Futuro aumento de Capital social	112.989	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>112.989</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		-
Imobilizado	422	(285)
Investimento	(1)	(2)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>421</u>	<u>(287)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.595</u>	<u>(4.545)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>1.939</u>	<u>6.484</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>3.534</u>	<u>1.939</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.3.1. Demonstração do Fluxos de Caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>Varição</u>
Disponibilidades	<u>3.534</u>	<u>1.939</u>	1.595
Caixa	11	4	7
Disponibilidades em bancos	1.019	1.928	(909)
Aplicações financeiras	2.504	7	2497

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2018

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Reservas de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Resultado Abrangente	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro 2016	251.465		10.619	10.339	-	460	(3.317)	272.423
Realização da Reserva de Reavaliação			(460)		460	460	460	157
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação			157					
Realização da Reserva de Reavaliação					(16.261)		(16.261)	(16.261)
Prejuízo líquido do exercício					(12.455)			(12.455)
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio				(10.339)	10.339			
Compensação de prejuízos					669		669	669
Ajustes Exercícios Anteriores					(17.248)	460	(15.132)	244.533
Saldos em 31 de dezembro 2017 - Reapresentado	251.465		10.316	-	(17.248)	460	(15.132)	112.989
Reserva de Capital (2.5.23)		112.989			460	460	460	156
Realização da Reserva de Reavaliação			(460)					
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação			156		(25.871)		(25.871)	(25.871)
Prejuízo líquido do exercício					(12.455)			(12.455)
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio					(117)		(117)	(117)
Ajustes Exercícios Anteriores					(55.231)	460	(25.528)	319.235
Saldos em 31 de dezembro 2018	251.465	112.989	10.012	-	(55.231)	460	(25.528)	319.235

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

2.5. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

2.5.1. Contexto Operacional

A Companhia tem como atividade preponderante a produção, pesquisa, beneficiamento e exploração industrial e comercial de carvão mineral.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as disposições da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) convergidos as normas de contabilidade às normas internacionais de contabilidade.

As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.

A empresa aplica a política de curto prazo em seus clientes e fornecedores. Havendo algum evento diferente da política estabelecida e o efeito sendo considerado relevante em relação às demonstrações contábeis será ajustado pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente vem sendo aplicado em nossos depósitos judiciais, devedores por aquisição de imóveis, parcelamentos em tributos federais e provisões fiscais, trabalhistas, societárias. Base legal Lei nº 12.973/14 e NBC TG 12 e 30.

2.5.1.1 Eventos Subsequentes

Conforme notícias já divulgadas pela imprensa, no dia 07/03/2019 compareceram nesta Companhia agentes da Delegacia de Polícia Civil, objetivando coletar documentos para verificar eventuais irregularidades em certames públicos desencadeados no passado, e que teriam dado prejuízo ao erário. Tal procedimento, segundo se tem notícia, refere-se a matéria que já foi alvo de apreciação realizada pelos órgãos fiscalizadores estaduais e que esta Companhia, por sua vez, já vem adotando as providências respectivas, inclusive, recentemente, ajuizando demanda civil em face dos apontados nos relatórios de fiscalização dos órgãos de controle. Deve ser referido, por importante, que esta Companhia, como sempre, se colocou à inteira disposição das autoridades, inclusive para a prestação de informações e fornecimento de todo e qualquer documento, que possam auxiliar na conclusão dos trabalhos, objeto da citada diligência. Registra-se, por importante, que tal situação não é recorrente na Companhia e, também, que os eventuais reflexos dos fatos, alvo da diligência, não tem qualquer incidência nos atos atualmente praticados pela Empresa.

A autorização para emissão das demonstrações contábeis ocorreu na reunião de Diretoria realizada em 18/03/2019.

2.5.1.2 Ajustes de Exercícios Anteriores – Material

Valor de R\$ 3.110 mil - No transcurso do ano de 2017, a Secretaria da Receita Federal reconheceu inúmeros pedidos de Créditos Fiscais/Tributários provenientes de PIS/COFINS (N.E 2.5.13) que resultou no encerramento da dívida com o REFIS.

Como o valor da dívida já estava provisionado junto com os juros, que eram atualizados mensalmente, quando do lançamento referente sua liquidação resultou que parte dos juros já computados no exercício ficaram registrado na despesa financeiras, o que foi descoberto já no transcurso do ano seguinte. Face a esse erro, o resultado final do Exercício de 2017 deveria ser de R\$ (16.261) e não os R\$ (19.371) apresentados; na mesma quantia, a dívida com a Secretaria da Receita Federal registrada no Passivo Circulante estava majorada, sendo correto o valor R\$ 733 mil.

A ajuste ocorrido no resultado não é suficiente para encadear qualquer alteração no cálculo de Juros sobre Capital Próprio, e a alteração nas bases de cálculo para o PLR, não são suficientes para atingimento das metas necessárias para sua efetivação.

Abaixo reprodução dos principais grupos que modificam com a regularização. Não há alteração em valores do Ativo.

2.5.1.2.1 Balanço Patrimonial Reapresentado

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>Ajuste</u>	<u>2017</u>
Passivo	Reapresentado		
Circulante	<u>127.497</u>	<u>(3.110)</u>	<u>130.607</u>
**** Tributos federais (nota 2.5.13)	<u>733</u>	<u>(3.110)</u>	<u>3.843</u>
Não Circulante	<u>34.945</u>	<u>0</u>	<u>34.945</u>
Patrimônio líquido	<u>244.533</u>	<u>3.110</u>	<u>241.423</u>
Capital social (nota 2.5.14.1)	251.465	0	251.465
Reserva de reavaliação (nota 2.5.14.3)	10.316	0	10.316
Prejuízos Acumulados (2.5.23)	-17.248	3.110	-20.358
Total	<u>406.975</u>		<u>406.975</u>



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

2.5.1.2.2 Demonstração de Resultado Reapresentado

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>Ajuste</u>	<u>2017</u>
	Reapresentado		
Receita líquida de vendas (nota 2.5.15.a)	<u>101.064</u>		<u>101.064</u>
(-) Custo dos produtos vendidos	-87.357		-87.357
Lucro bruto	<u>13.707</u>		<u>137.074</u>
Despesas / Receitas operacionais	<u>-24.688</u>		<u>-24.688</u>
Resultado das operações antes das despesas e receitas financeiras	<u>-10.981</u>		<u>-10.981</u>
**** Resultado financeiro líquido (nota 2.5.15 b)	<u>-17.735</u>	<u>3.110</u>	<u>-20.845</u>
Reversão dos Juros s/Capital Próprio	12.455	0	12.455
Prejuízo Líquido do Exercício	<u>-16.261</u>	<u>3.110</u>	<u>-19.371</u>

2.5.1.2.3 – Demonstração do Fluxo de Caixa Reapresentado

Demonstração do Fluxos de Caixa

	<u>2017</u>	<u>Ajuste</u>	<u>2017</u>
	Reapresentado		
Fluxo de Caixa da Atividades Operacionais			
Prejuízo Líquido do Exercício	<u>-28.716</u>	<u>3.110</u>	<u>-31.826</u>
Asjustes juros e variações monetárias passivas	4.848	-3.110	7.958
Caixa Líquido proveniente das atividades operacionais	-4.258	0	-4.258
Caixa Líquido das Atividades Financiamento	0	0	0
Caixa Líquido da Atividades de investimentos	-287	0	-287
Redução de Caixa e Equivalente de Caixa	-4.545	0	-4.545

2.5.1.2.4 Ajuste de Exercícios Anteriores - Imateriais

Devido a imaterialidade do “ajuste” de R\$ 117 mil, as demonstrações Contábeis não estão sendo representadas conforme NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificações de Erro

(+) baixas de ações trabalhistas (nota 2.5.12.1) no valor de R\$ (83 mil);

(-) reconhecimento de despesas com seguros (nota 2.5.13.1) no valor de R\$(30 mil);

(-) baixa de juros referente a 04 (quatro) parcelamentos registrados a maior (nota 2.5.13.2) no valor de R\$ 83 mil;

(-) Baixa de contingência trabalhista Sindicatos dos Trabalhadores de Candiota (nota 2.5.12) no valor de R\$ (87mil).

2.5.1.3 Moeda Funcional

A moeda funcional utilizada pela Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em milhares de reais.

2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis

2.5.2.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, à índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e à longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

2.5.3. Créditos Tributários: R\$ 43.214 mil (R\$ 48.447 mil em 2017), compondo-se de:

- a) Impostos Federais Pagos a Maior – R\$ 7 mil (R\$ 0 mil em 2017);
- b) IRRF/CSLL retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 – R\$ 2.449 mil (R\$ 2.828 mil em 2017);
- c) PIS/COFINS retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 – R\$ 51 (R\$ 41 em 2017);
- d) PIS/COFINS não Cumulativo a restituir – R\$ 12.110 mil (R\$ 22.382 mil em 2017);
- e) Créditos PIS/COFINS não Cumulativo Lei nº. 10.833/03 - R\$ 3.677 mil (R\$ 1.351 mil em 2017);
- f) IRPJ/CSLL a compensar - R\$ 1.216 mil (R\$ 16.229 mil em 2017);
- g) IRPJ/CSLL a restituir - R\$ 17.467 mil (R\$ 0 mil em 2017);
- h) IRPJ a recuperar (glosa SRF) - R\$ 159 mil (R\$ 0 mil em 2017);
- i) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a Recuperar - R\$ 6.056 mil (R\$ 5.365 mil em 2017), correspondente a créditos do ICMS, proveniente das apurações mensais de ICMS a recolher, sempre credoras, por ser a venda de maior valor à CGTEE e ocorrer com o imposto diferido;
- j) Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente (CIAP) - R\$ 22 mil (R\$ 251 mil em 2017);

2.5.4 Contas a Receber

2.5.4.1 Contas a Receber de Clientes:

Contas a receber de clientes R\$ 18.755 mil (R\$ 20.489 mil em 2017), tendo como valor mais relevante R\$ 15.143 mil (R\$ 17.109 mil em 2017) que representa saldo devedor no final do exercício da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE.

No montante devido pelo cliente, R\$ 7.081 mil (R\$ 9.535 mil em 2017 referem-se a glosas nos faturamentos, sendo que essas também estão no escopo da ação movida contra a CGTEE.

2.5.4.1.1 - 8º Termo Aditivo Contratual – CGTEE

Face a assinatura do 10º Termo Aditivo junto a CGTEE, que está sob discussão e solicitação de uma arbitragem judicial, todos créditos oriundos da assinatura do 8º Termo Aditivo, ainda não quitados, foram transferidos para a conta 1.3.1.05.006 no Não Circulante, perfazendo o montante de R\$ 21.284 mil (R\$ 21.284 em 2017

2.5.4.2 Demais Contas a Receber: R\$ 826 mil (R\$ 665 mil em 2017), compondo-se de:

- a) Adiantamentos e Contas Correntes R\$ 286 mil (R\$ 160 mil em 2017);
- b) Aplicações Caixa Único - R\$ 28 mil (R\$ 0 mil em 2017);
- c) Outros Valores – R\$ 512 mil (R\$ 505 mil em 2017);

2.5.5. Estoques

Os materiais em estoque são destinados ao consumo e à manutenção e conservação de equipamentos e máquinas. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada, inferior aos custos de reposição ou valores de realização. O estoque de produtos, ou seja, o carvão mineral, está avaliado pelo custo incorrido nas diversas fases de sua formação, apurado através de sistema do custo integrado com a contabilidade financeira.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Carvão	<u>5.717</u>	<u>1.592</u>
Produtos Acabados	-	-
Produtos em Elaboração	5.717	1.592
Almoxarifado	9.212	9.715
Total	<u>14.929</u>	<u>11.307</u>

2.5.6 Despesas do Exercício Seguinte

Despesas do Exercício seguinte R\$ 57.592 mil (R\$ 58.412 mil em 2017), tendo como valor mais relevante R\$ 56.786 mil (R\$ 57.543 mil em 2017) que corresponde ao total de gastos ativados pelo avanço da área de descobertura (retirada das camadas de terra vegetal e estéreis), necessária para a efetiva extração do minério de carvão e que ainda não foi efetivada.

2.5.7. Empréstimos e Depósitos compulsórios: R\$ 3.667 mil (R\$ 1.755 mil em 2017), tendo como valores mais relevantes:

- a) Depósito nº. 2007.72.04.003267-0 – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, (auto de penhora) no valor de R\$ 717 mil (R\$ 717 mil em 2017);
- b) Depósitos Trabalhistas – R\$ 1.133 mil (R\$ 843 mil em 2017);
- c) Garantia em Juízo – R\$ 195 mil (R\$ 195 mil em 2017);
- d) Penhora de Créditos Bancários – R\$ 1.622 mil (R\$ 0 mil em 2017).

Face a uma decisão judicial trabalhista, houve a penhora do valor e posta à disposição do judiciário; contudo, não houve a efetiva entrega ao reclamante por conta de uma interposição de recurso, podendo o valor retornar para a .

2.5.8. Investimentos

O valor total de **R\$ 105 mil** corresponde a: **R\$ 61 mil** em ações da subsidiária integral, **Companhia Operadora de Mineração - COM**, R\$ 23 mil em ações e quotas noutras empresas, R\$ 21 mil em participações vinculadas a incentivos fiscais, registrados pelo método do custo de aquisição.

2.5.9. Imobilizado e Intangível

O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, observando o limite de cômputo direto no resultado conforme Lei nº 12.973/14 (art. 15), IN RFB nº 1.515/14 (art. 64) e NBC TG 27 (R3).

a) Provisão para Perda

A Provisão para Perda com “Ajuste a Valor de Mercado”, no valor de **R\$ 38.876 mil** constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº. 10.900/96 seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral.

b) Provisão Perda por Impairment

Ao final de cada exercício a Companhia realiza análise da capacidade de recuperação (teste de Impairment) dos bens registrados no imobilizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados gerados por esses bens.

De acordo com a Lei n.º 6.404/76, Lei 12.973/14, NBC TG (R3) 01 e 32 e deliberação CVM 527/07º, mantendo coerência com os critérios anteriormente adotados, o teste demonstrou que o valor do ativo da unidade de Mina do Leão poderá não ser recuperável, sendo assim a Cia mensurou o montante dessa perda no valor de **R\$ 2.507 mil**.

Demonstrativo do Investimento/Imobilizado/Intangível:

ITENS	SALDO EM 2017	ADIÇÕES	BAIXAS	DEPREC./ EXAUSTÃO	SALDO EM 2018	Taxas de depreciação anual em %
Investimentos	104	1	0	0	105	0
Subtotal	104	1	0	0	105	0
Terrenos e Terras	1.872	0	0	0	1.872	0
Terrenos e Terras-Reaval.	5.651	0	0	0	5.651	0
Prédios de Uso/Residenciais	12.489	0	0	0	12.489	0,03 a 6,81
Prédios de Uso/Resid-Reaval.	3.701	0	0	0	3.701	0,03 a 6,81
Equip.de Produção	114.720	0	-4.131	0	110.589	0,06 a 100,00
Equip.de Produção-Reaval.	17.000	0	0	0	17.000	2,23
Equip.de Manutenção	2.891	46	-37	0	2.900	0,11 a 13,31
Equip.de Beneficiamento	11.799	1	0	0	11.800	0,25 a 17,40
Equip.de Escritório	1.157	14	0	0	1.171	0,20 a 48,15
Outros Equipamentos	7.974	304	-295	0	7.983	0,27 a 45,99
Instalações	18.174	56	0	0	18.230	0,10 a 6,67
Outras Imobilizações	478	0	0	0	478	3,71 a 100,00
Jazidas e Horta Florestais	11.043	0	0	0	11.043	0,19 a 2,50
Deprec./Exaustão Acumulada	-129.655	0	4.193	-6.614	-132.076	0
Imobilização em Andam.	196.303	0	0	0	196.303	0
Bens Patrim. s/Operação	7.446	0	0	0	7.446	0
Ajustes a Valor de Mercado	-38.876	0	0	0	-38.876	0
Provisão Perda Impairment	-2.706	-127	327	0	-2.506	0
Subtotal	241.461	294	57	-6.614	235.198	
Intangível-Proj.Ampl.Candiota	2.182	0	0	0	2.182	0
Amortiz.Acumulada	-1.090	0	0	-156	-1.246	
Subtotal	1.092	0	0	-156	936	
Total do Imobil.+Intangível	242.553	294	57	-6.770	236.134	
Total	242.657	295	57	-6.770	236.239	

Foi transferido para melhor classificação contábil para a conta do Ativo Intangível o gasto com o projeto de ampliação da Mina de Candiota, que até o ano de 2011 encontrava-se em Bens em Formação, passando a ser amortizado no prazo de 14 (catorze) anos.

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a opção de realizar a reavaliação espontânea de bens. A Companhia optou em manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua efetiva realização. Assim o valor do ativo imobilizado reavaliado

existente no início do exercício social passa a ser considerado como novo valor de custo para fins de mensuração e determinação do valor recuperável.

Os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do Não Circulante.

A reserva de reavaliação, no patrimônio líquido, será realizada para a conta de lucros acumulados, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei 11.638/07.

2.5.10. Demais Contas a Pagar: R\$ 22.498 mil (R\$ 26.342 mil em 2017), compondo-se basicamente de:

- a) Outras e contas a pagar - R\$ 677 mil (R\$ 438 mil em 2017);
- b) Encargos sociais a pagar – R\$ 1 mil (R\$ 0 mil em 2017);
- c) Retenções de empregados a recolher - R\$ 1.721 mil (R\$ 3.625 mil em 2017);
- d) Provisões para encargos sociais - R\$ 3.525 mil (R\$ 4.946 mil em 2017);
- e) Adiantamento de clientes - R\$ 16.474 mil (R\$ 17.230 mil em 2017);
- f) Termos de convênios – R\$ 14 mil (R\$ 47 mil em 2017);
- g) Retenções contratuais – R\$ 74 mil (R\$ 52 mil em 2017).
- h) Honorários e serviços terceiros – R\$ 12 mil (R\$ 4 mil em 2017).

2.5.11. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos, na sua totalidade em moeda nacional, são atualizados monetariamente com base na variação da Taxa Selic, quando captados no mercado interno, e pela variação de moedas estrangeiras, quando originários de captação externa.

2.5.12. Provisão para Contingências

A Companhia responde a diversas ações trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja defesa está sendo promovida por sua assessoria jurídica, e mantém o registro da

provisão para contingências para cobrir eventuais perdas julgadas prováveis que possam advir de decisões desfavoráveis nessas ações.

Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais (ativo), relacionados a contingências:

Ações	<u>Provisões</u>		<u>Depósitos Judiciais</u>	
	2018	2017	2018	2017
	Passivo Não Circulante		Ativo Não Circulante	
Trabalhistas	15.965	12.613	1.133	843
Fiscais	0	0	0	0
Cíveis	476	427	0	0
	16.441	13.040	1133	843
Total	16.441	13.040	1133	843

Foi baixado o valor de R\$ 87 mil referente à honorários de contingencia e sucumbência e a respectiva 10^a. Parcela do acordo junto ao Sindicato dos Trabalhadores de Candiota, processo 0000231-63.2012.5.04.812 que estavam classificados de forma indevida.

O valor de R\$ 83 mil foi baixado da conta de acordos judiciais trabalhistas (passivo curto prazo).

2.5.13. Tributos Federais a Recolher: R\$ 2.131 mil (R\$ 13.888 mil em 2017 reapres.)

No transcurso do ano de 2018, a Secretaria da Receita Federal homologou vários pedidos de compensação de tributos (PIS e COFINS), que resultaram em créditos a serem recebidos pela CRM. De posse destes créditos a CRM solicitou e foi atendida na compensação de outros débitos, notadamente o parcelamento do REFIS, que foi totalmente quitado, evitando um desembolso na ordem de R\$ 15.000 (mil),

havendo a necessidade de reversão de valores de juros já devidamente reconhecidos em anos anteriores.

Ainda existem dois outros parcelamentos em andamento, ainda não compensados pela SRF.

Três parcelamentos oriundos de uma fiscalização de ofício, por parte do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, do período de 2008 a 2014. São eles os processos de cobrança: 910.323/2015, 910.324/2015 e 910.325/2015, totalizando **R\$ 541 mil** (R\$ 809 em 2017).

Dois parcelamentos consolidados em 2016, processo nº 11080.006.710/2004-59, no valor de **R\$ 748 mil** (R\$ 983 mil em 2017); e o processo nº 11080.924.253/2016-10, no valor de **R\$ 175 mil** (R\$ 224 mil em 2017), ambos parcelado em 60 vezes.

Saldo da compensação financeira Lei 7.990/89 – CFEM de **R\$ 289 mil** (R\$ 406 mil em 2017).

Por fim, demais tributos **R\$ 378 mil** (R\$ 750 mil em 2017).

2.5.13.1 Reconhecimento Despesas com Seguros

Transferido o valor de R\$ 30 mil, para o resultado por falta de provisão no ano de 2017 referente a duas agências de seguros Mapfre Seguros Gerais e Gente Seguradora, respectivamente seguro veicular e de vida em grupo

2.5.13.2 Estorno juros parcelamento da SRF

Foram baixados (estornados) valores referentes a juros lançados a maior no transcurso de quatro parcelamentos junto a SRF, quais sejam: 11080.721.347.2010-43, 11080.902.957.2010-46, 1100.902.958.2010-91 e 11080.902.959.2010-35, no montante de R\$ 83 mil

2.5.14. Patrimônio Líquido

2.5.14.1. Capital Social

O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 251.465 mil (R\$ 251.465 mil em 2017, representado por 10.896.426 ações ordinárias (10.896.426 ações ordinárias em 2017), todas nominativas e sem valor nominal.

O capital autorizado é de R\$ 600.000 mil (R\$ 418.593 em 2017)

A Assembleia Geral, em reunião extraordinária, deliberou e alterou o art. 5º do Estatuto Social da Companhia Riograndense de Mineração, autorizando a elevação do Capital Social da CRM até o limite de R\$ 600.000 mil.

2.5.14.2. Remuneração do Capital Próprio

A Companhia efetuou no exercício o cálculo de juros sobre o capital próprio, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº. 9.249/95, no valor de **R\$ 12.455 mil**. O montante de juros sobre o capital próprio foi creditado aos acionistas e contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, foi realizada a reversão dos juros sobre o capital próprio na Demonstração de Resultado, e apresentado como distribuição de lucros nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

2.5.14.3. Reserva de Reavaliação

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de ativos, mas faculta que o saldo da reserva de reavaliação existente em 01/01/08 pode ser mantido até a sua efetiva realização. As reavaliações da Companhia ocorreram em 2004, em terrenos e terras; e em prédios de uso e residenciais no montante de R\$ 9.196 mil; no ano de 2005 foram reavaliados equipamentos de produção no montante de R\$ 17.000 mil. A Companhia optou por manter o saldo da

referida reserva no montante de **R\$ 10.012 mil** (R\$ 10.316 mil em 2017) líquidos da Contribuição Social e Imposto de Renda.

A realização da reserva de reavaliação efetuada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para lucros acumulados, no montante de **R\$ 460 mil** (R\$ 460 mil em 2017).

2.5.15. Demonstração do Resultado

a) Receita Líquida: detalhamento da receita líquida.

	2018	2017
Receita bruta das vendas	105.584	126.699
(-) Impostos sobre vendas	(4.680)	(4.410)
(-) Devoluções de Vendas	-	(21.225)

b) Resultado Financeiro Líquido - R\$ (35.190) mil (R\$ 17.735 mil reapresentados em 2017), esse valor corresponde ao resultado financeiro líquido R\$ (13.031); (R\$ (16.214) em 2017.) acrescido pelos ajustes do PLR no valor de R\$ (22.159), (R\$ 1.521) em 2017) conforme nota explicativa 2.5.21 que corresponde a R\$ (22.357) ((R\$ 1.775) em 2017) de abono por afastamento funcional e R\$ 198 (R\$ 254 em 2017) que é a reversão por Impairment.

2.5.16. Contribuição Social e o Imposto de Renda

A Contribuição Social e o Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido são calculados conforme as normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real. A Companhia apura os mesmos com base em balancetes de redução e/ou suspensão, conforme a Lei n.º 8.981/95. Não houve apuração de IRPJ e CSLL em 2018 e 2017.

2.5.17. Provisão para Impostos Diferido

Abaixo o Demonstrativo da Base de Cálculo da Provisão para Tributos Diferidos de Contribuição Social e o Imposto de Renda:

	Alíquota	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reserva de reavaliação		15.133	15.594
Contribuição social	9%	1.362	1.404
Imposto de renda	15%	2.270	2.339
Adicional imposto de renda	10%	<u>1.489</u>	<u>1.535</u>
Provisão impostos diferidos		<u>5.121</u>	<u>5.278</u>

2.5.18. Cobertura de Seguros

A Companhia efetua a contratação de seguro para os seus veículos utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais, de bens imóveis de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

2.5.19. Plano de Previdência - Contribuição Definida

A Companhia é patrocinadora de um Plano de Previdência Complementar, o CRMPrev, operado pela Fundação CEEE de Seguridade Social. O mesmo é um plano de contribuição definida que prevê a participação paritária entre os funcionários e a Empresa.

O gasto total neste plano de contribuição definida foi de:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Plano de previdência complementar	1.118	1.593

2.5.20. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise adotada por departamento responsável e, de acordo com o estágio de cobrança é estimado um montante de provisão a ser constituída.

2.5.21. Estrutura da Demonstração do Resultado

A Companhia apresenta a Demonstração do Resultado comparativo de 2018/2017 onde está incluído o Resultado das Operações antes das Despesas e Receitas Financeiras, conforme NBC TG 26 (R4), Resolução do CFC nº 1185/09, item 82.

2.5.22. Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)

Não houve provisão para fins de participação dos empregados no resultado da Companhia, pois a meta do indicador operacional não foi atingida.

O regramento da participação nos lucros ou resultados está firmado entre a Companhia e o Sindicato, na Consolidação do Regramento da Participação nos Lucros ou Resultados da Cia e em seu aditivo nº 001.

2.5.23. Reserva de Capital

Em 09 de janeiro de 2018, mediante a lei nº 15.099, ficou o Estado do Rio Grande do Sul autorizado a aumentar o capital social da CRM até o montante de R\$ 150.000 mil, sendo R\$ 75.000 mil em créditos adicionais e R\$ 75.000 mil pela conversão de seus créditos oriundos de Juros sobre o Capital Próprio. Devido a formalização, os mesmos ainda estão registrados como adiantamento para futuro aumento de capital. O Estado aportou, ao longo do ano, R\$ 38.000 mil. Referente ao crédito oriundo de Juros sobre Capital Próprio de anos anteriores a 2017, restou o



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gás e Energia Gerando Energia e Desenvolvimento Social

valor de R\$ 74.989 (mil), cuja documentação está tramitando entre a Secretaria de Governo e Junta Comercial. O montante do aumento será de R\$ 112.989 mil.

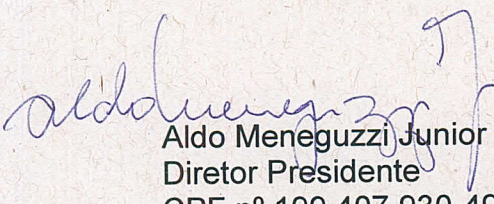
2.5.24. Apuração de Prejuízos

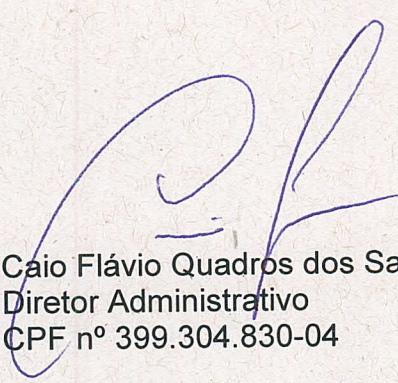
Ao final do ano do exercício de 2018, a Companhia apresentou o prejuízo de **R\$ (38.326 mil)**, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017 Reapresentado
Prejuízo antes da reversão dos juros s/capital Próprio	(38.326)	(28.716)
Reversão dos juros s/capital Próprio	12.455	12.455
Prejuízo Líquido do Exercício	(25.871)	(16.261)

Em cumprimento a legislação oficial vigente, das sociedades por ações, em face do disposto no parágrafo único do art. 189 da Lei nº 6.404/1976, o prejuízo do exercício deverá, obrigatoriamente, ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2018.


Aldo Meneguzzi Junior
Diretor Presidente
CPF nº 199.407.930-49


Caio Flávio Quadros dos Santos
Diretor Administrativo
CPF nº 399.304.830-04

André Felipe Rodrigues
Diretor Técnico
CPF nº 754.557.490-72


Roberto Reischak Dias
Contador CRC/RS 052403/O-0
CPF Nº 432.523.380-68



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 04/2019

CGC/MF nº 92.724.145/0001-53

NIRE 43300015904

Aos **27 (vinte e sete) dias do mês de março de 2019**, às 12h00min, na sede da Companhia Riograndense de Mineração – CRM, inscrita no CGC/MF sob o nº 92.724.145/0001-53, NIRE 43300015904, com endereço na Rua Botafogo, 610, em Porto Alegre – RS, reuniram-se extraordinariamente os membros do Conselho de Administração, bem como o Presidente do Conselho Fiscal, abaixo assinado, tendo como convidado o Diretor Presidente da Companhia Riograndense de Mineração Sr. Aldo Meneguzzi, com a seguinte pauta e respectivas deliberações: **1 – Exame das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018** - Foi apresentado pelo Gerente de Contabilidade, Roberto Reischak Dias, o Demonstrativo Financeiro da Companhia referente ao exercício de 2018, que compreende o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e respectivas Notas Explicativas, além do Parecer dos Auditores Independente e do Conselho Fiscal, com vistas à exame, discussão e manifestação deste Colegiado à realização da Assembleia Geral Ordinária. O Conselho de Administração se manifesta favoravelmente às Demonstrações Contábeis da CRM, ressalva que seja visto com os auditores independentes as instituições que não forneceram a circularização, para uma posterior formalização da CRM aos Bancos, solicitando a formalização da não circularização, uma vez que isto gerou ressalvas no relatório da Auditoria Externa. Com relação a ressalva referente a provisão para perda com "Ajuste a Valor por Mercado" no valor de R\$ 38.866 mil constituída no Balanço de 31 de Dezembro de 1997, o Conselho sugere à Gerência de Contabilidade que seja feito o levantamento e a identificação da origem referente ao apontamento e que seja apresentada na próxima reunião do

Rua Botafogo, 610 - Bairro Menino Deus - Porto Alegre - RS - CEP 90150-050 - Fone (51) 3235-6000 - Fax (51) 3235-6070

Página 1 de 2



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

Conselho. Sugere também que seja apresentado na mesma reunião o Balanço referente ao ano de 1997. O Presidente do Conselho Fiscal, presente na Reunião, ratifica que o Conselho fiscal está de acordo com a aprovação do Balanço 2018 e baseado nesta afirmação o Conselho de Administração aprova e que sejam as mesmas apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. Nada mais havendo a registrar, a sessão foi encerrada às 13 horas com a lavratura da presente ata, por todos assinada.

Carlos Eduardo de Souza Aranha
Presidente do Conselho

João Jacob Battoni

Vanderlan Frank Carvalho

Hermes Ghidini

Tiago Alves Pinto de Lemos

Sérgio de Medeiros Ilha Moreira

José Itagoré Poglia
Presidente do Conselho Fiscal

Cleonice Barreto Teixeira Borges
Secretária da Sessão



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

ATA Nº 04/2019

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

C.G.C./M.F. Nº 92.724.145/0001-53

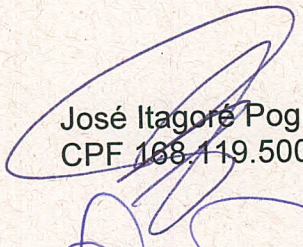
N.I.R.E. 43300015904

Aos **vinte e seis dias do mês de março de 2018**, às 10h00min, na sede da Empresa, sita na Rua Botafogo 610, nesta Capital os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Mineração, abaixo assinados, reuniram-se ordinariamente, mediante prévia convocação, com a seguinte pauta e respectivas deliberações: **I – BALANÇO DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018**– Foram examinados o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis bem como o Relatório de Auditoria Externa com as explicações do Sr. Roberto Reischak Dias, Contador da Companhia, que apresentou as demonstrações contábeis aos Senhores Conselheiros. **II – EMISSÃO DE PARECER SOBRE O BALANÇO** – Após a análise do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31-12-2018 e considerando as informações prestadas pela empresa e pelo relatório de auditoria, o Conselho aprova o Balanço, ressaltando que apesar do aumento do prejuízo contábil, pode-se identificar uma melhoria significativa em termos da redução dos custos operacionais, demonstrando, assim, o acerto da política do governo com relação ao aporte de capital, bem como dos procedimentos da diretoria da CRM no sentido de obter o aumento da produtividade da empresa, sendo emitido o seguinte parecer: **“PARECER DO CONSELHO FISCAL** – Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Mineração - CRM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII da Lei nº 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I e II do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Com base nas análises realizadas, bem como no acompanhamento efetuado ao longo de 2018 e considerando o Relatório dos Auditores Independentes datado de 18 de março de 2019, somos de opinião que as referidas peças estão em condições de serem apreciadas pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas. Colocada a palavra à disposição o conselho mais uma vez manifesta sua grande preocupação com a saúde econômica e financeira da

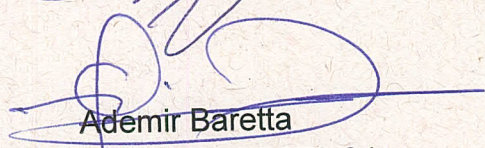


COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

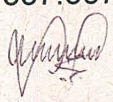
empresa e, como ninguém quisesse fazer uso da palavra foi encerrada a sessão, sendo lavrado esta Ata sendo marcada a próxima reunião do conselho para o dia 16 de abril as 12h.



José Itagoré Pogli
CPF 168.119.500-30



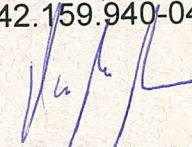
Ademir Baretta
CPF 337.337.670-04



Antônio G. Classman
CPF 290.549.900-15



Gildo Feijó
CPF 542.159.940-04



Vicente Paulo M. de Britto Pereira
CPF 010.016.717-91



Roberto Reischak Dias
CPF 432.523.380-68
Contador e Secretário da Sessão

AOS
DIRETORES E ACIONISTAS DA
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM
PORTO ALEGRE – RS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Como parte dos procedimentos obrigatórios de auditoria adotados no decorrer do exercício de 2018, foram enviados pedidos de informações de transações e saldos para todas as instituições financeiras que mantêm operações com a Companhia. Entretanto, até a data de conclusão dos trabalhos, não foram recebidas respostas aos pedidos enviados, relativos a saldos relacionados a Bancos - Conta Movimento e Aplicações financeiras, classificados no ativo circulante, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Portanto, os trabalhos foram fundamentados exclusivamente pela aplicação de procedimentos alternativos sobre os controles auxiliares mantidos pela Companhia relativos a esses saldos contábeis.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.5.9, letra “a”, a Companhia mantém provisão para perda com “Ajuste a Valor de Mercado”, no valor de R\$ 38.876 mil constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº 10.900/96, seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral. Os documentos suportes não identificam os bens correspondentes, não tendo sido possível, por isso, concluir sobre a adequação da referida provisão.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO – CRM, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.5.1.1, de que conforme notícias divulgadas pela imprensa, no dia 07/03/2019 compareceram nesta Companhia agentes da Delegacia de Polícia Civil, objetivando coletar documentos para verificar eventuais irregularidades em certames públicos desencadeados no passado, e que teriam dado prejuízo ao erário. Tal procedimento, segundo se tem notícia, refere-se à matéria que já foi alvo de apreciação realizada pelos órgãos fiscalizadores estaduais e que esta Companhia, por sua vez, já vem adotando as providências respectivas, inclusive, recentemente, ajuizando demanda civil em face dos apontados nos relatórios de fiscalização dos órgãos de controle. Deve ser referido, por importante, que esta Companhia, como sempre, se colocou à inteira disposição das autoridades, inclusive para a prestação de informações e fornecimento de todo e qualquer documento, que possam auxiliar na conclusão dos trabalhos, objeto da citada diligência. Registra-se, por importante, que tal situação não é recorrente na Companhia e, também, que os eventuais reflexos dos fatos, alvo da diligência, não têm qualquer incidência nos atos atualmente praticados pela Companhia. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa 2.5.1.2, em decorrência de ajustes de exercícios anteriores relevantes, os valores referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.5.23, em 09 de janeiro de 2018, mediante a Lei nº 15.099, ficou o Estado do Rio Grande do Sul autorizado a aumentar o capital social da CRM até o montante de R\$ 150.000 mil, sendo R\$ 75.000 mil em créditos adicionais e R\$ 75.000 mil pela conversão de seus créditos oriundos de Juros sobre o Capital Próprio. Devido à formalização, os mesmos ainda estão registrados como adiantamento para futuro aumento de capital (**apresentado como Reserva de Capital**). O Estado aportou, ao longo do ano, R\$ 38.000 mil. Referente ao crédito oriundo de Juros sobre Capital Próprio de anos anteriores a 2017 restou o valor de R\$ 74.989 mil, cuja documentação está tramitando entre a Secretaria de Governo e Junta Comercial. O montante do aumento será de R\$ 112.989 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato.

Destacamos o mencionado no relatório da Diretoria, que para a CRM o ano de 2018 foi marcado pela entrada do aporte de capital realizado pelo Governo do Estado (Lei 15.099/2018), no valor de R\$ 38 milhões, que foi utilizado para pagamento de fornecedores em atraso e, principalmente, redução do quadro de pessoal através do Plano de Demissão Incentivada – PDI, possibilitando melhora no fluxo de caixa da Companhia. Apesar da troca de Diretoria no meio do ano, a gestão permanece focada na redução de custos e despesas da CRM e a recuperação da situação financeira da empresa, através de diversas ações realizadas nos últimos anos como renegociações e rescisões de contratos, redução do quadro, reavaliação do organograma e do Plano de Cargos e Salários, contratação de estudo sobre pagamento de periculosidade, suspensão das atividades mineiras na Mina do Leão, unidade que historicamente apresenta prejuízo, etc. Apesar de todas ações da gestão da empresa e do Governo do Estado, a CRM encerra o exercício de 2018 com um resultado operacional negativo 20,4% pior do que 2017, devido ao aumento das despesas operacionais. Este aumento se deu pelo alto valor desembolsado para o PDI, porém a redução da folha é observada lentamente ao longo dos meses. Além disso, a receita oriunda do aporte do Governo do Estado não impacta no resultado da empresa. A Companhia iniciou processo de arbitragem junto à CGTEE para discutir e realizar todos os ajustes necessários ao contrato de fornecimento de carvão, de maneira que haja um equilíbrio para as duas companhias. O resultado deste processo poderá ajudar na recuperação financeira da CRM. A Companhia também vem se dedicando a projetos que propiciarão o retorno do seu crescimento, principalmente da unidade de Candiota, tais como: fornecimento de carvão para geração de energia elétrica para usina termelétrica da empresa Ouro Negro por 25 anos; e fornecimento de carvão para conversão em produtos carboquímicos pela empresa Vamtec por 20 anos. Por fim, na Mina do Leão I há a perspectiva de viabilização de implantação de aterro sanitário de resíduos sólidos na Mina São Vicente Norte, e na Mina do Leão II, atrair, juntamente com o Estado, projeto termelétrico ou de gaseificação de carvão que viabilize a conclusão da implantação da unidade mineira.

Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto à confirmação dos saldos juntos as instituições financeiras; sobre o valor contábil da provisão para perda com “Ajuste a Valor de Mercado”, no valor de R\$ 38.876 mil constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº 10.900/96, seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral. Os documentos suportes não identificam os bens correspondentes, não tendo sido possível, por isso, concluir sobre a adequação da referida provisão. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto quanto ao comentado nos parágrafos Base para opinião com ressalva, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO – CRM. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 18 de março de 2019.



MOREIRA AUDITORES S/S
CRC RS 3717
JORGE LUIZ M. CEREJA
Contador CRC RS 43679
CNAI N° 539
Sócio - Responsável Técnico

**Companhia Riograndense
de Saneamento
CORSAN**



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Disposições Iniciais

Atendendo às disposições da legislação societária, normas aplicáveis e estatutárias, bem como ao disposto na Lei 13.303/2016, a Companhia Riograndense de Saneamento submete o Relatório da Administração e Sustentabilidade à apreciação dos acionistas e da sociedade.

Mensagem da Administração

Por mais de 50 anos a Corsan vem sendo o braço executor das políticas públicas de saneamento no Rio Grande do Sul, com responsabilidade, constância e resiliência frente à alternância de cenários socioeconômicos vivenciada ao longo dos tempos. São compromissos pétreos da Companhia garantir água potável de qualidade nas torneiras de quase dois milhões de famílias, universalizar o acesso da população ao esgotamento sanitário, contribuir para a preservação do meio ambiente e a promoção da saúde pública. São princípios da empresa a eficiência nos processos, a efetividade nos resultados, a transparência na gestão e a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Disposição, fôlego e coragem para honrar os compromissos, enfrentar os desafios e abrir caminho para o futuro jamais faltaram à Corsan. Nessa perspectiva, o Relatório da Administração e Sustentabilidade 2018 vem prestar contas à sociedade não apenas a respeito dos frutos colhidos no ano que findou, mas também das sementes lançadas e do solo preparado para os próximos anos.

Alguns destaques:

Água universalizada – como manter essa conquista? No último ano, foram investidos R\$ 100 milhões em melhorias nos sistemas de abastecimento, para garantir a regularidade e ampliar a oferta de água para a população. Um bom exemplo a destacar são as 60 mil famílias beneficiadas pelas melhorias realizadas em sistemas da serra e da região metropolitana.

Universalização em esgotamento sanitário – o que fazer para acelerar? Em 2018, foram investidos R\$ 200 milhões em esgoto na modalidade separador absoluto e, embora a maioria das obras esteja em andamento, foi possível ofertar 23 mil novas ligações no ano. Em paralelo, a Corsan estruturou uma Parceria Público-Privada inédita no estado, a qual garantirá recursos para universalizar o atendimento na região metropolitana em onze anos. Além disso, a Companhia investiu pesado na modelagem de alternativas menos dispendiosas do que o separador absoluto, como a solução individual, ideal para atender a regiões menos adensadas demograficamente.

Recursos para investir – onde prospectar em tempos de crise? Apesar de o país ainda sofrer o impacto da crise econômica e da consequente diminuição da oferta de dinheiro no mercado, a Corsan obteve sucesso na captação de recursos, efetivando a contratação de R\$ 360 milhões junto ao BNDES.

Otimização dos processos – onde é possível melhorar? Dentre as iniciativas de melhoria dos processos que pontuaram o ano de 2018, destaca-se o resultado positivo do projeto piloto de gestão de custos, cujo foco foi a adoção do custo referência como balizador para a elaboração orçamentária, e o resultado foi a economia de R\$ 1 milhão para o orçamento de combustíveis em 2019.

Transparência e conformidade – o que a sociedade espera da gestão pública? No último ano, consolidou-se a cultura da ética e da transparência na empresa, por meio da adequação à Lei de Acesso à Informação – LAI, bem como das políticas de conformidade e integridade, gestão de riscos corporativos, governança, controles internos, relacionamento com fornecedores, distribuição de dividendos, etc. Esse comprometimento expressa a maturidade da organização no que diz respeito ao controle social, inspirando confiança aos investidores, aos consumidores e às partes interessadas.

1 A Corsan

Criada nos anos 1960 como a primeira companhia pública de economia mista do país, a Corsan tem como objeto a realização de estudos, projetos, construções, operações, exploração e ampliação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário. O capital da empresa é aberto, e o controle acionário está a cargo do Estado do Rio Grande do Sul, detentor de 99,99% do capital social.

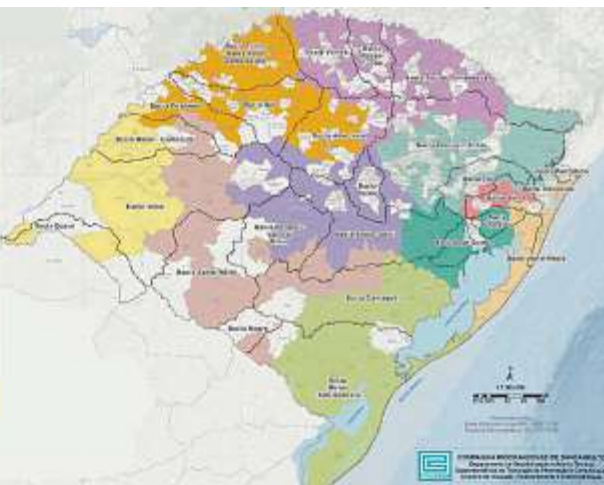


1864	1877	1917	1936	1965	1966
É implantado o Sistema de Abastecimento de Água de Porto Alegre	É criado o Sistema de Abastecimento de Água de Rio Grande	O estado passa a coordenar e a fiscalizar a implantação de sistemas de água e esgoto nos municípios	Os sistemas são concedidos ao estado	É criada a CORSAN	É oficialmente instalada a Corsan

Hoje, mais de 6 milhões de pessoas bebem água da Corsan. Nas suas casas, no trabalho, na escola, nos espaços de convivência e utilidade pública. A Companhia está presente nas 25 bacias hidrográficas do estado, atende a 317 municípios com 96,5% de NUA (Nível de Universalização de Água), contribui para a preservação dos recursos hídricos e tem o compromisso de promover a sustentabilidade socioambiental em cada região onde atua.

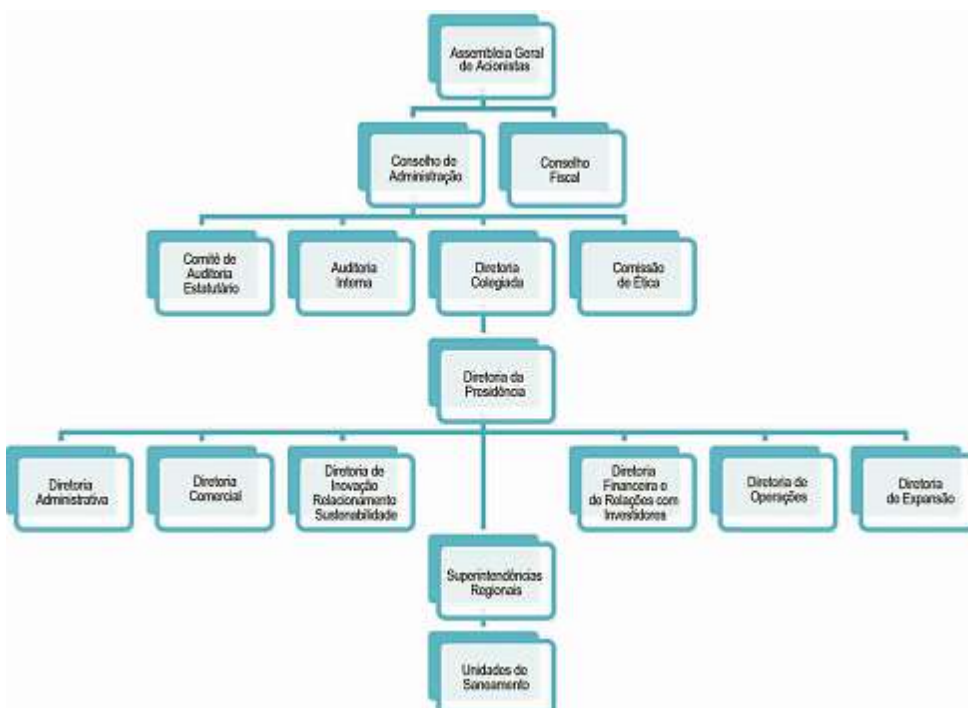
REGIÃO MUNICÍPIOS ECONOMIAS

Metropolitana	21	435.604
Vale do Rio dos Sinos	18	406.126
Sul	22	223.225
Litoral Norte	16	243.583
Fronteira Oeste	7	78.847
Pampa	16	100.096
Planalto	70	383.181
Central	30	327.246
Missões	63	301.852
Nordeste	54	389.386
fonte: AGE	317	2.889.146



Com relação ao esgotamento sanitário, universalizar o acesso tem sido o principal desafio da empresa nos últimos anos. Se, por um lado, menos de 15% da população urbana está conectada à rede pública, por outro lado, as obras de infraestrutura e a pesquisa de soluções alternativas avançam a cada ano. A Corsan prospecta sistematicamente recursos financeiros e parcerias para suportar os pesados investimentos em sistemas do tipo separador absoluto nas regiões mais adensadas, ao mesmo tempo em que intensifica a modelagem dos sistemas misto e individual nas regiões com perfil socioambiental condizente.

1.1 Estrutura Organizacional, Governança & Transparência



Do ponto de vista da tomada de decisão sobre os negócios da empresa, a gestão hierarquiza-se a partir da Assembleia Geral de Acionistas, verticalizando-se nas instâncias do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada, ambos flanqueados pelos devidos órgãos fiscalizatórios e de controle. A partir da Diretoria da Presidência, o poder decisório se horizontaliza em seis diretorias no mesmo tempo autônomas e interdependentes. No âmbito executivo, as deliberações das diretorias são conduzidas pelas respectivas superintendências funcionais. No entanto, a Diretoria da Presidência transcende o corporativo e, além das funcionais, conta com dez superintendências regionais cujo propósito é articular as vocações das diferentes regiões do estado (litoral, fronteira oeste, centro, missões, metropolitana, sul, serra, planalto médio, pampa e rio dos Sinos) buscando o equilíbrio do sistema na sua integralidade. Dessa configuração regionalizada decorre a interiorização da execução das políticas da empresa. Todos os atos da gestão convergem para os municípios, onde se situam as Unidades de Saneamento. Lá os serviços são efetivamente prestados, as rotinas comerciais e operacionais são executadas, e os usuários são atendidos.

Quanto à governança corporativa, o modelo adotado pela Corsan tem como referência as boas práticas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE e pela Bolsa Brasil Balcão – B3, atendendo aos requisitos da legislação vigente, em especial à Lei Federal 13.303/2016 – Lei das Estatais. Sob essa perspectiva, a Companhia vem utilizando um conjunto de mecanismos de incentivo e controle para assegurar que as decisões da Administração sejam tomadas em linha com o planejamento estratégico, observando os princípios da governança, da transparência, da equidade, da prestação de contas (accountability) e da responsabilidade corporativa. Como exemplo, cabe sublinhar a configuração do Comitê de Auditoria Estatutário, composto por três integrantes externos à empresa, independentes, recrutados por meio de edital público, no cumprimento dos requisitos técnicos e de integridade.

De acordo com o que prescreve a Lei das Estatais, a Corsan adota estruturas autônomas, porém interdependentes, de auditoria interna, gestão de riscos, controles internos e compliance. No que se refere à auditoria interna, são auditados os atos das diretorias e respectivas unidades organizacionais, bem como da Fundação Corsan. A gestão de riscos e controles internos identifica os principais riscos à consecução dos propósitos corporativos, e estabelece normativas e propostas de reformulação estrutural da Companhia. No tocante à compliance, o foco consiste em consolidar o Programa de Conformidade em todos os níveis da organização.

Desde a implementação da governança corporativa na Corsan, muito se avançou em termos de diretrizes para melhoria contínua dos produtos e processos. Os frutos dessa caminhada podem ser percebidos nas principais políticas instituídas na empresa até aqui.



Ética e Integridade

Visando a implantar mecanismos e procedimentos internos de integridade previstos na Lei Federal 13.303/2016, e em aderência às boas práticas de Governança Corporativa, a Corsan elaborou a Política de Conformidade e Integridade, aprovada pelo Conselho de Administração. A Política consiste inicialmente na implementação de diretrizes e procedimentos de combate à corrupção e na apuração de denúncias e irregularidades. Entre as ações do

Programa de Integridade, destacam-se a criação do Código de Conduta Ética Profissional da Corsan, da Comissão de Ética e do Canal de Denúncias. A Política de Conformidade e Integridade, aliada aos demais instrumentos de controle interno da Companhia, contribui de forma efetiva para a identificação e mitigação de riscos de atos lesivos praticados contra a empresa, tais como desvios, fraudes e irregularidades. O instrumento aplica-se a todos os colaboradores, administradores e conselheiros da Companhia, bem como aos fornecedores, prestadores de serviços, autoridades públicas, representantes de agências reguladoras, enfim, ao universo de stakeholders da organização.

O Canal de comunicação com a Comissão de Ética está disponível no e-mail comissaoetica@corsan.com.br, para o encaminhamento de denúncias, com garantia de anonimato e independência nas apurações. Também se encontra em fase final de implantação a nova ferramenta Central de Manifestações, via adequada para que os cidadãos encaminhem notícias de atos ou condutas contrárias à ética e/ou à Lei.

Além da Política de Conformidade e Integridade, o Código de Conduta Ética é um instrumento que visa a nortear os empregados e partes interessadas quanto aos valores morais e éticos estabelecidos pela Corsan. A exigência do cumprimento ao disposto em tais instrumentos é estabelecida nos editais de licitação e nos contratos celebrados com a Companhia.

A Comissão de Ética da Corsan foi criada em 2016, sendo responsável por zelar pela atualização, aplicação, apuração e divulgação do Código. Atua também como órgão consultivo da direção da Companhia e, de forma educativa, orientando sobre comportamentos éticos e possíveis implicações pela não observância das regras que devem prevalecer nas relações interpessoais. As solicitações de orientação são dirigidas à Comissão por meio do e-mail comissaoetica@corsan.com.br, do link disponível no site da Empresa, de ligações telefônicas e por carta. Além disso, quando necessário, outros canais de comunicação, como a Central de Informações e o Fale Conosco, repassam denúncias à Comissão, de forma identificada ou anônima.

Transparência

Lei de Acesso à Informação – www.corsan.com.br A Corsan disponibiliza sistematicamente em seu site todas as informações previstas na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, bem como outros dados de interesse público de acordo com as melhores práticas de conformidade e transparência adotadas no mercado. Trata-se de um amplo conjunto de informações que abrangem instrumentos e políticas de gestão da empresa, indicadores econômico-financeiros e demonstrações contábeis; normativos de interface com o consumidor, gastos com pessoal e pagamentos efetuados; acompanhamento de processos administrativos, programas, ações e projetos estratégicos, respostas a perguntas frequentes da população, etc.

Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS – www.snis.gov.br Vinculado à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, este é o maior portal de informações do setor de saneamento do país. A Corsan fornece anualmente ao SNIS dados de caráter operacional, gerencial, financeiro e de qualidade relativos aos serviços de água e esgoto.

Acordo de Resultados do Governo do Estado do RS Instrumento utilizado para estabelecer e monitorar os compromissos dos órgãos de governo, representados por ações planejadas, indicadores e metas a serem cumpridos anualmente. Em 2018, a Corsan foi avaliada por meio de um conjunto de 15 indicadores, cujo monitoramento deu-se em ciclos bimestrais, totalizando cinco ciclos no ano.

1.2 Indicadores Econômico-Financeiros: externalidades e desempenho

O ano de 2018 foi marcado por externalidades que exerceram impacto no desempenho econômico-financeiro da Corsan. Embora a receita bruta direta tenha apresentado crescimento, este não foi suficiente para sobrepujar fatores como a variação dos preços da energia elétrica devido à incidência de bandeiras tarifárias, impactando o segundo maior custo de exploração da empresa; bem como o comportamento da taxa de juros sobre a provisão para benefício pós-emprego.

Ainda no domínio das externalidades, mais um exemplo a sublinhar é a baixa adesão dos usuários ao sistema de esgoto, a qual gera defasagem entre o custo fixo dos sistemas disponíveis e a respectiva receita marginal. Em contrapartida, ante o compromisso da universalização, a empresa implantou a cobrança pela disponibilidade a título de política de incentivo à conexão, cujo efeito prático poderá ser avaliado com mais precisão no exercício de 2019, visto que o processo está sob efeito dos prazos normativos.

O enfrentamento desses e outros fatores levou a Companhia a adequar sua estratégia em diversas frentes, desde a busca de alternativas de eficiência energética até a remodelagem de fundos municipais de gestão compartilhada no sentido de tornar esses instrumentos mais consistentes com a urgência da universalização em esgotamento sanitário. Esta última iniciativa, não obstante tenha gerado desembolsos iniciais maiores, acarretará duplo benefício: economia a longo prazo com a redução de aportes futuros, e mais celeridade na universalização.

Por outro lado, ainda que a Corsan tenha o status de executora das políticas públicas de saneamento do estado, as obrigações e responsabilidades exclusivamente inerentes à essa condição não foram suficientes para impactar de forma significativa o resultado do exercício de 2018.

Consideradas as externalidades, a condição de agente público e a capacidade de resiliência da empresa, os principais indicadores econômico-financeiros da Corsan são apresentados em um espectro mais amplo neste relatório: de 2015 a 2018.

Gráfico 01: Receita Operacional Bruta Direta (milhares de R\$)

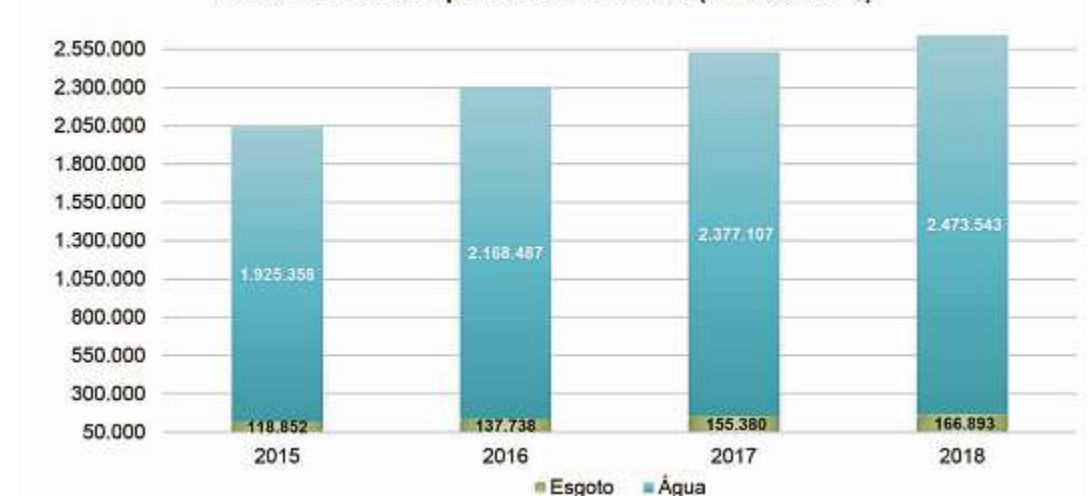
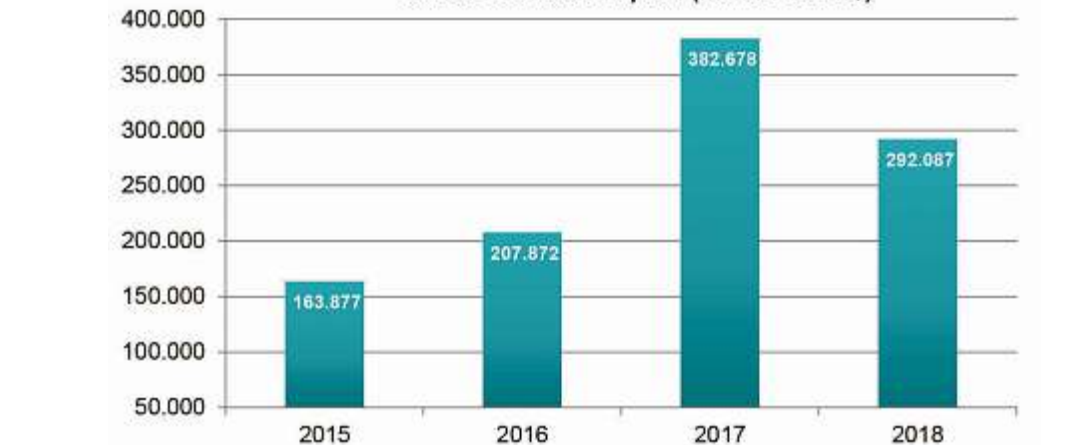


Gráfico 02: Lucro Líquido (milhares de R\$)



Composição do LAJIDA (milhares de R\$)

	2015	2016	2017	2018
Lucro Antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	220.072	254.784	505.919	387.672
(+) Despesas Financeiras	95.336	75.536	75.870	60.552
(-) Receitas Financeiras	(90.291)	(119.633)	(116.330)	(104.198)
(+) Depreciações e Amortizações	96.918	105.443	118.298	128.553
LAJIDA	322.035	316.130	583.757	472.579
Margem Líquida (Lajida/Receita Operacional Líquida)	15,48%	13,39%	22,76%	17,54%

1.3 Indicadores Sociais: a força da Corsan está nas pessoas

A força de trabalho é um dos maiores patrimônios da Corsan, pois a presença diária da Companhia nas vidas dos usuários é indissociável da ação humana, mesmo que remota e imperceptível no mais das vezes. Ainda que fazer saneamento implique oferecer à população infraestrutura de instalações e equipamentos, e que muitos processos sejam automatizados, a mão humana é determinante para dar cadência adequada à máquina. O olhar humano é fundamental para avaliar e decidir diante da multiplicidade de variáveis sociais, econômicas e ambientais que se impõem a todo instante, no aqui e agora.

Hoje os 5.900 homens e mulheres que trabalham na Corsan, na maioria usuários dos serviços da Companhia nas cidades onde vivem, têm sob sua responsabilidade desde a operação de estações de tratamento e laboratórios, até a manutenção da infraestrutura, a execução das obras de universalização, o relacionamento com o cliente, a pesquisa e o desenvolvimento de soluções sustentáveis para as mais diversas comunidades. Isso demanda anos de preparo e uma vida de comprometimento.

Mais do que dedicar tempo de vida e conhecimento para construir uma carreira, quem trabalha na Corsan incorpora a missão de cuidar de quase 3 milhões de famílias, dentre as quais, quase sempre a sua própria.

Gráfico 03: Empregados por gênero 2018

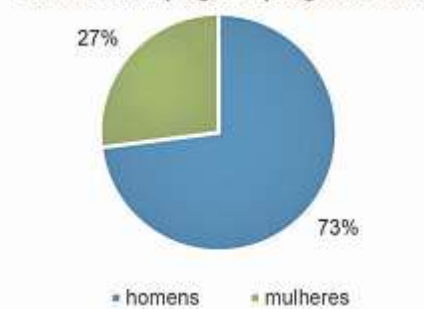


Gráfico 04: Empregados por grau de instrução 2018

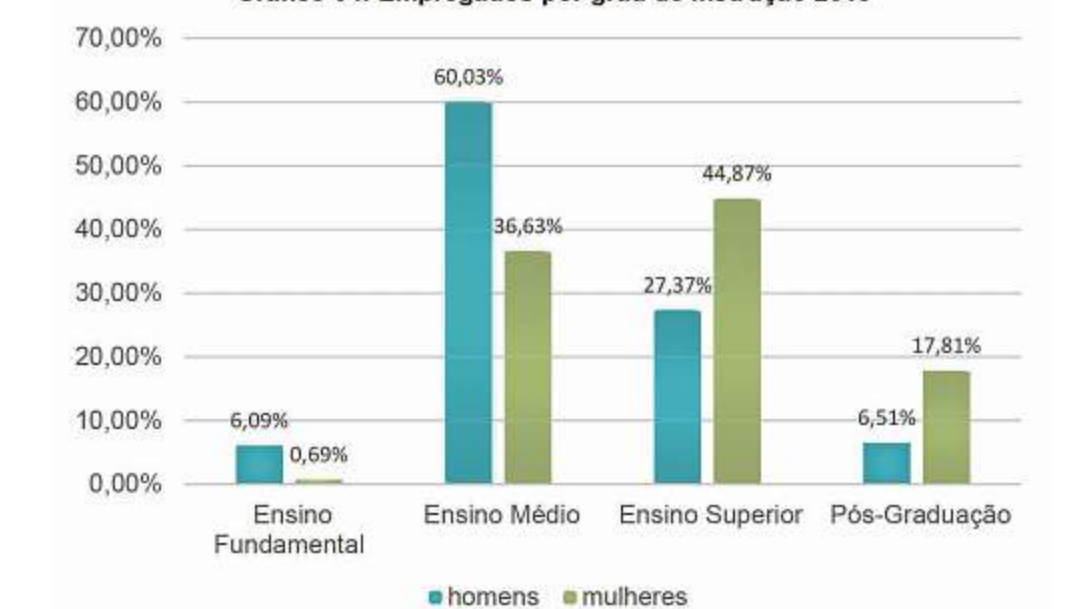
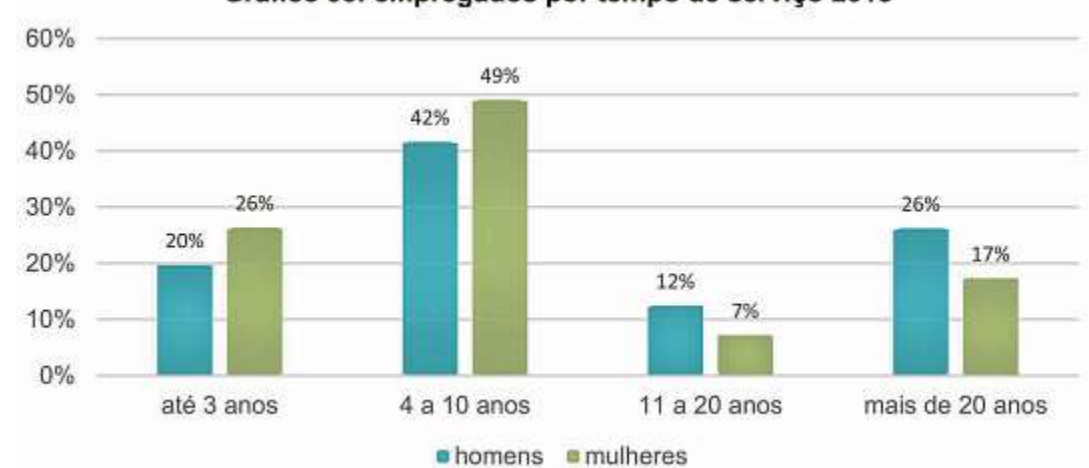


Gráfico 05: empregados por tempo de serviço 2018





COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

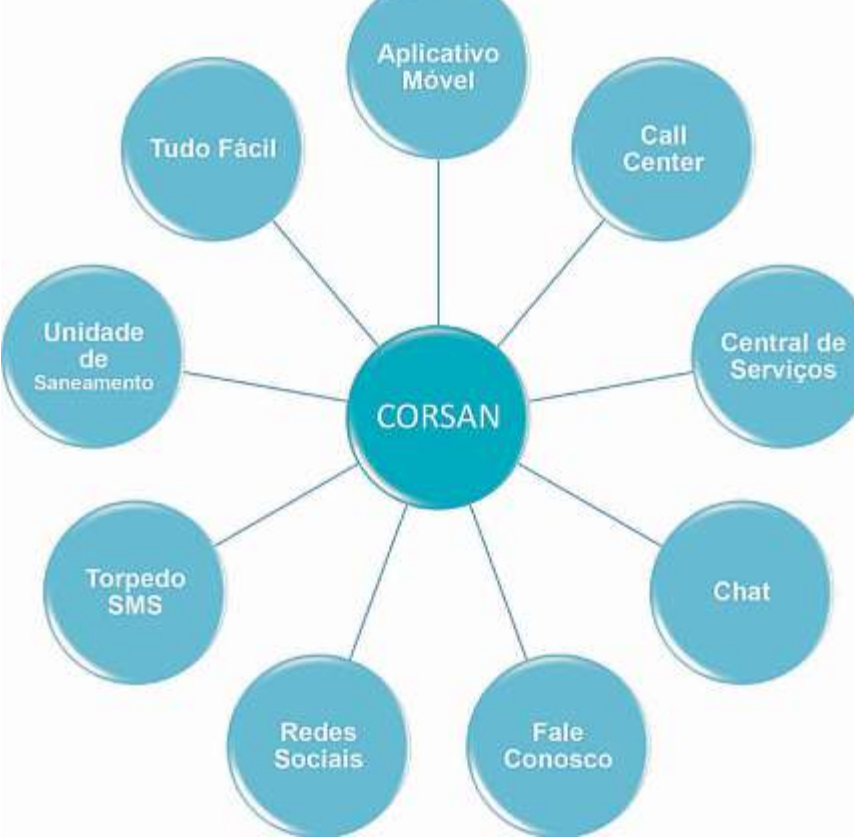
Gestão de Pessoas e do Conhecimento

A política de gestão de pessoas da Corsan está assentada no respeito à individualidade e ao coletivo, na compatibilização com as estratégias do negócio e no incentivo a trajetórias profissionais que agreguem vantagens competitivas para a Companhia. Com esse propósito foi implementado o **Quadro dos níveis de complexidade das atribuições e responsabilidades**, um novo marco na progressão profissional, valorizando competências e resultados. Foram estabelecidas complexidades para diferentes grupos de acordo com as principais atividades que o empregado realiza no seu dia a dia. Após a etapa de autoavaliação, as competências são validadas por uma comissão de certificação, cujo processo se destaca pelo formato participativo e transparente. A certificação iniciou-se em 2018 e será concluída em 2019.

Trilha de desenvolvimento: a partir das competências específicas das áreas e das competências transversais da empresa, alinhadas aos cargos e à matriz de educação corporativa, as trilhas de desenvolvimento orientam o aprendizado do empregado. Nesse sentido, os conteúdos têm três tipos de abordagem: a teoria, a habilidade e a autonomia. O objetivo é formar um profissional atento e capaz de analisar o contexto do mercado, prospectando e promovendo as mudanças internas, a cidadania corporativa e as competências essenciais para o sucesso do negócio em todos os níveis da organização. É o caminho flexível para a constante qualificação e para a construção do trajeto até o atingimento dos objetivos da Companhia.

Portal da Universidade Corporativa: canal de acesso e repositório de toda a gestão do conhecimento da empresa. Por meio desse canal, o funcionário terá acesso à sua trilha de desenvolvimento, aos programas, cursos e conteúdos disponibilizados no formato de ensino à distância, *chats*, fóruns de debates, pesquisa ao acervo literário e demais informativos. Integrado ao processo sucessório da empresa, o profissional poderá se preparar para novas funções de confiança. Além disso, ações de desenvolvimento e gestão do conhecimento no nível da cadeia de valor onde a empresa está inserida poderão ser promovidas através do portal, alcançando usuários, fornecedores e demais partes interessadas.

2 Relacionamento com o cliente: a Corsan mais perto, mais ágil, mais fácil



Unidades de Saneamento nos municípios: principal posto de atendimento presencial da Corsan, onde todo atendimento realizado gera protocolo, proporcionando segurança e acompanhamento da demanda pelo usuário nos diversos canais de relacionamento. Além disso, as 40 maiores Unidades dispõem de sistema de gerenciamento de filas, para mais agilidade e comodidade da população. Mesmo não prestando serviços na capital, a Companhia mantém um posto de atendimento presencial para os seus clientes na **Central Tudo Fácil** do governo do estado, situada no centro de Porto Alegre.

Call Center: disponibiliza atendimento à população 24 horas por dia, sete dias por semana, pelo telefone 0800 646 6444. Esse número é acessível gratuitamente para telefones fixos e o estado do Rio Grande do Sul. O atendimento é realizado por uma equipe especializada e treinada para atender às demandas dos clientes.

App Corsan para smartphones: atendimento facilitado, com diversas funcionalidades tais como visualização das faturas pendentes e o código de barras para pagamento; situação do abastecimento; informação de falta d'água no imóvel; informação de vazamentos de água ou esgoto; histórico de solicitações e protocolos, etc.

www.corsan.com.br – o site oficial da Corsan:

- **Central de Serviços:** emissão da segunda via da fatura, laudos da qualidade da água distribuída, certidão negativa de débito, acompanhamento de solicitações, situação de abastecimento, perguntas frequentes, entre muitos outros serviços.

- **Chat:** atendimento em tempo real por meio de bate-papo, com comodidade e acessibilidade para deficientes auditivos.

- **Fale Conosco:** atendimento via formulário específico, enviado automaticamente para a área de relacionamento com o cliente e gerando um número de protocolo.

- **Projeto Cards:** folders virtuais, publicados no site e nas redes sociais oficiais da Corsan, oferecendo conteúdo útil para os clientes, confeccionado a partir da análise de diversos atendimentos realizados nos canais de relacionamento.

- **Carta de Serviços:** contém todos os serviços prestados pela Companhia, as formas de acesso a esses serviços, os compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

Redes Sociais oficiais da Corsan: permitem que os usuários revelem seus gostos e necessidades, e que a empresa tenha uma boa compreensão das demandas atuais do setor, atingindo um segmento diferente daquele que utiliza os demais canais de relacionamento.

Torpedo SMS: mensagem de texto via celular que gera agilidade para disseminação de informações sobre interrupção de abastecimento de água, comunicados sobre serviços, dicas, avisos de débitos e *status* das solicitações realizadas.

Presença nas comunidades

Operação Verão: a tradicional mobilização da Corsan para oferecer serviços de qualidade a moradores e veranistas do litoral gaúcho contempla uma série de ações especiais: reforço das equipes, ampliação do horário de atendimento nas unidades, instalação e manutenção de chuveirinhos nas praias, apoio a projetos culturais, esportivos e de lazer, etc. Muitos são os banhistas beneficiados: Litoral Sul, Litoral Norte, Costa Deste, entre outros.

Semana da Água: durante a Semana Estadual e Interamericana da Água, que ocorreu de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018, a Corsan promoveu diversos projetos ambientais em municípios de todo o estado. Com o tema **ÁGUA SEGURA – VIDA SAUDÁVEL**, *Esgoto tratado, água protegida*, a Semana foi oficialmente aberta no município de Santo Angelo, com o Festival Boas Ideias.

Jovens Embaixadores do Saneamento: realizado no sítio Quinta da Estância, no município de Viçosa, o projeto beneficiou dez mil estudantes de escolas públicas estaduais e municipais de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Estância Velha, Gravataí, Guaíba, Sapucaia do Sul e Viçosa.

O propósito da ação foi sensibilizar os jovens para a importância do saneamento e o papel de cada indivíduo na preservação dos recursos hídricos.

Desafio de Inovação: parceria com a Proceps e o Instituto de Pesquisa Científica da PUCRS - Tecnopuc, a Corsan promoveu um evento inédito no setor público gaúcho: reuniu pessoas de diferentes áreas do conhecimento, durante uma jornada de doze horas, com o objetivo de refletir sobre o futuro do saneamento e o impacto das soluções tecnológicas na prestação de serviços públicos, compartilhar ideias criativas e construir soluções inteligentes do ponto de vista do relacionamento da Companhia com a sociedade. Como resultado, serão desenvolvidos os projetos *Burocracia pelo a baixo* e *Corsan mais perto*, ambos voltados para simplificar a interface da empresa com os usuários.

3 Sustentabilidade Socioambiental: mais do que política, compromisso

3.1 O meio ambiente como responsabilidade de cada um

A sustentabilidade tem como ponto de partida uma perspectiva holística das necessidades humanas, baseada em ações do presente que não afetem negativamente o futuro, respeitando as condições essenciais à vida com qualidade e dignidade. A sustentabilidade socioambiental, por sua vez, fundamenta-se em três eixos interdependentes: o meio ambiente, a sociedade e a economia. A responsabilidade de manter coesa essa interrelação está inscrita nos valores da Corsan, na identidade organizacional da empresa, refletida em cada produto entregue, em cada serviço prestado. A essência da sustentabilidade, no entanto, não se limita aos produtos e serviços que a Companhia entrega para a sociedade. A própria empresa, os seus processos, os empregos e gestores, tudo faz parte de um mesmo coletivo, da construção cotidiana de uma solidariedade que nasce primeiro dentro de casa para depois chegar a todos os cantos do estado. Para tornar mais tangível essa prática, canalizando-a para objetivos mais efetivos, instituiu-se a Política da Sustentabilidade Socioambiental da Corsan, aplicável não apenas ao público interno, mas também a clientes, fornecedores, pessoas e instituições que tenham interface com a empresa. As responsabilidades abrangem toda a estrutura organizacional, desde o Conselho de Administração e a Diretoria até as Superintendências Regionais e as Unidades de Saneamento.

No horizonte tanto do longo quanto do curto prazo, são nítidos os benefícios da institucionalização da sustentabilidade socioambiental: a promoção sistematizada de atividades de educação para práticas sustentáveis dentro e fora da empresa; a disseminação dessa cultura e da responsabilidade das partes envolvidas; o consequente enraizamento do conceito de sustentabilidade.

Reciclagem & Logística Reversa de Resíduos

Cada vez mais a Corsan se volta para a gestão responsável dos resíduos gerados pelos seus processos produtivos e de apoio, investindo em pesquisas sobre reaproveitamento, reciclagem e reutilização de materiais. O cuidado com o meio ambiente se reflete nas rotinas da empresa: as lâmpadas fluorescentes são enviadas para descontaminação e reciclagem, os resíduos eletroeletrônicos são destinados a empresas recicladoras especializadas, vidros inservíveis são encaminhados para reciclagem, materiais metálicos sucateados (motores bombas, quadros de comando, transformadores, tubos, válvulas, etc.) são entregues para reciclagem do metal. Quanto ao lodo produzido nas estações de tratamento de água e de esgoto, têm sido realizados estudos para gerenciá-los de forma mais sustentável, inclusive aproveitando os efluentes tratados para usos mais nobres.

Além dos próprios processos, a Companhia é responsável pelos fornecedores e prestadores de serviços quanto à adequada destinação dos resíduos. Por isso, nos editais de licitação é determinado que seja obedecida a legislação ambiental vigente e que seja apresentada a comprovação de locais devidamente licenciados para a disposição final. Nessa esteira, é utilizada a engenharia reversa na destinação dos hidrômetros inservíveis, com foco na redução do impacto ambiental e na geração de retorno financeiro. A entrega das carcaças metálicas gera abatimento na aquisição de novos medidores, e os fornecedores, por sua vez, comprometem-se em reciclar todos os componentes dos equipamentos, apresentando certificado de coprocessamento.

Simples na sua execução, mas essenciais para a sustentabilidade ambiental, inúmeras outras ações são realizadas rotineiramente pelos empregados e visitantes de todas as unidades organizacionais da Corsan. Desde a separação e destinação adequada do lixo até a configuração das impressoras para utilização de frente e verso da folha, muitos são os exemplos individuais que refletem uma postura de comprometimento com a qualidade dos espaços de convivência e seu entorno.

Educação Ambiental & Trabalho Técnico Social

A educação ambiental é uma prática cada vez mais consolidada na Corsan, disseminada nas unidades organizacionais da empresa por meio de atividades internas e externas dedicadas a todas as faixas etárias. Hoje dezenas de funcionários estão capacitados e motivados para realizar ações que vão desde visitas guiadas a estações de tratamento até palestras em escolas e espaços públicos, beneficiando crianças, adolescentes e adultos, técnicos e leigos, cidadãos das mais diversas esferas de sociedade. Em cada interação, são consideradas as características da localidade, são valorizados os cidadãos e seus hábitos regionais, para que a cultura da sustentabilidade tenha alicerce no sentimento de pertencimento à comunidade.

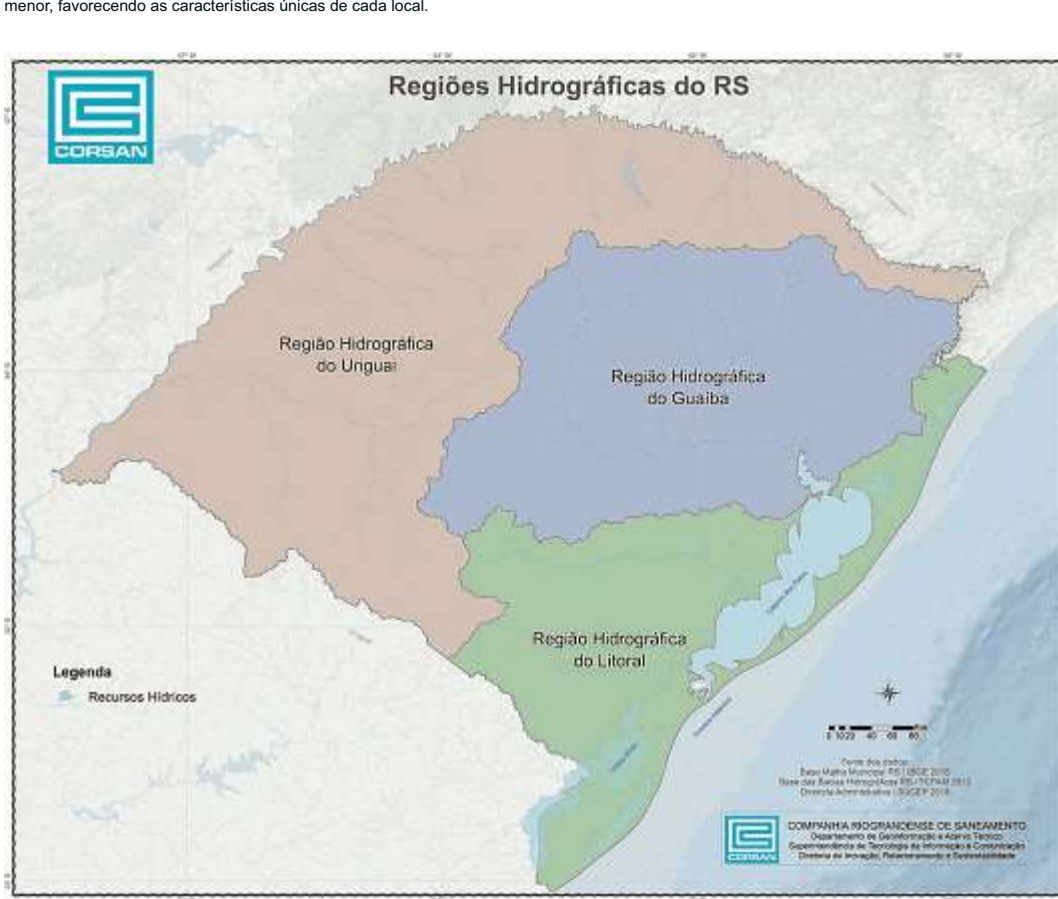
Os principais temas abordados nos eventos dizem respeito ao consumo de água tratada, ao uso racional, à natureza e à finitude desse bem, assim como à importância do adequado tratamento do esgoto.

No âmbito das obras de implantação e ampliação de sistemas de água e de esgoto, é desenvolvido o Trabalho Técnico Social junto às comunidades beneficiadas, com o propósito de preparar as populações para receber e usufruir dos benefícios do saneamento de forma consciente e cidadã. A ação se dá em três momentos distintos: antes do início das obras, para conhecer a comunidade beneficiária; durante as intervenções de engenharia, para informar a população sobre o andamento e a importância da obra para a saúde e o meio ambiente; após a conclusão e funcionalidade das obras, buscando sensibilizar as pessoas para a efetivação das licenças.

Em 2018, foram realizadas 455 atividades, envolvendo diretamente 22 mil pessoas em 30 municípios.

Gestão de Recursos Hídricos

Para fins de gestão de recursos hídricos, o Rio Grande do Sul divide-se em três regiões hidrográficas: Região do Uruguai, Região do Guaíba e Região do Litoral. Essa segmentação é determinada de acordo com o relevo, que separa geograficamente as regiões conforme o escoamento da água superficial. As regiões foram posteriormente subdivididas em 25 bacias hidrográficas, com a finalidade de facilitar a gestão ao delimitar uma região menor, favorecendo as características únicas de cada local.



A Lei Estadual 10.350/1994 estabeleceu a formação dos Comitês de Bacia Hidrográfica, instituições que gerenciam os recursos hídricos de cada bacia. Os comitês atuam como organismos colegiados, incluindo em sua composição os usuários finais de água, operando em um modelo democrático segundo o qual a população tem acesso à tomada de decisão, pois todo ator da sociedade tem o direito de participar e se manifestar. Nos comitês, muitas decisões importantes sobre a bacia são avaliadas, envolvendo questões de partilha de uso da água e atividades pertinentes à despoluição. As decisões são tomadas com base na votação de representantes da população, os quais dão voz aos usuários em geral, a organizações da sociedade civil e ao poder público. A Corsan conta com 55 representantes nos comitês, os quais participam das reuniões dos colegiados e de grupos de trabalho específicos.

Além da presença nos Comitês de Bacia, a Companhia desenvolve continuamente ações conjuntas com os diversos entes do estado voltados para o uso sustentável dos recursos hídricos. Merece destaque a ação institucional junto à então denominada Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) no que se refere à previsão do tempo, o que vem auxiliando a Corsan a se precaver em situações de estiagem. Além disso, cabe sublinhar a mobilização da empresa para que as legislações que disciplinam a conduta do abastecimento continuem sob a responsabilidade do estado.

Também os avanços tecnológicos contribuem para a gestão dos recursos hídricos. Nesse horizonte de pesquisa, a Corsan vem desenvolvendo projeto de aquisição de *softwares* específicos para o processamento de informações hidrogeológicas, uma vez que grande parte do abastecimento de água no estado se dá por meio de águas subterrâneas. Além disso, a empresa conta com equipamento de perfilagem ótica, poderosa ferramenta para tomada de decisões técnico-operacionais na gestão de poços.

3.2 Tarifa Consumo: estímulo ao uso racional da água

Operar sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário dentro dos padrões de qualidade exigidos pela legislação e pelo mercado, remunerar acionistas, realizar investimentos para universalização, enfim, todos os esforços para que a sociedade tenha acesso ao saneamento dependem essencialmente da tarifa. Mas, além do equilíbrio econômico financeiro da empresa, a cobrança por serviços como o abastecimento de água, por exemplo, tem o condão de sensibilizar o cidadão para o uso racional e para o controle do próprio consumo, evitando o desperdício de uma reserva finita ainda que natural.

Em nome dessa sustentabilidade ao mesmo tempo econômica e ambiental, a Corsan pratica a tarifa consumo composta, segundo a qual cada usuário paga conforme o volume de água que consumir.

O modelo é composto pois se constitui de uma parcela variável e uma invariável:

- Denomina-se **Serviço Básico** a parcela invariável, a qual se destina à cobertura dos custos de manutenção da infraestrutura necessária para que o usuário tenha água onde e quando necessitar (estações de tratamento, redes de distribuição, pontos de atendimento, etc.).

- A parcela variável, por seu turno, subdivide-se em Serviço de Água, Serviço de Esgoto e Disponibilidade do Sistema de Esgoto. Os valores de ambos os serviços e da disponibilidade são determinados de acordo com o consumo de água medido no imóvel, pois, quanto maior o volume, maior o gasto com insumos para a produção/tratamento/distribuição da água e coleta/tratamento do esgoto.

A parcela variável da tarifa é um poderoso instrumento a serviço do consumo consciente, pois o controle sobre o que paga está nas mãos do usuário. Além disso, para cobrir eventual desperdício, são aplicados exponenciais crescentes sobre os consumos excessivos desde que injustificados.

Por outro lado, para que a tarifa consumo cumpra o seu papel, a universalidade e a acurácia da micromedida são essenciais. Não basta que todas as ligações ativas estejam hidrometradas, é vital investir sistematicamente no adequado dimensionamento e na manutenção preventiva/corretiva do parque de hidrômetros. Quanto à manutenção corretiva, são substituídos os aparelhos danificados e/ou violados à medida que as ocorrências se apresentam na rotina das Unidades de Saneamento. Quanto à manutenção preventiva, todo medidor que atinge a idade de cinco anos de uso passa a fazer parte do programa de renovação do parque (padrão de vida útil segundo a portaria 246/00 do INMETRO). Entre 2015 e 2018, foram investidos **R\$ 86 milhões** na aquisição de **1,4 milhão de hidrômetros**, destinados à instalação em novas ligações e à substituição de equipamentos em uso há mais de cinco anos.

Além do parque de hidrômetros, a Corsan investe constantemente na qualidade da leitura, cuja eficiência ultrapassa os 98% (a quebra ocorre devido a impossibilidades como cão feroz, portão fechado, etc.), bem como na segurança das informações coletadas nos quase dois milhões de imóveis visitados por mês. O processo de leitura, emissão e entrega da fatura ao cliente, automatizado e simultâneo desde 2002, migrou em 2018 da tecnologia *Mobile EDA* - *Enterprise Digital Assistant* para *Android Tablets*. A modernização oferece aos agentes de campo um equipamento mais moderno, amigável e de fácil utilização, bem como possibilita à gestão desenvolver novas ferramentas de controle, garantindo a segurança dos dados registrados, e a confiabilidade dos processos.

3.3 Segmentação da carteira de clientes: equilíbrio, inclusão & fomento

Em torno de 90% das economias atendidas pela Corsan são residências. No entanto, por uma questão de modicidade, é preciso que a tarifa seja o mais aderente possível às particularidades dos principais perfis de atividade socioeconômica. Nesse sentido, a estrutura tarifária da Companhia estratifica-se em três categorias: **Social, Básica e Empresarial**.

A **Categoria Social** é composta de residências e bicas públicas. Tem como diferencial o subsídio de 60% concedido a imóveis ocupados por famílias de comprovada baixa renda.

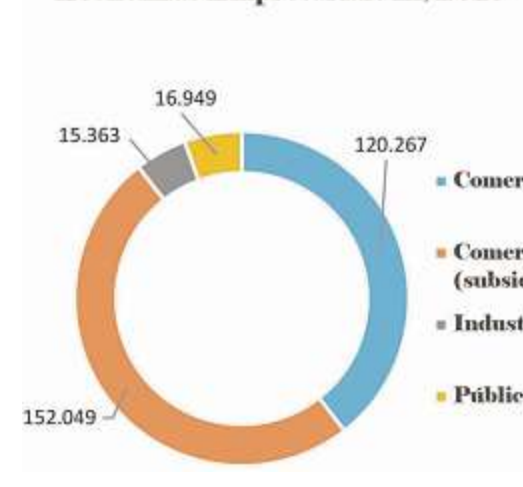
A **Categoria Básica** abrange todas as demais residências em cadastro.

A **Categoria Empresarial** contempla a atividade econômica em geral – comércio, indústrias e órgãos públicos. Destaca-se o fomento aos pequenos negócios por meio da subcategoria Comercial C1, cujo valor equivale ao da tarifa residencial básica.

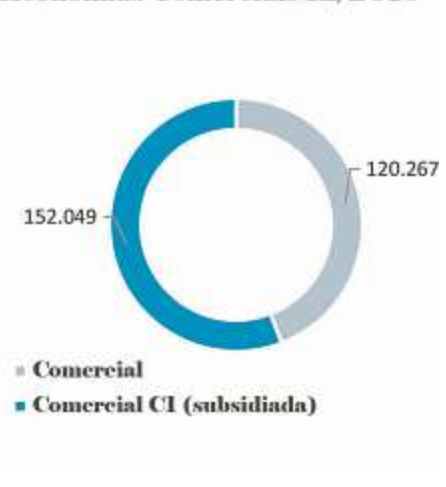


De acordo com a fotografia do cadastro em dezembro de 2018, menos de 2% das residências enquadra-se em perfil socioeconômico condizente com a necessidade de subsídio social. Por outro lado, 50% das economias da categoria empresarial preenchem os parâmetros para C1. Restringindo o universo à atividade comercial, os subsídios crescem para 60%, o que evidencia o sucesso dessa política de incentivo ao empreendimento de pequeno porte, cuja principal contribuição para a sociedade é a geração de empregos.

Economias Empresariais 12/2018



Economias Comerciais 12/2018



É fato que a categorização da base de clientes equilibra a diversidade de perfis socioeconômicos, contribuindo para a justiça tarifária, a mitigação da vulnerabilidade social e o desenvolvimento econômico das comunidades. Como a sociedade é um organismo dinâmico, o cadastro deve acompanhar esses movimentos com igual agilidade. Nesse horizonte, a Corsan mantém o processo de revisão de cadastro específico nas economias atendidas, o qual se dá simultaneamente à realização da leitura dos hidrômetros, obedecendo a programação prévia. No ano de 2018, o ingresso de quase 30 mil economias por revisão representou um incremento de 1,43% no cadastro.

3.4 Subsídio cruzado: sustentabilidade em três eixos

Deter a concessão dos serviços de água e esgoto em 317 dos 497 municípios gaúchos implica fornecer água potável e tratamento de esgoto com a mesma qualidade e regularidade a cada um dos seis milhões de usuários independentemente do perfil socioeconômico, do porte da localidade ou de sua posição geográfica. Além disso, a tarifa que sustenta a prestação dos serviços deve respeitar os princípios da **modicidade** e da **justiça social**.

A exemplo das demais concessionárias estaduais do setor, a principal ferramenta de que a Corsan lança mão para operar saneamento no modelo de múltiplas concessões é o **compartilhamento** de todos os recursos disponíveis. O que, em termos práticos, se dá por meio do **subsídio cruzado** entre segmentos de serviços (água e esgoto), entre categorias tarifárias, e entre municípios.

Atualmente são compartilhados, direta ou indiretamente, cerca de R\$ 5 bilhões em ativos nominais, capital intelectual altamente especializado, insumos, materiais, máquinas e equipamentos, enfim toda uma infraestrutura tangível e intangível sem a qual não seria possível captar, tratar e distribuir água e tampouco coletar, tratar e destinar esgoto. As interdependências dessa infraestrutura vão além do simples cruzamento entre matriz de custos e receita auferida em cada município.

Atender a todos com a mesma qualidade, inclusive aos que vivem nas regiões mais remotas, requer pesada infraestrutura de ativos, compartilhada entre as localidades, para obter o máximo de aproveitamento com o mínimo de custo a ser repassado ao usuário final.

Ativos	Entregas	Resultado	Reconhecimento
27 mil km de rede de água			
178 estações de tratamento de água	540 milhões de m³ de água		
218 pontos de captação superficial de água	potável disponibilizada/ano		
770 pontos de captação subterrânea de água		2,9 milhões de economias atendidas	80% de aprovação pela população
1.880 km de rede de esgoto	47 milhões de m³ de esgoto tratado/ano		
56 estações de tratamento de esgoto			
238 laboratórios	Controle da Qualidade		
35 coordenadorias operacionais	Eficiência nos Serviços		
292 pontos de atendimento presencial	Presença local		

4 Horizonte concorrencial & estabilidade contratual

Embora a exploração do saneamento básico seja uma concessão pública, historicamente protagonizada por estatais, tem-se aberto espaço a operadores privados, como é o caso de Uruguai e São Gabriel, no Rio Grande do Sul. Nessa perspectiva, tendo em vista modernizar a Lei do Saneamento para oportunizar aos empreendedores privados investirem com mais segurança jurídica no setor, o Governo Federal editou a Medida Provisória 868/2018. Na prática, a Medida impõe ao titular dos serviços a obrigação de publicar edital de chamamento para obter a proposta mais eficiente e vantajosa para a prestação descentralizada dos serviços de saneamento. Na hipótese de não haver interessados, o titular procederá à assinatura de contrato de programa com dispensa de licitação, conforme o disposto Lei 8.666/1993.

Do ponto de vista do subsídio cruzado, solução adotada pelas empresas estaduais para atender com isonomia a sistemas superavitários e deficitários, a descentralização pretendida pela MP 868/2018 representa uma ruptura inédita e irreversível. Além disso, a Medida traz em seu bojo uma significativa consequência por conta da alienação do controle acionário da estatal prestadora de serviços públicos: havendo anulação dos titulares do saneamento (municípios) pela continuidade dos contratos de programa vigentes, esses instrumentos passarão a ser válidos no escopo da nova composição acionária. Nesse horizonte suscetível a radicais mudanças na configuração das concessões, a Corsan reconhece o desafio incontornável de se estruturar para participar de licitações em nível regional e não apenas em âmbito local, a exemplo do município de Santa Cruz do Sul, certame do qual a Companhia foi vencedora.

Continua

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN**

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE**

Mesmo sem deter a concessão dos serviços na capital, a Corsan é a maior operadora de saneamento do RS, atuando na maioria dos sistemas, com geração de economia de escala, conciliando a diversidade social e peculiaridades geográficas das regiões

População Atendida Água

- CORSAN
- SAMAE (Caxias do Sul)
- COMUSA (Novo Hamburgo)
- BRK (Uruguaiana)
- DMAE (Porto Alegre)
- SANEPE (Pelotas)
- SEMAE (São Leopoldo)
- outros operadores

Fonte: SNIS

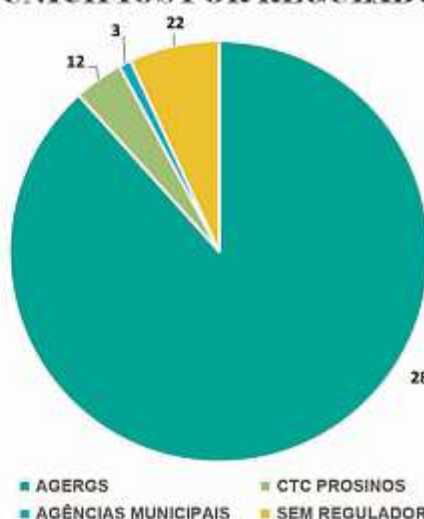
Apesar da hegemonia no estado, incluindo a maior parte da região metropolitana de Porto Alegre, a Corsan não atua na capital nem em municípios relevantes como Pelotas, Caxias do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo, onde o saneamento está a cargo das prefeituras. A respeito de Novo Hamburgo, é importante registrar que a Corsan detinha a concessão do saneamento até 1998, quando ocorreu a municipalização, por iniciativa do poder concedente. A Companhia requereu judicialmente a indenização pelo patrimônio, e o ressarcimento pelas dívidas e financiamentos pertencentes à prestação dos serviços. Hoje, tendo em vista o ganho de causa e a expedição dos respectivos precatórios, os processos encontram-se aguardando pagamento, com quitação prevista para ocorrer até o final do ano de 2024, em regime especial de precatórios. Dentre os 317 municípios atendidos pela Corsan, 93% possuem a delegação dos serviços firmada em Contrato de Programa, nos termos da Lei 11.445/2007. Os demais possuem Contratos de Concessão, no modelo anterior à Lei do Saneamento. Analisando a representatividade na receita, os municípios com Contrato de Programa detêm 97% da arrecadação total. Os 3% restantes da receita, vinculados a concessões que ainda não migraram para Contrato de Programa, são na maioria contratos com vigência até o ano de 2029. Por conseguinte, menos de 1% da receita advém das 12 concessões por ora precárias, mas já em adiantado processo de negociação. Estima-se a regularização contratual até o final de 2019, em decorrência da necessidade de que os Planos Municipais de Saneamento Básico estejam devidamente instituídos.

294 contratos de programa	23 contratos de concessão	305 concessões vigentes	12 concessões em negociação	317 total de concessões
-------------------------------------	-------------------------------------	-----------------------------------	---------------------------------------	-----------------------------------

vigência média: 25 anos**5 Ambiente regulado: pluralidade & equilíbrio**

Segundo o atual marco regulatório do saneamento, é prerrogativa do município delegar a um ente regulador, com independência orçamentária e decisória, a mediação das relações entre a concessionária e os usuários. Os limites dessa regulação alcançam a homologação de tarifas, a definição de padrões e a fiscalização da qualidade dos serviços, a fiscalização do cumprimento das metas e compromissos dos planos de saneamento e dos contratos de programa, além da arbitragem de conflitos com os clientes.

A maioria dos contratos firmados entre a Corsan e os municípios é regulada pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande Sul - Agergs. Além desta, há agências exclusivas de municípios e consórcios: Agência Reguladora de Erechim - Ager, Agência Reguladora de Serviços Delegados de São Borja - Agesb, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Santa Cruz do Sul - Agerst e Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos - CTC Pró-Sinos.

MUNICÍPIOS POR REGULADOR

■ AGERGS ■ AGENCIAS MUNICIPAIS ■ CTC PROSINOS ■ SEM REGULADOR

A Lei do Saneamento prevê que a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços prestados seja assegurada por uma receita tarifária suficiente para cobrir os custos operacionais eficientes e para remunerar de forma adequada o capital prudentemente investido. Em contrapartida a concessionária deve atuar com eficiência e prudência, reservando aos clientes o direito de pagar uma tarifa justa e de receber o serviço nos níveis de qualidade estabelecidos pela legislação e pelo contrato de concessão ou de programa. Nessa perspectiva, a referida Lei estabelece que as tarifas sejam atualizadas por meio de reajustes e revisões periódicas ou extraordinárias. Os reajustes ocorrem anualmente, enquanto as revisões tarifárias periódicas ocorrem a cada cinco anos, conforme estipulado nos contratos de programa. A revisão tarifária tem por finalidade primordial determinar a receita necessária para custear a prestação dos serviços, realizar os investimentos e remunerar o capital. O processo consiste em, conjuntamente com o regulador, reavaliar a estrutura de custos, contrapondo a receita requerida à geração de valor para as partes interessadas (os acionistas, os clientes, a sociedade). Trata-se, portanto, do principal instrumento de equilíbrio financeiro de que dispõe a concessionária.

A Corsan realiza revisões tarifárias desde 2009, época em que havia apenas um regulador estadual para todo o sistema. Em decorrência da atual pluralidade de reguladores, o processo passou a ser segregado por agência, o que tem implicado índices de reajuste diferentes para municípios por conta da assimetria entre as bases tarifárias. Para 2019, a Companhia negociará a revisão com cinco agências, de acordo com modelo adotado nas revisões anteriores, cujos principais pilares são, além da recomposição da matriz de custos, a recuperação e remuneração do capital investido e a revisão das tarifas indiretas.

6 Estratégia para o Futuro: Identidade & Planejamento

O Planejamento Estratégico da empresa é a ferramenta por meio da qual se estabelecem pontos de partida e se vislumbram pontos de chegada em um horizonte essencialmente dinâmico. Planejar é olhar para a estrada que ainda não se abriu. Antever os contornos do alvo a atingir, o traçado do caminho a percorrer, a velocidade a imprimir, e os riscos a enfrentar. É o instrumento que a gestão utiliza para definir objetivos concretos e canalizar ações para atingi-los em determinado período de tempo, com base em diagnósticos internos e externos, análises estruturais e conjunturais, e monitoramento sistemático.

Do ponto de vista do arranjo institucional, o Planejamento da Corsan alinha-se às orientações do Governo do Estado a fim de compatibilizar a estratégia da Companhia com as políticas governamentais. Do ponto de vista da metodologia, é adotado o *Balance Scorecard* – BSC, modelo consolidado no mercado, cujo primeiro passo é definir Missão, Visão e Valores da organização.

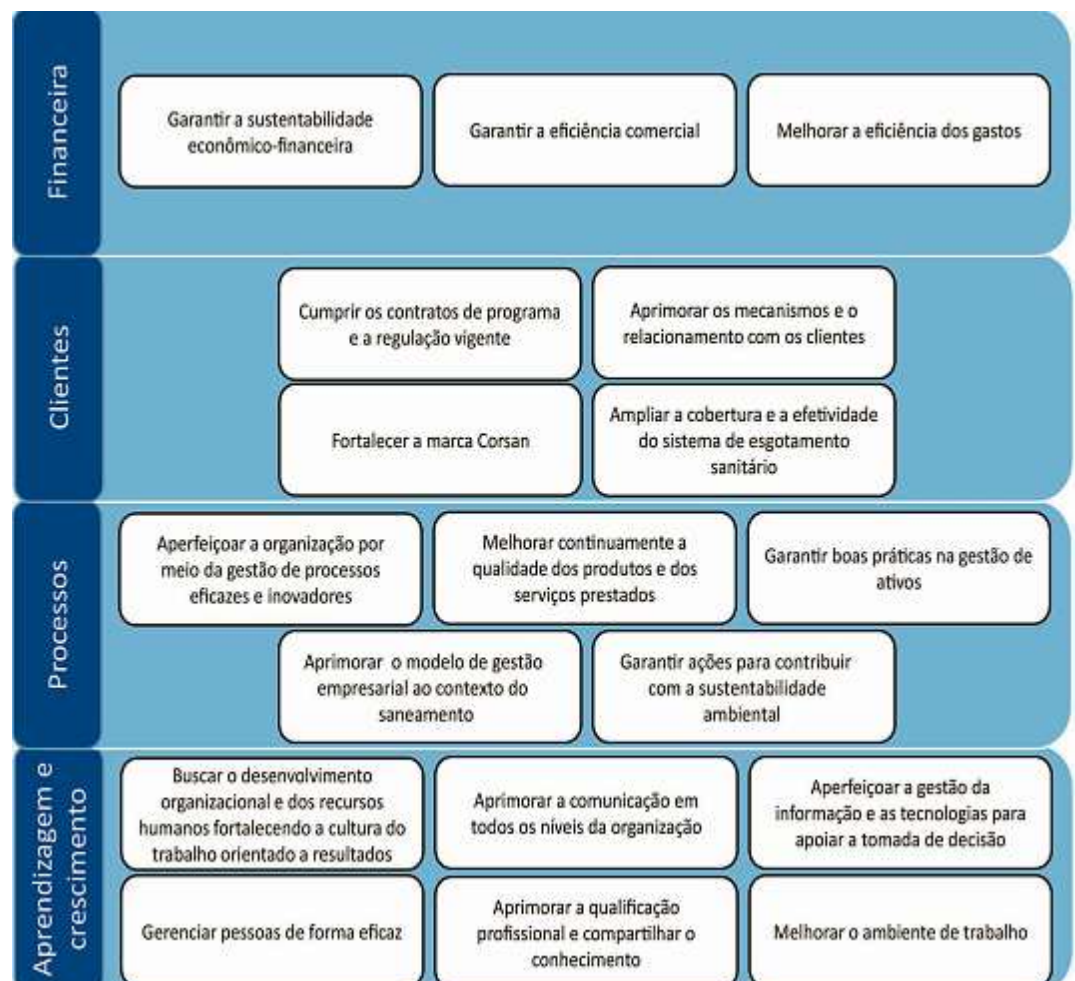
MISSÃO: Prestar serviços de excelência em saneamento básico nos segmentos e na área em que atua, cumprindo o seu papel social, ambiental e econômico, gerando valor às partes interessadas.

VISÃO 2016-2019: Em 2019, manter a Universalização da cobertura de água e atender 30% da população urbana com a utilização do sistema de esgotamento sanitário de modo sustentável e com a garantia da satisfação dos clientes.

VISÃO 2030: Em 2030, ser reconhecida pela universalização dos serviços de abastecimento de água, por atender 70% da população urbana utilizando o sistema de esgotamento sanitário, pela excelência dos seus serviços e produtos e pela consolidação de novos negócios.

VALORES: Sustentabilidade - Responsabilidade social - Ética - Transparência - Produtividade, segurança e eficiência - Gestão compartilhada - Valorização das pessoas - Integração entre as áreas

A partir da identidade organizacional, e de ampla análise dos ambientes interno e externo, foram definidos os objetivos estratégicos da empresa sob quatro perspectivas: financeira, clientes, processos e aprendizagem & crescimento. Na qualidade de ferramenta dinâmica e aderente aos movimentos tanto do mercado quanto da organização, o BSC prevê o contínuo monitoramento da execução dos objetivos, bem como a revisão de toda a estratégia a cada quatro anos. O Planejamento Estratégico da Companhia para o período de 2016 a 2019 está representado pelo seguinte Mapa Estratégico:



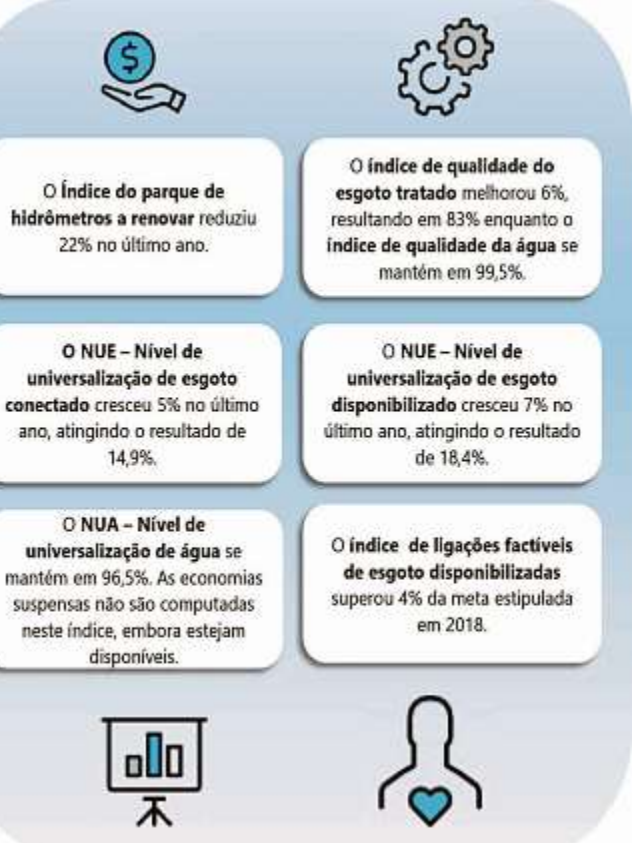
As ações para o atingimento dos objetivos estratégicos, representadas por iniciativas estratégicas, desdobram-se sob duas concepções de responsabilidade:

- Corporativa – para a qual é utilizada prioritariamente a metodologia de projetos estratégicos, projetos operacionais e programas;
- Regional – por meio de planos de ação anuais de todas as unidades organizacionais vinculadas às Superintendências Regionais.

Monitoramento da Estratégia

Os Objetivos Estratégicos são monitorados por meio de um conjunto de 42 indicadores, segregados pelas quatro perspectivas, que representam uma dimensão de resultados a serem alcançados por meio de ações. Os ciclos de monitoramento dos indicadores permitem avaliar a estratégia e fazer ajustes, quando necessário. Esse processo, realizado com intervalos de dois meses, consiste no cotejamento entre os resultados obtidos e as metas definidas para cada indicador, bem como a construção de análises de desempenho capazes de apoiar as tomadas de decisão da alta administração.

A partir de 2018, passou a ser elaborado um informativo mensal, com a finalidade de divulgar os resultados e o desempenho da Companhia em relação ao Planejamento Estratégico, disseminando e incentivando o público interno. Destaca-se a atuação positiva dos indicadores diretamente relacionados à universalização e à qualidade dos serviços prestados.

**Projetos Estratégicos**

Desde 2016 a Corsan vem tratando questões estratégicas transversais do ponto de vista da estrutura organizacional por meio de projetos convergentes do ponto de vista das entregas para a sociedade. Com esse propósito, foi estruturada uma área para gerenciamento de projetos no modelo *Project Management Office – PMO*, a qual hoje gerencia e monitora uma carteira de 48 projetos, alinhados aos Objetivos Estratégicos conforme as Perspectivas do Mapa Estratégico. A exemplo dos Indicadores Estratégicos, os Projetos Estratégicos são monitorados em ciclos cujo propósito é acompanhar, controlar, avaliar e reportar o desempenho, de modo a assegurar que os seus objetivos sejam atingidos.



Na perspectiva financeira, os projetos são direcionados para melhoria na estrutura tarifária, na gestão do fluxo de caixa, na gestão de perdas, no combate às fraudes e ligações clandestinas e na eficiência no consumo de energia elétrica.



Na perspectiva clientes, o portfólio tem foco na universalização dos serviços, por meio do Plano de Expansão de Água e Esgoto da Corsan, além da estruturação de processos vinculados às metas dos Planos Municipais de Saneamento Básico, aos compromissos dos Contratos de Programa, aos Fundos Municipais de Gestão Compartilhada.



Na perspectiva processos, os projetos voltam-se para implantação de sistemas como ERP corporativo e o Sistema Móvel de Serviços, da criação e implantação de centros de controle operacional, além da gestão de resíduos sólidos e do processo simplificado e unificado de licenciamento ambiental.



Na perspectiva aprendizagem e crescimento, têm espaço as iniciativas de inovação tecnológica, como videoconferência, georreferenciamento, gestão eletrônica de documentos, bem como a gestão do conhecimento orientado a resultados e o sistema de planejamento, orçamento e gestão estratégica.

7 Água universalizada: manter todo dia o que se conquistou em décadas

Mesmo tendo conquistado a universalização já há muitos anos, a Corsan permanece atenta ao crescimento das populações atendidas, nem sempre linear por conta de fatores econômicos, sociais e ambientais não previsíveis quando da instalação dos sistemas. Para manter, é preciso crescer, remodelar-se sempre, para que não falte água onde e quando as pessoas mais precisam, ou seja, em casa todos os dias. Se o ano 2017 foi marcado pela conclusão da transposição do Rio do Cravo, garantindo água para o município de Erechim e região, em 2018 a Companhia não parou de investir em melhorias, inclusão e controle.

Melhorias em Sistemas de Abastecimento

Dentre os R\$ 100 milhões investidos em 2018, destacam-se, a título de ilustração, melhorias em dois sistemas, com grande retorno do ponto de vista da regularidade do abastecimento.

Município	Melhorias em Sistemas de Abastecimento	Investimento	Famílias Beneficiadas
Gravataí	Adutora de água tratada de 1,89 km, para reforço no abastecimento do bairro Morada do Vale.	R\$1.034.594	1.859
Cachoeirinha	Adutora de água tratada de 3,5 km, para maior oferta de água para o sistema Vista Alegre e entorno, uma vez que, em períodos de intenso consumo de água, a ETA Cachoeirinha e o seu principal centro de reserva enfrentavam sobrecarga.	R\$3.791.499	40.934
Gramado	Reservatório de 3.000 m³ na aldeia do Papai Noel, para aumento da capacidade de reserva do sistema de distribuição da cidade, atuando em conjunto com os reservatórios localizados no bairro Serrano, disponibilizando mais água nos períodos de alto consumo.	R\$4.027.211	19.297

Automação e Centros de Controle Operacional – CCO

De modo a atender melhor os sistemas de abastecimento e prevenir faltas d'água, vêm sendo aplicadas modernas tecnologias de controle à distância dos níveis dos reservatórios, operação de estações de bombeamento, pressões das redes e vazões. A partir de sensores eletrônicos instalados em pontos estratégicos da rede distribuidora, os dados são coletados e enviados a Centros de Controle Operacional - CCO. As informações, visualizáveis instantaneamente e armazenadas em meio digital, propiciam análises mais profundas do sistema e rápidas tomadas de decisão, o que permite, inclusive, antecipar as ações técnicas corretivas antes mesmo da comunicação de problemas pelos usuários. Além dos 41 CCO instalados nos maiores sistemas (58 municípios), está sendo implantado o Centro de Controle Operacional Corporativo, sediado em Porto Alegre, que permitirá o acompanhamento e a operação de todos os sistemas dotados de CCO no estado.

Sistema de Cadastro Técnico Georreferenciado

Atualização do cadastro de redes da Corsan e implantação de um sistema que pode ser acessado com facilidade e utilizado nas atividades de manutenção de redes. Como resultado, haverá mais segurança nas atividades técnicas e redução no tempo de atendimento ao cliente. O projeto pode ser resumido em três conjuntos de ações: tecnologia - atualizar e ampliar o conhecimento técnico e especializado das redes, reservatórios, estações de bombeamento; mapeamento e atualização cadastral; normativas para orientar as rotinas de cadastro técnico. O georreferenciamento e a atualização da base cadastral permitem avançar no desenvolvimento do Geoport, valiosa e robusta ferramenta, disponível na intranet corporativa da empresa, que permite a integração de informações comerciais e operacionais com elementos cadastrais. É possível rapidamente identificar itens da rede e também, ao traçar uma linha poligonal, saber qual é o volume consumido da área, quais são os grandes consumidores e a situação do parque de hidrômetros, entre outras funcionalidades.

Regularização de Ligações Clandestinas em Áreas de Ocupação

Em especial nos grandes centros urbanos, existem muitas áreas de ocupações subnormais que se abastecem de modo precário. Nessas ocupações, as canalizações são assentadas sem os cuidados técnicos necessários, são frequentes os vazamentos e as faltas d'água, e grandes os riscos de contaminação. Em face dessa realidade, a Corsan, por meio de um projeto estratégico específico, busca atender à população de baixa renda, mediante ações que abrangem aspectos técnicos e educativos: ao mesmo tempo em que se assentam redes e ramais dentro das melhores técnicas construtivas, são realizados trabalhos socioambientais nas comunidades. Um dos efeitos mais importantes do projeto é a melhoria da saúde e a consequente redução da mortalidade infantil, visto que a utilização de água segura contribui para a diminuição de doenças de veiculação hídrica. Além disso, o projeto leva dignidade e inclusão social aos moradores através da formalização do cadastro da residência na base da prefeitura municipal, bem como o recebimento de contas individuais no sistema Corsan, fato que lhes amplia o crédito no comércio local.

Gestão das Perdas de Água

O tema gestão de perdas, e sua direta vinculação com a sustentabilidade, tem sido o condutor de diversas ações por parte da Direção e do corpo técnico da Corsan. Cada vez mais são estimuladas pesquisas e práticas que proporcionem melhor utilização dos recursos hídricos disponíveis, maior aproveitamento das tecnologias, menor consumo de energia, enfim, todo um conjunto de estratégias para preservação da natureza e garantia de pleno atendimento aos usuários. Nessa perspectiva vem sendo desenvolvido o Plano Integrado de Gestão de Perdas, cujo objetivo inicial é constituir e implantar uma política de gestão de perdas e um programa de ações que integre as diversas áreas da Corsan, bem como realizar ações imediatas para a redução de perdas nos sistemas atendidos. Dentre os elementos-chave na gestão de perdas, destacam-se a macromedicação, a substituição de redes, a setorização, o controle e redução de pressões, a pesquisa de vazamentos e a capacitação dos empregados. Desse tratamento transversal à questão das perdas, muitos resultados positivos já podem ser observados. Mesmo diante do crescimento da população atendida, o volume disponibilizado por economia reduziu-se, e o índice de perdas por ligação de água apresenta tendência de retração.

Continua



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

11 Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – PD&I

Novos Contaminantes
Ampliação do conhecimento sobre contaminantes emergentes (fármacos, produtos de higiene e cuidado pessoal) e de novos agrotóxicos presentes na água bruta captada, bem como ampliação e modernização de métodos analíticos e capacitação do corpo técnico dos laboratórios.
Ecotoxicologia
Determinação da toxicidade dos principais contaminantes emergentes detectados em águas brutas superficiais, bem como análise de respostas biológicas de organismos (biomarcadores) diante da exposição a esses contaminantes, com potencial de subsídios aos órgãos competentes para que a emissão de tais substâncias seja regulamentada em âmbito estadual e nacional.
Processos Oxidativos Avançados e Remoção de Ions Fluoreto de Água Subterrânea
Desenvolvimento de sistema piloto para a remoção dos metais selênio, arsênio e vanádio, e de ions fluoreto da água subterrânea provida de poços de abastecimento, a fim de melhorar as condições dessas fontes, tornando-as disponíveis para consumo humano.
Estudo de Pré-tratamento de Água
Desenvolvimento de estudo sobre pré-tratamento, pois a qualidade da água bruta vem decaindo, tornando-se incompatível com o tratamento para consumo. A adoção de pré-tratamento tem potencial de reverter a qualidade da água aos padrões existentes quando os atuais sistemas foram concebidos, aumentando sua vida útil e possibilitando aumento de vazão.
Rede de Telemetria e Sistema Inteligente de Relacionamento
Desenvolvimento de um sistema inteligente e sustentável de gestão da água, abrangendo desde a coleta de dados por telemetria até a transformação dos dados em informação, a qual será disponibilizada para sistemas gerenciais e de relacionamento com o cliente final por meio de um chatbot.
Eletrocoagulação-flotação em ETA
Aplicação do tratamento de eletrocoagulação-flotação em estação de tratamento de água, em escala piloto, e comparação dos métodos quanto à eficiência, custo e sustentabilidade, com o propósito de buscar alternativas de tratamento de água aliado a um novo produto.
ETA 4.0
Compartilhamento de conhecimento e tecnologia voltada à automação dos processos analíticos realizados nas estações de tratamento de água, por meio de módulos de controle e dosagem de alcalinizante, de coagulante, de cloro e de flúor, além da vinculação das informações ao Centro de Controle Operacional – CCO Corporativo.
Novos Coagulantes
Estudos sobre o processo de obtenção de coagulantes à base de alumínio e de ferro, utilizando reatores em escala de bancada, a fim de se avaliar a flexibilização de matéria prima, otimizando custos e produtos químicos.

Abatimento de Cargas
Elaboração de estudos sobre o abatimento de cargas orgânicas por tratamento de efluentes domésticos para a região metropolitana de Porto Alegre, para quantificar e caracterizar a qualidade da água nos trechos do Rio Gravataí, Rio dos Sinos e Rio Guaíba.
Métodos de Genômica e Cromatografia
Desenvolvimento de métodos cromatográficos para acompanhar o manejo de solos de fazendas de lodo da Superintendência de Tratamento de Efluentes Líquidos do Polo Petroquímico do Sul, visando a reduzir o acúmulo dos poluentes prioritários.
Subsídios Técnicos para Cortinamento de ETE
Geração de subsídios técnicos para a implantação de cortinas vegetais no entorno de estações de tratamento de esgoto, e criação de estruturas orgânicas capazes de minimizar os impactos paisagísticos e sensoriais consequentes da operação dessas estações.
Respirometria on-line
Aplicação de um sistema de respirometria on-line para avaliar o desempenho da ETE, bem como prever o impacto de novos efluentes na operação, propondo estratégias de economia de energia e predição de manutenção.
Potencial do Uso Agrícola de Lodos de ETA e ETE
Amostragem, caracterização e avaliação do potencial para uso agrícola de lodos de estações de tratamento de água e de esgoto, permitindo estimar a dose crítica desses lodos para aplicação como condicionador de solo ou substrato para plantio.
Água de Reúso
Avaliação do tratamento do efluente unificado por osmose reversa e eletrodíálise, a fim de contribuir com tecnologias limpas aplicadas ao saneamento ambiental, qualificando os efluentes.
Geração de Energia Limpa
Implantação de um sistema híbrido de geração de energia elétrica por meio de painéis fotovoltaicos e de um aerogerador eólico.
O Futuro que Queremos
Desenvolvimento de aplicativos voltados à educação infantil e ao ensino fundamental, para a construção de um movimento sociocultural com raízes na sustentabilidade, especificamente quanto à preservação da água.

BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		637.436	602.429
Caixa e equivalentes de caixa	5	66.164	79.703
Contas a receber de clientes	6	342.051	326.980
Estoques	7	82.261	76.457
Impostos a recuperar	8.c	9.775	2.546
Depósitos judiciais	20	129.338	109.135
Outros créditos	9	7.847	7.508
NÃO CIRCULANTE		4.579.828	4.183.301
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.255.532	1.234.608
Contas a receber de clientes	6	7.285	3.409
Aplicações financeiras	5	63.555	59.968
Aplicações no caixa único do Estado	23.a	6.915	3.823
Depósitos em garantia	15	3.410	3.341
Créditos fiscais diferidos	8.a	454.428	403.498
Depósitos judiciais	20	259.420	218.494
Ativos financeiros - contratos de concessão	10	365.781	458.812
Indenização por desapropriação		87.877	76.605
Outros créditos	9	6.861	6.858
INVESTIMENTOS		923	923
IMOBILIZADO	11	121.625	104.196
INTANGÍVEL	12	3.201.748	2.843.574
TOTAL ATIVO		5.217.264	4.785.730
PASSIVO			
CIRCULANTE		753.818	754.557
Empréstimos e financiamentos	14	65.811	56.793
Debêntures	15	9.232	9.146
Fornecedores	16	113.736	118.284
Impostos e contribuições		53.321	49.184
Parcelamentos de impostos e contribuições	17	14.471	13.260
Dívidas com Fundação CORSAN	23.i	21.332	36.456
Ordenados, férias e encargos a pagar		72.593	69.888
Provisão para riscos fiscais cíveis e trabalhistas	20	144.596	114.682
Participação nos resultados		560.276	31.051
Dividendos e juros sobre o capital próprio	23.a	222.613	241.196
Outros débitos	18	10.386	11.417
NÃO CIRCULANTE		2.320.969	2.017.173
Empréstimos e financiamentos	14	545.261	386.995
Debêntures	15	13.924	22.644
Fornecedores	16	-	136
Parcelamentos de impostos e contribuições	17	43.415	53.039
Dívidas com Fundação CORSAN	23.i	18.914	48.539
Contratos de repasse	19	21.331	9.232
Provisão para riscos fiscais cíveis e trabalhistas	20	560.276	31.051
Provisão para benefício pós-emprego	21	982.864	928.411
Débitos fiscais diferidos	8.b	7.507	7.961
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.095.294	1.982.089
Capital social	22.a	1.635.145	939.149
Reservas de capital		17.148	17.148
Reservas de lucros	22.e	499.554	1.035.607
Outros resultados abrangentes	22.c	(56.553)	(9.814)
Adiantamento para futuro aumento de capital	22.f	47.183	31.911
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		2.142.477	2.014.000
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.217.264	4.785.730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA DE VENDA DE BENS E SERVIÇOS	24	2.693.600	2.565.181
Custos das vendas, serviços e de construção	25	(1.781.746)	(1.585.867)
LUCRO BRUTO		911.854	979.314
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(567.828)	(513.855)
Despesas comerciais	25	(131.361)	(111.940)
Despesas administrativas	25	(490.147)	(420.688)
Outras receitas operacionais	25	79.911	46.352
Outras despesas operacionais	25	(26.231)	(27.579)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		344.026	465.459
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	26	43.646	40.460
Receitas financeiras		104.198	116.330
Despesas financeiras		(60.552)	(75.870)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		387.672	505.919
Corrente	8.a	(123.287)	(162.005)
Contribuição social		(34.601)	(45.114)
Imposto de renda		(88.686)	(116.891)
Diferido	8.a	27.702	38.764
Contribuição social diferida		7.343	10.272
Imposto de renda diferido		20.359	28.492
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		292.087	382.678
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		0,47609	0,62375

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

12 Prêmios e Certificações: a Corsan que a sociedade (re)conhece



Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento - PNAS (ABES): As regionais Sul e Litoral conquistaram o Troféu Quíron Bronze no Nível 1 - Compromisso com a Excelência. As regionais Planalto, Sinos, Central e Fronteira foram finalistas no Nível 2 - Rumo à Excelência.



ISO 9001: Obtda certificação de 13 Estações de Tratamento de Água , 9 Estações de Tratamento de esgoto, 10 Coordenadorias Operacionais de Serviços de manutenção e eletromecânica. Mantida a certificação dos processos de contabilidade.



ISO-IEC 17025: Certificação dos Laboratórios Centrais de Água e de Esgoto e o laboratório do Sitel, que trata os resíduos industriais do Polo Petroquímico.



ISO 14001: Certificação do Sistema de Gestão Ambiental do tratamento de efluentes líquidos do Polo Petroquímico do Sul.



Prêmio Responsabilidade Social 2018 (Assembleia Legislativa do RS): A Corsan foi vencedora, pelo segundo ano consecutivo, na categoria Entidades Governamentais.



Valor 1000 (Jornal Valor Econômico): Nesse ranking, que premia as melhores empresas em 25 setores, a Corsan vem crescendo em destaque, conquistando as posições 242 em 2016 e 241 em 2017.



500 Maiores do Sul 2018 (Revista Amanhã): A Corsan destacou-se na posição 34 do ranking de Grandes e Líderes, o qual avalia as 500 maiores empresas da região sul do Brasil.



100 Maiores de RS 2018 (Revista Amanhã): Dentre as 100 maiores empresas do RS, a Corsan se destacou com a posição 15 no ranking Grandes e Líderes.



Marcas de quem Decide 20ª Edição (Jornal do Comércio & Qualidata): A Corsan é a empresa pública mais lembrada e a segunda preferida do estado.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, os serviços de auditoria independente foram contratados junto à empresa Audlink e Cia. Auditores, cujo contrato foi renovado por mais doze meses. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Cumpre registrar que os auditores externos realizaram serviços exclusivamente relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

Agradecimentos

A Corsan agradece aos acionistas, ao Governo do Estado, à Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação (secretaria à qual a Companhia estava então vinculada), aos clientes, aos empregados, aos fornecedores, aos entes reguladores e fiscalizadores, às instituições financeiras e às entidades de classe pela excelência no relacionamento, o que tornou possíveis os êxitos obtidos no exercício 2018.

Porto Alegre, 11 de março de 2019.

Administração da Corsan

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	292.087	382.678
Outros resultados abrangentes	(46.739)	(157.677)
Realização da reserva de reavaliação	(1.649)	(1.755)
Ganho (perda) atuarial - Fundação CORSAN	(68.318)	(236.246)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.228	80.324
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	245.348	225.001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	387.672	505.919
Ajustes para reconciliação:		
Depreciação e amortização	128.553	118.298
Baixa de imobilizado e intangível	1.020	285
Provisão para devedores duvidosos	(2.264)	(4.293)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	129.207	99.406
Provisão para benefício pós-emprego	(13.865)	(8.342)
Juros e variações monetárias	84.157	88.355
Rendimento sobre aplicações financeiras de curto prazo	3.342	(7.184)
Ajuste a valor presente sobre clientes	(5.967)	461
Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	(41.298)	(42.454)
Margem na construção de obras - contratos de concessão	(3.246)	(4.491)
Provisão para tributos diferidos (COFINS/PASEP)	(454)	(5.135)
Lucro líquido ajustado	667.757	740.825
Variações nos ativos e passivos		
Variações nos ativos:		
Aumento de contas a receber de clientes	(11.616)	(22.427)
Aumento (redução) de estoques	(5.804)	18.658
Aumento de depósitos judiciais	(61.128)	(55.387)
Aumento de rendimentos SIAC	(3.092)	(3.666)
Aumento de indenização por desapropriação	(11.272)	(9.100)
Aumento de depósitos em garantia	(69)	(232)
Aumento (redução) de outros créditos	(506)	5.217
Variações nos passivos:		
Redução de fornecedores	(4.684)	(7.924)
Aumento (redução) de impostos e contribuições	4.218	(33.067)
Redução (aumento) de impostos e contribuições - parcelamento	(14.093)	66.299
Redução de dívidas com Fundação CORSAN	(52.999)	(34.368)
Aumento de férias e encargos a pagar	2.705	2.298
Redução de participação nos resultados	(5.324)	(943)
Redução (aumento) de outros débitos	(1.831)	65
Caixa proveniente das operações	503.062	666.248
Imposto de renda e contribuição social pagos	(130.333)	(164.570)
Caixa líquido das atividades operacionais	372.729	501.678
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aplicações financeiras	(6.929)	2.559
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(39.840)	(29.039)
Custos de construção - contratos de concessão	(249.708)	(227.837)
Outras aquisições intangíveis	(19.253)	(100.715)
Caixa líquido das atividades de investimento	(374.730)	(585.032)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Empréstimos e financiamentos - captação	248.390	77.359
Empréstimos e financiamentos - pagamento	(124.460)	(127.307)
Debêntures - pagamento	(10.454)	(10.772)
Contratos de repasse - Governo Estadual/FUNASA/ANA	16.189	-
Dividendos/juros sobre capital próprio - pagamento	(152.375)	(62.410)
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.182	12.581
Caixa líquido das atividades de financiamento	(11.538)	(110.612)
Redução (aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(13.539)	36.034
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	66.164	79.703
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	79.703	43.669
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(13.539)	36.034
Itens que não afetam caixa (Nota 2.2)		
Transferências entre ativo financeiro e intangível	89.232	82.423
Transferências entre estoque e intangível	8.652	10.375
Juros capitalizados	23.075	23.922
Transferência entre contratos de repasse e AFAC	4.090	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017
Receitas	2.993.297	2.821.739
Vendas de mercadorias e serviços	2.670.374	2.551.384
Receitas de construção	252.955	232.328
Provisão para devedores duvidosos	2.263	4.294
Outras receitas	67.705	33.733
Insuamos adquiridos de terceiros	(1.146.088)	(904.303)
Custos dos serviços	(978.113)	(773.300)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(196.125)	(136.238)
Outros	(21.850)	5.235
Valor adicionado bruto	1.847.209	1.917.436
Depreciação e amortização	(128.553)	(118.298)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.718.656	1.799.138
Valor adicionado recebido em transferência	115.677	128.822
Receitas financeiras	104.198	116.330
Doações e subvenções	11.479	12.492
Valor adicionado total a distribuir	1.834.333	1.927.960
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	969.304	952.716
Remuneração	687.989	640.815
FGTS	33.935	31.849
Benefícios	221.235	232.421
Fundo de previdência	26.145	47.631
Impostos, taxas e contribuições	483.434	488.761
Federal	466.424	473.707
Estadual	15.061	13.045
Municipal	1.949	2.009
Remuneração de capitais de terceiros	89.508	103.805
Despesas financeiras	60.552	75.870
Aluguéis	28.956	27.935
Remuneração de capitais próprios	292.087	382.678



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros					Total patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital
	Capital social	Auxílios para obras	Doações e subvenções para investimentos	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	939.148	9.262	7.886	87.762	1.659	695.997	147.863	-	1.889.577	19.330	1.908.907
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.581	12.581
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	(1.755)	1.755	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	(155.922)	-	(155.922)	-	(155.922)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	382.678	382.678	-	382.678
Destinações propostas à Assembléia Geral Ordinária:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(123.974)	(123.974)	-	(123.974)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(10.270)	(10.270)	-	(10.270)
Constituição de reservas	-	-	-	19.134	95	230.960	-	(250.189)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	939.148	9.262	7.886	106.896	1.754	926.957	(9.814)	-	1.982.089	31.911	2.014.000
Integralização de capital	695.997	-	-	-	-	(695.997)	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.272	15.272
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	(1.649)	1.649	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	(45.090)	-	(45.090)	-	(45.090)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	292.087	292.087	-	292.087
Destinações propostas à Assembléia Geral Ordinária:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(133.792)	(133.792)	-	(133.792)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	14.604	582	144.758	-	(159.944)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.635.145	9.262	7.886	121.500	2.336	375.718	(56.553)	-	2.095.294	47.183	2.142.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN ("Companhia") é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Por Ações, inscrita com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010, e pela Lei nº 14.833, de 04 de janeiro de 2016. A Companhia passou a operar de forma efetiva a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da CORSAN é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura.

O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua em 317 municípios do Rio Grande do Sul com sistemas de abastecimento de água e, concomitantemente, em 295 municípios com contratos firmados de sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Em 294 municípios, as operações decorrem de Contratos de Programa, conforme regulamentado na Lei nº 11.445/07. Em 31 de dezembro de 2018, há 12 contratos cujos prazos de concessão expiraram, estando todos em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1) Declaração de conformidade e base de preparação

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" - IASB, em especial o IAS 34. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Demonstrações Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria de 11 de março de 2019.

2.2) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pela caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.3) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio histórico de cada cliente.

2.4) Ativos financeiros - contratos de concessão

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (município) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão e título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia. Estes ativos a receber são classificados no ativo não circulante, considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, e a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado. O valor provisionado é considerado suficiente pela administração para cobrir a expectativa de perdas na realização dos créditos.

2.6) Estoques

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição, e não excede o valor líquido realizável.

2.7) Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.8) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados à atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. Quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

• Edifícios	25 anos
• Máquinas	10 anos
• Veículos	5 anos
• Demais bens móveis	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A Companhia revisa a vida útil econômica desses ativos anualmente.

Custos de empréstimos diretos com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.9) Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, sendo os contratos similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação, controlada pelas Agências Reguladoras dos Serviços Públicos Delegados, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de concessão, em linha com a interpretação ICPIC 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecida conforme nota 2.14, e o valor do ativo financeiro, trazido a valor presente, referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens ou prazo de concessão, como segue:

Vida útil do intangível	Prazo médio de concessão
Sistemas de água	60 anos
Sistemas de esgoto	60 anos
Bens de uso geral	10 anos

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica, em que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado ou deixar de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos. A Companhia não possui nenhum contrato de concessão oneroso.

2.10) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou outros passivos financeiros. A Companhia determina a classificação de seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e ativos financeiros de contratos de programa. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e dívidas com a Fundação CORSAN.

A Companhia não realizou, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, operações com instrumentos derivativos.

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente relacionados ao resultado do exercício.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, e outros passivos financeiros - empréstimos e financiamentos.

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos e passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas, no resultado, como despesa financeira ou despesa comercial, conforme a natureza do ativo financeiro ao qual a perda se relaciona.

Outros passivos financeiros - empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.11) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.12) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, entidade fechada de previdência complementar, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação CORSAN é do tipo "benefício definido" e a avaliação é procedida por atuário independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695, de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33(R1) e IAS 19 - Benefício a Empregados.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos pela Fundação CORSAN.

2.13) Impostos

Imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas

estabelecidas para as empresas que têm como base de apuração o lucro real.

Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários fiscais utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando critérios de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O pagamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores eventualmente podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Imunidade

Em virtude do posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca da extensão da imunidade tributária, relativa ao Imposto de Renda e Contribuição Social, às sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos essenciais, a Companhia, em 17 de dezembro de 1993, ajuizou Ação Ordinária Declaratória Cumulada com Repetição de Indébito para se beneficiar da referida imunidade através do Processo 93.00.15146-5/RS ou 0015146-22/1993.4.04.7100. O referido processo foi julgado de forma monocrática pela Ministra Rosa Weber, RE 342.314/RS, assegurando apenas a imunidade de impostos federais à CORSAN, afastando a imunidade em relação às contribuições sociais. Atualmente, o processo encontra-se na flutuação de prazo recursal junto ao Supremo Tribunal Federal.

Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,60%
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1,65%

Os serviços são apresentados na demonstração do resultado pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de serviços).

2.14) Reconhecimento da receita

Em virtude do reconhecimento do valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, a receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente interrelacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global, e; iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47 Contratos de Construção (IFRS 15), segundo o método de percentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme esteatido com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato de construção.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida quando os custos são incorridos de forma consistente com a receita, ou estimadas (1,30% em 31 de dezembro de 2018 e 1,35% em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia revisa pelo menos anualmente suas margens.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao valor contábil da receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

2.15) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O valor dos juros sobre o capital próprio é tratado, para fins contábeis, como dividendo e é apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução do Patrimônio Líquido conforme Deliberação CVM nº 683/12. O benefício fiscal relacionado é registrado e ajustado na apuração do IRPJ e CSLL.

As informações de juros sobre o capital próprio estão apresentadas na Nota 22d.

2.16) Demonstrações dos fluxos de caixa e valor adicionado

Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03(R2) (IAS7) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (IASB).

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e a outras atividades que não são de investimento e de financiamento;

Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;

Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A Demonstração do lucro adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 - demonstração do valor adicionado e da distribuição de lucros e dividendos. A DVA é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 - demonstração do valor adicionado e da distribuição de lucros e dividendos. A DVA é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 - demonstração do valor adicionado e da distribuição de lucros e dividendos. A DVA é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 - demonstração do valor adicionado e da distribuição de lucros e dividendos. A DVA é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 - demonstração do valor adicionado e da distribuição de lucros e dividendos. A DVA é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 - demonstração do valor adicionado e da distribuição de lucros e dividendos. A DVA é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 - demonstração do valor adicionado e da distribuição de lucros e dividendos. A DVA é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 - demonstração do valor adicionado e da distribuição de lucros e dividendos. A DVA é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 - demonstração do valor adicionado e da distribuição de lucros e dividendos. A DVA é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 - demonstração do valor adicionado e da distribuição de lucros e dividendos. A DVA é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 - demonstração do valor adicionado e da distribuição de lucros e dividendos. A DVA é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 - demonstração do valor adicionado e da distribuição de lucros e dividendos. A DVA é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 - demonstração do valor adicionado e da distribuição de lucros e dividendos. A DVA é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 - demonstração do valor adicionado e da distribuição de lucros e dividendos. A DVA é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 - demonstração do valor adicionado e da distribuição de lucros e dividendos. A DVA é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 - demonstração do valor adicionado e da distribuição de lucros e dividendos. A DVA é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; todavia, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Benefícios de aposentadoria

Os estudos atuariais realizados para dimensionar as obrigações e custos dos benefícios de aposentadoria e assistência à saúde têm a finalidade de atender às exigências de contabilização de passivos/ativos resultantes dos benefícios oferecidos pelas empresas aos seus empregados, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 19 (IASB – BV 2012). Os cálculos atuariais efetuados para dimensionar todas estas obrigações são realizados tendo como base parâmetros técnicos (premissas atuariais, demográficas, econômicas e financeiras) que são reavaliados periodicamente visando atestar sua aderência à massa de participantes do plano.

Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas fiscais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano efetuando alterações de acordo com eventos processuais.

4. PRONUNCIAMENTOS DO IFRS

a) Pronunciamentos do IFRS novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros. Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia adotou a nova norma na data efetiva requerida e não fez representação de informações comparativas pois não produziu efeitos em suas demonstrações financeiras.

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes - A IFRS 15 foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida à que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituiu todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A administração da Companhia analisou as suas operações (nota 2.14) e não identificou impactos.

IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações - Alterações à IFRS 2 - O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se houver para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada.

Estas alterações não têm impactos para Companhia, uma vez que ela não adota este tipo de pagamento.

b) Pronunciamentos do IFRS emitidos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2018

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. Porém, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia quando de sua adoção inicial.

Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture) - As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da venda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (joint venture). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultantes da intermediação de venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos(as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da intermediação de venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos(as) somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou joint venture. O IASB adiou indefinidamente a data de vigência das referidas alterações, mas uma entidade que adotar as alterações antecipadamente deve aplicá-las prospectivamente.

Entretanto, essas alterações não têm efeito sobre sua posição patrimonial e financeira e desempenho das operações, uma vez que a Companhia não possui diferenças temporárias dedutíveis ou ativos que estejam no âmbito das alterações.

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil - A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil.

IFRS 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o **SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos** - e o **SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento**.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 e introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros.

O arrendamento está presente em um contrato, se o contrato incluir ambos:

- Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente.
- Neste caso o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor.
- O direito de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, a Sociedade deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos).

As análises, na identificação e mensuração dos efeitos na data de adoção inicial, identificação das necessidades de modificação dos sistemas informatizados utilizados, deverão e implantação, políticas e procedimentos de controle internos e necessários para coletar e divulgar as informações requisitadas nesse novo pronunciamento, estão sendo feitas com auxílio de especialista externo à Companhia.

Tais análises e modificações estão em processo de finalização na data da emissão destas Demonstrações Financeiras.

O valor a ser reconhecido que impactará no aumento do Ativo e do Passivo, trará reflexos no Resultado Econômico e acarretará em alteração do EBITDA da Companhia.

A Companhia possui 177 contratos e estima um impacto em torno de R\$53.880, no Balanço Patrimonial na data de adoção inicial, em 01 de janeiro de 2019.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	1	1
Depósitos bancários	28.040	25.749
Aplicações de liquidez imediata	38.123	53.953
Total	66.164	79.703

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras de longo prazo totalizam R\$63.555 em 31 de dezembro de 2018 (R\$59.968 em 31 de dezembro de 2017) e referem-se, substancialmente, a valores dados em garantia para empréstimos contraiados para obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) promovido pelo Governo Federal junto aos Bancos Banrisul e Caixa Econômica Federal.

O montante do ativo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

	Banco	Ano	Valor
Banrisul Reserva BNDES PAC 1	2023	6.584	
Banrisul Reserva BNDES PAC 2	2027	6.706	
Caixa Econômica Federal Reserva	2034	50.265	
Total		63.555	

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber vincendas		
Particular	175.086	163.463
Pública	9.146	13.085
Contas a receber vencidas		
Particular	79.048	74.571
Pública	7.444	13.087
Receitas a faturar	82.386	72.221
Total de contas a receber	353.110	336.427
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.774)	(6.038)
	349.336	330.389
Circulante	342.051	326.980
Não circulante	7.285	3.409

Os valores de contas a receber estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Particular	Pública	Particular	Pública
A vencer	175.086	9.146	163.463	13.085
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	53.276	3.601	48.196	4.517
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	17.341	1.669	16.465	3.513
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	6.179	652	6.952	1.977
Créditos vencidos - 181 a 360 dias	1.457	866	1.898	1.548
Créditos vencidos - mais de 360 dias	795	656	1.060	1.532
Total	254.134	16.590	238.034	26.172

O saldo com o poder público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas com dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

A conta “Receitas a faturar” se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês (nota 2.14).

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando as contas a receber vencidas há mais de 180 dias e faturas que apresentam risco de perda.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	(6.038)	(10.331)
Adições	(17.836)	(10.619)
Reversões/realização de perda	20.100	14.912
Saldo no final do exercício	(3.774)	(6.038)

7. ESTOQUES

	31/12/2018	31/12/2017
Tubulações de água e esgoto	59.135	59.064
Materiais de tratamento/laboratório	5.167	2.972
Materiais diversos	17.959	14.421
Total	82.261	76.457

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto. Os materiais destinados à aplicação em obras são classificados no intangível.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2018	31/12/2017
Classificados no ativo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	454.428	403.498
Classificados no passivo não circulante		
PASEP e COFINS diferidos	7.507	7.961

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

De acordo com o CPC 32 (R2), vêm sendo registrados os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias. As bases destes créditos são as seguintes:

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:		
Passivo atuarial	982.864	928.411
Provisões para débitos com exigibilidade suspensa	10.357	7.692
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	832.349	678.098
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	3.774	6.038
Provisões para perdas - diversas	9.610	9.610
Provisões reclamações Prefeitura de Novo Hamburgo	58.792	88.514
Contribuições previdenciárias tributadas por regime de caixa	-	26.691
Reserva de reavaliação	(74.239)	(74.259)
Efeitos da adoção do ICP01 - contratos de concessão	(245.358)	(260.275)
Encargos financeiros capitalizados	(235.913)	(215.040)
Variação cambial tributada por regime de caixa	2.742	(2.091)
Outras provisões e diferenças temporárias	(8.423)	(6.531)
Total das diferenças temporárias	1.336.555	1.186.758
Alíquota vigente	34%	34%
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	454.428	403.498

Conciliação alíquota efetiva

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	387.672	505.919
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(131.808)	(172.012)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	45.489	42.151
Incentivos fiscais	7.776	8.534
Outras diferenças permanentes	(17.042)	(1.914)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(95.585)	(123.241)
Corrente	(123.287)	(162.005)
Diferido	27.702	38.764
Alíquota efetiva	25%	24%

Para fins de adequação à Deliberação CVM nº 683/12, o valor dos JSCP foi registrado diretamente no Patrimônio Líquido.

b) COFINS e PASEP diferidos

RTT	31/12/2018		31/12/2017	
	COFINS	PASEP	COFINS	PASEP
Valor passivo	6.168	1.339	6.541	1.420
	(6.168)	(1.339)	(6.541)	(1.420)
		(7.507)		(7.961)

c) Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda a compensar	8.760	2.646
Contribuição social a compensar	1.015	-
Total	9.775	2.646

9. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2018	31/12/2017
Créditos com prefeituras municipais	2.828	2.815
Adiantamento de férias	4.081	3.682
Indenizações judiciais a receber	4.434	4.434
Por serviços ou obras prestados a terceiros	1.952	2.025
Valores a compensar	1.037	1.033
Créditos diversos	377	377
	14.708	14.366
Circulante	7.847	7.508
Não circulante	6.861	6.858

10. ATIVOS FINANCEIROS – CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2018, R\$365.781 a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$458.612 em 31 de dezembro de 2017). Este valor foi ajustado ao respectivo valor presente no reconhecimento inicial, tendo sido descontado pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros	953.242	1.209.967
(-) Ajuste a valor presente	(587.461)	(751.355)
Total	365.781	458.612
Movimentação do Ativo Financeiro	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	458.612	402.336
Constituição/realização de AVP	41.298	42.454
Adições/(Baixas)	(38.304)	(59.856)
Transferências líquidas	(95.825)	73.678
Saldo no final do exercício	365.781	458.612

Transferência de bens e serviços

a) Novo Hamburgo: Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a CORSAN fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme termo de entrega de serviços públicos concedidos, assinado entre as partes em 03/12/2018, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/2018, por decisão do Superior Tribunal de Justiça, foi sustado o cumprimento do mandado de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora já tivessem sido entregues. A Ação judicial prosseguiu, então, sob o nº 001/1.05.0286812-4, limitando-se a discutir a indenização em relação ao patrimônio que a CORSAN detinha no Município de Novo Hamburgo, afetado à prestação do respectivo serviço. Nesse processo, foi reconhecido o dever do citado município em indenizar a CORSAN. Foram expedidos dois precatórios de nº 160981-7 e nº 170853-6 com valores respectivos de R\$35.976 e R\$130.182 para pagamento da dívida.

Muito embora o precatório estabeleça um valor, o mesmo não permite estabelecer o momento em que o pagamento será realizado, diante disso, de acordo com o previsto no CPC 25 - Provisões de Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09 - o ativo contingente foi reconhecido contabilmente, e foi constituída uma provisão para perda líquida do ativo financeiro.

b) Uruguaiana: Em atendimento à decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos das Suspeições de Liminares (SLs) números 1406-RS e 1407-RS, a CORSAN fez a transferência da operação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e respectivos bens a eles afetos ao município de Uruguaiana, conforme termo de transferência assinado entre as partes, em 24 de junho de 2011. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$24.991 (R\$24.991 em 31 de dezembro de 2017). No ano de 2014 foi ajustada ação sob nº 037/1.14.000396-5, de cobrança contra o município de Uruguaiana relativo patrimônio que era afetado à execução dos serviços.

c) São Gabriel: Após retomada, pelo Município de São Gabriel, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela CORSAN no aludido município, foi ajustada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços. Essa ação judicial foi proposta em 01/07/2014, foi registrada sob o nº 031/1.14.0001512-7 e tramita junto à 1ª Vara Cível da Comarca de São Gabriel, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$3.816 (R\$3.816 em 31 de dezembro de 2017).

d) Teutônia: Após retomada, pelo Município de Teutônia, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela CORSAN no aludido município, foi ajustada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços. Essa ação judicial, proposta em 02/07/2014, foi registrada sob o nº 159/1.14.0001413-5 e tramita junto à 1ª Vara Judicial da Comarca de Teutônia, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$304 (R\$304 em 31 de dezembro de 2017).

11. IMOBILIZADO

Custo	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldos em 31/12/2017	22.128	349.969	2.111	374.208
Adições	-	38.775	1.065	39.840
Baixas	-	(2.190)	-	(2.190)
Transferências	-	(2.072)	(106)	(2.178)
Saldos em 31/12/2018	22.128	384.482	3.070	409.680

Depreciação

Saldos em 31/12/2017	(18.997)	(251.015)	-	(270.012)
Depreciações	(347)	(19.340)	-	(19.687)
Baixas	-	1.525	-	1.525
Transferências	-	119	-	119
Saldos em 31/12/2018	(19.344)	(268.711)	-	(288.055)

Saldos líquidos em 31/12/2017	3.131	98.954	2.111	104.196
Saldos líquidos em 31/12/2018	2.784	115.771	3.070	121.625



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	Valor
2020	54.160
2021	71.532
2022	73.258
2023	68.425
2024	34.576
Após 2024	243.010
Total	545.261

15. DEBÊNTURES

Em 2 de dezembro de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão Privada de Debêntures Simples, conforme contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR. Foram emitidas 93 debêntures no valor total de R\$57.509, em 03 séries, sendo emitidas 28 debêntures na primeira série, 30 debêntures na segunda série e 35 debêntures na terceira série.
Em 31 de dezembro de 2018, os recursos da primeira, segunda e terceira emissão foram captados, conforme segue:
Primeira emissão: são 28 (vinte e oito) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de abril de 2012, com 3 (três) anos de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 16 de maio de 2022.
Segunda emissão: são 30 (trinta) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 25 de março de 2013, com 37 (trinta e sete) meses de carência do principal e vencimentos de 7 (sete) parcelas anuais, sendo que a última parcela será liquidada em 25 de abril de 2023.
Terceira emissão: são 35 (trinta e cinco) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de dezembro de 2014, com 36 (trinta e seis) meses de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 15 de janeiro de 2024.

Índices	Indexador	Taxa de juros anual	Circulante		Não circulante	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
1ª Emissão	T.J.P	1,92%	2.099	2.108	2.823	5.129
2ª Emissão	IPCA	1,92%	4.172	4.085	7.910	11.422
3ª Emissão	T.J.P	1,92%	2.961	2.953	3.191	6.093
Total			9.232	9.146	13.924	22.644

De acordo com a cláusula 7ª do contrato nº 10.2.1772.2, a emitente se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato de promessa de subscrição e da escritura, uma aplicação vinculada com saldo não inferior a R\$3.406. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo dessa aplicação financeira é de R\$3.410 (R\$3.341 em 31 de dezembro de 2017).
A escritura inclui uma cláusula de "Obrigações Especiais da Emitente", com a obrigação de manter, durante a vigência das debêntures até o seu vencimento final aplicação vinculada como garantia com saldo mínimo e os seguintes índices apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

Índices	Metas	Realizado 2018	Garantia
Endividamento líquido total/EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1	1,42	
Índice de cobertura do serviço da dívida total	Igual ou superior a 1,9	2,14	R\$3.406
Investimentos/receita líquida	Igual ou inferior a 28%	15%	

16. FORNECEDORES

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores de materiais e serviços	113.736	118.284
Parcelamento - RGE	-	136
	113.736	118.420
Circulante	113.736	118.284
Não circulante	-	136

17. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Imposto ou Contribuição	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante	Não Circulante
			31/12/2018	31/12/2017
COFINS	Selic	04/2022	7.137	6.540
PASEP	Selic	04/2022	1.550	1.420
Contribuição social	Selic	04/2022	741	679
Imposto de renda	Selic	04/2022	5.043	4.621
Total			14.471	13.260

18. OUTROS DÉBITOS

	31/12/2018	31/12/2017
Consignações a recolher	5.785	5.612
Depósitos e retenções contratuais	4.234	4.255
Convênio Sesi	183	357
Outras contas a pagar	184	1.193
Total	10.386	11.417

19. CONTRATOS DE REPASSE

a) Orçamento Geral da União - OGU

A CORSAN assinou contratos junto à União para recebimento de recursos a fundo perdido para aplicação em investimentos de água e esgoto. Até 31 de dezembro de 2018 foi liberado um total de R\$318.678, referente a 52 contratos junto ao Ministério das Cidades e 20 contratos junto à Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. Por força de convênio com o Governo Estadual, a CORSAN foi autorizada a proceder aumento de capital, sendo que R\$255.306 foram incorporados ao seu Capital Social nos anos de 2011 e 2015. Em relação aos R\$63.372 que restam, R\$16.189 estão inscritos no Passivo Financeiro em 31 de dezembro de 2018, derivados de 12 contratos que ainda não se encontram finalizados ou possuem possibilidade de sanção até sua prestação de contas final.

b) Agência Nacional das Águas – ANA

Foi assinado contrato 092/ANA/2014 – PRODES entre a Agência Nacional das Águas – ANA e a Companhia, que tem por propósito a transferência de recursos a título de compra de esgoto tratado no município de Erechim. Os valores são transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação, e montam R\$5.142 em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

20. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo, conforme a expectativa de perda, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável, e foram contabilizadas conforme a expectativa de perda "provável", com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.
A provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas é composta como segue:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Trabalhista	Cível e fiscal	Trabalhista	Cível e fiscal
Saldo inicial	553.330	124.768	431.369	118.515
Adições	268.969	38.184	218.686	8.712
Saques/reversões	(165.982)	(11.964)	(121.087)	(6.906)
Despesa financeira	18.994	6.050	24.362	4.447
Saldo final	675.311	157.038	553.330	124.768
Total	832.349		678.096	
Circulante	144.596		117.862	
Não circulante	687.753		560.216	

Os depósitos judiciais efetuados em conexão com as provisões podem ser assim representados:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	327.629	272.242
Adições	249.338	232.693
Saques/reversões	(188.209)	(177.306)
Saldo final	388.758	327.629
Circulante	129.338	109.135
Não circulante	259.420	218.494

Ações trabalhistas

a) Processo 01292.001/86-0 SINDIÁGUA - A origem do processo decorreu da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, em virtude do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual, tendo obtido ganho de causa. Foi realizado um acordo parcial em 1989, no qual os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados lícitos, em que foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos, a Companhia continua discutindo judicialmente. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2018, R\$92.609 (R\$71.236 em 31 de dezembro de 2017).
b) Processo 0114000-44.1996.5.04.0122 ARNO DOS REIS JUNQUEIRA - Trata-se de ação com pedido de suplenção de aposentadoria, ou, sucessivamente, pedido de reintegração no emprego. Após tramitação em todas as instâncias judiciais, a CORSAN restou condenada a reintegrar no emprego o Autor, nas mesmas condições (cargo e função) que detinha antes da despedida, com o pagamento, desde o afastamento até a efetiva reintegração, de todas as parcelas salariais postuladas na inicial. O processo encontra-se em fase de liquidação. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2018, R\$15.096.
c) Processo 0115900-81.2004.5.04.0122 - SINDIÁGUA - No presente processo, o Sindicato, na qualidade de substituto processual de 146 empregados, postula o pagamento de diferenças salariais de promoções, dentre outras pedidas. A CORSAN restou condenada ao pagamento das promoções dos anos de 1992, 1993, 1995, 1996, 1998, 2001, 2003 e 2004 por merecimento e por antiguidade, alternadamente, em parcelas vencidas e vincendas, com reflexos. Até o momento, procedeu-se com a implantação em folha de 34 substitutos. O processo encontra-se em fase de liquidação inicial. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2018, R\$13.622.
d) Outras reclamatórias trabalhistas - Estas se referem a reclamatórias movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 2.424 ações. Em 31 de dezembro de 2018, a provisão referente a outras reclamatórias trabalhistas totaliza R\$553.984 (R\$482.094 em 31 de dezembro de 2017).
e) Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis, para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$253.307 em 31 de dezembro de 2018 (R\$264.788 em 31 de dezembro de 2017).

Ações cíveis e fiscais

a) Ação ENC Empreiteira de Obras Ltda. (e como solidária Andrade Gutierrez) - No primeiro trimestre de 2013, a Companhia recebeu uma notificação nº 026/106.0003391-7 referente a processo movido pela Empreiteira de Obras Ltda. contra a CORSAN e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$4.668 (R\$4.668 em 31 de dezembro de 2017).
b) Em 29 de agosto de 2012, a CORSAN recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, no total de R\$4.648 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Fundação CORSAN, processo nº 11080730926/2012-49. A Companhia protocolou Processo Administrativo, o qual ainda não foi julgado. A Companhia não possui provisão para a totalidade do valor questionado, a qual totaliza R\$6.335 em 31 de dezembro de 2018 (R\$5.890 em 31 de dezembro de 2017).
c) Outras reclamatórias - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Em um segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo, a Companhia é parte em 1.910 ações para as quais está provisionado em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$146.035 (R\$114.210 em 31 de dezembro de 2017).
d) A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis e fiscais para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, no valor de R\$295.836 em 31 de dezembro de 2018 (R\$215.056 em 31 de dezembro de 2017).

21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	31/12/2018	31/12/2017
Plano de benefício definido	846.752	612.677
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	79.022	73.634
Incentivo à demissão voluntária	57.090	242.100
	982.864	928.411
Contribuição esperada para a patrocinadora	2019	2018
Plano de benefício definido	127.373	115.283
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	2.149	2.446
Incentivo à demissão voluntária	42.510	52.718
Total	172.032	170.447

a) Plano de aposentadoria

O plano de benefício "BD nº 001" é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela Fundação CORSAN, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora CORSAN, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre o qual incidirá contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor-base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto Fundação CORSAN).
De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual. Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto Fundação CORSAN, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo índice atuarial do plano (INPC).
Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo):

	31/12/2018	31/12/2017
Conciliação dos (ativos) passivos reconhecidos		
Obrigações atuariais	2.632.015	2.289.511
Valor justo dos ativos do plano	(1.745.017)	(1.591.839)
Passivo (ativo) atuarial líquido total reconhecido	886.998	697.672
Contratos de débitos do empregador com o plano (nota 23.1)	(40.246)	(84.995)
Passivo atuarial provisionado	846.752	612.677

A Companhia possui contratos de reconhecimento de débitos para com o plano de benefício definido da patrocinadora Fundação CORSAN no valor de R\$40.246 em 31 de dezembro de 2018 (R\$84.995 em 31 de dezembro de 2017).

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2018 e 2017 foi a seguinte:

	2018	2017
Movimentação do passivo (ativo) atuarial		
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano	697.672	466.131
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	61.823	63.137
Contribuições do empregador vertidas no ano	(82.977)	(83.577)
Outros resultados abrangentes	210.480	251.981
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano	886.998	697.672

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2018, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2019 são explicadas no quadro a seguir:

	2019	2018
Custo do serviço corrente líquido	3.999	621
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	233.265	210.879
Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	(157.041)	(149.678)
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	80.223	61.822

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2018	2017
Valor das obrigações atuariais no início do ano	2.289.511	1.779.259
Custo do serviço corrente líquido	621	(22.132)
Custo do serviço corrente bruto	46.029	32.416
Contribuições esperadas dos participantes	(45.408)	(54.548)
Contribuições efetivas realizadas pelos participantes	61.817	54.548
Juros sobre obrigação atuarial	210.879	225.719
Benefícios pagos no ano	(158.395)	(83.210)
(Ganhos) perdas atuariais	227.582	335.327
Valor das obrigações atuariais no final do ano	2.632.015	2.289.511

Evolução do valor justo dos ativos

	2018	2017
Valor justo dos ativos no início do ano	(1.591.839)	(1.313.128)
Benefícios pagos durante o exercício	158.395	83.210
Contribuições de participantes vertidas durante o exercício	(61.817)	(54.548)
Contribuições de empregador vertidas durante o exercício	(82.977)	(83.577)
Rendimento esperado dos ativos no ano	(149.677)	(140.450)
Ganhos (perdas) atuariais	(17.102)	(83.346)
Valor justo dos ativos no fim do ano	(1.745.017)	(1.591.839)

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

Econômicas e financeiras	2018	2017
Taxa real de desconto atuarial	4,92%	5,37%
Retorno real esperado sobre os ativos	4,92%	5,37%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	1,88%	1,88%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento/ HCCTR (em Saúde)	0,00%	0,00%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,00%	98,24%
Fator de capacidade sobre os salários	98,00%	98,24%
Inflação esperada	4,01%	3,96%
Taxa de desconto nominal	9,13%	9,54%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	9,13%	9,54%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	5,97%	5,91%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,01%	3,96%
Reajuste salários INPC JUN - OUT	1,03%	0,63%
Reajuste benefícios INPC JUN - OUT	1,03%	0,63%

Demográficas	2018	2017
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	AT-1949 M&F (A100%)	AT-1949 M&F (A100%)
Entrada em invalidez	MULLER	MULLER
Taxa anual de rotatividade	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015
Composição familiar	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real

b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao Sistema de assistência à saúde é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no "Termo de Contrato de Prestação de Serviços", celebrado entre a patrocinadora CORSAN e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.
A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 10,44% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à CORSAN. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela Fundação CORSAN.

Seguem resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo) a ser contabilizado:

Conciliação dos (ativos) passivos reconhecidos

	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações atuariais	79.022	73.634
Passivo atuarial provisionado	79.022	73.634

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2018 e 2017 foi a seguinte:

	2018	2017
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano	73.634	72.871
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	9.248	9.630
Contribuições do empregador vertidas no ano	(14.979)	(13.127)
Outros resultados abrangentes	11.119	4.260
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano	79.022	73.634

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2018, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2019, são explicadas no quadro a seguir:

Despesa a reconhecer na Demonstração do Resultado

	2019	2018
Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	3.069	2.283
Contribuições esperadas	(2.149)	(2.446)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	7.141	6.965
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	8.061	6.802

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2018	2017
Valor das obrigações atuariais no início do ano	73.634	72.871
Custo do serviço corrente bruto	2.283	1.878
Juros sobre obrigação atuarial	6.965	7.751
Benefícios pagos no ano	(14.979)	(13.127)
(Ganhos) perdas atuariais	11.119	4.261
Valor das obrigações atuariais no final do ano	79.022	73.634

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Econômicas e financeiras	2018	2017
Taxa real de desconto atuarial	4,95%	5,74%
Retorno real esperado sobre os ativos	4,95%	5,74%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	1,88%	2,18%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento/ HCCTR (em Saúde)	0,00%	0,00%
Fator de capacidade sobre os benefícios	100,00%	100,00%
Fator de capacidade sobre os salários	100,00%	100,00%
Inflação esperada	4,01%	4,80%
Taxa de desconto nominal	10,81%	10,81%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	9,16%	10,81%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	5,97%	7,08%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,01%	4,80%
Reajuste salários INPC JUN - OUT	1,03%	0,63%
Reajuste benefícios INPC JUN - OUT	1,03%	0,63%

Demográficas	2018	2017
Mortalidade geral	AT-2000(A5%)/Basic Male	AT-2000(A5%)/Basic Male
Mortalidade de inválidos	AT-1949 M&F (A100%)	AT-1949 M&F (A100%)
Entrada em invalidez	TASA - 1927	TASA - 1927
Taxa anual de rotatividade	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015
Composição familiar	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real

c) Incentivo à demissão voluntária

A CORSAN mantém um benefício de Incentivo à Demissão Voluntária aos funcionários, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Interindustrial 2016 – 20



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2018	2017
Valor das obrigações atuariais no início do ano	242.100	266.490
Custo do serviço corrente bruto	-	36.501
Juros sobre obrigação atuarial	15.191	25.618
Despesa de juros sobre obrigação atuarial	17.012	29.167
Redução de juros decorrente dos pagamentos esperados de benefícios	(1.821)	(3.549)
Benefícios pagos no ano	(46.920)	(66.574)
(Ganhos) perdas atuariais	(153.281)	(19.995)
Valor das obrigações atuariais no final do ano	57.090	242.100

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

	2018	2017
Econômicas e financeiras		
Taxa real de desconto atuarial	3,01%	2,95%
Retorno real esperado sobre os ativos	3,01%	2,95%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	1,88%	1,88%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento/HCCTR (em Saúde)	0,00%	0,00%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,00%	98,24%
Fator de capacidade sobre os salários	98,00%	98,24%
Inflação esperada	4,01%	3,96%
Taxa de desconto nominal	7,14%	7,03%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	7,14%	7,03%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	5,97%	5,91%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,01%	3,96%
Reajuste salários INPC JUN - OUT	1,03%	0,83%
Reajuste benefícios INPC JUN - OUT	1,03%	0,63%

Demográficas	2018	2017
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	AT-1949 M&F (A100%)	AT-1949 M&F (A100%)
Entrada em invalidez	MULLER	MULLER
Taxa anual de rotatividade	Gama Exp. Rot. Funcionários 2015	Gama Exp. Rot. Funcionários 2015
Composição familiar	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real

O retorno dos investimentos da Fundação CORSAN em 2018 foi de R\$157.555 (R\$151.498 em 2017).

A média ponderada da alocação dos ativos por categoria de ativo é a seguinte:

	Alocação dos ativos em 31 de dezembro em %	Alocação dos ativos em 31 de dezembro em %	Alocação dos ativos conforme determinação da Lei 3.792/2009 por percentagem ou faixa de percentagem
Segmento	2018	2017	
Renda fixa	78,89%	82,17%	100%
Renda variável	6,77%	5,91%	70%
Investimentos estruturados	6,88%	3,75%	20%
Carteira de imóveis	4,68%	5,24%	8%
Empréstimos	2,77%	2,92%	15%
Disponível	0,01%	0,01%	-
Fundo Garantidor	100%	100%	

Em 1º de maio de 2011, foi reformulado o Plano de Demissão Voluntária - PDV, com prazo para adesão de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2016, onde até 31 de dezembro de 2016, 1.590 funcionários aderiram ao plano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, 79 funcionários já haviam se desligado da Companhia. No exercício a despesa com desligamento foi de R\$46.920 (R\$66.574 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, um ajuste líquido na avaliação atuarial entre as provisões do plano de benefícios pós-emprego, "IPE SAÚDE" e "PDV" de R\$13.865. Esse ajuste foi realizado com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia, atualizado para esta data-base.

Estrutura jurídica

A Fundação CORSAN caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada, constituída sob forma de fundação pela Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN.

Gestão de investimentos

A gestão dos fundos de investimentos da Fundação CORSAN está estruturada na forma de gestão própria e terceirizada, sendo a gestão dos fundos de investimentos totalmente terceirizada, e a gestão de imóveis e empréstimos realizada pela própria Fundação CORSAN.

Política de investimentos

A Fundação CORSAN planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, bem como em conformidade com sua política de investimentos.

O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de investimentos, o Comitê de investimentos, a Consultoria financeira e a Diretoria executiva. Depois de estruturada a PI é submetida pela Diretoria executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação.

Fontes de recursos

A Fundação CORSAN obtém recursos decorrentes de:

- * contribuição de participantes ativos e assistidos;
- * contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN;
- * receitas de aplicações do patrimônio.

Gestão de recursos

A Fundação CORSAN delega a instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, a gestão de parte de seus recursos, realizando acompanhamento diário destes gestores e fundos de investimentos.

Custeio administrativo

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo, e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

Despesas de administração do plano

As despesas de administração do plano de benefício são cobertas, paritariamente, por uma parcela de contribuições dos participantes ativos e patrocinadoras. No exercício de 2018, as despesas de administração somaram 8% sobre a base de contribuições aprovada pelo Conselho Deliberativo.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Companhia é de R\$1.635.145 e R\$939.148 respectivamente, estando assim representado:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total ações	Capital total (%)	Capital Ações preferenciais (%)
Estado do Rio Grande do Sul	306.756.796	306.756.796	613.513.592	99,99999348018	99,99999348018
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000162996	0,00000162996
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000097797	0,00000097797
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198
Total	306.756.816	306.756.816	613.513.632	100,00000000000	100,00000000000

Em 27 de março de 2018 foi destinado o saldo da conta de Reserva de Retenção de Lucros existente em 31/12/2016 no valor de R\$695.997 para aumento de capital, em atendimento ao art. 199 da Lei nº 6.404/76.

Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

c) Outros resultados abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida, foi constituída reserva de reavaliado no patrimônio líquido, sendo que a realização se deu através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 31 de dezembro de 2018 monta R\$71.010 (R\$72.659 em 31 de dezembro de 2017), líquido de efeitos tributários.

Com a aplicação do ICP/01 - Contratos de concessão, o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionado à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009, e a reserva de reavaliado, transferida para a conta de "outros resultados abrangentes".

Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, totalizou R\$1.649, líquido dos efeitos tributários (R\$1.755 em 31 de dezembro de 2017).

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos decorrentes de ganhos ou perdas atuariais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui registrado uma perda atuarial de R\$127.563 líquido dos seus efeitos tributários (R\$82.474 registrado como perda atuarial em 31 de dezembro de 2017).

d) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido no mínimo 25% será destinado aos acionistas como dividendo. Para o exercício de 2018, conforme ata de Reunião de 20/03/2019 de Diretoria nº 71, de 10/18, ratificando a reunião de 29/01/2019, foi deliberado que será destinado aos acionistas como dividendos o valor de juros sobre capital próprio conforme previsto no art. 9º da Lei 9.249/95 e decreto estadual 48.990/2012 e alterações, na proporção das ações que os mesmos possuem.

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	292.087	382.678
(-) Reserva legal (5%)	(14.604)	(19.134)
(*) Ajustes lei nº 12.973/14	1.814	(627)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(582)	(95)
Base de cálculo para dividendos	278.715	362.822
Dividendos	-	10.270
Reserva de capital próprio atribuído aos dividendos	133.792	123.974
Total dos juros e dividendos distribuídos	133.792	134.244

Para apuração dos dividendos foram considerados os métodos e critérios contábeis vigentes, conforme estabelece a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. As ações preferenciais não tendo direito a voto, mas gozando de todos os demais direitos atribuídos às ações ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia e dividendos 10% (dez por cento) superiores aos pagos às ações ordinárias, nos termos do inciso II, § 1º, do Artigo 17 da Lei 6404/76.

Os dividendos calculados por ação ordinária e preferencial são conforme o demonstrado a seguir:

	Dividendos / Juros sobre o capital próprio	Total Dividendos	JSCP - Valor líquido
Ações ordinárias	63.710	63.710	
Ações preferenciais	70.082	70.082	
Total	133.792	133.792	

A Companhia efetuou no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$133.792 (R\$123.974 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo - TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros. Conforme previsto na Lei nº 9.249/95, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$45.489 (R\$42.151 em 31 de dezembro de 2017) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas. Para fins de adequação à Deliberação CVM nº 683/12 o valor dos juros sobre capital próprio é registrado no Patrimônio Líquido.

A Companhia imputou parte do valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos líquido do Imposto de renda devido no fôto.

e) Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, é constituída à base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

Reserva de retenção de lucros

Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos, acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional, de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

	31/12/2018	31/12/2017
Reserva de lucros		
Reserva legal	121.500	106.896
Reserva de incentivos fiscais	2.336	1.754
Reserva de retenção de lucros	375.718	926.957
Total	499.554	1.035.607

f) Adiantamento para futuro aumento de capital

Com base em facilidade prevista pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia mantém registrado como adiantamento para futuro aumento de capital o montante de R\$47.183 em 31 de dezembro de 2018 (R\$31.911 em 31 de dezembro de 2017), oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União - OGU e da Fundação Nacional da Saúde - FUNASA.

Em 11 de janeiro de 2018 a CORSAN foi comunicada do cancelamento dos Termos de Compromisso OGU PAC 2 - Estudos e Projetos de Água e Esgoto pelo Ministério das Cidades, todos assinados em 31/10/2011 entre o Governo de Estado do Rio Grande do Sul e o Ministério das Cidades. Em função disso, em 26 de janeiro de 2018, procedeu a devolução de Recursos de Repasse do Orçamento Geral da União no montante de R\$387. Em agosto e setembro de 2018 a CORSAN foi comunicada da finalização dos Termos de Compromisso OGU PAC 1 e 2 nº 0350934-85/2011 e 0237831-52/2007 referente às cidades de Venâncio Aires e Cachoeira do Sul. Em função disso procedeu a devolução de Recursos de Repasse do Orçamento Geral da União no montante de R\$3 e R\$183, respectivamente.

23. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à deliberação nº 642/10 da CVM.

As partes relacionadas são as seguintes:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, Companhia Estadual Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-d, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CGTE, Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA, Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS, Companhia Riograndense de Mineração - CRM, Fundação Corsan dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento - FUNCORSAN, Instituto de Previdência do Estado - IPE.

a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul:

	31/12/2018	31/12/2017
Contas de água e esgoto - saldo a receber	6.566	18.217
Aplicações no caixa único do Estado	6.915	3.823
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado (*)	(222.613)	(230.926)
Dividendos propostos a pagar para o Governo do Estado (*)	-	(10.270)

(*) Nota Explicativa 22.d

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto para o Estado do Rio Grande do Sul em 2018 foi R\$50.852 (R\$46.784 em 2017). Criado pelo Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado - SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõem a Dívida Pública Estadual.

b) Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL

O valor pago pelo serviço de arrecadação de contas de água, esgoto e serviços e débitos/repasse durante o ano de 2018 foi R\$6.407 (R\$ 5.607 em 2017).

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2018 foi R\$293 (R\$276 em 2017). O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 é inferior a R\$1 (inferior a R\$1 em 31 de dezembro de 2017).

c) Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2018 foi R\$2 (R\$4 em 2017). Não há saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

d) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-d

Os valores devidos referem-se a compra de energia elétrica nas áreas de concessão da CEEE-d e da CORSAN. O valor contratado durante o ano de 2018 foi R\$53.280 (R\$40.013 no ano de 2017). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 é de R\$4.448 (R\$3.458 em 31 de dezembro de 2017).

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2018 foi R\$54 (R\$46 em 2017). Não há saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

e) Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CGTE

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2018 foi R\$157 (R\$162 em 2017). Não há saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

f) Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2018 foi R\$36 (R\$41 em 2017). O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 é inferior a R\$1 (inferior a R\$1 em 31 de dezembro de 2017).

g) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS

Os valores devidos ao IPE referem-se a contrato de assistência à saúde dos funcionários da CORSAN. O valor contratado durante o ano de 2018 foi R\$45.181 (R\$35.027 no ano de 2017). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 é de R\$3.054 (R\$3.117 em 31 de dezembro de 2017).

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2018 foi R\$8 (R\$7 em 2017). Não há saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

h) Companhia Riograndense de Mineração - CRM

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2018 foi R\$18 (R\$18 em 2017). Não há saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

i) Fundação CORSAN

Composição da dívida	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante 31/12/2018	Circulante 31/12/2017	Não circulante 31/12/2018	Não circulante 31/12/2017
Contrato 1298	INPC	6% a.a.	31/03/18	-	1.259	-	-
Contrato 122001	Média INPC/IGP/IGP-M e IGP-DI	6% a.a.	21/12/20	21.194	19.861	18.914	34.937
Contrato 122005	(*)		01/09/20	138	15.336	-	13.602
				21.332	36.456	18.914	48.539

(*) O contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais.

Os contratos referem-se a parcelamentos de custo de serviço passado e estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos).

Em 31 de dezembro de 2018, o montante dos compromissos com a Fundação CORSAN, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2020	18.914
Total	18.914

j) Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul - IPE

Os valores devidos ao IPE referem-se a contrato de assistência à saúde dos funcionários da CORSAN. O valor pago durante o exercício de 2018 foi R\$14.981 (R\$13.127 no ano de 2017). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 é de R\$4.234 (R\$3.857 em 31 de dezembro de 2017).

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2018 foi R\$70 (R\$66 em 2017). Não há saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

k) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração dos administradores da Companhia, formado pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário é estabelecida conforme Decreto 45.273/07 e Resolução 04/09 do Comitê de Governança Corporativa das Empresas Estatais. A CORSAN não possui política de remuneração através de plano baseado em ações.

	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração e benefícios	3.146	3.278
Encargos sociais	430	451
Total	3.576	3.729

24. RECEITA LÍQUIDA

A CORSAN opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Serviços de abastecimento de água	2.519.789	2.407.857
Serviços de esgoto	170.704	158.439
Receitas de construção	252.955	232.328
Impostos sobre receita serviços	(249.828)	(233.443)
Total	2.693.600	2.565.181

25. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	31/12/2018
--	------------



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

iii) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras. A Companhia avalia sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio
Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possui exposição na data-base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2019 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

(Perdas) Ganhos financeiros							
Operação	Risco	2018	Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos	TR	(221.554)	-	-	-	-	-
Empréstimos	TJLP	(208.859)	(11.663)	(9.719)	(14.578)	(18.223)	(21.868)
Empréstimos	US Dólar	(28.902)	6.081	9.884	375	(6.756)	(13.888)
Debêntures	TJLP	(23.156)	(1.293)	(1.078)	(1.616)	(2.020)	(2.424)
		(482.471)	(6.875)	(913)	(15.819)	(26.999)	(38.180)
Indexador	TR / UPR		0,00	0,00	0*	0,00	0,00
	JULP		5,58	4,65	6,98*	8,73	10,47
	US Dólar	3,85	3,04	2,53	3,80***	4,75	5,70

Fontes: * Portal Brasil; ** BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social; *** Focus - Relatório de Mercado

d) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos no contrato de debêntures.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017. O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo.

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	14	611.072	443.788
Parcelamento de impostos e contribuições	17	57.887	60.299
Debêntures	15	23.156	31.790
Fornecedores	16	113.736	118.420
Dívida Fundação CORSAN	23i	40.245	84.995
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(66.164)	(79.703)
(-) Aplicações financeiras	5	(63.555)	(59.965)
Dívida líquida		716.377	605.621
Patrimônio e adiantamentos		2.142.477	2.014.000
Capital social e dívida líquida		2.858.854	2.619.621
Quociente de alavancagem		25,06%	23,12%

28. MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

A seguir, é apresentada a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	31/12/2017	Fluxo de caixa	Adições	Variações monetárias	Juros	Transferências	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos circulante	56.793	(97.178)	-	1.991	36.359	67.846	65.811
Debêntures circulante	9.146	(10.464)	-	-	-	9.264	9.232
JSCP e dividendos a pagar	241.196	(152.375)	133.792	-	-	-	222.613
Empréstimos e financiamentos não circulante	386.995	221.108	-	5.004	-	(67.846)	545.261
Debêntures não circulante	22.644	-	-	544	-	(9.264)	13.924
Realizados testes de FUNASA, ANA	9.232	12.099	-	-	-	-	21.331
Adiantamento para futuro aumento de capital	31.911	15.272	-	-	-	-	47.183

Jorge Luiz Costa Melo

Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alberto Carlos Paganella
Diretor Administrativo

Eduardo Barbosa Carvalho
Diretor de Operações

Jean Carlo Flores Bordin
Diretor de Inovação, Relacionamento e Sustentabilidade

Marcus Vinicius Caberlon
Diretor de Expansão e Diretor Comercial

Graziela Bohn Flores
Superintendente de Contabilidade
Contadora CRC/RS nº 070280/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Ilmos. Srs.

Conselheiros, Diretores e Acionistas da
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção 1 intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Seguros

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, a Companhia não possui cobertura de seguro em vigência que garanta indenização em caso de eventual sinistro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Fundação Corsan - FUNCORSAN

Conforme nota explicativa nº 21 a FUNCORSAN é patrocinadora de um Plano de Benefícios de Entidade Fechada de Previdência Complementar, denominado PD nº 001, administrado pela FUNCORSAN, cujas demonstrações financeiras são auditadas por outros auditores independentes. Até a presente data a FUNCORSAN, ainda, não havia recebido o Relatório do Auditor Independente referente às demonstrações financeiras, nem o parecer do atestado da Fundação, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Nossa opinião não apresenta modificação em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria dos demonstrações financeiras como um todo e a formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento das receitas a faturar

Parte das receitas reconhecidas pela Companhia refere-se a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais ("receitas a faturar"), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucede ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 82.396 mil em 31 de dezembro de 2018 e está divulgado na nota explicativa nº 6 das demonstrações financeiras.

O cálculo da receita não faturada foi um assunto significativo para a nossa auditoria da Companhia devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Administração acerca da estimativa de consumo pelos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada na competência correta.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíam, entre outros, a avaliação dos controles internos implementados pela Companhia para o cálculo da receita não faturada, incluindo a compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração. Utilizamos, também, os nossos especialistas em auditoria de sistemas para testar a integridade e precisão dos dados e relatórios extraídos do sistema de faturamento e de como utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, além do recálculo destas receitas. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais

Conforme divulgado na nota explicativa nº 20, a Companhia é parte em diversos processos fiscais, trabalhistas e cíveis, cujo valor agregado totaliza R\$ 545.143 mil em 31 de dezembro de 2018, para os quais não foi constituída provisão para perdas considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível, pelos seus consultores jurídicos. Desse montante, R\$ 295.836 mil se referem a ações de natureza cíveis e fiscais. Concomitantemente, nossa área de risco de litigância, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Administração acerca da estimativa de consumo pelos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada na competência correta.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíam, entre outros, a utilização de especialistas para auxiliar na avaliação das opiniões legais obtidas pela Companhia, bem como na realização de reuniões periódicas com a Administração e revisão das atas do Conselho de Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto. Também obtivemos cartas de confirmação dos consultores jurídicos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Administração. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados nas notas explicativas nºs 2.11 e 20 das demonstrações financeiras sobre as contingências mais significativas. Avaliamos as premissas e os julgamentos feitos pela administração para a mensuração dessas contingências, considerando os critérios e a política contábil de reconhecimento desses riscos adotados pela Companhia. Também obtivemos entendimento da metodologia de provisionamento e questionamos premissas utilizando o conhecimento e experiência de nossos especialistas. Além disso, obtivemos confirmações formais de advogados da Companhia quando apropriado. Consideramos também a adequação das divulgações (notas explicativas nºs 2.11 e 20), feitas em relação às provisões e contingências dos riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.

Ativo Financeiro e Intangível - Infraestrutura da Concessão

Conforme divulgado nas notas explicativas nºs 10 e 12 as demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrado um ativo financeiro intangível da concessão no montante de R\$ 365.731 mil e R\$ 3.201.748 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos dos Contratos de Concessão. As definições de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da Administração. Durante o ano de 2018, a Companhia reconheceu em seu ativo investimentos na infraestrutura da concessão o montante de R\$ 314.629 mil. Adicionalmente, a determinação dos gastos que se qualificam como investimento na infraestrutura também impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro da concessão, que representa a parcela dos investimentos efetuados pela Companhia e que não serão completamente amortizados ao final do prazo de concessão, e serão indenizados pelo poder concedente.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação dos controles internos implementados pela Companhia sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo os custos, as políticas estabelecidas pela Administração para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes. Avaliamos também os valores do ativo financeiro registrados pela Companhia com critérios estabelecidos pelas normas contábeis vigentes. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Redução ao valor recuperável - Impairment

De acordo com a nota explicativa nº 2.21 os ativos financeiros e não financeiros foram revisados na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliamos as bases de dados e projeções feitas pela Administração, relativas à geração futura de caixa, previsto no CPC 01 (R1), ressaltando que modelos de projeção estão sempre sujeitos à crítica e à avaliação de quem utiliza tais metodologias de modelagem. De acordo com os estudos apresentados e o conhecimento de nossos especialistas, obtivemos entendimento de que a metodologia utilizada está adequada às atividades da Companhia. Nos estudos elaborados pela Companhia não foi identificado qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável desses ativos.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Aos Conselheiros de Administração da CORSAN - Companhia RioGrandense de Saneamento

1. APRESENTAÇÃO

Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Companhia RioGrandense de Saneamento (CORSAN) é um órgão estatutário de caráter permanente, instituído em 20 de junho de 2018 e vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. Seu funcionamento se dá de acordo com o Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração, em 27/08/18, e está sujeito às regras previstas na legislação, especialmente a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Os membros do CAE foram selecionados por meio de chamamento público externo, mediante cumprimento de requisitos técnicos e de integridade. No cumprimento de suas atribuições, o CAE não é responsável pelo planejamento ou condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CORSAN sejam completas e exatidão ou de que estejam apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Esta é uma responsabilidade da administração e dos auditores independentes.

De modo semelhante, no exercício de suas atividades, os membros do CAE não estão desempenhando as funções de auditores ou contadores. As avaliações feitas pelo CAE baseiam-se sobretudo nas informações e documentos recebidos das áreas da empresa, dos atores e dos auditores independentes.

Desde a sua instalação, em 20 de junho de 2018, o CAE é composto pelos seguintes membros: Marco Antônio Mayer Foletto (membro externo independente e Coordenador do CAE), Luiz José Nogueira Lima (membro externo independente) e Nilton dos Santos (membro externo independente). O presente relatório retrata, tão somente as atividades desempenhadas pelo CAE da CORSAN, desde 01/07/2018 até a data de 13/03/2019.

2. RESUMO GERAL DAS ATIVIDADES

No período deste relatório, o CAE realizou 14 reuniões, entre as quais uma tentativa de reunião conjunta com o Conselho Fiscal. As reuniões contemplaram um total de 44 pautas, envolvendo majoritariamente os temas de cálculo atuarial, balanço, demonstrações financeiras e riscos e governança.

No exercício de suas atribuições e de acordo com a análise e discussão das matérias apreciadas, o CAE efetuou demandas dirigidas a diversas áreas da Companhia. As demandas envolveram solicitações de esclarecimentos/informações ou sugestões/recomendações para melhorias de controle ou de processo.

3. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

- 1 - Auditoria interna
- 2 - Auditoria independente
- 3 - Informes econômico-financeiros
- 4 - Partes relacionadas
- 5 - Controles internos, gestão de riscos e compliance
- 6 - Canal de denúncias, apuração e ouvidoria
- 7 - Outros assuntos
- 7.1 - Diretoria de Operações (DOP) - eventos de riscos operacionais e exposição de imagem da CORSAN
- 7.2 - DEGES e DEFUB - Gestão ambiental
- 7.3 - Proposta avaliação anual dos administradores
- 7.4 - 8º Encontro das Auditorias Internas e Governança das Empresas Estaduais de Saneamento.

4 - CONCLUSÃO

Os membros do CAE, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes, que manifestaram opinião sem ressalvas, e do Relatório da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Considerando as análises e discussões realizadas pelo CAE no transcorrer de suas reuniões, assim como os trabalhos de supervisão e acompanhamento resumidos neste relatório, e tendo por base as informações prestadas pela administração e pelos auditores independentes, que manifestaram sua opinião sem ressalvas, o Comitê entende que os fatos relevantes trazidos a seu conhecimento estão divulgados nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2018, bem como no Relatório da Administração, sendo assim não há óbice por parte do CAE para a apreciação dos referidos documentos pelo Conselho de Administração.

Conforme previamente discutido com a Administração, o CAE recomenda que a Diretoria da CORSAN aprimore os procedimentos e controles quanto à avaliação de riscos das contingências judiciais, a formalização da análise de adoção de pronunciamentos IFRS/CPC, as premissas do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego e das notas explicativas. Adicionalmente, o CAE recomenda que a Diretoria reavalie a política de dividendos da Companhia.

Porto Alegre, 14 de março de 2019.

Marco Antônio Mayer Foletto
Coordenador do CAE

Luiz José Nogueira Lima
Membro do CAE

Nilton dos Santos
Membro do CAE

AudiLink & Cia. Auditores
CRC-RS 003688/F-0

Roberto Caldas Bianchessi
Contador CRC/RS 040078/O-7 S-RS

PARER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia RioGrandense de Saneamento - CORSAN, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam aos exames do Relatório de Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta para Destinação dos Lucros referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o "Relatório" sem ressalvas do Auditor Independente, "Auditoria & Cia Auditores", datado de 11 de março de 2019, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Porto alegre, 14 de março de 2019.

ROGÉRIO ALVES RIOS
Conselheiro

PAULO MARQUES DOS REIS
Conselheiro

FELIPE HENRIQUE GIARETTA
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo-assinados, membros do Conselho de Administração da Companhia RioGrandense de Saneamento - CORSAN, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e a Proposta para Destinação dos Lucro, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e considerando o Relatório dos Auditores Independentes, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário e o Parecer do Conselho Fiscal, deliberam favoravelmente sobre os referidos documentos e propõem sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia.

Porto Alegre, 14 de março de 2019.

AUGUSTO ARNOLD FILHO
Presidente do Conselho

JORGE LUIZ COSTA MELO
Conselheiro

GIOVANNI FIORESE
Conselheiro

PAULO ROBERTO MONSCHAU BERTA
Conselheiro

JOSE LUIZ AMARAL MACHADO
Conselheiro

LUIZ GUSTAVO DE SOUZA
Conselheiro



"Contabilização e Elaboração das Demonstrações Financeiras da CORSAN"

**Caixa de Administração da Dívida
Pública Estadual S.A.
CADIP**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação e deliberação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Contábeis da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. – CADIP, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

A economia global apresentou um cenário de retração de investimentos e um ambiente de disputas comerciais entre Estados Unidos e China. A previsão para o ano de 2019 é de um crescimento da ordem de 3,5% para o PIB mundial.

As estimativas para o PIB do Brasil para o ano de 2018, ainda em apuração final, é de 1,36%. Para o ano de 2019 as estimativas de crescimento do PIB brasileiro indicam uma evolução de 2,4%.

A turbulência política no Brasil em 2018 e as indefinições sobre as reformas da previdência, a trabalhista, a tributária e a política criam um clima de incertezas, com reflexos negativos sobre o campo da economia brasileira.

A taxa básica de juros (SELIC) manteve-se em 6,50% nos últimos 9 meses do ano, acumulando uma redução de 7,15%, no período.

O IPCA, que reflete a evolução da inflação verificada no Brasil, registrou 3,75% em 2018. Para o ano de 2019 o mercado projeta uma inflação de 4,21%.

O desempenho do mercado de capitais em 2018, medido pelo índice BOVES-PA, aponta para uma valorização de 15,0% no período, alcançando 87.887 pontos em 31/12/2018. Entretanto, os volumes de ações e de debêntures, registrados na CVM para oferta pública não foram significativos, totalizando R\$ 6.751.332 mil em ações, para 6 emissões e R\$ 2.703.610 mil em debêntures com 11 emissões.

O Balanço Patrimonial da Companhia não apresentou variações relevantes no exercício de 2018, como pode-se observar nos quadros abaixo.

As Demonstrações do Resultado do exercício de 2018 indicam receitas de R\$ 5.916,24, enquanto que as despesas totalizaram R\$ 190.226,76. Entre as rubricas que mais contribuíram para o montante das despesas destacam-se: Propaganda, Publicidade e Publicações, com R\$ 68.998,98; Taxas e Emolumentos, com R\$ 52.007,55; Serviços de Terceiros, com R\$ 47.369,68, sendo R\$ 30.553,58 referentes a Manutenção de Sistemas.

Desta forma, o resultado do exercício foi negativo da ordem de R\$ 184.310,52.

A liquidez financeira da Companhia assegura plenas condições de solvência de seus compromissos.

Prudentemente a Companhia procede a atualização dos valores correspondentes às provisões para riscos.

A Companhia não efetuou operações no mercado no decorrer do exercício de 2018.

Os Auditores Independentes contratados pela CADIP prestam exclusivamente serviços de auditoria contábil independente.

Declaração da Diretoria: na forma do disposto no Art. 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, bem como concorda com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes sobre as referidas Demonstrações.

Agradecemos o apoio recebido da Administração Pública do Estado, em especial da Secretaria da Fazenda, a confiança dos Senhores Acionistas e o empenho do Conselho Fiscal, que muito contribuíram para as atividades da Companhia no decorrer do exercício de 2018.

A Administração.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro				
Em milhares de reais				
Ativo	2018	2017	Passivo e patrimônio líquido	2018 2017
Circulante			Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	221.752 221.752	221.919 221.919	Impostos e Taxas	1 -
Não circulante			Não circulante	
Tributos diferidos (Nota 3)	163	153	Provisão para riscos fiscais (Nota 8)	481 449
Depósitos judiciais	149 312	143 296	Patrimônio líquido (Nota 6)	
Total do ativo	222.064	222.215	Capital social	210.200 210.200
			Reservas de lucros	11.382 11.566
				221.582 221.766
			Total do passivo e do patrimônio líquido	222.064 222.215

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente		
Exercícios findos em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais, exceto quando indicado		
	2018 2017	
Prejuízo líquido do exercício	(184) (118)	
Atribuível a:		
Controladores	(183) (117)	
Não Controladores	(1) (1)	
Outros componentes do resultado abrangente	0 0	
Resultado abrangente do período	(184) (118)	
Atribuível a:		
Controladores	(183) (117)	
Não Controladores	(1) (1)	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do Resultado		
Exercícios findos em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais, exceto quando indicado		
	2018 2017	
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas (Nota 9)	(186) (112)	
Provisão para riscos fiscais (Nota 8)	(15) (23)	
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras	(201) (135)	
Receitas financeiras	6 9	
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda	(195) (126)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11 8	
Prejuízo líquido do exercício	(184) (118)	
Prejuízo líquido por ação ordinária - Básico e Diluído - R\$	(0,0029) (0,0017)	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto		
Exercícios findos em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais		
	2018 2017	
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Prejuízo líquido do exercício:	(195) (126)	
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades operacionais:		
Provisão para riscos fiscais	15 23	
	(180) (103)	
Variações de ativos e passivos operacionais:		
Aumento em depósitos judiciais	12 (9)	
Aumento em tributos e taxas a pagar	1 -	
	13 (9)	
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(167) (112)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	- 200.000	
Caixa gerado nas atividades de financiamento	- 200.000	
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(167) 199.888	
Demonstração do aumento(redução) no caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	221.752 221.919	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	221.919 22.031	
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(167) 199.888	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado		
Exercícios findos em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais		
	2018 2017	
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	6 9	
Valor adicionado a distribuir	6 9	
Distribuição do valor adicionado		
Serviços de terceiros, impostos taxas e emolumentos	157 104	
Provisão para riscos fiscais	33 23	
Perda pela não recuperabilidade de ativos	- -	
Prejuízos absorvidos	(184) (118)	
Valor adicionado distribuído	6 9	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
Em milhares de reais					
	Capital Social	Reservas de Lucros		Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Retenção de Lucros		
Em 1º de janeiro de 2017	10.200	2.040	9.644	-	21.884
Aumento de capital social	200.000				200.000
Prejuízo líquido do exercício				(118)	(118)
Absorção do prejuízo			(118)	118	-
Em 31 de dezembro de 2017	210.200	2.040	9.526	-	221.766
Prejuízo líquido do exercício				(184)	(184)
Absorção do prejuízo			(184)	184	-
Em 31 de dezembro de 2018	210.200	2.040	9.342	-	221.582

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017	
Em milhares de reais	
1. Informações gerais	
A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre - RS. A Companhia tem como objetivo implementar ações que visem contribuir na administração da dívida pública do Estado, podendo, para tanto, emitir e colocar, no mercado, obrigações e adquirir, alienar e dar em garantia: ativos, créditos, precatórios, títulos e valores mobiliários.	
As demonstrações financeiras foram liberadas pela Diretoria para exame da Auditoria em 04 de janeiro de 2019.	
2. Resumo das principais políticas contábeis	
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.	
2.1. Base de preparação	
As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em milhares de reais

pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo ou operações de *hedge*, na forma do disposto na Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008.

Os instrumentos financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia estão representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa e por créditos a receber. Em função das suas características, a Administração da Companhia entende que os valores contábeis se situam em níveis líquidos de mercado.

2.4. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, com a probabilidade de que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da mesma possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, a estimativa de reembolso é reconhecida como um ativo em separado, mas apenas quando o valor for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.5. Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança. É provável que recursos financeiros futuros possam fluir para a Companhia, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2018, base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 22.904 (2017 - R\$ 22.801), e prejuízos fiscais, no montante de R\$ (2017 - R\$ 22.801), sem prazo de prescrição, cujos créditos tributários, conservadoramente, não foram contabilizados, no montante de R\$ 7.787 (2017 - R\$ 7.752), uma vez que serão utilizados na proporção da geração futura de lucros tributáveis. A Companhia contabilizou créditos tributários decorrentes de adições temporárias compensáveis com lucros tributários futuros, no montante de R\$ 163 (2017 - R\$ 153).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Bancos - conta movimento	37	33
Aplicações financeiras	221.715	221.885
	221.752	221.918

As aplicações financeiras referem-se a recursos disponibilizados ao Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, cuja remuneração tem, a partir de 1º de janeiro de 2005, o tratamento previsto no art. 1º do Decreto Estadual nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

5. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as transações com partes relacionadas estão representadas pelas aplicações financeiras, descritas na Nota 4.

6. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Por deliberação dos Órgãos da Administração da Companhia o Capital Social, em agosto de 2017, foi aumentado em R\$ 200.000.000,00, com a emissão privada de 62.350.262 de ações ordinárias, integralizadas em espécie.

Em 31 de dezembro de 2018 o Capital está composto por 69.150.262 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 20 do Estatuto Social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros está representada pelo saldo remanescente de lucro líquido, após as destinações legais e estatutárias.

(c) Apropriação do lucro líquido do exercício

De acordo com o estatuto da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, terá as seguintes destinações:

- (i) 5% para constituição da Reserva legal, limitado a 20% do capital social; e
- (ii) 25% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório.

7. Remuneração dos administradores

Na forma do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600/95, de 26 de dezembro de 1995, e atendendo ao estabelecido pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R\$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desenvolvidos são considerados, por Lei, como de serviço público relevante.

8. Provisão para riscos fiscais

A Administração da Companhia tomou a decisão, conservadoramente, de constituir provisão para perda de processos administrativos perante a Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre - RS, referente à Manifestação de Inconformidade em relação à compensação de créditos tributários, no valor de R\$ 313, em 31 de dezembro de 2018, (2017 - R\$ 306) e, frente à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, referente ao questionamento quanto à aplicação de multa cominatória por alegado atraso de envio de documentos, no montante de R\$ 168, em 31 de dezembro de 2018, (2017 - R\$ 143), estas com decisão favorável à Companhia em 1ª Instância, junto a Justiça Federal.

9. Despesas gerais e administrativas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia possuía registradas as seguintes despesas administrativas:

	2018	2017
Serviços de terceiros	47	29
Impostos taxas e emolumentos	52	27
Publicações	87	57
	186	113

Leonildo Migon Presidente	
Carlos Eduardo Provenzano Diretor de Relações com Investidores	Olavo Cesar Dias Medeiros Diretor Técnico
Paulo Cesar Santana Nunes Contador CRCRS 034346/0-4 CPF 139.198.490-00	

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		PARECER DO CONSELHO FISCAL
"O Conselho de Administração da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração de Resultados Abrangentes e demais documentos da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e tendo presente ainda o teor do Relatório dos Auditores Independentes, manifesta-se pela aprovação das referidas matérias, sem ressalvas, e pelo encaminhamento das mesmas para apreciação e deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Senhores Acionistas".		"Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.- CADIP, nos termos da lei e dos estatutos sociais, examinamos o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2018, bem como a justificativa da não distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2018 e da não elaboração de orçamento de capital para o exercício social de 2019, tendo presente ainda o Relatório dos Auditores Independentes, e entendemos, por unanimidade, que as referidas matérias estão em condições de serem aprovadas pelos Senhores Acionistas"
Flávio Pompermayer Luiz Gonzaga Veras Mota	Luís Antônio Medina Gomez Ricardo Richiniti Hingel	Fernando Rodrigues Conselheiro Cristoferli Wingert Conselheiro Cristiane Costa da Rosa Conselheira

RELATÓRIO DO AUDITORE INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP
Porto Alegre/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

De acordo com o item 9 da NBC TA 701, o auditor deve determinar quais assuntos, entre aqueles comunicados aos responsáveis pela governança, exigiram atenção significativa na realização da auditoria. Para fazer tal determinação, o auditor deve levar em consideração o seguinte:

- a) áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante ou riscos significativos identificados, de acordo com a NBC TA 315 – Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e do seu Ambiente;
- b) julgamentos significativos do auditor relativos às áreas das demonstrações contábeis que também envolveram julgamento significativo por parte da administração, inclusive estimativas contábeis identificadas que apresentam alta incerteza de estimativa;
- c) efeito sobre a auditoria de fatos ou transações significativos ocorridos durante o período.

Contudo, conforme item A59 da NBC TA 701, em alguns poucos casos (por exemplo, entidade com operações muito reduzidas), o auditor pode determinar que não há principais assuntos de auditoria de acordo com o item 10, porque nenhum assunto exigiu sua atenção significativa, foi o caso da CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP, que no exercício de 2018 apresentou um número reduzidíssimo de operações.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedi-

mentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional

ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, RS, 11 de janeiro de 2019.

 **exacto**

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1.544

DANIEL EDUARDO RODRIGUES
CRC/RS 30.361